

BALTAZAR DONIZETE DE SOUZA

**O ENSINO POLICIAL E A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GOIÂNIA — 2003

BALTAZAR DONIZETE DE SOUZA

**O ENSINO POLICIAL E A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dr^a Iria Brzezinski.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Iria Brzezinski
Presidente

Professor Dr. José Carlos Libâneo
Professor do Programa/UCG

Professor Dr. Nivaldo dos Santos
Professor/UFG

DEDICATÓRIA

A minha família,
Arnaldo Baltazar de Souza,
meu pai;
Guilhermina Camargo de Souza, minha mãe;
meus irmãos: *Joana, Sônia, Gaspar e Alice*;
a minha esposa *Maria das*
Graças
e aos meus filhos *Pollyanna* e
Dannylo,
porto seguro nos momentos
de incerteza, e também de alegria,
pela renúncia que experimentou
durante as minhas intermináveis
ausências.

AGRADECIMENTOS

A Deus, onipotente presença em minha vida, pela oportunidade do existir e, a partir daí, conhecer e alçar novos vãos.

À Professora Doutora *Iria Brzezinski*, minha eterna orientadora que, do alto de sua sabedoria e competência, permitiu-me trilhar os caminhos da ciência, ensinando-me a dimensão do saber.

À Professora *Maria Rita Sperbe Santana* que, com sua sensibilidade e tirocínio, percebeu-me mergulhado nos afazeres didático-pedagógicos da APM/GO, nos idos de 1987, abrindo-me as portas do conhecimento, ao franquear-me o acesso ao curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior e à Universidade Católica de Goiás.

À *Polícia Militar* do meu Estado, avançada sentinela da sociedade goiana que, com suas regras, formas e valores, aperfeiçoou-me enquanto homem, profissional e cidadão.

À *Universidade Católica de Goiás*, lugar de cultura do Centro-Oeste, pelo cultivo da tríade: ensino, extensão e pesquisa que, ao longo de minha trajetória acadêmica, tem-me oportunizado acesso ao conhecimento e ao exercício de sua prática.

À Professora Mestre *Maria Freire Alves*, pela revisão do texto.

À *Bruna Rúbia da Silva Lima* e *Diana Maria da Silva Falcão*, promissoras revelações da segurança pública do Estado de Goiás, pela desprendida e eficiente assessoria na coleta de dados de minha pesquisa.

A José Martins Barroso, fiel amigo de todas as horas que, com as habilidades do mundo moderno, deu vida e forma a esta obra.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a conquista deste tão sonhado objetivo, especialmente aquelas entrevistadas que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

A Universidade não está fora da história de um país; tampouco é toda a história; mas por ela passa a história do país e do povo e ela participa da história, da vida; neste sentido, é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária, trabalho de homens que querem se expressar como homens;

fato humano que nenhuma lei poderá abolir e que

expressará muitas vezes apesar da lei.

Ela é uma realidade que fala. Deixemo-la, portanto, falar e tratemos de escutá-la, não no que queremos ou no que nos convém, mas no que ela nos quer dizer.

(Ernesto Leyendecker)

RESUMO

A presente dissertação consta de um estudo sobre o curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Tem o propósito de sugerir mudanças no ensino policial militar, especialmente, no currículo e na prática pedagógica dos instrutores - linguagem militar – e dos professores - terminologia pedagógica. Pretendemos, pois, encontrar caminhos para desenvolver uma proposta de formação de oficiais mais humanitária e melhor qualificada, concernente às exigências do mundo contemporâneo. A relevância desta investigação encontra-se em sua dimensão acadêmico-científica ao acompanhar as mudanças curriculares e pedagógicas do ensino policial militar, tendo em vista a exigência de formar profissionais com um perfil de oficial que possa garantir a segurança da população civil, com ações mais humanas, sem o uso de repressão física e simbólica desse Aparelho Ideológico do Estado. O referencial teórico está fundamentado em estudos que abrangem a organização do Estado e sua refuncionalização, sob a ótica de Faoro (2001), com críticas à adoção do Estado Mínimo. Os aparelhos ideológicos do estado são vistos sob a teorização de Althusser (1970); a história da instituição militar e de seu ensino segundo Lara (1986), Skidmore (1988), Ludwig (1998), Germano (2000), Gaspari (2002) e outros. A revisão histórica e a conceituação de polícia e de ensino policial na Academia foram realizadas por meio da

análise documental e das propostas curriculares da APM de outros Estados e da APM de Goiás. Damos ênfase aos currículos desse curso, ao longo de sua história, desde a criação da APM, em 1940, até ao que se encontra em vigor. Ainda, o referencial teórico abrange a história de currículo sustentada em Luzuriaga (1946), Brzezinski (1987), Silva (1989), Pacheco (1996), Doll (1997), Moreira (1999), Roldão (1999), Libâneo (2000) e Silva (2001). A metodologia da pesquisa é qualitativa, sob a forma de estudo de caso. A pesquisa de campo deu-se mediante observação e entrevistas, com roteiro pré-estruturado. Os informantes foram selecionados por amostra aleatória, entre os ex-comandantes/ex-diretores da APM, ex-instrutores e ex-professores, atuais instrutores e atuais professores, oficiais egressos formados na APM, no período compreendido entre 1992 a 2001 e alunos que estão freqüentando o curso de formação de oficiais, nos dois últimos anos. Diante dos dados obtidos, do referencial teórico, do registro das observações e das entrevistas realizadas, é possível concluir que as práticas curriculares e o processo ensino-aprendizagem hoje desenvolvido pela APMGO, contrariamente ao que ocorria durante o regime militar, vêm se centrando mais no aluno e nas suas experiências. Outra conclusão relevante refere-se à confirmação do caráter militar da instituição, qual seja, a PMGO dá maior ênfase aos aspectos disciplinares, notadamente no que diz respeito à hierarquia e à organização do ambiente acadêmico. Constatou-se que a atual grade curricular da APMGO reflete as mudanças sócio-políticas no perfil das disciplinas ministradas, assumindo caráter mais civil do que militar. A pesquisa permite concluir que a Academia não adota uma única teoria pedagógica na formação do oficial, traduzindo-se, entretanto, com maior preponderância, uma conjugação entre a teoria positivista de Comte, Herbart e a teoria progressivista de Dewey.

Palavras-chaves: Ensino Policial Militar; Currículo e Prática Pedagógica; Curso de Formação de Oficiais de Polícia Militar.

ABSTRACT

This dissertation is a study of the formation course taken by police officers at the Goiás Military Police Academy. It aims at suggesting changes in the military police

curriculum, in particular in the military language of the curriculum and

pedagogical practice of the instructors – and in the pedagogical terminology of the teachers. So it is hoped to find ways to develop a proposal for a more humane and better-qualified police force, in response to the demands of today's world. The academic and scientific importance of this study, in accompanying the curricular and pedagogical changes in military police formation, aimed at forming professionals with the profile of officers who can more humanely guarantee the safety of the population, without using the physical and symbolic repression of the Ideological State Apparatus, shows its relevance. This study is theoretically based on research covering the organization of the State and its re-adaptation from the point of view of Faoro (2001), with criticism of the adoption of Minimal State Involvement. The ideological apparatus of the state is examined according to the theories of Althusser (1970), the history of the military institution and its teaching according to Lara (1986), Skidmore (1988), Ludwig (1998), Germano (2000) and Gaspari (2002). The historical review and evaluation of police and police education at the Academy was carried out by means of analysis of documents and of the curricular proposals of Academies from other States, as well as from Goiás. Emphasis was given to the curricula of this course, throughout its history, from the foundation of the Academy in 1940 up to the present day. In addition, the theoretical basis covers the history of curriculum presented by Luzuriaga (1946), Brzezinski (1987), Silva (1989), Pacheco (1996), Doll (1997), Moreira (1999), Roldão (1999), Libâneo (2000) and Silva (2001), among others. The research uses qualitative methodology in the form of a case study. The field work was carried out through observation and interviews, with pre-structured questions. A random selection of informants was made of former commandants/former directors of the Academy, former instructors and teachers, present instructors and teachers, officers formed by the Academy in the 1992-2001 period and present students attending the police officer formation course for the last two years. From the data obtained, the theoretical basis and the records of observation and the interviews carried out, it can be concluded that the curriculum practice and the teaching/learning process undertaken today at the Goiás Military Academy, unlike that used during the military regime, is centered on the student and his/her experience. Another relevant conclusion was confirmation of the military character of the institution, that is, the Goiás Military Police give more emphasis to disciplinary issues, particularly in what concerns the hierarchy and organization of the academic sphere. It was also seen that the present curriculum of the Goiás Military Police Academy reflects socio-political changes in the profile of the subjects it offers, thereby assuming a more civil than military character. The research also allows one to conclude that the Academy, in its formation of police officers, has not adopted one single pedagogical theory. Rather, it uses a combination of Comte and Herbart's positivist theory and of Dewey's progressivism.

Key words: Military Police Teaching; Curriculum and Pedagogical Practice; Military Police Officials' Formation Course.

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
AGM – Associação Goiana dos Municípios
APM/GO – Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás
BPM – Batalhão de Polícia Militar
CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CE/GO – Constituição do Estado de Goiás
CEMEF – Curso de Monitor de Educação Física
CFA – Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CHOA – Curso de Habilitação de Oficiais da Administração
Cia – Companhia
CIOPS – Centros Integrados de Operações Policiais
COTER – Comando de Operações Terrestres
CTE – Curso de Técnica de Ensino
DFEE/PMBM – Diretrizes para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino
para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares
DGEI – Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução
DI – Departamento de Instrução
DIM – Departamento de Instrução Militar
ESG – Escola Superior de Guerra
IGPM – Inspetoria Geral das Polícias Militares
JIM – Jornada de Instrução Militar
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MP – Ministério Público
NERC – Normas para Elaboração e Revisão de Currículos
NPCE – Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino
PGE – Plano Geral de Ensino
PM – Polícia Militar
PM/DF – Polícia Militar do Distrito Federal
PM/GO – Polícia Militar do Estado de Goiás
R-200 – Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares
SNASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSEMA – Subseção de Estatística e Medidas de Aprendizagem
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SSPP – Subseção de Planejamento e Pesquisa
STE – Seção Técnica de Ensino
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública
UCG – Universidade Católica de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
UNDCP – Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | 07 |
| ABSTRACT | 08 |
| LISTA DE SIGLAS | 09 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I - HISTÓRIA DO ENSINO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: CONTEXTOS E SIGNIFICADOS | 17 |
| 1.1 POLÍCIA: ORIGEM E SIGNIFICADO | 17 |
| 1.2 A ORGANIZAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA | 22 |
| 1.2.1 Aspectos gerais | 22 |
| 1.2.2 As tropas fardadas do Brasil Colônia | 24 |
| 1.2.3 A polícia do Império e da República Brasileira | 26 |
| 1.3 O ENSINO POLICIAL MILITAR NO BRASIL | 28 |
| 1.2.1 O Ensino Militar | 28 |
| 1.2.2 O Ensino Policial Militar | 39 |
| 1.4 ENSINO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DE GOIÁS | 45 |
| 1.5 O ENSINO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS | 47 |
| 1.6 O ENSINO ATUAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS | 49 |
| CAPÍTULO II - O CURRÍCULO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E GESTÃO CURRICULAR | 55 |
| 2.1 REVENDO A HISTÓRIA E AS TEORIAS CURRICULARES | 55 |
| 2.2 GESTÃO CURRICULAR | 71 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO OFICIAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS E O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO | 75 |
| 4.1 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE POLICIAIS NA APM/GO | 75 |
| 4.2 PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA APM/GO | 79 |
| 4.3 O CURRÍCULO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS | 89 |
| 3.3.1. O Currículo nas outras Academias Policiais Militares | 101 |
| CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA APM/GO: A REALIDADE ANALISADA | 103 |
| 4.1. O PROCESSO DE DECISÃO NO ÂMBITO DO ESTUDO DE CASO | 107 |
| CONCLUSÃO | 127 |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| ANEXOS | 142 |

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da formação dos oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM/GO). Para tanto, buscamos recuperar a história do ensino policial analisando os diferentes currículos adotados nesta instituição de ensino. Neste estudo apresentamos também as práticas pedagógicas assumidas por instrutores e professores da referida Academia.

A Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás é uma das mais diferentes escolas especializadas criadas ao longo da história da educação brasileira, com o objetivo de formar profissionais e educar o jovem para o exercício da cidadania, como recomendam as leis educacionais e exige a sociedade contemporânea.

Verificamos, ao fazer a revisão da literatura sobre o tema, que as pesquisas educacionais realizadas ou em andamento no país, preocupadas com o papel da escola na sociedade, consideram, em sua quase totalidade, as instituições civis de ensino, em todas as modalidades e níveis. Consideramos, no entanto, que os estudiosos da educação ainda não deram a atenção necessária ao estudo do ensino militar, fato bastante estranho, uma vez que a história do Brasil, há muitos decênios, mantém-se atrelada à conduta dos cidadãos fardados,

[...] haja vista os vários momentos em que os militares saíram dos quartéis para se envolverem em problemas de ordem política, reservando às Forças Armadas um papel intervencionista por tradição e, por conseguinte, às Forças Policiais como suporte secundário ou subalterno de apoio (LUDWIG, 1998, p. 20).

A ausência dessas pesquisas também confirmada por Ludwig (1998) justificam a escolha do tema, assim como a nossa história de vida como aluno-oficial/cadete, oficial instrutor/professor e comandante/diretor de ensino na Academia de Polícia Militar, o que nos instigou a tomar como objeto de estudo a *formação de oficiais, ensino policial, currículo e prática pedagógica*.

Uma observação preliminar permite afirmar que o candidato, ao bater às portas da Polícia Militar e se aventurar a ingressar em um de seus cursos, espera, no mínimo,

adquirir uma boa formação, por meio de um ensino dinâmico, atualizado e com uma prática pedagógica que lhe ofereça conteúdo para ser um policial, mas também formação que lhe permita inserir-se na sociedade como agente de mudança.

A constatação de que as expectativas iniciais do referido candidato não foram concretizadas provoca o desestímulo e a queda natural em seu desenvolvimento como estudante e como profissional, com reflexos negativos para a instituição, para seus colegas e para a sociedade, podendo refletir, nesse novo integrante, a falsa idéia de que o ensino militar é ruim ou deficiente.

Durante este estudo, verificamos que a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás foi se adaptando para utilizar práticas pedagógicas que superassem a conservadora dimensão atribuída ao instrutor da academia militar, e que perdurou até aproximadamente a década de 1980. Essas práticas tinham por objetivo treinar o policial e instruí-lo para ser um defensor da pátria em estado de guerra. Essa estagnação impediu os policiais/alunos e seus instrutores de acompanharem os avanços do homem e da ciência, principalmente no campo educacional. Temos constatado que, historicamente, ocorreu um descuido no meio policial militar no tocante ao hábito da reflexão, acerca do que se faz, do que se realiza, principalmente quando se tem como objeto a intenção de reformular ou de provocar mudanças em práticas conservadoras.

O fascínio pelos rituais talvez seja a razão maior desse alheamento, principalmente se atentarmos para a estereotipia dos mais variados cerimoniais, tanto nas paradas e nas formaturas, quanto nos currículos e nas práticas de ensino adotados pela Polícia Militar do Estado de Goiás. Em qualquer dessas práticas, a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás procurou introduzir novas técnicas e novas práticas para evitar o caráter meramente repetitivo desses comportamentos. Há casos em que se verificavam verdadeiras imitações, como se os fatos e personagens fossem sempre os mesmos, apenas transpostos no tempo para cenários diferentes.

Atualmente, com as exigências de ajustamento da Instituição Policial Militar do Estado de Goiás ao dinamismo da realidade social e mediante a possibilidade de tornar mais intensas essas mudanças, bem como a identificação de falhas no desempenho

educacional da milícia goiana, já se nota o despertar da consciência organizacional para a importância do exercício da reflexão sobre a conduta profissional. É o que vem ocorrendo nos mais diversos campos das atividades, especialmente, nos aspectos específicos de preservação da ordem pública e da necessidade de acompanhar as transformações sociais.

Como já afirmado, esperamos que esta pesquisa possa mostrar a evolução do currículo e das práticas pedagógicas do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, com o propósito de propor mudanças no ensino policial militar. Chegamos a algumas indicações para desenvolver uma política de formação de oficiais mais humanizada, concernente às exigências do mundo contemporâneo. Para tanto, foi necessário dimensionar o problema deste estudo na seguinte questão: é possível, por meio do currículo e das práticas pedagógicas do ensino policial no curso de formação de oficiais da APM/GO, formar profissionais que correspondam aos papéis exigidos do policial militar como o responsável pela segurança da cidade, visando ao bem estar coletivo?

Os objetivos da presente pesquisa são os seguintes:

1. Reconstituir a história do ensino policial militar em Goiás, articulando-o a outros contextos das Academias de Polícia brasileiras.
2. Analisar as propostas curriculares e práticas pedagógicas das diversas fases do ensino policial na Academia Militar.
3. Propor indicações para uma nova política de formação de oficiais de Polícia Militar, tendo em vista as transformações ocorridas na Corporação e as atuais exigências de práticas de segurança da cidade.

A relevância desta investigação encontra-se em sua dimensão acadêmico-científica ao acompanhar as mudanças curriculares e pedagógicas do ensino policial militar, tendo em vista a exigência de formar profissionais com um perfil de oficial que possa garantir a segurança da população civil, sem o uso de repressão física e simbólica do aparelho ideológico do estado: a polícia militar.

A construção do referencial teórico foi fundamentada em estudos sobre a organização do Estado e sua refuncionalização, sob a ótica de Faoro (2001) com a adoção do estado mínimo e nos aparelhos ideológicos do estado, sob a teorização de Althusser (1970),

na revisão sobre a conceituação de polícia e de ensino policial na Academia e a história de currículo. Damos ênfase aos currículos do curso de formação de oficiais, ao longo de sua história, desde a criação da APM/GO, em 1940, até o currículo em vigor. A história da instituição militar e de seu ensino foi reconstituída segundo Lara (1986), Skidimore (1988), Ludwig (1998), Germano (2000), Gaspari (2002) e outros. A teorização sobre currículo recorre às pesquisas de Luzuriaga (1946), Brzezinski (1987), Doll (1989), Silva (1989), Pacheco (1996), Moreira (1999), Roldão (1999), Libâneo (2000) e Silva (2001).

A metodologia da pesquisa adotada é qualitativa, sob a forma de estudo de caso. Os procedimentos ativeram-se ao uso de análise documental e de pesquisa de campo. Esta foi realizada mediante observação e entrevistas com roteiro pré-estruturado. Os informantes foram selecionados por amostragem do universo de ex-comandantes/ex-diretores da APM/GO, ex-instrutores (militares) e ex-professores (civis), atuais instrutores e atuais professores, oficiais egressos formados no período entre 1992 a 2001 e atuais alunos que freqüentam a academia, nos dois últimos anos. Constituem o total de 16 (dezesesseis) entrevistados, sendo 02 (dois) ex-comandantes, ex-diretores e ex-instrutores da APM/GO, 01 (um) Superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública e 01 (um) Gerente de Ensino Policial Militar (ex-APM/GO), 01 (um) instrutor e 01 (um) professor em atividade, 01 (um) diretor em atividade, 03 (três) oficiais egressos e 06 (seis) alunos/cadetes.

É oportuno registrar que, ao longo da elaboração deste trabalho, ocorreu mais uma transformação na estrutura organizacional da Academia de Polícia Militar de Goiás, com a sumária extinção desta e a criação de uma Gerência de Ensino Policial Militar, vinculada à também recém-criada Superintendência da Academia de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro fazemos uma abordagem histórica do ensino na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás contemplando aspectos do passado e do presente, com algumas alusões à organização policial brasileira e de Goiás, e ainda esclarecendo as diferenças conceituais havidas entre ensino militar e ensino policial militar.

O segundo capítulo trata do currículo em seus aspectos históricos, conceituais e gestão curricular.

Com o objetivo de estabelecer parâmetros entre a formação do oficial na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e as demais academias do país, no terceiro capítulo tecemos considerações acerca da formação do oficial na APM/GO e o desenvolvimento curricular.

No quarto e último capítulo retratamos a prática educativa da APM/GO demonstrando, por meio da análise das entrevistas, os reflexos dessa prática na formação efetiva do oficial de Polícia Militar do Estado de Goiás, isto é, a realidade analisada.

Por fim, a presente pesquisa propõe algumas indicações para o estabelecimento de uma nova política de formação de oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás, as quais poderão ser complementadas à medida que novos estudos sejam realizados.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DO ENSINO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: CONTEXTOS E SIGNIFICADOS

Neste capítulo propomos reconstruir a história da instituição Polícia Militar do Estado de Goiás, remontando-a à origem e significado da expressão polícia, estabelecendo considerações acerca da polícia no Brasil, com destaque para a polícia goiana, e, especialmente, a evolução do ensino na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

1.7 POLÍCIA: ORIGEM E SIGNIFICADO

Para reconstituir a concepção de polícia militar como um dos aparelhos ideológicos do estado, recorreremos aos estudos de Althusser (1970). Entendemos que esse autor nos permite esclarecer o significado do termo polícia revelado na presente investigação, embora se tenha clareza de que para os estudos sobre a atual refuncionalidade do estado sejam necessárias pesquisas que se sustentem também em outros autores.

Althusser explica a constituição da sociedade por instâncias articuladas, porém distintas, denominadas de infraestrutura e superestrutura, entendendo que

[...] a **infraestrutura** ou base econômica seria (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a **superestrutura**, que comporta em si mesma dois níveis ou instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.) (ALTHUSSER, 1970, p. 25-26).

Imbuído da idéia de explicar essa organização de sociedade, Althusser (1970) compara a à representação da estrutura de um edifício que comporta uma base, chamada de infraestrutura, sobre a qual se erguem andares, o da própria infraestrutura e o da superestrutura,

[...] podemos dizer que os andares da superestrutura não são determinantes em última instância, mas que são determinados pela base; que se são determinantes à sua maneira (ainda não definida), são-no enquanto determinados pela base (ALTHUSSER, 1970, p. 27).

Esse teórico ainda apresenta outra contribuição, defendendo a idéia de que o Estado é uma máquina sempre à disposição da classe dominante, principalmente quando o objetivo é fazer uso da repressão. O autor afirma que o Estado, em face da repressão, expressa-se por intermédio de aparelhos do próprio Estado, como esclarece a seguir:

Este termo compreende não só o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos a partir das exigências da prática jurídica, isto é a polícia – os tribunais – as prisões; mas também o exército intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia, e os seus corpos auxiliares especializados, são ultrapassados pelos acontecimentos; e acima deste conjunto, o chefe do Estado, o governo e a administração (ALTHUSSER, 1970, p. 31-32).

Aprofundando as explicações sobre sua concepção de estado, Althusser (1970) procura, então, estabelecer a distinção entre poder de estado e aparelho de estado, analisando o que denomina de Aparelho Repressivo de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado. O Aparelho Repressivo de Estado compreende “o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc” (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Como Aparelhos Ideológicos de Estado, o autor identifica certo número de sistemas que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas, descrevendo-os assim:

[...] o religioso (o sistema das diferentes igrejas), o escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), o familiar, o jurídico, o político (o sistema político de que fazem parte diferentes partidos), o sindical, o da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.), o cultural (letras, belas artes, desportos, etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 43-44)

Vemos que nesse entendimento existe apenas um Aparelho Repressivo de Estado e uma diversidade de Aparelhos Ideológicos. Enquanto aquele é exclusivamente de domínio público, estes, até pelas suas especificidades, são de domínio privado, pois, como bem exemplifica Althusser (1970, p. 45), privadas são “[...] as Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as Famílias, algumas Escolas, a maioria dos Jornais, as Empresas Culturais [...]”.

Outra observação importante de Althusser (1970) refere-se à distinção desses aparelhos, o Aparelho Repressivo de Estado, via de regra, funciona pela violência, de uma maneira preponderantemente repressiva, chegando em alguns casos a empregar até a força física. Enquanto isso os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam, quase que invariavelmente, pela representação simbólica. Às vezes, vamos encontrar, simultaneamente, esses Aparelhos, sejam eles repressivos ou ideológicos, funcionando pela violência e pela ideologia. Embora empregue a repressão, como no caso do Aparelho de Estado, esse autor procura explicar que, de modo secundário, não há aparelho puramente repressivo, como, por exemplo, “[...] o Exército e a Polícia que funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior” (ALTHUSSER, 1970, p. 47).

É interessante observar como a classe dominante apropria-se desses aparelhos, tanto o Repressivo quanto o Ideológico, quer pela intervenção direta, quer por meio de alianças de classes, por leis, decretos ou outras formas de intervenção. A respeito Althusser (1970, p. 49) afirma: “A partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

O estudo desses elementos possibilitam-nos analisar a grande influência e o poder que o estado exerce sobre a sociedade, uma vez que pode dispor dos Aparelhos Repressivos ou Ideológicos da forma que melhor atender ao seu interesse ou do grupo (elite) que domina certa estrutura estatal. A utilização dos Aparelhos Repressivos de Estado, tais como: as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou a própria Força Policial (Polícias Federal, Civil e Militar), dependendo da maneira como forem instruídos, bem como do tipo de ideologia empregados, fará recair na sociedade reflexos positivos ou negativos, provocando intervenções e manifestações na vida pública. Por isso, na presente pesquisa, faz-se necessário situar a instituição, objeto de nosso estudo – a Polícia Militar do Estado de Goiás e sua Academia – no contexto dos Aparelhos Repressivos e Ideológicos do estado, principalmente procurando desvelar a concepção de currículo e a ideologia que permeia a prática pedagógica de seus professores/instrutores.

Para iniciar estes estudos não podemos prescindir da distinção entre poder de polícia e poder da polícia. Etmologicamente, polícia é “vocábulo derivado do latim, ou seja, de politia,

que, por sua vez, procede do grego, isto é, de politeia, trazendo, originalmente, o sentido de organização política, sistema de governo e, mesmo, governo” (LAZZARINI, 1996, p. 20). Também polícia originou de polis, cidadã, significando cidade, razão pela qual polícia pode representar o conjunto da própria cidade.

Verificamos ainda que polícia

é uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública [...] (BOVA, 1986, p. 944).

Assim, por sua derivação, em sentido amplo, quer o vocábulo exprimir a ordem pública, a disciplina política, a segurança pública instituída, primariamente, como base política do próprio povo erigido em estado. Resulta, pois, da instituição de princípios que impõem respeito e cumprimento a leis e regulamentos, dispostos para que as ordens públicas e jurídicas sejam mantidas, em garantia do próprio regime político adotado, e para que as atividades individuais se processem normalmente, asseguradas e protegidas, segundo regras jurídicas estabelecidas.

Com base nesses princípios, gera-se o poder de polícia atribuído ao estado. Este, em face de seu poder, a fim de que se mantenha a ordem pública integrada em suas finalidades, estabelece restrições aos direitos individuais que se oponham aos ditames políticos do estado e atentem contra a ordem e a segurança pública coletiva.

De acordo com Bova (1986, p. 944) a expressão polícia, a partir do século XIX,

[...] passou a identificar-se com a atividade tendente a assegurar a defesa da comunidade dos perigos internos. Tais perigos estavam representados nas ações e situações contrárias à ordem pública e à segurança pública. A defesa da ordem pública se exprimia na repressão de todas aquelas manifestações que pudessem desembocar numa mudança das relações político-econômicas entre as classes sociais, enquanto a segurança pública compreendia a salvaguarda da integridade física da população, nos bens e nas pessoas, contra os inimigos naturais e sociais.

Estas duas atividades da Polícia são apenas parcialmente distinguíveis do ponto de vista político: na sociedade atual, caracterizada por uma evidente

diferenciação de classes, a defesa dos bens da população, que poderia

parecer uma atividade destinada à proteção de todo o agregado humano, se reduz à tutela das classes possuidoras de bens que precisam de defesa; quanto à defesa da ordem pública, ela se resume também na defesa de grupos ou classes particulares [...].

Segundo Lazzarini (1996, p. 22), de modo bastante amplo, o vocábulo polícia tem sido empregado para “[...] designar os órgãos ou corporações instituídos pelo Estado para que exercite o poder de polícia, que lhe é atribuído”.

Polícia, portanto, em sentido amplo, exprime a própria ordem pública, cabendo ao governo indicar a instituição que tem a missão de mantê-la. Já em sentido restrito, essa corporação é entendida pelo

[...] conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam a vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais (LAZZARINI, 1996, p. 20).

Para Meireles (1998, p. 93), “Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. De acordo com essa concepção, polícia e governo, compreendidos como administração pública interna, apresentam-se em sentido equivalente, pois ambos tendem à mesma finalidade, qual seja: a preservação da ordem, do bem estar coletivo e o respeito às instituições estabelecidas, como indispensáveis para que o estado cumpra seus objetivos. Desta forma, a polícia se mostra, na sua organização, como uma entidade de caráter político, cuja missão primordial é a de vigilância da sociedade, visando ao bem estar coletivo e ao bem público.

Para cumprir sua função primordial, a instituição polícia ora se manifesta como a instituição de defesa e segurança, preservando a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individuais, ora se mostra como instituição de melhoramento e de proteção, zelando pelo bem estar público, apoiando, no que for necessário, o desenvolvimento social, político, educacional e econômico da sociedade salientando, todavia, que são atividades orientadas a consolidar a ordem pública sob a ótica da manutenção das relações de força entre classes e grupos sociais.

Como órgão instituído para defesa e segurança da coletividade, em princípio, a polícia é preventiva. Cabe a ela, portanto, prever e evitar fatos perturbadores da ordem pública. Tem igualmente o caráter repressivo, quando assume a função de remediar o mal causado, submetido, porém, ao imperativo da lei e ao respeito dos direitos humanos individuais e coletivos.

Diante da variedade de conceitos, finalidades, objetivos da polícia, ela passa a receber várias denominações, segundo a espécie de serviço ou encargos, tais como: Polícia Aduaneira, Polícia Civil, Polícia Criminal, Polícia dos Portos, Polícia Fiscal, Polícia Judiciária, Polícia Legislativa, Polícia Marítima, Polícia Sanitária, Polícia Secreta, Polícia Técnica, Polícia Rodoviária, Polícia de Trânsito, Polícia Florestal, Polícia Ferroviária, Polícia Militar e outras. Ela recebe essas denominações porque se trata de uma corporação militarizada, instituída pelos estados federados, para atender às requisições de autoridades administrativas para a preservação da ordem e policiamento dos lugares para onde são destacadas.

Em decorrência de suas atribuições de garantidora da ordem pública para que o estado possa exercer suas funções, inclusive de governo, a polícia militar historicamente é chamada de força pública.

No próximo item será apresentada a evolução dessa força pública e suas funções no desenvolvimento do Estado brasileiro.

1.8 A ORGANIZAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA

1.2.1 Aspectos Gerais

Estudos sociológicos realizados, de acordo com Almeida (1985, p. 21), indicam que a “Polícia nasceu com a formação da comunidade”. Surgiu com as primeiras formações humanas, em razão da necessidade de um elemento controlador das relações sociais que permitisse ao chefe a força suficiente para impor a sua autoridade e, conseqüentemente, o cumprimento das normas sociais.

Nos primórdios da civilização ocidental, a função policial se confundia com a justiça e até mesmo com a religião. Os juízes eram também chefes de polícia. Outras vezes, a função policial era desenvolvida por forças militares.

Uma incursão na História das Civilizações permite encontrar em Roma, à época do Imperador Augusto (69 até 14 a.C), um serviço policial de 7.000 homens, denominados *Coortes vigilum*. Eles eram distribuídos em sete partes, chamadas *Coorte*, cada uma com 1.000 homens. Cada *Coorte* tinha responsabilidade de policiamento e combate a incêndio em uma área da cidade ou dois distritos.

Com a Revolução Francesa, houve uma mudança radical na filosofia do serviço policial, surgindo então o “Código dos delitos e das penas, do Marques Cesare Beccaria” (STEVERSON e PÓVOA, 1994, p. 10), e a Lei 3 Brumário, que separou a polícia da magistratura e também da Força Terrestre (Exército). Definiu-se que a polícia deveria manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual, como prerrogativas advindas dos princípios liberais sustentadores da Revolução Francesa. A base principal de atuação da polícia, então, passou a ser a vigilância.

No Brasil, os primeiros tempos da Colônia remontam a Martim Afonso de Souza, com sua Expedição Colonizadora de 1530, das Capitânicas Hereditárias de 1536, dos Governos Gerais de 1548, com Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, dos Governos do Norte e do Sul, todos vindos para dar unidade à colônia. Os almotacés, autoridades encarregadas de zelar pela ordem pública nas vilas recém-criadas no Brasil-Colônia, constituem a primeira manifestação de uma autoridade policial.

No dicionário Jurídico, está assim registrado sobre os almotacés:

Almotacé, termo vindo do árabe (almohtacet, origina do verbo haçaba, contar, calcular), designa o funcionário ou autoridade, a que se atribui o dever de fiscalizar a exatidão dos pesos e medidas, a taxação dos preços estabelecidos e mesmo a distribuição de gêneros expostos ao consumo público. No regime antigo, o almotacé exercia também a função de Polícia da cidade, cabendo-lhe vigiar a limpeza pública (SOUZA, 1978, p.109).

Na história do Brasil encontram-se registros de que eram os donatários que, às próprias custas, organizavam, a pedido do Rei, o serviço de polícia. Ela surge como uma função particular e, como tal, manejada pelos interesses dos que a organizavam. Interessante é que até hoje encontram-se repercussões dessa época, observadas na prática de políticos ainda tendentes a manipular a polícia local, de acordo com sua vontade e interesses pessoais. Essa herança dos mandatários tem origens na substituição dos donatários por fazendeiros e donos de engenhos que simbolizam o poder da oligarquia rural¹. Os fazendeiros e donos de engenhos passaram a dispor da polícia normalmente utilizada para a manutenção dos seus domínios, repressão ao banditismo, captura de escravos fugitivos e controle das desordens provocadas por escravos alforriados. A polícia formava, em consequência, as guarnições municipais, chamadas Quadrilheiros. No sul do país, a Polícia tinha ainda a missão de manter estáveis as fronteiras nacionais.

1.2.2 As Tropas Fardadas do Brasil Colônia

A Colônia foi povoando-se. Riquezas advindas da agricultura e mineração emergiram e expandiram-se. As cidades, vilas e povoados, agigantaram-se. Os problemas nas relações sociais agudizaram-se. A ambição desmedida de sugar as riquezas da Colônia nascente inebriou os governantes do reino, inquietando os nativos.

Não era mais possível manter a ordem interna e repelir a ameaça externa com a força de segurança: almotacés, alcáides-pequenos, meirinhos, quadrilheiros, inspetores de quarteirão. Todos esses eram figuras de uma ordem local, bastante doméstica para o enfrentamento das funções que lhes eram impostas pelo crescimento das vilas e cidades. Surgem, então, as Companhias de Ordenanças, organizadas nas cidades, vilas e povoados, comandadas por capitães que, juntamente com os alferes, sargentos e cabos, eram escolhidos por eleição, segundo o que se encontra lavrado nos registros das Câmaras². Contudo, esse processo de eleição logo foi revogado, passando a nomeação dos cargos à competência dos governadores.

¹ Oligarquia – Termo usado aqui conforme a linguagem sociológica e política, significando “o grupo de dominação, cujo poder político real emana da propriedade da terra e do consequente controle que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalham”. Cf Iria Brzezinski. **A formação do professor para o início da escolarização**. Goiânia, Editora UCG, 1987, p. 87.

² Câmaras – São aqui entendidas como o embrião das futuras Câmaras Municipais.

As Companhias de Ordenanças mantinham a ordem pública nas cidades, vilas e paróquias, obedientes ao poder político local e constituíam fatores fundamentais da ordem interna e defesa contra invasores externos. Entretanto, as Companhias de Ordenanças – com contingentes de voluntários e/ou de homens menos favorecidos (pobres, negros, pardos e índios) – não serviram aos desígnios dos colonizadores ambiciosos, então foram substituídas pelas Companhias de Dragões, compostas em sua maior parte de homens oriundos de Portugal, bem adestrados e, portanto, mais aptos a impor a ordem interna nas antigas Capitâneas.

Segundo Almeida (1985, p. 38),

[...] as Companhias de Dragões, oriundas inicialmente de Portugal, assimilaram sob a forma de Companhias de Pedestres anexas, as Tropas de Ordenanças em exaurimento e foram tomando uma conformação de tropa nativa. Era o advento das Tropas Pagas, ou seja, soldados organizados e adestrados de acordo com os parâmetros da legislação militar portuguesa, redigida pelo Conde de Lippe.

Ressaltamos que, no Brasil Colônia, encontra-se o registro do primeiro esboço de polícia, surgido com a correição de 24 de outubro de 1626, instituindo os “quadrilheiros” com a finalidade de policiar a cidade do Rio de Janeiro, seguidos pelos Capitães-Mores de Estrada e Assalto, conhecidos mais como Capitães do Mato. Apareceram ainda os Alcáides que, entre as suas incumbências, constava a de efetuar prisões.

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, foi instituída por D. João VI a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (13 de maio de 1809), cujo primeiro comandante foi o Coronel José Maria Rabelo. Essa polícia tinha como missão cuidar da segurança pessoal do Rei, da família real e da cidade do Rio de Janeiro.

Nessa época, as polícias eram de jurisdição local, pois as organizações eram mantidas pelos impostos retidos pelas vilas em sua quase totalidade. As polícias, por sua vez, eram administradas pelas oligarquias dominantes, mas recebiam proteção administrativa da localidade. No Período Colonial, há notícias de que a única polícia existente era a da Província de Minas Gerais. Sua existência fazia sentido pela necessidade de fiscalização da

mineração do ouro da região. Essa polícia provincial ficou conhecida como os Dragões do Rei, posteriormente, denominada Divisão Militar da Guarda Real.

A idéia de uma polícia provincial surgiu, não como consequência normal da evolução, mas como condição imperiosa para salvar a integridade do Império ameaçado por inúmeras revoluções separatistas que o governo central não podia superar. Os turbulentos anos da Regência, com graves crises políticas, exigiam forças militarizadas, capazes de impor a ordem nas diversas províncias. Assim, a força militarizada deveria ser uma força capaz de garantir o poder político dos presidentes das províncias, liberando o governo federal do desgaste no choque sucessivo com forças sublevadas. A justificativa da função de policiamento aconteceu como consequência natural e tinha objetivos de mantê-la ativa nos períodos de calmaria política.

A atual polícia militar, fruto da evolução daquela polícia provincial, nasce de uma situação de emergência que desvia a polícia de sua função básica de policiamento da cidade para lutar contra os revoltosos, adversários do poder central.

1.2.3 A Polícia do Império e da República Brasileira

Em 1831, por Decreto do Regente Padre Feijó, foi dissolvida a Guarda Real e, em 1832, foi criado o Corpo de Guarda Municipal, também em regime militar, com fiscalização a cargo do Major Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, que manteve, nessa nova organização, grande parte da extinta Guarda Real. A história da Divisão Militar da Guarda Real, sucedida pelo Corpo de Guarda Municipal e depois recebendo outras denominações, ensejou o nascimento da instituição Policial Militar no Brasil.

Com a proclamação da República, as províncias transformadas em estados membros, conquistaram, em parte, autonomia político-administrativa e financeira, provocando, em decorrência, um fortalecimento político dos Estados e Municípios. As forças policiais criadas durante o período Regencial cresceram e fortaleceram-se de modo a transformarem-se em verdadeiros exércitos, como reflexo da autonomia estadual. Treinadas e equipadas como força de guerra, em função da ideologia política reinante, foram utilizadas como elementos de pressão dos

governos estaduais, na salvaguarda dos interesses regionais, principalmente na fase mais conhecida como a do “coronelismo”³ (SOUZA e CARNEIRO, 1996, p. 58).

Em quase todos os estados, as forças públicas, ao evoluírem, transformaram-se nas atuais polícias militares, cresceram e expandiram-se, assumindo a maioria delas o ônus do exercício de Polícia Judiciária.

Almeida explica a atribuição de polícia judiciária associada à de força pública afirmando que

O fenômeno da completa militarização das Forças Públicas torna-se mais acentuado, principalmente, entre a década de 20 e 30, onde a Força Pública Estadual respondia pela manutenção da ordem pública e desenvolvia grande parte das tarefas de Polícia Judiciária (ALMEIDA, 1985, p. 41).

A partir de 1946, começou o esvaziamento da importância das polícias militares como forças preparadas para a guerra, porém, a nova Constituição recuperou parte da arrecadação de impostos para a União e esse fato permitiu a modernização do Exército Nacional, conferindo-lhe autonomia e poder; como consequência o Exército passou a controlar as Polícias Militares.

As cidades passaram a ter um desenvolvimento maior, exigindo a manutenção do policiamento mais ostensivo. Nessa ocasião o policiamento da cidade vinculou-se às delegacias de polícia, tornando usual a nomeação de oficiais das polícias militares para os cargos de delegado. Outro fato decorrente do desenvolvimento das cidades foi a mudança na organização dos batalhões de polícia militar. Esses batalhões, com tradicional apego às articulações típicas da Arma de Infantaria, foram se adaptando às contingências operacionais próprias de policiamento, surgindo os batalhões especializados, como o de trânsito, rádio patrulha, florestal, entre outros.

³ Coronelismo – Expressão usada neste trabalho significando “a forma política por excelência do mandonismo local, apoiado no controle da terra, fonte fundamental de poder e riqueza. Em Goiás, o coronelismo se estruturou à medida que as finanças dos particulares aumentavam, enquanto as do governo se deterioravam”, Cf. Brzezinski. **A formação do professor para o início da escolarização**. Goiânia: Editora UCG, 1987, p. 37.

Com o propósito de continuar enfraquecendo as polícias militares, os Estados-Maiores foram desarticulados completamente pelo Exército Brasileiro sendo transformados em Diretorias ou Seções do Comando Geral, as quais distribuíam entre si as tarefas de controle das atividades policiais. A partir desse momento, a PM é reconhecida constitucionalmente como organização de caráter tipicamente militar – reserva do Exército Brasileiro. Esse momento é marcado pela Constituição Federal de 1934, em seu Artigo 167, que prescreve: “As Polícias Militares são consideradas reservas do Exército Brasileiro e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da nação” (SOUZA, 1986, p. 73).

O próprio designativo “militar” acrescido ao caráter policial estabelece a idéia de vínculo entre a polícia militar e as organizações de cunho militares, mais especificamente com o Exército Brasileiro, pelo fato de a polícia militar pertencer à Força Terrestre. Esse vínculo adquire características bem definidas no texto do Artigo 13, § 4º da Constituição Federal de 1969, que situa a polícia militar no universo das instituições destinadas à manutenção da ordem pública. Mais recentemente, com a promulgação da nova Constituição brasileira, em vigor desde o dia 05 de outubro de 1988, as polícias militares continuaram ligadas ao Exército, como podemos verificar nos termos do Artigo 144, § 5º:

Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. § 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2003, p. 96).

Ante o exposto, ou seja, a par da organização policial brasileira destacamos, a seguir, a forma como se dá, neste país, o ensino policial militar.

1.9 O ENSINO POLICIAL MILITAR NO BRASIL

1.3.1 O Ensino Militar

As poucas informações a respeito do ensino militar no Brasil nos dão conta de que as instituições militares brasileiras, encarregadas de preparar oficiais, são bastante antigas, como por exemplo:

A Escola Naval, surgida em 1886, recebeu muito antes dessa data as

denominações de Academia Real dos Guardas-Marinha, Academia Imperial dos Guardas-Marinha e Escola de Marinha. A Academia da Força Aérea só aparece com esse nome na década de setenta, mas já existia com o nome de Escola de Aviação desde 1919. Entre esses dois períodos recebeu também a denominação de Escola de Aeronáutica. A Academia Militar de Agulhas Negras, por sua vez, tem sua origem no ano de 1810, porém com o nome de Real Academia Militar (LUDWIG, 1998, p. 19).

Um estudo efetivo sobre a história do ensino militar no Brasil, desde suas origens até a atualidade, que leve em conta as variáveis mais significativas, ao que tudo indica, ainda não foi feito. O que pode ser notado, valendo-nos de leituras das raras obras que tratam do assunto, é a presença nessa história de alguns acontecimentos relevantes.

As Forças Armadas nacionais foram constituídas com base em influências recebidas de congêneres estrangeiras. Tomando como ponto de partida o século XIX, o quadro de oficiais nesse período era constituído, principalmente, por elementos lusos que vieram para o Brasil junto com a corte. Ao lado deles havia oficiais brasileiros originários da camada média da sociedade.

Em meados desse século, o corpo de oficiais compunha-se majoritariamente de elementos oriundos da classe dos senhores da terra e minoritariamente por indivíduos da pequena-burguesia e nobreza titular em declínio (LUDWIG, 1998, p. 20).

Para ser aluno das escolas militares daquela época era preciso pertencer a esses setores dominantes da estrutura social. Com o passar do tempo, as instituições de ensino destinadas ao preparo da oficialidade mantiveram a tradição de recrutar a maioria dos jovens dos segmentos mais favorecidos da comunidade. O contrário ocorre com o recrutamento de soldados “tendo como fonte os marginais, a insuficiência dos soldos, os equipamentos ruins e os exercícios de treinamento que deixavam muito a desejar” (LUDWIG, 1998, p. 20).

Outro fato significativo diz respeito à reorganização modernizadora que incidiu nas Forças Armadas, por causa da colaboração prestada pela Alemanha e França, em razão do envolvimento do Exército na guerra do Paraguai e nos episódios de Canudos e Contestado. As Forças Armadas alemãs e francesas contribuíram para tornar a corporação bélica nacional mais moderna e capacitada para o combate. Essa contribuição foi dada aos militares brasileiros, inclusive suas concepções políticas por meio das atividades de instrução

e de ensino. Os militares franceses legaram sua tradição aristocrática e seu desprezo para com o sistema representativo. Segundo Ludwig (1998, p. 21), “[...] os alemães são suspeitos de terem transmitido a eles (militares) um espírito de casta e uma mentalidade junker⁴ pouco compatíveis com a democracia”. Tais declarações confirmam que a influência militar francesa e alemã se dá na direção de inculcar a idéia de superioridade do cidadão militar em relação ao civil e certo desprezo pela democracia representativa.

No âmbito do sistema educacional brasileiro, tanto civil quanto militar, vários foram os estudiosos franceses e alemães que trouxeram contribuições significativas. Entre tantos outros, destacamos o francês Augusto Comte e o alemão John Herbart.

Com base no positivismo de Augusto Comte, a educação brasileira, a partir do final do século XIX, teve uma orientação nitidamente intelectualista-racionalista, com ênfase no estudo das ciências, mediante a experimentação e a observação. A questão do método também foi amplamente valorizada. Sob o ponto de vista da ciência, o rigor dos métodos pedagógicos passíveis de comprovação científica tornou-se quase uma obsessão.

Ainda sobre o positivismo de Comte, Libâneo, ao se referir à pedagogia adotada no Brasil, alegando que existem razões históricas para a influência positivista ter prevalecido nesta reorganização, ressalva:

O positivismo a que nos referimos aqui é o formulado por A. Comte, no qual ciência significa sistematização de conceitos a partir da experimentação. No caso da Pedagogia, significa conduzir o ensino a partir de fatos da ciência e com métodos objetivos. Não se trata do conceito de ciência proposto por Herbart e mesmo pelos católicos, em que os conceitos decorrem de pressupostos metafísicos. Verifica-se que, efetivamente, a Pedagogia desse período tem marcas acentuadas de ecletismo (LIBÂNEO, 2000, p. 109).

Quanto a Herbart, sua contribuição foi muito significativa e chegou a influenciar “[...] as propostas educacionais elaboradas por Ruy Barbosa” (SILVA, 1989, p. 8). Defendia o educador alemão que o fundamento da “[...] pedagogia, enquanto ciência, é a ética que indica o fim da educação [...]” (apud LUZURIAGA, 1946, p. 11). De acordo com este

⁴ Mentalidade Junker – Expressão que significa a neutralidade de um membro de classe privilegiada (aristocrática) na Prússia. Esse membro é associado com a reação (no sentido de reacionário) e o militarismo político. <http://dict.tv.chemntz.de/>

autor a teoria de Herbart propõe que somente é possível cultivar o desenvolvimento moral tendo como base a instrução.

Conforme Silva (1989, p. 7), Herbart considerava a coerção elemento fundamental em educação, pois acreditava que, pela formação do hábito, o indivíduo era preparado para receber o conteúdo de sua instrução. Segundo conceituava, a vida psíquica está constituída essencialmente por um jogo de representações, as quais só são modificadas pelos sentimentos e pelos desejos. Essas representações são de dois tipos: “formais ou lógicas e materiais ou físicas”.

Desta forma a teoria herbartiana associava o interesse e o prazer pelo estudo à eficiência na aprendizagem. Segundo advogava, era preciso despertar o interesse do aluno. “Não um interesse afetivo-biológico, mas interesse mental, ou seja, o gosto que se adquire por algo, o prazer de conhecer e compreender alguma coisa” (SILVA, 1989, p. 7).

Em síntese, é possível verificar que tanto o positivismo de Augusto Comte como a teoria herbartiana embasavam-se no cientificismo, no processo de ensino de “fora para dentro” e no rigor metodológico. Por essas razões, ambas as teorizações foram bem aceitas inicialmente pelos educadores do Brasil, por certo pela facilidade que o caráter cíclico e associativo daquelas teorias propiciava à aplicação prática do conteúdo curricular.

A disseminação das idéias positivistas⁵ no Brasil, a partir do final do século XIX, também atingiu as Forças Armadas, tendo como maior defensor dessas idéias o Major Benjamin Constant. Conta-nos a história que a ele, como um dos idealizadores da República no Brasil, coube a tarefa de conduzir o recém-criado Ministério de Instrução, Correios e

⁵ Positivismo – Enquanto uma forma de pensamento social, é uma teoria tentando explicar, cientificamente, alguns princípios a respeito do homem e da sociedade (COSTA, 1993, p. 42) A capacidade que esta filosofia teve para explicar os problemas sociais decorrentes das grandes mudanças econômicas e políticas ocorridas na Europa ao final do século XIX foi a razão de sua aceitação em diversas áreas do saber humano, inclusive na ideologia militar, que a elegeu como prioridade. Segundo a ótica positivista, a sociedade pode ser comparada a um grande organismo vivo e a sua análise deve ter como paradigma o estudo da anatomia, das ciências exatas e biológicas. Fundamentalmente naturalista, isto é, privilegiando o concreto e o material em detrimento das questões transcendentais, os positivistas procuraram construir um método de investigação científica calcado na análise de fatos concretos.

Telégrafos. Defensor de idéias positivistas, o então ministro estabeleceu para as escolas brasileiras um currículo calcado no cientificismo, na experimentação e na excessiva preocupação metodológica, no qual a subordinação da prática à teoria era característica preponderante.

É interessante observar que esse processo de “hierarquização” científica reflete de modo eficaz a representação coletiva⁶, traduzindo-se na submissão do cidadão à estrutura governamental. Tal qual ocorre com a prática em relação à teoria no processo científico, neste sentido, elucida-nos Brzezinski (1995, p. 53), quando afirma que “o currículo assim formulado – submetendo a prática à teoria – garantiria a ordem e a hierarquia científica, refletindo a submissão do cidadão à ordem social vigente”.

Não há como negar a influência positivista no ensino brasileiro de então, principalmente, se considerarmos a preocupação com o rigor científico e metodológico que desencadeou um processo de orientação intelectualista, buscando a formação enciclopédica do indivíduo. Predominavam, nessa época, as disciplinas da área de exatas, em que prevaleciam as análises quantitativas que medem o caráter preciso do fenômeno estudado.

O positivismo comteano inspirou Benjamin Constant a promover reformas educacionais logo após a proclamação da República. Um reflexo das reformas foi a criação do *Pedagogium*, no Distrito Federal, em 1890.

O *Pedagogium* foi instalado com o objetivo de constituir-se o primeiro centro de aperfeiçoamento do magistério, organizado no país. Com certeza seria essa a primeira iniciativa do poder central no sentido de organizar os estudos pedagógicos em nível superior (BRZEZINSKI, 2002, p. 22).

Ocorre que o *Pedagogium* teve duração efêmera, no entanto, o desejo de Benjamin Constant era organizar o “Sistema Escolar” e transformar essa instituição em órgão coordenador e regulador das atividades pedagógicas do país. Desse modo, os currículos

⁶ Representação Coletiva – Expressão proposta por Emile Durkheim (Les Formes élémentaires de la vie religieuse, 1912) para designar aquela parte de experiência individual que é comum a vários indivíduos e se atribui à participação destes num grupo social bem definido. A religião, por exemplo, é uma representação coletiva. C. G. Jung baseou-se neste conceito do sociólogo francês para definir sua concepção de idéias coletivas (CABRAL, 1979, p. 340).

escolares, mediante orientação desse órgão central, evidenciavam forte tendência positivista intelectualista.

As propostas de reforma do sistema educacional brasileiro, elaboradas por Benjamin Constant, efetivamente não chegaram a alterar práticas escolares já há muito conservadoras, como se comprova nas afirmações a seguir:

Ao iniciar-se o período republicano por volta de 1889, desenvolvem-se condições propícias ao aparecimento de movimentos de renovação pedagógica e cultural. São encetadas reformas de ensino, muitas de caráter mais administrativo que pedagógico, cujos efeitos, porém, são modestos. Nem a reforma de Benjamin Constant de 1890, inspirada em idéias filosóficas e pedagógicas de Augusto Comte, consegue chegar a medidas concretas, **especialmente na modificação das práticas de sala de aula** (LIBÂNEO, 2000, p. 108-109, grifo nosso).

No tocante ao ensino militar, a orientação positivista provocou alterações ao conferir aos cadetes da época o grau de bacharel e doutor em ciências físicas e matemáticas. Ludwig (1998, p. 21) registra essa mudança, no mínimo estranha para uma instituição à época “voltada para o emprego da violência”. Essas mudanças curriculares podem ser interpretadas como uma tentativa de conferir *status* ao futuro oficial, colocando-o numa posição de superioridade aos demais membros da sociedade civil. Tal interpretação se sustenta se for levado em conta que os paisanos⁷, de então, possuíam uma imagem negativa dos profissionais fardados devido às tradicionais deficiências da corporação bélica e a certas manifestações inconvenientes da personalidade militar, com atitudes autoritárias em relação aos civis.

Cabe mencionar outro fato histórico que avivou as atitudes militares violentas contra a sociedade civil. Trata-se do movimento anticomunista liderado pelos norte-americanos no período, a partir da Segunda Guerra Mundial. Esse movimento encontrou campo fértil no meio bélico brasileiro, em razão do sentimento irascível que tomou conta dos militares, em 1930, quando ocorreu a Intentona Comunista. Na divisão do mundo em dois blocos: comunista e capitalista, o Brasil colocou-se ao lado dos Estados Unidos. De conformidade com a política de alinhamento defendida por esse país, caberia ao Brasil preocupar-se basicamente com o inimigo interno, priorizando o combate à infiltração

⁷ Paisano – Expressão usada pelos militares para referirem-se, genericamente, às pessoas civis.

comunista oriunda de Moscou. Em conseqüência, muitos militares que foram fazer cursos na América do Norte receberam forte doutrinação anticomunista.

Diante da incumbência do governo brasileiro no sentido de sustentar, no país, os ditames da ideologia capitalista norte-americana, e do objetivo da preservação da segurança nacional, foi incluída nos currículos das escolas de formação de oficiais a disciplina Segurança Interna sendo intensificada durante a ditadura militar, implantada em 1964. Ressaltamos que o processo de inculcação da ideologia anticomunista tendeu a considerar qualquer manifestação da sociedade civil, principalmente aquelas advindas dos setores populares, como atos subversivos. Essa ingerência americana nas Forças Armadas Brasileiras teve reflexos acentuados no ensino policial militar, de um modo geral, e especificamente no de Goiás.

Curioso é que os atuais currículos de formação da oficialidade brasileira, do Exército, Marinha e Aeronáutica ainda conservam a preocupação com a segurança interna, haja vista que esse assunto continua sendo estudado nas Academias Militares. Embora com nova concepção pedagógica, ainda perdura a influência da ideologia gestada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) na Escola Superior de Guerra (ESG), fruto das idéias do general Golbery do Couto e Silva.

A ESG foi a agência de formação da ideologia dos militares brasileiros e depois de civis conservadores, inclusive professores universitários e gestores de sistemas escolares, durante todo o período da ditadura. Arns (1985, p. 70) faz breve relato acerca do papel dessa instituição no Brasil:

[...] três anos depois da similar norte-americana – o *'National War College'* – é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob a jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. Nos dez anos que vão de 1954 a 1964, a ESG desenvolveu uma teoria de direita para intervenção no processo político nacional. **A partir de 1964, a ESG funcionaria também como formadora de quadros para ocupar funções nos sucessivos governos** (grifo nosso).

Ainda de acordo com Arns (1985, p. 70), comprova-se a participação decisiva do general Golbery na elaboração da ideologia de segurança nacional, com a criação do SNI, nas afirmações que se seguem:

Além de ter gerado a ideologia oficial do Regime Militar, a ESG trouxe

também alguns subprodutos, entre os quais, a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), por Golbery do Couto e Silva, que teria importante papel na implantação e defesa do novo sistema político.

Esse general como eminência parda do governo ditatorial, mas mandatário, é descrito por Gaspari (2000, p. 23) pelos seguintes cognomes, a ele atribuídos pelos comunistas: “o bruxo, satã, satânico Dr. Go, corcunda, Dr. Gol, Corca, Genedow”. Em muitos momentos da duradoura permanência de Golbery no poder, ele valeu-se de “maquiavélicos” ensinamentos do mestre francês Nicolau: arquitetava planos, operações, escutas, artimanhas e negociatas, assumindo “atitudes sutis, astuciosas e até mesmo cruéis” (MAQUIAVEL, 1998, p. 10). Esse general, mentor intelectual da ditadura, colaborou intensamente para a perpetuação do regime, que muito bem representou enquanto esteve no poder.

Pelos estudos de Ludwig (1998, p. 22) constatamos que a prática pedagógica castrense, nas Forças Armadas, “além de inculcar no psiquismo dos alunos a ideologia arbitrária da corporação bélica, introjeta, simultaneamente, a ideologia da classe hegemônica, isto é, as concepções e valores desse segmento social”.

Valemo-nos também dos estudos de Germano (2000) e de Gaspari (2002), os quais nos auxiliam na interpretação da ideologia da ordem e da segurança nacional (anticomunista) que se implantou no país com a tomada do poder central no Brasil pelos militares brasileiros. Vale ressaltar que os dois autores tratam do mesmo assunto, no entanto, com enfoques diferentes, baseando-se naturalmente em sua formação: Germano analisa a questão de modo mais acadêmico-científico, enquanto Gaspari mostra fatos registrados na mídia, com linguagem jornalística.

Visando a explicar o real significado da expressão “ideologia da segurança nacional”, Gaspari (2002, p. 39), adverte que

Trata-se do sistema através do qual se teria processado, calculadamente, a articulação da ditadura. O autor explica que [...] a doutrina de Segurança Nacional serviu também de conduto para racionalizar a beatificação das massas. Essas eram conduzidas por um golpe arquitetado por civis e militares e que configurou a ascensão de um novo bloco no poder, representado por uma articulação entre o conjunto das classes dominantes,

quais sejam, burguesia industrial e financeira, o capital mercantil, latifundiários, militares, intelectuais e tecnocratas.

Salles (1999, p. 33-34), em seus estudos sobre o golpe militar, apresenta o seguinte comentário:

[...] deve-se analisar o golpe como uma iniciativa de amplitude global, no sentido de impedir que nações periféricas obtivessem independência das potências econômicas e do sistema financeiro internacional. Muito se considerava a importância estrangeira do Brasil, pois vigorava a ‘teoria do domínio’: se o Brasil escapasse do controle americano, o mesmo fariam as demais nações da América Latina. Portanto, a motivação do golpe foi organizada de fora para dentro, numa aliança entre o **capital internacional, as elites econômicas nacionais, os políticos de extrema direita e os militares** (grifo nosso).

As medidas adotadas no plano econômico traduzem fielmente o conteúdo de classe das forças que se juntaram para promover o golpe. [...], de forma articulada a ditadura impôs: desmantelamento do movimento sindical, arrocho salarial, legislação antigreve, repressão. [...]

A ideologia adotada pelos militares de 1964, fez uso, em larga escala, da força (domínio) com o consenso (direção) na busca da conquista da hegemonia⁸, para obter uma identificação entre oprimidos e governantes, numa clara demonstração de interesses, evidenciados em um comportamento capaz de modelar a vida privada, a alma, o espírito e os costumes dos destinatários do poder de acordo com

[...] uma ideologia dominante, ideologia que será imposta àqueles que não querem se submeter a ela, com os diferentes meios do processo do poder. A ideologia estatal vigente penetra até o último rincão da sociedade [...]: Sua pretensão de dominar é ‘total’ (GERMANO, 2000, p. 28-29).

Ao investigar as mudanças na organização do Estado brasileiro pós 1964, certificamos que foi de autonomia militar estabelecer os destinos da Nação independentemente dos outros setores, haja vista que os militares tomaram de assalto os demais poderes chegando a fechar o Congresso Nacional.

Nesse sentido, Oliveira (1987, p. 148) facilita a compreensão do conceito pois

⁸ Hegemonia é aqui entendida como uma esfera de superestrutura, em que são formuladas e circulam a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, predominantemente de uma classe social com relação às outras, mas também como o ‘lugar’ em que todas as classes organizadas expressam a defesa de seus interesses, cf. (GERMANO, 2000, p. 20).

[...] trata-se da capacidade de o aparelho militar, em seu conjunto, definir,

com grande independência em relação aos demais setores e atores do Estado e da sociedade, seus próprios objetivos políticos, estratégicos e materiais; a autonomia envolve a capacidade de lutar pela obtenção dos meios que o aparelho militar define como necessários àqueles fins, ao passo que as forças políticas representadas no Estado tendem a reconhecer não apenas a autonomia militar como também a legitimidade da presença e das aspirações militares.

Com o golpe de 1964, os militares implantaram um regime autoritário, caracterizado pelo fato de o poder não estar submetido a nenhum limite, estar fora de qualquer controle político. Segundo Germano (2000, p. 18),

O fato é que se configura uma hipertrofia do Executivo combinada a uma existência praticamente simbólica dos demais poderes, uma vez que estamos diante de um poder legislativo que não legisla e de um poder judiciário que não julga, mas que atuam conforme a vontade e a conveniência do Executivo.

Nesse regime de governo que, como sabemos, durou vinte e um anos, o Estado brasileiro investiu muito mais na esfera econômica e nas ações repressivas de toda ordem para silenciar os opositores do regime, evidentemente, do que em políticas sociais. Contudo, cabe acrescentar que, embora o governo de exceção tenha procurado abafar os movimentos sociais e promover um “unilateral” processo de crescimento econômico nacional, o qual privilegiava sobremaneira as classes dominantes, a sociedade civil fez surgir, na forma de contra-ataque ao autoritarismo reinante, vigorosos movimentos sociais, muitas vezes clandestinos.

Nesse sentido, reforça (Brzezinski, 2000, p. 84-85) “[...] os largos anos de regime puramente arbitrário favorecem a reorganização dos movimentos sociais, engendrados, muitas vezes, na sociedade civil, em condições de clandestinidade [...]”.

Assim, objetivando conter o crescente processo de conscientização social acerca dos reais interesses do governo, este faz uso da política educacional como estratégia de hegemonia e deixa de cumprir uma das principais funções tradicionalmente afetas ao estado capitalista, qual seja, a de assegurar a escolarização da força de trabalho de uma nação.

Germano (2000, p. 22), mais uma vez criticando a ausência de uma política social do regime militar, principalmente na área educacional, diz que

O elevado grau de analfabetismo e o baixo percentual da escolarização da população economicamente ativa, permitem inferir que, nas condições do capitalismo brasileiro, a política educacional pós 64 contribui para a exclusão social das denominadas classes populares. [...] Ou seja, a política educacional, de fato, privilegiou o topo da pirâmide social.

À vista dessa estrutura, é importante ressaltar que as convicções positivistas respondiam de maneira eficiente a todos os questionamentos porventura formulados ao militarismo.

Por intermédio do lema positivista “ordem e progresso”, repassavam-se aos cidadãos as condições de conduta pré-estabelecidas, garantindo o melhor funcionamento da sociedade, o bem comum e os anseios da “maioria” (leia-se elite) da população. A ordem é o princípio que deve reger as transformações sociais, princípio necessário para que se viabilizem a evolução social e o progresso. Essa ordem implicaria o ajustamento e a integração dos componentes da sociedade a um objetivo comum.

Nesse sentido, os movimentos reivindicatórios oriundos de classes menos privilegiadas economicamente, os conflitos e as reformas deveriam ser contidos sempre que pusessem em risco a ordem estabelecida, o funcionamento da sociedade ou, até mesmo, quando inibissem o progresso.

Augusto Comte identificou na sociedade dois movimentos vitais: o dinâmico e o estático. O primeiro refere-se ao progresso ou à evolução da sociedade, como, por exemplo, o processo de industrialização vivenciado pelos europeus por ocasião da Revolução Industrial e que inevitavelmente ocasionou mudanças. Já o segundo movimento diz respeito à preservação dos elementos permanentes de toda organização social, ou seja, as instituições que mantêm a coesão e garantem a manutenção do ‘*status quo*’ como, por exemplo, família, religião, propriedade, direito etc. Comte privilegiava o movimento estático sobre o dinâmico. A conservação sobre a mudança. Isso significava que para ele o progresso só seria válido se os elementos da ordem fossem aperfeiçoados. Desta maneira, a teoria positivista justifica a

postura do regime militar que, em busca da manutenção da ordem, trabalha para manter bem definida a distância existente entre as classes sociais, dificultando o acesso da maioria da população à educação de qualidade.

A política educacional do Estado brasileiro pós golpe de 1964, por sua vez, é decorrente de um conjunto de medidas que penetram no sistema educacional e nos currículos com o objetivo de inculcação da ideologia dominante, marcadamente conservadora, tradicional, positivista, tecnocrática e intelectualizada.

Vemos que a política educacional brasileira, nesse período, foi largamente utilizada e ao mesmo tempo vítima das artimanhas política, econômica e ideológica do Aparelho Repressivo do estado, servindo de igual forma para “assegurar a dominação política existente, a manutenção do processo de acumulação de capital e, por vezes, afastar focos de tensão e de conflito para obter a hegemonia” (GERMANO, 2000, p. 32).

A hegemonia pretendida pelos “donos do poder”, de então, não seria tomada no sentido assistencialista de ação destinada aos carentes, como ocorre nos governos populistas, mas como uma intervenção estatal que atinge diferencialmente todas as classes sociais. Entretanto, a função de exorcizar conflitos,

[...] produz ao mesmo tempo as condições materiais para a emergência de novos conflitos e, com isso, novas pautas de reivindicações são apresentadas ao Estado, revelando assim o caráter contraditório da ação estatal (HABERMAS, 1975, p. 83).

Durante os governos militares, vários foram os instrumentos de perpetuação ideológicos utilizados, um deles – e talvez o mais importante – foi a educação. Com a centralização das decisões educacionais, o Estado Maior das Forças Armadas elaborava diretrizes e normas pertinentes a todo o ensino militar ministrado no interior de suas escolas. Havia um comando único de onde advinham todas as decisões filosófico-pedagógicas da caserna para a formação dos quadros de pessoal das três forças militares brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica).

A esse comando subordinavam-se não apenas as escolas das Forças Armadas, como também todas as academias de polícia militar dos estados-membros, posto que as polícias militares são classificadas como “forças auxiliares” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2003, p. 96). Como seria inevitável, também o ensino policial militar sofreu, de igual forma, influxos da educação positivista, como ideologia da segurança nacional. Trataremos deste assunto no item a seguir.

1.3.2 O Ensino Policial Militar

O ensino policial militar tem como origem a própria necessidade de a instituição formadora assimilar técnicas, estratégias, doutrinas, concepções filosóficas, características das organizações preparadas para a guerra contra o inimigo externo, como acabamos de registrar.

Neste aspecto o ensino militar e o ensino policial militar têm muitas aproximações, porém eles mantêm distinções. O ensino militar é aquele ministrado nas escolas militares das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Como o objetivo precípua destas é a manutenção da paz e da soberania da nação, a formação é feita por meio de um currículo que enfatiza disciplinas relacionadas com o conflito armado convencional propriamente dito. O militar das Forças Armadas é preparado efetivamente para a guerra. Já o ensino policial militar é aquele ministrado nas escolas militares das polícias militares do Brasil, por exemplo, na Academia de Polícia Militar de Goiás. A finalidade essencial do currículo dessas escolas é preparar o policial militar para promover a segurança do cidadão, nas mais variadas circunstâncias que se apresentem. O maior desafio, portanto, é o desenvolvimento de um perfil profissional individual e coletivo, composto por múltiplas habilidades, tais como: capacidade de rápida adaptação a novas situações (que podem ocorrer por diversas vezes ao longo de um mesmo dia de trabalho), auto-controle, bom senso, raciocínio rápido, cortesia, conhecimentos gerais e específicos e a necessária energia no enfrentamento de ocorrências. Essas ocorrências não se dão em confronto com um inimigo (como no caso das Forças Armadas) e sim com um cidadão que apresenta desajustes sociais e por isso causa transtornos à comunidade, necessitando ser ressocializado.

Nosso intuito, neste item, é fazer uma retrospectiva do ensino policial militar tomando-se por base a instalação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), logo após o golpe militar.

A IGPM como órgão supervisor do ensino militar no Brasil imprimiu um padrão geral para esse ensino, definindo diretrizes curriculares e outras orientações pedagógicas

A legislação específica das Forças Armadas, embora submetida à LDB 4024/1961, regulamenta o ensino tanto para aquelas como para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. O R-200 (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares), aprovado pelo Decreto nº 66.862, de 08 de julho de 1970, alterado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, em seu capítulo VI, preceitua:

[...] Artigo 26 – O ensino nas Polícias Militares orientar-se-á no sentido da destinação funcional de seus integrantes, por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, com vistas, prioritariamente, à segurança Pública.

Artigo 27 – O ensino e a instrução serão orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por intermédio do Estado-Maior do Exército, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos.

Artigo 28 – A fiscalização e o controle do ensino e da instrução pelo Ministério do Exército serão exercidos:

1) Pelo Estado-Maior do Exército, mediante a verificação de diretrizes, planos gerais, programas e outros documentos periódicos, elaborados pelas Polícias Militares; mediante o estudo de relatórios, visitas e inspeções dos exércitos e Comandos Militares de Áreas, bem como por meio de visitas e inspeções do próprio Exército, realizadas por intermédio da IGPM;

2) Pelos Exércitos e Comandos Militares de Áreas, nas áreas de sua jurisdição, mediante visitas e inspeções, de acordo com diretrizes e normas baixadas pelo Estado-Maior;

3) Pelas Regiões Militares e outros Grandes Comandos, nas respectivas áreas de jurisdição, por delegação dos Exércitos ou Comandos Militares de Área, mediante visitas e inspeções, de acordo com diretrizes e normas baixadas pelo Estado-Maior do Exército.

[...]

Art. 37 – Compete ao Estado Maior do Exército, por intermédio da Inspeção Geral das Polícias Militares:

[...]

III – Orientação, fiscalização e controle do ensino e da instrução das Polícias Militares;

[...]

VII – Orientar as Polícias Militares, cooperando no estabelecimento e na atualização da legislação básica e dessas Corporações, bem como coordenar e

controlar o cumprimento dos dispositivos da legislação federal e estadual pertinentes.

Ressaltamos que, de 1983 até o ano de 1990, a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) fazia o controle do ensino e da instrução junto às polícias militares e pelo Decreto Federal nº 99.669, de 06 de novembro de 1990, quando esse papel foi passado para o Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (COTER). Esse controle é feito com suporte em duas diretrizes básicas:

a) Diretrizes para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Independentes (DFEE/PMCB), que estabelecem preceitos comuns para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

b) Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução (DGEI) que têm por finalidade orientar o planejamento e o desenvolvimento do ensino e da instrução nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e regular o seu controle, coordenação e fiscalização. As normas seguintes dão uma visão geral das finalidades e objetivos do ensino das Polícias Militares:

[...] a. O Ensino Policial-Militar e de Bombeiro Militar é a atividade desenvolvida pelas Corporações Policiais Militares e de Bombeiros Militares com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal a necessária habilitação para ocupação, em qualquer situação, dos cargos previstos em sua organização e para o exercício das funções que lhes corresponderam.

[...] d. No que concerne à parte policial militar, ênfase especial deve ser dada aos assuntos diretamente relacionados com a atividade-fim: policiamento ostensivo. Todos os conhecimentos necessários para as ações de prevenção dos delitos e para as ações de defesa pública devem ter precedência sobre os que digam respeito à participação na defesa interna e na defesa territorial.

[...] f. O ensino e a instrução devem buscar, não somente, a fixação de conhecimentos, mas, também, a educação do homem e a criação de hábitos no profissional, desenvolvendo-lhe qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho de suas missões (DGEI, 1987, p. 11).

Até o ano de 1982, as DGEI tinham edição anual, passando a ser bienais até 1987. Depois foi adotado pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) o sistema de modificações e atualizações, somente feitas quando necessárias, tornando então sua última edição permanente. A partir de então as próprias polícias militares locais ficaram responsáveis por fazer as alterações que lhes fossem encaminhadas, em função, também, do novo momento

político, social, econômico, cultural, que já dava mostras de retomada do processo democrático, a partir das Diretas Já, das eleições diretas para os cargos do executivo e do legislativo e a criação de novos partidos políticos.

Tais fatos acarretaram conseqüências positivas e negativas. Um dos pontos positivos foi o término da imposição de que a formação policial fosse voltada para os interesses das Forças Armadas. Neste sentido, Martins e Lima (1997, p. 55) comentam a obra de Ruy Sampaio:

Em um trabalho elaborado em 1988, pelo Cap PMDF Ruy Sampaio Silva, foi abordada a formação do sargento policial-militar, a seleção, a carga horária e o rol de matérias curriculares. O autor fundamenta o seu trabalho no objetivo de que o ensino deve buscar quatro tipos de ações básicas:

Destarte serão partes integrantes do ensino, os quatro tipos de ações básicas, a saber:

- a) O policiamento preventivo, visando à antecipação da atuação policial-militar ao fato delituoso;
- b) As ações de defesa pública, empregadas no controle de distúrbios e outras manifestações de perturbação da ordem;
- c) As ações de defesa interna, para os casos de repressão às ações subversivas;
- d) As ações de defesa territorial, quando convocados as Forças auxiliares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.

De fato, essas ações básicas estão previstas nas Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução da IGPM, cuja última edição ocorreu para o biênio 86/87, o que demonstra haver, naquela época, uma coordenação efetiva pela inspetoria e uma atenção maior voltada para os interesses do Exército na formação do policial-militar.

Observa-se, somente pela análise das ações básicas, que em nenhum momento havia a preocupação em formar um agente para atuação junto à sociedade. A finalidade era formar um agente de segurança voltado para atender aos interesses do Estado, bem como, mais especificamente, formar o contingente reserva do Exército.

A descentralização das diretrizes possibilitou a adequação dos currículos, visando a atender às expectativas e aos interesses da sociedade que mais se aproximassem dos interesses do cidadão, dando ao currículo e às disciplinas um enfoque mais social. O ponto negativo, no entanto, foi que as corporações policiais militares deixaram de ter uma coordenação em âmbito nacional, gerando, assim, uma diversidade acentuada na questão da formação dos policiais militares.

Após os anos de 1980, mesmo com a vigência da Constituição de 1988, conhecida como *Constituição cidadã*, constantes demandas culturais, políticas e sociais em âmbito nacional desencadearam um movimento de violência em todo o país, o que veio colocar a segurança pública entre as necessidades básicas dos brasileiros. O momento vivenciado trouxe expressiva repercussão nas instituições de formação do policial militar objetivando oferecer serviço de maior qualidade e eficiência que atendesse efetivamente à sociedade. Todavia, as atitudes dos policiais que são responsáveis pela segurança do cidadão vêm recebendo as mais severas críticas, sobretudo pelo trato violento dado aos marginais.

Diante do cenário atual e impulsionado pela coletividade, o Governo Federal, em 1998, iniciou um projeto para realizar um estudo sobre as organizações policiais. O primeiro diagnóstico apontava para a necessidade de mudanças na formação dos profissionais de segurança pública. Em 1999, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas – UNDCP, o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), editou uma proposta de bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão tendo como um dos pontos norteadores a reformulação dos currículos. A proposta em questão apresentou-se como uma maneira de garantir a unidade de ação e de pensamentos dos policiais em formação, objetivando diminuir alguma discrepância existente e promover a equidade do processo de formação, visando, segundo parece, à unificação ou integração das polícias.

Os dispositivos legais, aqui citados, ressaltam a instrução e o ensino de forma geral. A legislação que trata do assunto com particularidade tem suporte na Portaria nº 073, de 10 de dezembro de 1987, expedida pelo Estado-Maior do Exército que aprovou as Normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC), tratando basicamente da finalidade, referências, considerações gerais, elaboração e revisão de currículos e prescrições diversas, das quais destacamos as mais pertinentes ao nosso trabalho.

Nas considerações consta que

[...] 1) o aluno recém-matriculado em um curso revela comportamentos que deverão ser enriquecidos com as experiências proporcionadas pelo estabelecimento de ensino. Estas experiências, intencionalmente selecionadas, constituem o currículo, no sentido amplo deste termo.

A revisão dos currículos a ser feita pelos estabelecimentos de ensino deve considerar que

Os currículos precisam ser constantemente avaliados. As modificações a serem introduzidas são fruto de permanente observação e devem ser feitas dentro de uma sistemática de trabalho, podendo ocorrer, nos objetivos gerais do curso, no rol de disciplinas, nos objetivos das disciplinas e dos assuntos, nos procedimentos didáticos, na carga horária e no sistema de avaliação do rendimento da aprendizagem [...].

6. Prescrições Diversas:

a) [...]

b) Validade dos currículos e seus anexos

como norma de orientação geral, deve-se observar, em princípio, os seguintes prazos de validade:

1) Currículo - indeterminado

2) Programa de Matéria e Plano de Matéria – 3 anos

3) Plano de Unidade Didática – 1 ano (NORMAS PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CURRÍCULOS, 1987, p. 1)

No âmbito da PMGO são seguidos dois documentos básicos. O primeiro emitido pelo Comando Geral através da antiga Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, hoje, Gerência de Ensino Policial Militar, que são as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCEs). O segundo é o Plano Geral de Ensino (PGE).

As NPCEs têm por finalidade estabelecer critérios para o planejamento e conduta do ensino profissional na corporação. Essas normas padronizam procedimentos dos diversos setores responsáveis pelo ensino no processo de formação, aperfeiçoamento, especialização, habilitação, adaptação/extensão e atualização dos profissionais de segurança pública. Apontam para a necessidade do dinamismo dos métodos de ensino, com amplo proveito dos mecanismos de coordenação e controle. Nessas normas aplicam-se, portanto, as diretrizes oriundas do Comando Terrestre (COTER), órgão ligado ao Comando do Exército que, na nova estrutura das Forças Armadas, assumiu as atividades da antiga Inspeção Geral das Polícias Militares.

Já o segundo documento básico, o Plano Geral de Ensino baseado nas NPCEs, tem por finalidade coordenar e definir a conduta das atividades de ensino a cargo de cada unidade de ensino da PMGO, face às diretrizes advindas do Comando Geral com vistas ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e ainda padronização dos procedimentos dos diversos setores responsáveis pelo ensino nessas Unidades.

Em Goiás, cabe à Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, atendendo as diretrizes anteriores e as provenientes do governo do Estado de Goiás, gerenciar o ensino da nova Academia de Polícia.

1.10 O ENSINO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DE GOIÁS

Com a Resolução Provincial de nº 13, de 28 de julho de 1858, do Presidente da Província de Goiás – Francisco Januário da Gama Cerqueira, foi criada a Força Policial do Estado de Goiás.

Sobre esse assunto Souza e Souza descrevem que

[...] com a criação da Força Policial, vários civis foram contratados para o policiamento local: eram os bate paus. Sem qualquer instrução, com disciplina precária, eles não possuíam qualquer garantia e só recebiam do governo uma pequena diária e ajuda de custo, para que não passassem muita fome durante as diligências (1999, p. 37).

O início da constituição e formação dos quadros da recém-criada Força Policial foi marcado pelo recrutamento aleatório de praças⁹ e oficiais¹⁰, motivado pela carência de recursos humanos e materiais. Essa prática persistiu por vários anos, atingindo as duas primeiras décadas da República.

Em 1924 foi criada a Escola Regimental. De acordo com Souza e Souza, essa escola era

destinada à alfabetização da tropa, ganhando um reforço de altíssimo nível na pessoa da professora Goiandira Ayres do Couto, que, atendendo ao apelo da Cruzada Nacional de Educação e ao espaço aberto pela Polícia Militar, implantou em 1936, como voluntária e sem ônus, na sede do quartel da Polícia Militar de Goiás, uma sala de aula, para alfabetização (1999, p. 70).

Consideramos pertinente registrar um fato histórico sobre a alfabetização da tropa: segundo Brzezinski (1987, p. 44), foi a professora Goiandira do Couto quem “criou a 1ª

⁹ Praças – Denominação dada aos integrantes das Corporações Militares compreendendo as graduações hierárquicas do soldado ao sub-tenente.

¹⁰ Oficiais – Denominação dada aos integrantes das Corporações Militares compreendendo os postos hierárquicos do aspirante-a-oficial ao coronel.

Escola de Alfabetização de Adultos no Estado, dedicando-se ao ensino noturno que abrigava em sua maioria soldados analfabetos”.

Somente nos meados de 1940 surgiu em Goiás o primeiro curso regular de soldados, com a Escola de Formação de Praças, inicialmente chamado Departamento de Instrução Militar e depois Departamento de Instrução. Seu primeiro Comandante foi o Major da Força Pública de São Paulo, Cícero Bueno Brandão. À época, o DI registrava a formação dos primeiros quadros de uma Polícia Militar: soldados, cabos e sargentos. A partir de 1952, passou a formar também oficiais, como escola reconhecida nacionalmente.

A expansão da Polícia Militar é notável. Os dirigentes do Departamento de Instrução perceberam que sua estrutura não comportava mais a demanda de um pessoal ávido de uma boa formação acadêmico-militar. O ano de 1971 marca a sua transformação em Centro de Formação e Aperfeiçoamento, quando começou a receber interessados de outros Estados da Federação. Eles buscavam conhecimentos por intermédio de uma Corporação já consolidada no campo administrativo-operacional. No CFA aperfeiçoavam-se oficiais e formavam-se praças e sargentos praticamente para todos os estados e territórios que ainda não possuíam academias.

O CFA prossegue sua caminhada até o início do ano letivo de 1985. Uma ação do alto escalão da Corporação conseguiu transformar o histórico Centro de Formação e Aperfeiçoamento na Academia de Polícia Militar de Goiás (APM/GO).

A meta prioritária da APM/GO, além da formação inicial, é a especialização e o aperfeiçoamento de oficiais e praças, por meio da educação continuada¹¹. A implantação do Curso de Técnica de Ensino para oficiais e sargentos, iniciativa deste pesquisador, foi o primeiro curso de especialização da APM/GO goiana. A partir de 1987, passou a preparar instrutores para lidarem com as questões didático-pedagógicas da instituição. A partir de 1988, foi reativado o extinto Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, abrindo vagas para capitães da própria Corporação e demais Corporações de todos os Estados da Federação. Foi

¹¹ Educação Continuada é aqui entendida como o processo ensino-aprendizagem que se prolonga durante toda a carreira profissional do policial militar, sendo prática corrente na formação de oficiais da corporação.

criado também o Curso de Monitor de Educação Física e reativado o Curso de Habilitação de Oficiais da Administração.

No ano de 1991, ocorreu a divisão dos cursos de preparo de oficiais, do curso para praças, pois foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), distinguindo assim a formação, a especialização, a habilitação e o aperfeiçoamento de oficiais e de praças. Essa separação fez com que a APM/GO se responsabilizasse somente pela formação de oficiais, e o CFAP passou a dedicar-se à formação exclusiva de praças, no sentido de possibilitar que os dois estabelecimentos de ensino da Polícia Militar de Goiás oferecessem educação continuada, com eficiência, atendendo às especificidades das graduações e patentes.

Hoje, a APM/GO transformada em Gerência de Ensino Policial Militar desenvolve diversos cursos de especialização. Destacamos o Curso de Direitos Humanos, visando, primordialmente, a humanizar a conduta de seus profissionais. Notamos, então, uma sensível mudança na formação do policial, que vai se distanciando do objetivo de formar para a guerra contra o inimigo externo. Um exemplo a ser mencionado neste sentido foi a celebração de convênio entre a Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado de Goiás e a Universidade Católica de Goiás, dando origem ao Curso de Especialização *latu sensu* em Segurança Pública para oficiais superiores da Polícia Militar de Goiás, Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, Delegados de 1ª classe da Polícia Civil de Goiás.

1.11 O ENSINO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

A cada dia a sociedade reclama por uma melhor prestação de serviços por parte da polícia militar, face às crescentes necessidades de segurança da população e do seu patrimônio. Em decorrência, o policial militar tem sofrido uma série de pressões para assumir diferentes encargos. Tão logo o aspirante-a-oficial¹² chega às unidades operacionais da polícia militar recebe uma variedade de atribuições, para as quais ainda não possui preparo necessário.

¹² Aspirante-a-oficial é o policial militar que acabou de concluir o curso de formação de oficiais em uma academia militar, sendo, portanto, o primeiro degrau do oficialato na hierarquia militar.

A APM/GO tem procurado, a cada ano letivo, novas alternativas para o processo ensino-aprendizagem. Entre elas destacamos a preocupação do comando e corpo docente para diminuir a distância entre o que se aprende mediante um currículo formal e o que os policiais militares necessitam saber para melhorar seu desempenho, com competência, para proteger a sociedade. Considerando que uma das principais finalidades da academia é preparar os oficiais para o desempenho eficiente de suas atividades, e observando-se as diretrizes do comando, foi necessário atualizar o programa, com reformulações de currículos para melhor atender à real situação ora vivida pela sociedade em geral.

Além das modificações já realizadas nos Planos Gerais de Ensino anteriores, e no decorrer do processo pedagógico, outras alterações e ajustes foram processados para permitir o melhor atendimento dos objetivos educacionais dos cursos. Assim, o PGE/2003, atualmente em execução, reflete a filosofia de ensino da instituição e está voltado inteiramente para as atividades específicas da Corporação.

Mudanças administrativas também fizeram-se necessárias na APM/GO: foram implantadas, subordinadas à Seção Técnica de Ensino, a Subseção de Planejamento e Pesquisa e Subseção de Estatística e Medidas de Aprendizagem. A primeira subseção tem por objetivo manter estudo contínuo acerca dos conteúdos de ensino existentes, de maneira a aperfeiçoá-los, introduzindo novas técnicas que permitam sua atualização. A Subseção de Estatística tem por objetivo elaborar instrumentos de medidas de avaliação.

Com o intuito de centralizar a execução e coordenação do ensino na Academia, foi extinta a Subseção de Coordenação de Cursos. Suas atribuições foram transferidas para as Seções de Ensino Fundamental (ensino civil) e Profissional (ensino militar) que coordenam e controlam o ensino ministrado em suas respectivas áreas de atuação. Cabe a essas seções revisar os currículos e planos de disciplinas dos cursos em vigor e ativar a Seção de Orientação Educacional e Pedagógica. Essa sessão por sua vez tem por finalidade planejar, coordenar e dinamizar as atividades de orientação educacional e pedagógica dos diversos cursos oferecidos pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

Diante de tantas transformações, os sucessivos comandantes da APM/GO buscaram a consolidação da imagem da Academia como escola moderna e produtiva, inserida na

sociedade contemporânea, denominada sociedade do conhecimento marcada pela revolução tecnológica.

No próximo capítulo trataremos dos currículos do curso de formação de oficiais que foram implantados na APM/GO e reformulados, à medida que as avaliações indicavam a importância de realizar mudanças e ajustes curriculares, com o objetivo de qualificar melhor o ensino na Academia.

1.12 O ENSINO ATUAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Em 31 de dezembro de 2002, com a Lei nº 14.383, o governo do Estado de Goiás introduziu novas modificações na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, que passou a se chamar Reforma Administrativa do Estado de Goiás. Entre outras medidas, a citada Lei extinguiu, transformou, unificou e criou órgãos integrantes do Estado.

Na parte que interessa à presente pesquisa, as mudanças mais acentuadas ocorreram no campo da formação profissional dos quadros da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado. Foram extintas a Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa e a Academia de Polícia Militar (área da Polícia Militar). Foram extintas também a Superintendência da Academia de Polícia Civil e o Centro Tecnológico de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

A mesma Lei previu a criação da Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, com a competência, entre outras, de “formação, orientação, capacitação e aperfeiçoamento dos integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e do pessoal da Segurança Penitenciária”. Com a finalidade de responder pela capacitação desses profissionais, foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento com três Gerências de Ensino: a) Ensino Policial Militar; b) Ensino Policial Civil; c) Ensino Bombeiro Militar e d) Agente Penitenciário.

Atualmente, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional propostas de unificação das polícias militares e civis. Não são poucas as discussões e os embates nacionais

sobre essa unificação¹³, tendo em vista a crise vivenciada em nosso país no que respeita à segurança do cidadão. Essa iniciativa do Governo Federal faz parte de Ante-Projeto de Lei que tramita naquele Parlamento.

São veiculadas pela imprensa nacional, já há bastante tempo, defesas de diversos pontos de vista a respeito dessas discussões. Vemos que temas acerca da unificação e integração das polícias no Brasil vêm à tona nos debates empreendidos no seio da sociedade. Temos comprovado que vários estados buscaram a solução para o grave problema da segurança pública por meio de medidas paliativas, no âmbito de suas atribuições. Entretanto, na prática, o que se vê, inclusive por intermédio da mídia, é que a situação não foi controlada, sequer foi reduzida a violência e minimizada a criminalidade. Nesse sentido, argumenta Gouveia (2001):

a unificação não é e nunca será a solução da problemática segurança pública, pois, há de se convir, de que nada adianta mudar a nomenclatura de determinados órgãos, a cor de seus uniformes ou até mesmo as suas atribuições e menos ainda buscar na unificação e/ou integração das duas polícias a panacéia de solução do mister, mormente porque nesses moldes uma parte dela tentará fazer o que uma já faz (prevenção) e outra a fazer o que uma não faz (repressão imediata). Logo, em nada mudará como não mudou, de fato! A solução, portanto, à guisa de exemplificação: não está em tornar um pedreiro num cirurgião ao lhe dar jaleco branco, bisturi, tesoura e agulha, para operar um paciente, ou, ainda, entregar ao médico pá, picareta, prumo e colher-de-pedreiro para ele construir uma casa. O paciente vai morrer e a casa vai cair, decerto.

O que podemos inferir dos estudos sobre esse assunto, permite-nos concordar com Reis e Paz (2002, p. 103):

[...] a segurança pública há de ser uma preocupação constante das políticas de governo nas três esferas, é preciso se investir e qualificar melhor essas polícias, em específico no que tange a sua otimização e aperfeiçoamento das técnicas de investigação, fundadas em provas periciais e cientificidade, para buscar, no *iter criminis* a autoria do delito.

¹³ Unificação e Integração das Polícias são aqui entendidas como sendo a adoção de medidas públicas, cuja unificação criaria uma só polícia (união da polícia militar e civil), fazendo desaparecer, conseqüentemente, a polícia militar ou a civil. A integração não tem este objetivo, pois com ela se criam condições para que ambas as polícias compartilhem responsabilidades territoriais, coordenem suas ações locais, do planejamento à avaliação, e operem de forma uniprocedimental. Nesse sentido, o que se pretende com a integração é ganho de sinergia com aumento de eficiência e eficácia.

Para minimizar tantas dificuldades, entendemos que há de se investir, ainda, e com maior intensidade e competência, numa polícia científica investigativa por meio de uma adequada formação e preparação acadêmica, que possibilite também uma eficaz atuação judiciária.

Gouveia (2001), manifestando-se contrário à unificação das polícias, alega:

Quanto à prevenção, há de ser, efetivamente, exercida pela polícia ostensiva, fardada, com hierarquia e disciplina, que também precisa se aperfeiçoar, se equipar com viaturas, petrechos, armamento e material bélico moderno, mormente com subsídios salariais dignos e à altura do perigo de vida a que estão expostos.

Entendemos que, além de uma preparação pedagógica moderna, humana e equilibrada, faz-se necessária uma definição clara do papel de cada uma das polícias, porquanto a segurança e a ordem públicas irão prescindir sempre dessa definição e, mais ainda, de uma harmônica ação integrada desse vários órgãos, devendo ser auxiliadas pelas guardas municipais existentes, obviamente naqueles municípios com mais de 500 mil habitantes. Sobre isto a Constituição do Estado de Goiás (Art. 124, IV) atribuiu à Polícia Militar “a supervisão das atividades operacionais e de instrução das guardas municipais, quando solicitadas pelo Poder Executivo Municipal”.

No tocante à exacerbação da violência em todo o país, Gouveia (2001) insiste:

[...] Por ilação lógica, grassa erro crasso e ledó engano atribuir apenas e simplesmente ao absentismo ostensivo da PM nas ruas como principal causa do recrudescer da violência no Brasil. Aliás, reitera-se, não adianta mudar o nome de determinados órgãos e unidades operacionais ou mesmo implementar esse ou aquele tipo de policiamento se não há uma política ou mesmo uma doutrina de emprego dessa novel atividade empregada. Vale dizer: para que haja uma polícia cidadã eficiente e eficaz é imprescindível que o policiamento seja executado por cidadão e, infelizmente, o nosso PM ainda não o é, pelo menos não é respeitado como tal e, para uma imensa maioria, sequer é considerado ou tratado como ser humano quanto mais cidadão.

Seguindo essa linha de raciocínio, indagamos: como exigir cidadania de um ser que não é cidadão? Ademais, com base no senso comum, admite-se que só se deve exigir de cada um aquilo que cada um pode dar. Portanto, resta claro que, sem a devida cidadania conquistada pelo policial militar, não poderá haver polícia cidadã. Entre outras agravantes

mencionadas, sequer o salário pago ao policial oferece-lhe condições de exercício da cidadania.

Ainda enfocando o debate acerca da unificação institucional das polícias no Brasil, podemos verificar a existência de áduos defensores dessa tese, tendo em vista que “Acreditam ser esta medida salvadora da eficiência policial, consequência da redução e do controle da criminalidade, vez que o intercâmbio e a agilidade seriam alcançados sincronizadamente” (MACHADO, 1999, p. 91).

Consoante este entendimento, “a competência de qualquer polícia moderna depende da interpenetração e coordenação – e não separação – em todos os níveis, das atividades de policiamento ostensivo e investigação” (FILHO, 2001). A isso somam-se os argumentos da contenção de gastos públicos e maior controle operacional:

A unificação das polícias é necessária não só por um imperativo econômico já que as estruturas duplicadas custam caro aos estados –, mas por um fundamento de ordem operacional, porque é artificial a divisão da função policial de prevenir e controlar o crime (FILHO, 2001).

Logo, o indispensável, quando o assunto é unificação das polícias militar e civil brasileiras, é promover a discussão sobre o conteúdo do tema e não acerca da forma dessa unificação. O importante para a consecução de uma segurança pública eficiente são as condições de trabalho que são oferecidas a esses profissionais, a formação que lhes é dispensada, a remuneração condigna que lhes é atribuída.

De acordo com Passos e Santos (2002, p. 57), “[...] unificar ou não, passa forçosamente pelo entendimento e pela importância que se atribui à vida, ao patrimônio, à liberdade, à cidadania, enfim, à segurança e a ordem pública de um povo!”.

Como vimos, as dificuldades enfrentadas pelo governo federal em unificar as polícias não são poucas, por isso a integração é vista como primeiro momento e como medida preliminar. O Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vem desenvolvendo esforços no sentido de implementar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Esse programa tem recebido a adesão em massa dos governadores dos estados, pois eles entendem que, somente “[...] com a participação da união, estados e municípios no

planejamento e ações e na aplicação de recursos públicos de forma conjunta e coordenada”

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003) é que o poder público conseguirá eliminar e/ou minimizar o grave problema da insegurança pública e da escalada do crime organizado.

O SUSP “[...] foi concebido com o objetivo de integrar as ações das polícias nas três esferas do Poder Executivo – [...]” prevendo a criação em todos os estados que aderirem ao programa de “[...] Comitês de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de segurança pública, como coordenador, e mais representantes da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia civil, polícia militar e guardas municipais” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003).

A esses comitês caberá definir de forma consensual

[...] as ações, principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). Todas as decisões do comitê estadual serão repassadas a um comitê gestor nacional. Com isso, experiências bem sucedidas em um lugar poderão ser implantadas em outro. O comitê, também, definirá as prioridades para investimentos federais na área de segurança pública no Estado (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003).

Esperam os gestores do SUSP que, na segurança pública,

a Tecnologia da Informação será instrumento de grande utilidade tanto em soluções de infra-estrutura (equipamentos e pessoal) como na montagem de uma rede com bases de dados voltados para o combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, cadastro centralizado de criminosos entre outros fins (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2003).

Em Goiás, a adesão ao SUSP só veio a ocorrer em 07 de agosto de 2003, quando foi assinado o protocolo de intenções entre o governo de Goiás e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – do Ministério da Justiça. Contudo a idéia de um trabalho integrado entre as forças de segurança não é novidade em Goiás, ela foi lançada pelo Ministério da Justiça e já vem sendo colocada em atividade desde 2002.

Goiás, antecipando-se a outros estados da Federação, de acordo com Sabino (2003, p. 7),

[...] Já fez integração das academias de polícia, corregedoria e criou a Ouvidoria Geral de Polícia. Os comandos da PM e Civil trabalham no mesmo prédio da SSP. Os policiais convivem agora num mesmo espaço acadêmico. As matérias gerais serão ministradas para todos. Temos de ressaltar que toda a política de segurança pública decorre de um

planejamento estratégico, o que poderá ser feito com um maior nível de qualidade a partir de agora, com o SUSP.

O processo de integração exigiu reformas e para tanto o governo de Goiás, pelo Decreto nº 5.683, de 21 de novembro de 2002, criou o sistema de segurança pública estadual, formado pelos seguintes órgãos:

Secretaria da Segurança Pública e Justiça; Gabinete Militar da Governadoria; Comando-Geral da Polícia Militar; Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Diretoria-Geral da Polícia Civil; Agência Goiana do Sistema Prisional; Departamento Estadual de Trânsito de Goiás. O objetivo foi desenvolver uma nova concepção de realizar esforços conjuntos, onde cada integrante do sistema, embora tenham suas características e funções específicas, caminhem para um só objetivo que é a preservação da defesa social (SILVA, 2003, p. 8).

Verificamos que essa iniciativa do Governo do Estado de Goiás foi acompanhada pelos Governos dos Estados do Pará, Amapá e do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, seguiu na mesma linha o Governo do Estado de Santa Catarina, pois esse parece ser, segundo evidências atuais, o caminho a ser adotado por todos os governos dos demais estados brasileiros, uma vez que o cidadão comum e as instituições públicas e privadas de nosso país não mais podem esperar por soluções de problemas tão graves que se arrastam há anos.

O processo de integração levou de igual modo à integração da formação dos policiais. Adotou-se, então, uma única proposta de preparação desses profissionais, colocada em prática pela Escola de Segurança Pública Estadual, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da atual Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, também integrante do “sistema de segurança pública do Estado de Goiás” (SILVA, 2003, p. 15).

Essas iniciativas do governo do Estado de Goiás vêm complementar a reforma administrativa implementada em 1999, através da Lei de nº 13.550, de 11/11/1999. Para melhor entender os motivos que levaram o governo do Estado de Goiás a alterar, completamente, a estrutura da segurança pública em nosso Estado, com reflexos mais acentuados no campo da preparação profissional de seus quadros, foram colhidas informações, em entrevista com os coronéis da Polícia Militar do Estado de Goiás Domingos Aragão Lira – Superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública, e Milson José

Campos Salgado – Gerente de Ensino Policial Militar, que serão analisadas oportunamente no

IV Capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO II

O CURRÍCULO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E GESTÃO CURRICULAR

2.3 REVENDO A HISTÓRIA E AS TEORIAS CURRICULARES

Neste capítulo temos como propósito apresentar teorias de currículo a fim de que se tornem mais claros os aspectos históricos e as concepções diante de tantas perspectivas e imprecisões.

Como indica Ribeiro, citado por Pacheco (1996, p.15), o que ocorre é que a expressão currículo “[...] não possui um sentido unívoco, existindo na diversidade de funções e de conceitos, em razão das perspectivas que se adotam, o que vem a traduzir-se, por vezes, em alguma imprecisão acerca da natureza e âmbito do currículo”.

Na verdade, quando se faz uma análise das teorias elaboradas a respeito de determinado tema, verificamos uma incursão nos questionamentos formulados pelo grupo de estudiosos interessados em compreender também as situações concretas de sua aplicação.

A esse respeito Kliebard (1986, p. 226) assim se manifesta:

A teoria curricular, como qualquer outra teoria, tem a sua origem no pensamento, na curiosidade, na actividade e nos problemas humanos. Uma teoria não consiste em fazer abstracções estranhas, senão o que se preocupa é que nos sirva para compreender certas situações.

Na busca sobre a história do currículo, encontramos em Brzezinski (1995, p. 49) uma revelação no sentido de que o termo currículo aparece nos dicionários em 1856 como expressão proveniente do latim *curriculum*, com o significado de caminho, jornada, percurso a ser seguido, trajetória, pista de corrida. A esse respeito também Silva (2001, p. 15) comenta, recorrendo à etimologia: “[...] podemos dizer que no curso dessa corrida, que é o currículo,

acabamos por nos tornar o que somos”. Neste sentido, o currículo não será a pista de corrida mas a própria corrida.

Outro significado atribuído ao termo currículo foi o de curso específico e fixo, sendo essa idéia originária dos Estados Unidos, datada de 1938. “A partir dessa data, passou a ser usado com conotação pedagógica [...] Foi incorporado à linguagem pedagógica, no Brasil, nos meados dos anos 50” (BRZEZINSKI, 1995, p. 49). Reforçam essa idéia Viana e Louza (2002, p. 43): “Desde então, tem sempre recebido uma conotação de caráter pedagógico, significando a relação de matérias ou rol de disciplinas de um curso, organizada seqüencialmente em termos lógicos”.

Lembra Brzezinski (1995) que foi forte a influência de autores americanos nos primeiros momentos dos estudos sobre currículo no Brasil. Essa afirmação é também confirmada por Moreira e Macedo (1999) quando eles se referem à transferência de teorias curriculares para o Brasil, demarcando a influência americana até os anos 1980. Moreira e Macedo (1999, p.14) caracterizam essa transferência como “[...] adaptação instrumental do pensamento americano”.

Face ao crescimento vivido pelos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, Roldão (1999) ressalta que, à época, John Dewey desenvolveu um estudo no qual a prática associava-se à teoria curricular. Segundo a autora, a valorização dos princípios de formação integral do aluno era urgente, tendo em vista a necessidade de prepará-lo para o amplo exercício de sua cidadania. Brzezinski (1995) indica que a esse movimento que tanto influenciou, e ainda influencia, a prática pedagógica mundial denominou-se progressivismo, contrapondo-se ao conservadorismo pedagógico existente.

Esse movimento que teve diversos desdobramentos permaneceu influenciando as teorias curriculares no Brasil, até por volta de 1970, quando surgem as teorias críticas.

Como lembra Barreto (2000, p. 8)

[...] nos anos 70, a questão de o que ensinar, por um lado, tinha sido deixada pelas orientações que insistiam nos aspectos operacionais do currículo; por

outro lado, para as teorias críticas que se difundiram no país a partir da segunda metade dessa década, o conhecimento foi transformado em simples instrumento de dominação.

É importante ressaltar que, por maior que seja a abrangência da palavra – currículo – ela sempre encerrará a idéia de organização de experiências em função de tempo, espaço e finalidade. Nesta perspectiva o currículo configura-se como um programa formal e planejado que obriga o cumprimento de cada uma das etapas por ele previstas, em determinado espaço de tempo, objetivando o alcance dos objetivos propostos. Acrescenta-se ainda que visando a uma perfeita adequação do currículo ao universo no qual será aplicado, válida é a previsão de um espaço para o planejamento direcionado do ensino, ou seja, um planejamento que considere, com atenção, as peculiaridades do grupo envolvido. Outras definições ainda apresentam-no como conjunto de experiências vivenciadas pelos alunos no âmbito escolar o que revela uma característica de flexibilidade do currículo, dependendo das condições de sua aplicação.

Diante dessas diferentes concepções, é preciso indagar: O currículo é algo delimitado, estanque, pronto e acabado ou significa processo que deve ser aperfeiçoado à medida que novas condições e situações de ensino e aprendizagem vão sendo vivenciadas? A maioria dos estudiosos que embasam esse estudo admite a segunda perspectiva, levando em consideração que “[...] a prática pedagógica tem como ponto de partida e de chegada a prática social” (BRZEZINSKI, 1995, p. 47). Entretanto, o currículo adotado ao longo de quatro décadas pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás revela aproximações com a primeira concepção.

Ao analisar o tema, Doll (1997) busca redefinir um conjunto de critérios centrando-se em uma concepção vinculada à idéia de construção progressiva e gradual do currículo. Trata-se da qualificação da prática como elemento de construção curricular, da idéia de auto-organização das experiências, da valorização e da aceitação do currículo como um sistema aberto.

A proposta de Doll (1997) é alternativa ao que admitia Tyler (apud MESSICK, PAIXÃO e BASTOS, 1980, p. 40), para quem “[...] o processo de elaboração curricular

circunscreve-se a quatro fases: enunciar objetivos, selecionar experiências, organizar experiências e avaliá-las”. Ao comentar os princípios lógicos dos propósitos e das experiências educacionais, Tyler, citado por Doll (1997, p. 69), revela que a predeterminação dos objetivos, seguida por avaliações para verificar se eles foram atingidos, é um dos grandes marcos do currículo. “[...] a seleção de objetivos não só é o primeiro ato que deve ser realizado no planejamento do currículo, como é também a chave de todo o processo [...]”. Se Tyler estabelece objetivos e os coloca como a finalidade última para o desenvolvimento do currículo, Doll (1997, p. 171), contradizendo-o, centraliza suas análises no processo de desenvolvimento curricular, como bem explicita a citação a seguir:

[...] o currículo é um processo – não o de transmitir o que é (absolutamente) conhecido, mas o de explorar o que é desconhecido; e através da exploração os alunos e professores ‘limpam o terreno’ juntos, transformando assim o terreno eles próprios [...]

Ainda com referência ao currículo enquanto processo, Doll (1997, p. 173) enfatiza que a aprendizagem e o entendimento chegam pelo diálogo e pela reflexão. Nessa visão, a aprendizagem e o entendimento são criados e não transmitidos, tornando-se passagens negociadas entre educadores e as outras pessoas, entre educadores e os textos. O papel do currículo “[...] é o de nos ajudar a negociar essas passagens; para este fim ele deve ser rico, recursivo, relacional e rigoroso”. Roldão (1999, p. 15), alinhando-se à concepção de Doll, assegura que “[...] o currículo é um processo de construção, gestão e formação reflexiva centrada na escola”.

O entendimento de currículo como processo também é assumido por Brzezinski (1995, p. 47) para quem ele deve

obedecer à finalidade de transmissão dos conteúdos de conhecimento produzidos e acumulados historicamente pela humanidade e, ao mesmo tempo, assegurar aos alunos a apropriação ativa destes conhecimentos, para que possam reelaborar novos conhecimentos, processando uma crítica embasada na compreensão científica do real.

Como temos verificado, é imperioso agregar ao conceito de currículo a noção de projeto, segundo a qual, paradoxalmente, define-se uma sequência de transmissão do saber mas também de rupturas com o saber racional e organizado na modernidade.

Nesse processo de “disrupções”, como quer Doll (1997, p. 175), é preciso questionar “[...] as rígidas dicotomias que o pensamento cartesiano nos legou [...]” e propor como “[...] credo pedagógico[...]” um relacionamento reflexivo do professor com os conteúdos e com o aluno. O professor deverá estimular uma transformação no aluno em relação à atitude de pesquisador. Professor e aluno devem ser reflexivos especialmente naquilo que o estudante vem experienciando, qual seja – o seu processo de aprendizagem.

Com o objeto de questionar as imposições positivistas nos currículos, particularmente no currículo do ensino de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás, objeto desta investigação, sentimos necessidade de aprofundar estudos sobre o que o pensamento cartesiano nos legou. É indiscutível que tal herança origina-se no fato de que o pensamento cartesiano acentuou a relevância da razão científica e do controle experimental como forças essencialmente exteriores, e por isso dissociadas da experiência pessoal de pesquisadores, professores, e alunos. Estes assumem o papel apenas de receber e sistematizar as informações, tal qual elas se apresentem, sem a imposição de questionamentos de ordem metafísica ou do que se percebe na realidade escolar.

Desse modo surge o movimento positivista de ciência, como versão do materialismo do século XIX, cuja nota marcante (como o próprio nome sugere) é a preponderância do estudo da matéria, da análise dos fatos *in concreto*. Segundo ensina Lara (1986, p. 79), “[...] o materialismo moderno, embora respondendo às exigências da sua época, tem seus precedentes históricos e remonta ao mundo grego”.

Entre os gregos surgiram duas maneiras antagônicas de interpretar o mundo físico. A primeira, defendida por pensadores como Platão, viam no mundo da matéria apenas uma projeção do mundo das idéias. Para eles, a natureza material não tem consistência em si, ela é manifestação, cópia, sombra da verdadeira realidade – a idéia – que, efetivamente, transcende à matéria. Consoante esta interpretação idealista, tudo se reduz à idéia e, portanto, ao espírito. Informa Lara (1986, p. 80) “[...] que essa interpretação idealista foi assumida com gosto pela cultura medieval cristã”. O cristianismo deu grande apoio à teoria idealista, tendo em vista o

pouco apreço que esta interpretação devota ao mundo material, o que corrobora, sobremaneira, as teses esposadas por aquele.

A segunda modalidade de interpretação do mundo físico adotada pelos gregos contrapõe-se veementemente à tese idealista, porque defende a matéria como realidade total. De acordo com esta modalidade de interpretação não existe um mundo superior ou transcendente como querem os idealistas, é a matéria a origem de tudo, é ela que tudo explica. Desta forma, o mundo das idéias é que deriva do mundo material e não o contrário “[...] neste sentido, o materialismo, assim definido, opõe-se radicalmente ao idealismo” (LARA, 1986, p. 80).

Analisando a história da produção do conhecimento científico, é possível observar que, durante a Idade Média, o estágio evolutivo no qual se encontrava a sociedade não permitia uma abordagem materialista da realidade. Como já mencionado, este foi um período essencialmente idealista.

Foi a partir da Idade Moderna que o materialismo tornou-se uma possibilidade concreta, tendo em vista a atmosfera propícia à valorização da razão humana então reinante. “A razão é, para o homem moderno, o tribunal último para o qual se apela quando se trata de encontrar qualquer explicação” (LARA, 1986, p. 81).

Na Idade Moderna a ciência passou a ser o saber por excelência, enquanto para os gregos o saber ligava-se à filosofia e para os medievais estava adstrito à teologia. Assim, o conhecimento científico produzido a partir da Idade Moderna tinha como método enfatizar o momento da observação dos fatos, submetendo as hipóteses explicativas a testes, através de um “instrumental matematizado” (LARA, 1986, p. 81).

Nessa direção, foi a partir do movimento iluminista que o materialismo se impôs como meio de interpretação científica dominante, sob o manto do cientificismo e da crença no poder exclusivo e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis naturais.

Segundo ensina Costa (1993, p. 46), a teoria positivista foi a primeira a elucidar precisamente o objetivo, a estabelecer conceitos e uma metodologia de investigação. Além disso, o positivismo, ao definir a especificidade do estudo científico, notadamente o relativo à sociedade, estabeleceu para esta ciência (hoje denominada Sociologia) um espaço próprio, o qual pretendia substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais – e até então – o homem explicava a realidade.

Outro motivo ensejador dessa derivação foi a rápida evolução do conhecimento experimentado pelas ciências naturais e o visível sucesso de suas descobertas no incremento da produção material e no controle das forças da natureza. Como enfatiza Brzezinski (2003, p. 4) “[...] trata-se do modelo clássico de se fazer ciência em que predominam a ordem das coisas e o visível ao alcance do olhar”.

Um dos maiores expoentes do positivismo foi o francês Augusto Comte, já mencionado que, ao interpretar a história humana, do ponto de vista do conhecimento produzido, dividiu-a em três estados: teológico, metafísico e o positivo. Para o filósofo, este último estado representava o ápice do progresso experimentado pela humanidade, isso porque o homem, segundo elucidava Lara (1986, p. 82-83) “[...] conseguiu superar não só o jogo da imaginação e do medo (1º estado), como também o jogo da especulação vazia (2º estado), para vincular-se plenamente aos fatos (3º estado)”. De acordo com Lara (1986), para Comte, qualquer extrapolação aos fatos é fantástica, e a ciência é o conhecimento que cinge-se aos fatos, justificando-os e sistematizando-os. Nesta fase, não há mais lugar para o sobrenatural ou para interpretações de caráter metafísico. Só a ciência positiva é fonte válida de conhecimentos.

Importante ressaltar que esse filósofo francês classificou a Sociologia como sendo, de todas, a ciência mais complexa e profunda, isso porque, ao embasar-se em fatos sociais, ela se traduz como a expressão máxima da verdade sendo, por isso, passível de controle experimental, adequando-se totalmente aos princípios positivistas. Corroborava, o pensamento comteano, as idéias de Emile Durkheim para quem a “sociedade era uma realidade psicossocial diferenciada, existindo independentemente dos indivíduos que a integram” (apud SILVA, 1989, p.9).

Durkheim (1985, p. 34-48) entende que

A sociedade não poderia existir sem que houvesse entre seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando na alma da criança certas semelhanças essenciais, reclamadas pela vida coletiva”

Mesmo na contemporaneidade, esse currículo está impregnado da teoria positivista que no Brasil originou o *Positivismo Ilustrado*. Informa-nos Lara (1986, p. 157) que “[...] tratavam-se de pensadores, imbuídos de mentalidade científica e que enfatizavam a dimensão pedagógica do contismo”.

Essa configuração positivista de currículo é mencionada também por Pacheco (1996, p. 17) como currículo formal ou administrativo que corresponde à seguinte idéia de currículo: “[...] plano de estudo, experiencial – que respeita todas as definições operacionais que envolvem as experiências de aprendizagem vivenciadas pelo aluno sob a responsabilidade da escola, [...]”. Decorre disto um currículo organizado por disciplinas estanques que pretendem responder a objetivos previamente definidos sem levar em conta a escola, lugar onde o processo de aprendizagem ocorre.

Concordamos com Pacheco (1996) quando enfatiza que é necessário descartar a concepção de currículo formal e administrativo. A rejeição a essa concepção é válida porque seu enunciado torna-se simplista e limitado. Tomando por base a idéia de que o currículo é processo e deve ser construído pelos envolvidos no fazer pedagógico, não podemos aceitar um currículo disciplinar e hierarquizado pelo qual a mente dos estudantes deverá estar cheia de “coisas empilhadas”. Contrapondo-se a essa concepção de currículo, Pacheco (1996) enfatiza os aspectos filosóficos, ideológicos e políticos do grupo que o elabora. “O currículo é um propósito que não é neutro em termos de informação, já que esta deriva de diferentes níveis e é vinculada por diversos agentes curriculares dentro do contexto de vários condicionalismos” (PACHECO, 1996, p. 18).

Entendendo que a formação curricular concentra forte carga de intenções, Pacheco (1996, p. 18) reafirma com Grundy que

O currículo não é, no entanto, um conceito; é uma construção cultural, isto é,

não é um conceito abstrato que possui alguma existência exterior e alguma experiência humana. Pelo contrário, é um modo de organizar um conjunto de práticas educacionais humanas.

Neste ponto, Pacheco citando Kemmis (1996, p. 18) completa: “O currículo é uma construção que deve ser estudada na relação com as condições históricas e sociais em que se produzem as suas diversas realizações concretas e na ordenação particular do seu discurso”.

Deste modo, a conceituação de currículo deve considerar questões teórico-pedagógicas que o envolvem e o contexto no qual foi concebido (currículo real), o que não acontece na APM/GO como discutiremos em outros itens do presente trabalho. De igual maneira, também em outro capítulo, explicaremos o *modus faciendi* homogeneizador adotado na Academia de Polícia Militar de Goiás que naturalmente determina o currículo dos cursos de formação e por ele é determinado.

Ante o exposto podemos deduzir que o currículo é processo de produção cultural/conhecimentos e sofre influências de natureza política, social, cultural e educacional. O currículo deve ter como característica fundamental a de estar aberto a uma construção permanente que possibilite o seu aperfeiçoamento por meio de um esforço comum de articulação da teoria e da prática, sendo por isso praxiológico, como advoga Severino (1991).

Como vimos observando nas diferentes concepções de currículo, a sua construção está envolta por fatores que interagem em sua concretização. Para tanto, Roldão (1999, p. 15) acrescenta que devem ser levados em conta: “[...] a sociedade, os saberes científicos e o conhecimento e representação do aluno”.

A sociedade desempenha papel de importância capital na construção curricular tendo em vista que os valores sociais são decisivos na gestão da política de ensino a ser implementada. A escola busca responder as necessidades sociais do contexto em que se encontra, e é nesse sentido que se consuma a influência social sobre o currículo.

A questão da ciência e do conhecimento como integrantes curriculares constituem verdadeiro desafio aos educadores de todos os tempos. Isso porque o avanço científico se dá

numa contagem de tempo diversa da contagem estabelecida pela escola. A ciência avança e novas tecnologias surgem dia após dia. No universo escolar o tempo corre de forma mais lenta e não raramente encontramos escolas com práticas de ensino muito defasadas em relação à contemporaneidade científica. Não obstante essa disparidade temporal, vem a escola buscando construir currículos mais efetivamente articulados aos avanços científicos/tecnológicos como forma de se estabelecer um canal de comunicação entre o mundo do saber e a realidade.

O terceiro fator de influência na construção do currículo é o aluno ou, no dizer de Roldão (1999, p. 15), “[...] a representação social e pedagógica que dele se faz”. Como já foi dito anteriormente, a concepção moderna de currículo empresta importância fundamental às experiências por ele trazidas, sendo fator preponderante de edificação do conhecimento.

Durante todo o processo de evolução histórica da concepção sobre currículo, é possível notar que os três fatores acima mencionados alternaram-se em termos de importância. Isto se dá, sem dúvida, em virtude da conjuntura social, política e econômica de cada época. Nesta alternância dos ciclos de preponderância dos fatores que interagem na construção curricular, foi a diminuição do conteúdo de caráter científico que provocou os movimentos havidos entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, no sentido de se garantirem currículos com maior carga de conhecimento sistematizado. Ocorre porém que, nessa fase, um dado a mais foi conjugado à questão do saber científico: preparação dos alunos, objetivando a formação de cidadãos conscientes de seu papel em uma sociedade democrática que exige efetiva participação política e social.

Roldão (1999, p. 17) traz como exemplo de fatos sociais que interferem nas mudanças curriculares o marcante momento:

[...] contestação estudantil da época e o reforço dos valores da liberdade e da relevância pessoal conduziram, no ensino, a uma nova vaga de currículos centrados no interesse do aluno, em temas de atualidade social, na abordagem integradora do conhecimento ao serviço de problemas reais, na flexibilidade e abertura dos planos curriculares.

Diante do processo evolutivo pelo qual passou o currículo, é forçoso observar que no final do século XX e início do XXI a concepção de currículo sofre influências das várias

reformas curriculares, nas quais encontram-se elementos das diversas teorias de desenvolvimento e formação curricular.

Uma síntese dessas influências pode ser encontrada no modo como Pacheco (1996, p. 17) explica a concepção de currículo. O autor adverte que a expressão currículo encerra duas idéias principais: “[...] uma de seqüência ordenada e outra de noção de totalidade de estudos [...]”. No primeiro caso, o conceito de currículo vincula-se ao conjunto de conteúdos a serem ministrados, em uma seqüência de conhecimentos que consistem no objeto do processo ensino-aprendizagem. Em relação à totalidade de estudos, a idéia de currículo implica um conjunto de experiências (recepção, apreensão e reelaboração) educacionais com dinamismo próprio, eivado de probabilidade e complexidade, cuja estrutura não é previamente estabelecida, ou seja, um sistema de conhecimentos acerca de determinada matéria.

É notória a suscetibilidade do currículo às transformações sociais experimentadas pelo homem. Prova disso são as diversas teorias elaboradas a respeito do tema, todas elas motivadas pela efervescência social de sua época, sendo, não raro, totalmente contraditórias entre si.

A esse respeito assim se posiciona Pacheco (1996, p. 32):

A existência de diversas teorias curriculares – inclusive contraditórias – não é um factor que diminua a importância dos estudos curriculares nem tão pouco que coloque a necessidade de uma teoria unificadora mas, pelo contrário, é um argumento a favor da diversidade e problemática do respectivo campo de estudo.

Citando Schwab, complementa o mesmo autor:

Não há esperança previsível de uma teoria unificadora no futuro imediato ou a médio prazo, nem uma metateoria que nos diga como reuni-las e ordená-las numa hierarquia fixa de importância para os problemas do currículo. A alternativa viável que resta é a das uniões e conexões não sistemáticas, incômodas, pragmáticas e incertas que podem suscitar uma abordagem eclética (apud PACHECO, 1996, p. 32).

Buscando ainda evidenciar a diversidade de representações curriculares, Landsheere, citado por Pacheco (1996, p. 34), enumera a seguinte classificação geral: “1) currículo centrado no saber a adquirir; 2) currículo centrado no aluno e 3) currículo centrado na sociedade”.

Por estas razões, é importante ressaltar que, ao se falar em teoria curricular, não se deve ter a expectativa de encontrar um corpo organizado de proposições uníssonas. O que realmente se verificará são formas de representar, refletir e apresentar soluções para os problemas encontrados.

Analisando as influências teóricas sobre o currículo a partir da Idade Moderna, temos, então, uma sociedade voltada para a satisfação dos interesses de uma burguesia emergente que promovia a Reforma Industrial. O objetivo único da escola, nesta conjuntura, era “permitir aos alunos receber uma quantidade limitada de instrução” (SILVA, 1989, p. 6), posto que, para o bom exercício do comércio, ler, escrever e calcular era o suficiente. Neste ponto é preciso observar o “empobrecimento” do conteúdo curricular (em relação aos currículos dos tempos pretéritos) como resposta aos anseios da classe dominante. Não estaria a APM/GO situada ainda na Idade Moderna com sua forma de “instruir” o policial para patrulhar a cidade?

Avançando um pouco mais na evolução do conhecimento ao longo da história, deparamo-nos com o pensamento de Locke (Século XVIII) que, em suas teorias psicológicas, sustentava que todo aprendizado era resultado da experiência. Segundo ele, a mente seria como uma folha em branco na qual, a partir da experiência, o conhecimento vai se imprimindo. Defendia esse pensador que o processo ensino-aprendizagem se dá de fora para dentro. É nesse sentido que converge o pensamento positivista, como já mencionado.

Ainda no século XVIII o idealismo racionalista de Descartes receberia o impacto, o criticismo kantiano, o qual destruía todos os critérios de certeza até então reinantes. Para Kant esses critérios não seriam exteriores à mente, mas condições inerentes à própria mente. Esse idealismo subjetivista situava o mundo das idéias na consciência individual para a qual o estado, por exemplo, era concebido (diferentemente do racionalismo de Descartes) como uma entidade secundária, produto de uma convenção pela qual os indivíduos renunciariam a uma parte de sua liberdade em prol da vida comum.

No século XIX, em razão da queda de Napoleão da França, e do movimento restaurador, o idealismo converte-se em movimento filosófico de prudência e mediação. De acordo com esta nova posição idealista, o indivíduo não nasceria livre, sua liberdade seria

conquistada, à medida que os limites impostos pela sociedade são estabelecidos por sua própria consciência. Em razão disso, instituições humanas como família e estado não são forças hostis e repressivas, mas sim meios pelos quais a personalidade se formaria e se libertaria.

Em razão dessa corrente filosófica idealista, a educação passou, então, a enfatizar o intelectualismo. Este se traduzia pelo domínio de um número excessivo de matérias cuja finalidade precípua era possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento de todas as suas potencialidades com vistas a bem situá-lo ante aos inúmeros desafios. Também tiveram ênfase o moralismo religioso e o civismo, contudo, esses temas afastam-se muito da proposição deste trabalho, razão pela qual não os abordaremos.

Com base nos fundamentos curriculares dessa matriz teórica, o importante era “[...] adquirir as noções e compreendê-las: tudo o mais vinha depois” (SILVA, 1989, p. 6). Em resumo, o objetivo da educação era cultivar a personalidade do indivíduo segundo um ideal subjetivo de qualidades racionalizadas (caráter, justiça social, habilidades diversas, artes, filosofia, religião, etc.), as quais independiam das suas condições sociais e das características individuais. Resguardadas as devidas proporções, o currículo do curso de formação de oficiais da APM/GO, como demonstraremos no conjunto das “grades” curriculares, preserva até nossos dias os princípios de um ideal subjetivo com racionalidade do caráter, da justiça, do preparo para o combate, do culto à hierarquia e obediência às ordens superiores.

Por outro lado, ainda no século XIX, pensadores como Froebel e Pestalozzi consideravam que o currículo dificilmente poderia ser formalizado, já que, segundo eles, a criança se educava tomando por base sua própria atividade. Partia-se da experiência pessoal para o ensino e não de uma predeterminação do conteúdo a ser ensinado.

Outro pensador que grande contribuição trouxe para os questionamentos relativos ao processo ensino-aprendizagem, suscitados no século XIX, foi Herbart. Conforme explica Silva (1989) Herbart acreditava que através do hábito a criança era preparada para receber, como princípios, as leis impostas pela sociedade.

De acordo com Luzuriaga (1946), o método herbartiano tinha por base os seguintes pressupostos: partir sempre do conhecido pelo aluno, associar o novo ao já conhecido, usar a experiência anterior do aluno como subsídio para a atividade didática; cultivar o desenvolvimento moral, com base na instrução e estabelecer fases ou passos formais de ensino.

O método proposto por Herbart tem excessiva preocupação com o rigor metodológico. Conforme acreditava, desde que os métodos fossem adequados, o currículo seria plenamente cumprido. A isso Pacheco (1999, p. 33) chamou de currículo como tecnologia, conquanto exprime “[...] preocupação com o **como** se aprende e não propriamente o **quê**, já que o currículo é visto como um processo tecnológico ou um meio para organizar a aprendizagem”.

Muito afeito à rotinização também é a conduta do policial militar egresso da APM/GO, conseqüência, em parte, da formação recebida da “cadência” curricular imposta pela corporação e da concepção formalista metodológica herbartiana.

A literatura que adotamos como referência deixa claro que o início do século XX continuou sofrendo profunda influência do positivismo, o qual vinha se impondo desde o final do século anterior em razão do êxito das explicações formuladas para os problemas sócio-culturais e econômicos vividos até então.

No âmbito da educação, a influência positivista se deu quando esta passa a ser vista como um fenômeno social. Esse fenômeno submete a prática à teoria, sendo

proibitivo recriar a prática, que só terá relevância se for fiel aos paradigmas teóricos e rígidos da ciência [...] na organização do currículo, se estabelece uma relação de autoridade entre a teoria e a prática” (BRZEZINSKI, 1995, p. 52).

Sob essa perspectiva, podemos verificar a força do lema positivista “ordem e progresso”: ordenar o conhecimento por intermédio da teoria, submetendo-o à experimentação prática, com vistas ao progresso científico – é esse o fundamento!

Entendemos ser válido registrar que o lema ordem e progresso foi amplamente utilizado ao longo da história do Brasil, primeiramente pelos militares quando da Proclamação da República (adotado como “máxima” na nova Bandeira) e, principalmente, como concepção norteadora dos golpistas de 1964, vez que a imposição da ordem é princípio orientador do pensamento esposado pelos teóricos positivistas, em vista ao progresso da sociedade. É bom salientar que a concepção do progresso, para os militares de 1964, está intimamente ligada à manutenção da sociedade dividida em classes, privilegiando a elite em detrimento dos menos favorecidos. Esse modelo está intimamente associado ao desenvolvimento nacional, com controle internacional advindo de um projeto proposto pelos Estados Unidos para os povos latino-americanos, diante da pretensa possibilidade de implantação do socialismo no continente, a exemplo do que ocorrera em Cuba (1959).

No compasso da história, os questionamentos em torno do papel da educação, enquanto elemento de profunda relevância social, vão marcando o pensamento humano e desse processo surge a filosofia pragmática. Seu grande sistematizador foi Jonh Dewey (1859 – 1952), cujo entendimento residia no sentido de que o indivíduo está inserido num ambiente que se modifica e se reconstrói continuamente. O homem sofre essas modificações e nelas intervém, por isso é fundamental conhecer o funcionamento do ambiente. Desse ponto de vista tem-se claro que a educação deve priorizar os métodos que facilitem o preparo dos alunos para resolução de problemas atuais e futuros.

Para Dewey, o conhecimento é um instrumento que possibilita atitude e não apenas especulação conceitual. O raciocínio é impulsionado pelos obstáculos que se apresentam ao longo da vida do ser humano. O objetivo primeiro da educação, segundo ele, é habilitar o indivíduo a controlar e desenvolver o meio no qual se insere.

Outro modelo educacional reformador, que conviveu com o progressivismo deweyneano, foi o chamado modelo burocrático. Esse modelo influenciou a educação por várias décadas, durante todo o século XX, pois assenta-se no fundamento da eficiência produtiva proclamada por Frederick Taylor, no campo da administração científica. Também chamado taylorismo, o modelo burocrático tecnicista da administração científica surgiu como tentativa de debelar a crise econômica que se abateu sobre o mundo no final dos anos 20, do século passado.

Segundo Taylor, citado por Silva (1989), a produtividade é o objetivo primeiro a ser alcançado e nesse processo o indivíduo passa a ser cuidadosamente investigado, com vistas à racionalização da produção. Sendo assim, os estudos se voltam para controlar o tempo e o movimento na consecução das tarefas tornando possível estabelecer padrões de eficiência.

Na área da educação, a teoria da eficiência burocrática teve seu efeito mais profundo no âmbito do currículo, através de Jonh Franklin Bobbit, responsável por adaptar as técnicas de Taylor à realidade da escola. O trabalho de Bobbit buscou, em síntese, eliminar do currículo tudo que não fosse funcional, estabelecendo a divisão de tarefas e a especialização das funções escolares.

No Brasil, a influência da eficiência burocrática de Bobbit perdurou por mais de duas décadas. A esse respeito, ressalta Brzezinski (1995, p. 49) que

esta concepção permaneceu nas escolas brasileiras a partir de traçados curriculares apontados por Bobbit nos Estados Unidos [...] e ainda, [...] sob o ideário liberal tecnicista, baseado na racionalidade instrumental e na teoria do capital humano, os currículos passaram a ser estabelecidos a partir de um silogismo: o mais eficaz é o mais pedagógico; o mais pedagógico é o que reproduz; o que reproduz é o mais pedagógico e o mais eficaz.

Tomando-se por base o que pôde ser discutido até o momento, no tocante às influências teóricas sobre o currículo (notadamente durante o século XX), destacamos a presença de duas perspectivas opostas de estrutura e organização do currículo, comumente classificadas pelos curriculistas como clássica e romântica.

A perspectiva clássica enfatiza o conhecimento organizado em disciplinas. O currículo é instrumento de inserção do indivíduo nas formas de pensamento e conhecimento pré-estabelecidas. Já a perspectiva romântica reconhece a educação como parte integrante da vida do aluno enfatizando a experiência, a participação e a criatividade.

O modelo clássico tem sido tradicionalmente associado aos aspectos políticos e econômicos nos quais há maior coesão social. A visão romântica tem ênfase em momentos sócio-políticos divergentes e economicamente mais críticos, cuja turbulência social ocasiona grande diversidade de opiniões (SILVA, 1989).

Após o golpe de 1964, o modelo educacional brasileiro adotou a perspectiva clássica como padrão de ensino, embora os idealizadores da Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) e Lei 5.692/71 (Lei do Sistema de Ensino de 1º e 2º graus) neguem este padrão em seu discurso. Sob a tutela de um governo autoritário que, em nome da segurança nacional refutava todo tipo de crítica ou contestação, buscava-se um processo de ensino essencialmente clássico, ou seja, que privilegiasse a formação individual como instrumento de adequação ao sistema, enfatizando as disciplinas que não exigiam análise crítica da conjuntura sócio-político-econômica da época.

Ainda que houvesse uma imposição do governo militar, no final da década de 1970, começam as manifestações dos críticos à ordem educacional vigente, emergindo trabalhos científicos, sobretudo nos programas de pós-graduação e educação. Teorias weberiana, marxista e neomarxista passam a fundamentar os estudos educacionais. No âmbito escolar penetram as idéias piagetianas, advindas também de modelo adequado às elites, porém, a teoria do conflito vem esclarecer a necessidade de ataque às teorias que contribuíam para a manutenção do *status quo* das classes privilegiadas.

Para Silva (1989, p. 16), as teorias educacionais anteriores às teorias críticas contribuíram muito para que o sistema educacional refletisse mais “[...] o efeito da competição por status entre diferentes grupos, envolvendo a disputa por riqueza, poder e prestígio”.

Nesse contexto, constatamos que o sistema educacional, considerado tradicionalmente apolítico, transforma-se num espaço de conflito de classe. Interessante observar que, no Brasil, a concordância de educadores defensores da corrente teórico-pedagógica, se deu a partir do início dos anos 1980, portanto, já quase no final do governo militar. A maior parte dos trabalhos que evidenciam a educação como espaço de disputa política tem sua atenção voltada para os conflitos existentes na estrutura do sistema de ensino e da sociedade. Segundo argumentam os educadores da referida tendência pedagógica, é necessário desenvolver políticas de educação que contemplem o exame das transformações ocorridas no dia-a-dia da escola e que foram ocasionados por mudanças macroestruturais.

Pelo exposto, podemos concluir que o currículo reflete conceitos, pontos de vista, ideologias prevalecendo, sobretudo, as idéias da época em que é concebido. Se considerarmos que o currículo pode antecipar alguns resultados do ensino, então teremos a oportunidade de entendê-lo como meio para a conquista de um fim específico, qual seja: a formação de cidadãos como profissionais que respondam às exigências da sociedade contemporânea, da mesma forma como a APM/GO vem fazendo em sua trajetória de instituição formadora.

2.4 GESTÃO CURRICULAR

Partindo-se do pressuposto de que por meio do currículo se constroem identidades coletivas e individuais e estabelecendo-se, nesse movimento, relações de interdependência, a gestão curricular é de fundamental importância para essa construção.

Neste estudo, assim entendemos por gestão curricular: *a priori*, a expressão indica a idéia de gerência dos conteúdos a serem ministrados, de decisão acerca do quê, do quando e do como ensinar. Todavia, sabemos que, concomitantemente a essas indagações, as atenções devem se voltar para o sujeito ou os sujeitos que “gerenciam” o currículo ou tomam decisões sobre ele.

Por certo, o currículo corresponde à natureza da instituição escolar que o incorpora. Nesse sentido, o currículo deve refletir as escolhas dos grupos que o constituíram e, mais ainda, revela os anseios da sociedade na qual se insere, posto que busca satisfazê-los. Face a isto, o currículo se apresenta na instituição escolar, como espaço de poder, conforme assegura Silva (2001, p. 147–148):

[...] O currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.

Se o currículo, de acordo com Silva (1989), é um instrumento ideológico do estado capitalista, o currículo do curso de oficiais da APM/GO é um mecanismo que reproduz a

ideologia capitalista em um aparelho ideológico do estado, de caráter repressivo.

Decorrentemente, o currículo reproduz as tendências sociais instituídas. Prova disso é a alternância dos ciclos de preponderância dos fatores de construção curricular experimentada ao longo da história. Com efeito, esta alternância revela os valores adotados pela sociedade ao longo do tempo, tanto do ponto de vista político, quanto ideológico, cultural ou econômico.

A questão da opção por um ou outro fator de preponderância no projeto curricular limita o processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, não reflete, na totalidade, os anseios sociais atuais. Parece ser fundamental a busca de um conteúdo curricular integrador, respeitando as condições histórico-sociais e culturais, o processo de construção no contexto escolar e as representações dos segmentos envolvidos neste processo: o professor, o aluno e a comunidade. Nesta perspectiva, o gestor curricular deve procurar garantir uma organização institucional mais próxima possível da realidade social.

Diante desses argumentos, percebemos que a tarefa de gestão curricular, que vai ao encontro das necessidades da sociedade, passa obrigatoriamente pela crítica dos sujeitos envolvidos na organização do trabalho pedagógico: o professor e o estudante. Caso a administração central, ou órgão similar, prescindir das suas presenças no momento da definição das diretrizes curriculares, como é o caso do modelo adotado pelas políticas do Ministério da Educação do Brasil, estará assumindo o risco de resultados de eficiência duvidosa.

Ante o exposto, é significativo lembrar que o gestor do currículo precisa ter claro que o conceito adotado pela organização escolar, por natureza, afeta o processo de tomada de decisões. Roldão (1999, p. 38-39) propõe para o desenvolvimento do processo de gestão curricular as seguintes dimensões: “[...] analisar – ponderar; decidir – optar; concretizar a decisão – desenvolver a ação; avaliar o desenvolvimento e os resultados que ocorreram da decisão; prosseguir, reorientar ou abandonar a decisão tomada”. A dimensão relativa à análise e ponderação refere-se ao profundo conhecimento da situação que se apresenta: aos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, às nuances específicas.

Outro momento importante é relativo à prática decisória, consideradas as informações obtidas por intermédio da análise e ponderação da situação que se apresenta. O passo seguinte será o confronto das informações colhidas com aquilo que se almeja alcançar, ou seja, o nível de influência do currículo nesse processo de mudança situacional. Com base nesse confronto surgirá uma série de “possibilidades estratégicas” que poderão ser utilizadas para viabilização da proposta. Caberá, então, ao gestor curricular o papel de optar por uma ou outra, aplicando-a e finalizando o processo decisório com controle do seu desenvolvimento, sob rigorosa avaliação dos resultados. Valendo-se dessas avaliações, poderá o gestor curricular prosseguir, reorientar ou abandonar a decisão escolhida, devendo proceder à nova verificação de estratégia.

Ressaltamos que o processo de gestão curricular opera em diversos níveis nos quais deverá haver a participação dos diversos segmentos do setor. Cada tomada de decisão envolve graus de responsabilidade distintos, contudo, obrigatórios. Não é demais repetir que a integração de todos os envolvidos fomentará a discussão, o que obrigatoriamente enriquecerá a decisão final. Assim, mesmo em um processo cooperativo/colegiado, no qual as decisões são tomadas em conjunto, há prevalência da opinião de algum ou alguns membros do grupo, o que ilustra o grau de responsabilidade na tomada de decisão de todos os agentes (direção, coordenação, corpo docente e corpo discente) e dos parceiros da comunidade. Importante, ainda, é distinguir o tipo de instância decisora: individual, grupal, colegiado, também como essa instância exerce a função de decisão, se mais ou menos participativa ou partilhada com os outros.

No próximo capítulo analisaremos a história e o desenvolvimento do currículo e a formação do oficial na APM/GO.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DO OFICIAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS E O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO

3.1 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE POLICIAIS NA APM/GO

A Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, como já mencionamos, chamou-se inicialmente Departamento de Instrução Militar – DIM. Esse Departamento foi idealizado pelo Capitão do Exército, Langleberto Pinheiro Soares, comissionado pelo Interventor Federal, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, ao posto de Coronel, Comandante Geral da Força Policial de Goiás, pois a Corporação naquela época não dispunha de oficiais ocupantes do

último posto da hierarquia militar, em condições de ocupar o cargo de Comandante Geral.

Para tanto eram convocados oficiais do Exército.

Ao assumir o comando geral da Força Policial, hoje Polícia Militar do Estado de Goiás, em 19 de junho de 1939, o Comandante Langleberto, entre as várias medidas, instalou, na Corporação, cursos de formação de oficiais, sargentos e cabos, justificando assim a criação do Departamento de Instrução Militar. Preliminarmente foi criado um curso de emergência para oficiais com duração de um ano (janeiro de 1940). Esse curso visava a atualizar os conhecimentos profissionais dos oficiais que assumiram o posto mediante concurso. Foram matriculados compulsoriamente quinze oficiais, sendo que apenas doze foram diplomados em dezembro daquele ano.

A criação oficial do Departamento de Instrução Militar coube ao também fundador de Goiânia, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, pelo Decreto-Lei nº 3.286, de 11 de junho de 1940, publicado no Correio Oficial (atual Diário Oficial) de 24 de junho de 1940. Esse Decreto aprovou o Regulamento Geral da Força Policial do Estado. De conformidade com esse Regulamento, foi criado o DIM (parágrafo 4º, artigo 1º), subordinado diretamente ao Comando Geral da Força.

O Capítulo XXIV desse mesmo Regulamento referia-se, no art. 366, à organização geral do ensino do Departamento de Instrução Militar, dos cursos e escolas, com a seguinte redação:

[...] o Departamento de Instrução Militar (DIM) se destina a organizar, orientar e fiscalizar a instrução Policial Militar dos cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais, cursos de formação de sargentos e graduados e escola de recrutas, tendo em vista a formação e aperfeiçoamento dos quadros e a formação de soldados convenientemente instruídos e disciplinados para o desempenho de suas funções.

Lembrando a incipiente instrução em forma de adestramento aplicada aos alunos do Departamento de Instrução Militar daqueles tempos, é oportuno reportar aos registros de Brzezinski (1986), sobre a valorosa contribuição dos professores paulistas que vieram divulgar os postulados da Escola Nova em Goiás, contemplando princípios mais humanísticos que respeitavam as diferenças individuais e a utilização de dinâmica de grupo como metodologia de ensino.

Na década de 1930, coube à professora Ofélia Soares do Nascimento Monteiro, que acabara de chegar do Estado de São Paulo, implantar em Goiás a pedagogia nova em substituição à pedagogia tradicional, adotando, no princípio: “os métodos de Maria Montessori, Decroly e Pestalozzi” (BRZEZINSKI, 1987, p.67-68).

Embora não tenham interferido no ensino policial, as Missões Pedagógicas em Goiás provocaram a ruptura com os tradicionais métodos conservadores da escola básica goiana, em que era imperativo o uso da palmatória, como instrumento estimulador da memória do estudante, semelhantemente à aplicação de exercícios rigorosos para incentivar a aprendizagem dos pretendentes a oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Em 11 de junho de 1940, como mencionamos, foi assinado o Decreto-Lei nº 3.286, publicado no Correio Oficial em 24/06/1940, regulamentando o Departamento de Instrução Militar, criando os cursos de formação de oficiais, sargentos, cabos e equiparando também a eles o curso de emergência de oficiais.

A convite do Coronel Langleberto, o Major Cícero Bueno Brandão, da Força Pública de São Paulo, deslocou-se para Goiás para exercer a função de primeiro diretor do Departamento de Instrução da Força Policial do Estado (Decreto nº 3.356, de 29.06.1940), cumulativamente com a função de Chefe do Estado Maior da Força Policial. Esse Major era formado em Educação Física pela Escola Normal da Casa Branca de São Paulo. Sua formação delineava a identidade do oficial mais bem preparado para exercer o magistério. Ele chegou a ministrar onze das doze disciplinas do Curso de Emergência de Oficiais. O curso contava com as seguintes disciplinas e ementário:

1. Instrução Física – Lição de Instrução Física;
2. Armamento – Apresentação de todo armamento da CIA;
3. Ordem Unida – Escola do Soldado, sem arma, sentido, descansar e à vontade, noções de intervalo em linha, ordenação marche, alto;
4. Noção de Comando e precedência militar. O que é hierarquia militar? Qual a hierarquia no Exército e na Polícia Militar?
5. Instrução Policial – Por que é necessário o serviço policial na sociedade? Qual deve ser a conduta da Polícia no serviço de policiamento, principalmente nos destacamentos?
6. Maneabilidade – exercícios de vivacidade. Noção de que o Chefe é o guia da tropa.
7. Tática – Noções sucintas sobre a organização pessoal e material do G.C.; bem como do armamento. Papel G.C. no combate da infantaria, nomenclatura do terreno. Noções de combate e abrigo. Aproveitamento do terreno (para abrigar-se,

progredir e observar no caixão de areia. 8. Educação Moral – há País como o

Brasil? Quem tem direito à continência. 9. Instrução Geral – O que é continência? De que se compõe ela? 10. Tiro – Instrução preparatória para o tiro de FO. 11. Socorros de urgência – como proceder um soldado no caso de um camarada estar com uma hemorragia? 12. Limpeza e revista de armamento (LIVRO DE REGISTRO DE AULAS DO DIM, 1940, p. 15).

Com a substituição do Coronel Langleberto no Comando Geral da Força Policial, pelo Capitão do Exército, comissionado no posto de Coronel, Heródoto Batista Cavalcante, em 31 de março de 1941, e o recolhimento do Major Cícero Bueno Brandão à sede da corporação paulista, o Departamento de Instrução Militar, por carência de instrutores, não funcionou nos anos de 1942 a 1945.

Em 1946, com outra organização e melhores condições de pessoal e material, o DIM iniciou nova fase, no Comando Geral do Tenente Coronel Francisco Ferraz de Lima, que o reabriu e designou o Major Lindolpho Emiliano dos Passos para dirigi-lo. O Major Lindolpho restabeleceu o curso de emergência para oficiais, com um ano de duração, e organizou novos cursos de formação de oficiais¹⁴ com duração de três anos, para a formação de sargentos, com duração de um ano, e de cabos e soldados, com duração de seis meses. Ao final de um ano, foram diplomados na primeira turma de oficiais do curso de emergência alguns sargentos, cabos e soldados.

A solenidade de formatura aconteceu no Palácio das Esmeraldas sendo, à época, governador de Goiás – Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, o Comandante da Força Militar - Coronel Octaviano de Paiva e o paraninfo da turma – Tenente Coronel Lindolpho Emiliano dos Passos. Dirigia o DIM, nesta ocasião, o Major Walfrido Campos Maia.

A estrutura física destinada ao DIM inicialmente era muito acanhada, contava com uma pequena sala no espaço do 1º Batalhão de Infantaria, localizado na Av. Independência, próximo à Praça dos Trabalhadores. Na mesma década de 1940, foi transferido para as instalações do Abrigo dos Velhos (hoje Tribunal de Justiça de Goiás), situado na Av. Assis Chateaubriand (Setor Oeste), em frente ao Bosque dos Buritis.

¹⁴ No final do Curso de Formação de Oficiais, cumprindo-se o período regular, com a redução do curso em um ano, foram declarados aspirantes a oficial os seguintes cadetes: Antônio Bonfim dos Santos, Mauro de Freitas Silveira, Rui Barbosa de Moura, Simião Barreira de Moraes, Juvenal P. da Silva e Ari Viterbo Soares Leite.

O DIM, pela dificuldade de funcionamento, em função da falta de estrutura física própria, não se fixava por muito tempo em nenhum lugar, à semelhança de quase todos os órgãos públicos nos primórdios de Goiânia, inviabilizando praticamente o funcionamento regular dos cursos na Corporação. Desalojado das instalações do Abrigo dos Velhos, foi para a Rua 115 – Setor Sul, onde funcionou em precárias instalações.

Finalmente, pareceu se concretizar a sede definitiva, com a construção das instalações do Departamento de Instrução – DI, (nova denominação do antigo DIM), onde hoje funciona o 1º Batalhão de Polícia Militar – (1º BPM – Batalhão Anhanguera). Em 1952 houve permuta de prédios, entre o 1º BPM e o DI, sendo transferido para a Rua 221, Setor Universitário, local onde permanece até os dias atuais.

Nos seus primórdios, a “Casa de Ensino da Polícia Militar de Goiás” dedicou-se prioritariamente à formação de soldados, embora tenha formado duas turmas de oficiais entre os anos de 1951 a 1955, como já registramos.

Entre 1955 e 1965, continuou a oferta de cursos para graduados e soldados, mas os alunos oficiais eram encaminhados para outras corporações, nos Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara (atual Rio de Janeiro) e Minas Gerais, para freqüentarem o curso de formação de oficiais.

No ano de 1966, a Escola da Polícia Militar de Goiás voltou a promover o curso de formação de oficiais, regularmente, com duração de 3 anos, (somente em 1973 não ingressou nova turma de aspirantes a oficiais). Dois anos após o curso de aperfeiçoamento de oficiais passou a funcionar na condição de Estado-Maior, contudo, houve uma longa interrupção desse curso, reiniciando-se em 1987.

No ano de 1971, a Escola foi transformada em Centro de Formação e Aperfeiçoamento – CFA. Em 1983, um grande passo foi dado no tocante ao ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, o CFA foi elevado ao *status* de Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Pelo Parecer nº 93, do Conselho Federal de Educação/MEC, o curso de formação de oficiais – CFO foi equiparado aos demais cursos de graduação do sistema civil, com efeito retroativo a 1972. Esse ato elevou a APM/GO à condição de estabelecimento de ensino superior.

3.2 PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA APM/GO

“Habilitar o aluno-oficial/cadete, futuro oficial, para o desempenho das atribuições institucionais da Polícia Militar, compatível com os postos de oficiais subalternos”¹⁵ é o objetivo geral da formação policial militar em nível superior, objeto deste estudo, segundo Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE/2002-2006), elaboradas pelo Estado Maior da Polícia Militar de Goiás, aqui transcrito.

Sob a premissa norteadora do ensino da APM/GO: *ide comandar, aprendei a obedecer*, os policiais devem ser preparados fundamentalmente para o oficialato e para exercerem atividades de comando. Em síntese, o aluno oficial/cadete deve ser preparado para ser comandante. Indagamos, então: estaria a Academia percorrendo caminhos para atingir esse objetivo? Que caminhos educacionais, didático-pedagógicos e acadêmicos são percorridos? De que forma?

Ora, se reconhecemos que a obediência cega, sem questionamentos, implica dominação, impossível supor que o treinamento para a obediência subserviente seja realmente capaz de forjar homens afeitos às decisões. Segundo a filosofia da APM/GO, quem está sendo preparado para comandar deve aprender essencialmente a dar ordens; a inspirar obediência. Exatamente isso os instrutores,¹⁶ em especial os mais conservadores, demonstram entender no desempenho desse ofício de preparar comandantes. Mesmo aceitando que a natureza do mundo militar exige obediência, às vezes incontestável, do subordinado aos seus superiores hierárquicos, jamais podemos admitir que ela ultrapasse os limites da legalidade e do respeito à dignidade humana.

Ocorre que observamos na prática pedagógica dos instrutores excessos de rispidez no tratamento, o massacre físico, o estado de sobressalto psicológico, como aspectos importantes

¹⁵ Oficiais Subalternos – grupo de oficiais que, na hierarquia militar, compreende o Aspirante a Oficial, o 2º Tenente e o 1º Tenente.

¹⁶ Instrutores é expressão que se refere aos oficiais da Polícia Militar que são designados como professores nas escolas militares.

para a formação do caráter policial militar. Exemplos disso são os exercícios de maneabilidade de campo, também chamados de Jornada de Instrução Militar (JIM)¹⁷, ocasião em que o instrutor explora o máximo do aluno/cadete em termos de exigência física e psicológica. Essa atividade de ensino visa ao doutrinamento para chefiar, liderar, comandar e resistir às situações estressantes e adversas, como atestam Albuquerque e Macêdo (2001, p.215):

Similar aos treinamentos tradicionais, que conjugam, a um só tempo, técnicas de sobrevivência na selva com velhos ensinamentos antiguerilha, a JIM se processa num ritmo estressante, baseado em táticas que estimulam a ansiedade e o medo, produzindo um estado psicológico de absoluta alerta emocional.

É até compreensível que a formação do oficial no Exército cultue o tratamento rígido, se atentarmos para o fato de que o objetivo é tratar da guerra, pois na área do combate pretende-se a completa eliminação do inimigo; de modo a aniquilá-lo física e psicologicamente. Assim entendido, o treinamento psicológico ao futuro combatente procura desenvolver uma indiferença à dor do inimigo, a exemplo da educação em Esparta, que até hoje inspira a maioria dos Exércitos. Na ótica do historiador Ruy de Ayres Belo (1965, p. 44), essa formação

[...] serve, apenas, para demonstrar o aviltamento a que se condena todo um trabalho educativo que não se fundamenta numa base moral, não se inspira na concepção espiritual da natureza humana, e se confunde com o simples adestramento de animais irracionais.

A formação do oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás na APM/GO pretende ainda reafirmar a identidade da polícia militarizada, impedindo mudanças curriculares que possam superar os padrões de ensino herdados do currículo, cujo objetivo era o de preparar o militar para combater e para enfrentar o habitante da cidade sempre como inimigo.

Albuquerque e Machado (2001, p. 221), ao tratarem do assunto, assim se expressam, em relação ao novo currículo da Academia de Polícia Militar do Estado da Bahia, que foi elaborado em 1994 e implementando em 1996, como resultado do programa de modernização que iniciou em 1993 (2001, p. 215):

¹⁷ Jornada de Instrução Militar é aqui entendida como atividade pedagógica extra-classe, em que os gestores da APM/GO aproveitavam para colocar em prática os ensinamentos teóricos recebidos, principalmente da disciplina Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial, no combate à guerrilha e à busca de fugitivos criminosos.

Ao que assistimos é que a ideologia democrática do novo currículo vigente

sucumbe ao militarismo. As cenas de supressão dos direitos individuais (civis) na jornada confirmam esta supremacia. Daquele vem, embrionariamente, a mentalidade do inimigo, na qual o espírito de Marte só se sacia com a guerra, pois há comunistas e subversivos em toda parte e, se estes não existem mais, com o fim do regime autoritário, há uma maldição sobre o cidadão que passa a ser sempre suspeito, bandido, ‘marginal’ e desordeiro.

No nosso entendimento, o objetivo da polícia militar não deve ser confundido com o da Força Terrestre (Exército). No policiamento da cidade e para a proteção da sociedade, não lidamos com inimigos, mas com adversários que, muitas vezes, são seres humanos de conduta desajustada, avessa à convivência social. Tais desajustes desestabilizam a ordem pública, portanto, devem ser contidos e reeducados. Além disso, trabalha-se em função de uma comunidade da qual devemos estar cada vez mais próximos, cujo respeito devemos conquistar com o trabalho baseado em ações que “[...] devem ter sempre como parâmetro o interesse público, na busca do precedente ajustamento, visando ao equilíbrio social e à obtenção da confiança da população” (OLIVEIRA, 1985, p. 27)

Fustigar a agressividade do homem com a exaltação das práticas educacionais castrenses¹⁸, tipicamente punitivas, fundadas em um currículo de tendência militarizada, não resta dúvida, não será a ação mais adequada para desenvolver um preparo que proporcione equilíbrio interior, que inspire a convivência pacífica no contexto de suas relações sociais. Tais relações devem, antes, possibilitar ao aspirante a oficial assumir deveres e respeitar direitos.

Como ilustração de práticas pedagógicas anômalas ao papel social da organização policial militar e de um currículo militarizado, relatamos o ocorrido em 1985, durante uma visita de estudos feita à Academia de Polícia Militar do Estado de Pernambuco: quando entrava na sala uma autoridade superior, por exemplo a do professor (instrutor), os alunos, mediante reflexo condicionado, batiam as palmas das mãos sobre os joelhos, levantavam-se, como que saltando das carteiras e, ruidosamente, tomavam a posição de sentido. A seqüência de comportamentos era automática, os cadetes/alunos-robôs agiam sem qualquer ordem ou comando, pois já tinham sido adestrados para reagir, isto é, dar uma resposta-padrão diante do estímulo externo, qual seja: a presença da autoridade.

¹⁸ Prática educacional castrense é aquela que é levada a efeito nos quartéis, mais precisamente nas academias militares.

Ao observador interessado em automatismos, nada pareceria mais perfeito. Comprovamos que aqueles alunos assistiam às aulas sobressaltados, à presença do professor, pelo receio de serem flagrados na imperfeição de algum reflexo condicionado. A literatura sobre teorias da aprendizagem revela-nos que o reflexo condicionado é comportamento que visa ao adestramento imposto pela aplicação da tendência pedagógica behaviorista, cuja metodologia de ensino tem o intuito de encontrar no estudante um cumpridor de ordens após ser estimulado para dar a resposta correta.

Pesquisa realizada por Albuquerque e Machado comprova essa domesticação e treinamento assimilados pela Academia de Polícia Militar do Estado de Pernambuco, isto é, dar uma resposta padrão diante do estímulo externo: a presença da autoridade. Denunciam os autores que “[...] essa experiência de submissão ao poder do instrutor se dá sob muitas formas, através de modalidades de castigo que se repetem durante as aulas” (2001, p. 224).

É o próprio defensor da tendência comportamentalista, Skinner (1967, p. 213), quem alerta sobre o abuso da punição, expressando-se assim:

a longo prazo, a punição, ao contrário do reforço, funciona com desvantagens tanto para o organismo quanto para a agência punidora. Os estímulos aversivos geram emoções, incluindo pré-disposições para fugir e retrucar a ansiedades perturbadoras. E prossegue afirmando que um efeito imediato da punição na redução de uma tendência para comportar é bastante claro, mas isso pode ser enganador: a punição não reduz permanentemente uma tendência para responder, afirmando que o efeito mais importante da punição é o estabelecimento de condições aversivas que são evitadas por qualquer comportamento de ‘fazer alguma coisa’. É importante, tanto por razões práticas quanto teóricas especificas esse comportamento. Não é suficiente dizer que o que é reforçado é simplesmente o oposto. Algumas vezes é permanente ‘não fazer nada’ sob a forma de permanecer ativamente imóvel. Outras vezes é um comportamento apropriado a outras variáveis concomitantes que não são, entretanto, suficientes para explicar o nível de probabilidade de comportamento, sem supor que o indivíduo também está agindo ‘para estar seguro e para evitar complicações’.

Observamos que a punição denominada reforço por Skinner esclarece alguns exemplos encontrados em nossa realidade. Muitos policiais militares se esquivam de situações que poderão conduzir a um comportamento indesejado pelos instrutores, o que levaria à punição. Isso pode explicar atitudes de apatia, acomodação e falta de interesse de nossos colegas ao

evitem um maior engajamento nas mais diversificadas ações funcionais e de ocorrências, vivenciadas no cotidiano da academia e depois na atuação como oficial profissional.

A literatura por nós consultada, bem como as observações realizadas levam-nos a reiterar que, até os dias de hoje, predominam práticas tradicionais de formação, com currículo inspirado em práticas militares. Essa tendência curricular impede que práticas pedagógicas da APM/GO se voltem para o preparo do policial para defender a ordem pública, a sociedade e o cidadão contra as agressões dos desajustados sociais. Esse desafio real e permanente faz parte das propostas para a segurança pública do Estado de Goiás.

As evidências mostram que a formação policial militar em nível superior ainda não conseguiu criar uma cultura pedagógica, alicerçada em um currículo voltado para uma nova realidade de ensino, que privilegie o ambiente sócio-cultural em que o policial é formado para assumir atitudes críticas com consciência de seu papel de responsável pela segurança da sociedade. Ao contrário, o que fomos comprovando ao longo de nossa história de vida e de nossa pesquisa é que existe, por parte dos “educadores” militares, um certo encantamento ou até um devotamento pelo cultivo excessivo do militarismo.

Interessante é que reconhecemos na prática dos instrutores/professores acentuada tendência conservadora, até por herança de formação tradicional no ensino policial militar, pois quanto mais rígido e inflexível for o oficial instrutor, segundo os superiores, mais adequado será para conduzir o processo ensino-aprendizagem. Nem sempre se seleciona um “educador” militar pela capacidade profissional para lidar com o estudante de nível superior. Importa, sim, via de regra, que o instrutor saiba gritar o necessário, se não para amedrontar, pelo menos, para desestimular os alunos a uma possível iniciativa pessoal, no mínimo, fruto de um comportamento inconsciente por parte desse instrutor.

É prática corrente na formação do oficial, a idéia de instrutores, coordenadores, comandantes de que se deve exigir o máximo dos alunos, nos seus primeiros meses de curso. Aqueles que suportarem o ritual de iniciação, o “massacre”, e mantiverem a disposição para continuar a jornada, estariam aptos para tornarem-se oficiais de polícia militar.

Esse rito de militarização é tratado por Albuquerque e Machado (2001, p. 219) como sendo “[...] a percepção da própria identidade, que se dá em meio à violência sobre seus

corpos e ultrapassagem dos limites, pois a identidade, na experiência da Jornada de Instrução Militar (JIM), é inculcada na alma e no corpo”.

Destacamos, então, que um auto-conceito de espécie privilegiada passa a transformar o iniciante, nesse processo de metamorfose, em “Super Homem”. Isto vai conviver com ele até o final da carreira gerando, ao longo dessa trajetória, conflitos internos que provocam sérios desequilíbrios em sua vida emocional e em sua atuação profissional.

O novo integrante, ainda despreparado física e psicologicamente para acompanhar o ritmo das experiências de uma realidade institucional, mostra-se perplexo e espera ser conduzido convenientemente pelos caminhos da adaptação. Contraditoriamente, ele se vê submetido a fortes exercícios, a situações de extrema frustração e a ofensas que para ele não fazem o menor sentido. Atônitos e medrosos, os futuros oficiais de polícia militar passam a refletir sobre o que está ocorrendo e, quanto mais informados, mais indignados se sentem. Diante da verdade brutal preferem desistir, outros, frustados, permanecem diante do pavor de serem considerados inferiores.

Essas atitudes são decorrentes também das tradicionais “atividades batismais”, os famosos “ralas”¹⁹ durante as primeiras aulas curriculares. Nessas primeiras aulas muitos professores militares se comportavam como se o aluno devesse saber o que está sendo ensinado, ou como se os ensinamentos, de natureza estritamente militar, já viessem incorporados pelo aluno. Assim, as aulas tomam um vulto de atividades meramente repetitivas, cansativas e traumatizantes.

Lembramos que o voluntário ao ingressar na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, até mesmo por sua tradição, tem certeza de que não encontrará ali um ambiente paternalista. Seguros disso, os instrutores intencionalmente consideram os iniciantes aptos para qualquer esforço físico ou psicológico e se mostram intransigentes, rotulando-os de fracassados, incompetentes e fracos.

¹⁹ Ralas – Expressão do senso comum da caserna para denominar os exercícios físicos aplicados aos discentes, com o intuito de testar-lhes a resistência física, psicológica e a vivacidade.

Essas manifestações dos instrutores denunciam um comportamento anti-pedagógico que desestimula e desorienta o futuro profissional, contrariando, assim, o que preconiza o currículo do curso de formação de oficiais que pretende, nas palavras de Albuquerque e Machado (2001, p. 219), “[...] dar conta de uma nova fisionomia policial ou modernizar a identidade policial”.

Um observador menos atento pode até tirar conclusões diferentes, acerca desses primeiros momentos da formação do futuro oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás, como, por exemplo, entender que esse tipo de comportamento é pedagógico e instrutivo. A verdade, porém, é que se trata de um momento crucial marcado por frustrações sem significado para o policial iniciante. Pavlov, citado por Skinner (1985, p. 152), valendo-se de sua experiência em seu trabalho de condicionamento reflexo, demonstra “[...] que a frustração sem significado leva à neurose”.

Skinner (1985, p. 154) mostrando o seu lado “humanista” comenta que para evitar a neurose, como conseqüência de frustrações sem significados para quem recebe o estímulo, deve ser usado o sistema das estruturas de aproximações sucessivas, que consiste em “aumentar as dificuldades de determinada prática lenta e gradualmente, até o atingimento quanto ao preparo físico e psicológico”.

A nosso ver, o novo integrante da instituição policial militar, antes de ser levado a qualquer desafio, deve receber um mínimo de preparo para evitar o insucesso inicial, quase sempre desastroso para a sua adaptação nesses primeiros momentos. A propósito, retomamos os princípios da epistemologia genética piagetiana, em que o processo de aprendizagem imposto por estímulos exclusivamente externos ao aluno pode sofrer rejeição e a aprendizagem não ser assimilada ou aprendida, provocando um estado de desequilíbrio muito desconfortável para o ser que aprende.

Destacamos, ainda, que esses primeiros momentos, assim como os primeiros anos de vida do aluno, devem ser alvo de séria preocupação dos docentes, pois, de uma orientação adequada depende o êxito profissional do futuro comandante, com reflexos positivos na sociedade, razão maior da existência desse profissional, o que nos parece de suma importância.

Ainda atentos à adequada formação do aluno militar, entendemos que a Jornada de Instrução Militar provoca desconcertos psicopedagógicos. Em verdade, os excessos são decorrentes da inabilidade técnico-profissional daqueles que se aventuram na educação militar. Como não possuem formação adequada, aplicam treinamentos que se prestam muito mais à punição física e psicológica dos alunos que à eficiente aprendizagem de técnicas militares de rotina, indispensável ao exercício da atividade policial militar.

O cumprimento de atividades relativas à segurança pública exige do seu agente habilidades muito específicas e, caso não existam, podem inviabilizar ou comprometer a profissão. É o caso, por exemplo, do destemor diante de situações nas quais a própria vida do policial é colocada em risco. Nestas condições, não podendo ele recuar, é necessário enfrentar o medo e até mesmo o seu instinto de auto-preservação, em prol da atividade que abraçou, em benefício da segurança da comunidade. E essa coragem, essa firmeza de propósito ante o perigo, ao que nos parece, encontram na JIM uma das poucas formas através das quais desenvolvem-se exercícios que simulam a prática militar.

É oportuno salientar, contudo, que, a consecução pedagógica dos treinamentos, requer que estejam afetos à supervisão de profissionais com habilitação nas áreas de Educação e Psicologia, sob pena de que, não sendo este o procedimento, incorrer-se nos erros e excessos do passado, que tantos prejuízos causaram à formação do oficial de polícia militar, como muito bem demonstram Albuquerque e Machado (2001, p. 229), quando chamam a atenção para a inutilidade e inadequação dos ensinamentos transmitidos pelo treinamento:

A jornada tinha ultrapassado limites e se tornara experiência inútil, marcada pela orientação de oficiais desorientados, despreparados psicologicamente, repetindo táticas de guerrilha rural para futuros oficiais que vão operar em centros urbanos e com outro tipo de pressão social.

Outra faceta da formação nos primeiros dias da academia, que merece análise, está ligada à ansiedade e à incompreensível pressa do educador militar em acelerar propositalmente o seu curso, em especial, no que se refere às disciplinas do currículo policial militar. Trata-se sobretudo das disciplinas de “Ordem Unidade”, de “Legislação e Regulamento” e a de “Educação Física”. Era comum, em nosso tempo de aluno, os instrutores

se vangloriarem do seu êxito em colocar um pelotão de alunos iniciantes pronto para desfilar, por exemplo, em menos de um mês de aulas de ordem unida, tendo em vista que o período de aprendizado ainda era muito incipiente e necessitava de maior aprofundamento nas práticas daquela disciplina.

Outros preceitos curriculares alimentados pelos instrutores desde os momentos iniciais do curso de formação de oficiais são o desenvolvimento e assimilação do conceito e de condutas que revelem o “espírito de corpo”²⁰.

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do espírito de corpo na Escola de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás é a excessiva cobrança da precedência hierárquica entre as turmas (séries), como se os cadetes/alunos integrantes de séries diferentes ocupassem níveis diferenciados na hierarquia militar, como ocorre com os profissionais já formados. Por força do regulamento militar, os cadetes devem obediência hierárquica aos seus superiores, o que evidentemente não ocorre e nem poderia ocorrer, com a mesma intensidade, entre os componentes do curso de formação de oficiais. Exceto em razão de algum tipo de investidura funcional, não faz sentido valorizar a necessidade da precedência hierárquica entre os alunos/cadetes, o que no cotidiano de nossa Escola só tem favorecido as inimizades, gerando conflitos interpessoais que, terminado o curso, persistem na vida profissional, inviabilizando a harmonia do relacionamento idealizado na importância do espírito de corpo.

É certo que a prática coletiva de determinadas instruções, em especial, as tipicamente militares, pretende desenvolver esforços no sentido de promover o relacionamento interpessoal dos integrantes visando a uma unidade em defesa da corporação policial militar. É certo também que um simples avizinhamo de corpos nem sempre aproxima mentalidades.

²⁰ Espírito de Corpo é aqui entendido como sendo o sentimento de coesão e ajuda mútua que espera existir entre os alunos/cadetes do curso de formação de oficiais de academia militar. Difere o espírito de corpo aqui definido do corporativismo, uma vez que, entendemos que este é a união de esforços empreendidos por uma instituição, com o objetivo de assegurar seu *status quo*, diferente, por exemplo, do corporativismo existente no Poder Judiciário e até mesmo na própria Polícia Militar do Estado de Goiás, vez que aquele refere-se à união e à cooperação mútua que deve existir entre os membros dessas instituições. No caso da corporação militar, o espírito de corpo que se espera de seus integrantes é tão somente aquele que visa à adoção de comportamentos que propiciem a assimilação da necessária e indispensável disciplina consciente, acatamento das ordens

Observamos, ainda hoje, na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, que qualquer iniciativa de mudança para criar um ambiente melhor ao fortalecimento das relações interpessoais sofre ampla resistência por parte de grande maioria de comandantes e instrutores/coordenadores, sob a alegação de riscos de queda da disciplina militar e da perda de autoridade.

Na verdade, o que se testemunha no cenário da formação do oficial e em outros cursos é um verdadeiro atentado à vida emocional do discente. Vale relatar a experiência de um instrutor, cujo prazer era surpreender um aluno desatento: aproximava-se dele e pintava-lhe a cabeça com giz, proibindo-lhe qualquer movimento ou ponderação. Tal exemplo parece irreal, mas são inúmeras as atitudes repulsivas comprovadas na realidade da APM/GO, como o episódio em que o aluno/cadete fora despertado pelo instrutor com o apagador lançado sobre sua cabeça.

Sob o enfoque eminentemente pedagógico, mesmo numa visão militarizada de ensino, os administradores e os comandantes militares alegam, e o fazem com muita propriedade, que a polícia militar pode, eventualmente, participar de missões tipicamente militares no plano da Defesa Terrestre. Trata-se de prerrogativa constitucional, e por isso não pode a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás descuidar-se do condicionamento militar dos policiais. No nosso entendimento, na APM/GO essa formação é de caráter suplementar, pois antes de qualquer outra função a polícia militar deve ser concebida como um escudo sob o qual o cidadão se protege com segurança. Enquanto persistir a conduta instrucional da APM/GO que provoca a despersonalização do homem, na condição de aluno, atemorizando-o, ele terá dificuldade em sua sociabilidade, bem como no entendimento das mais diferentes manifestações da sociedade civil da contemporaneidade.

Salientamos que, excepcionalmente, há um grupo de educadores militares que defendem atitudes dos policiais que suscitam o respeito da comunidade, uma vez que, sem o apoio da sociedade, a polícia militar exercerá muito pouco suas funções protetoras e será sempre muito

emanadas de superiores hierárquicos, legalmente constituídos, o emprego da energia capaz de vencer a resistência de infratores, etc.

mais ameaçadora da liberdade do cidadão. Consideramos também que a sociedade deve ser sensível a essa identidade dos profissionais como policiais militares. O cidadão deve reconhecer-se como parceiro da defesa de seus direitos e deveres feita pelos policiais. Lamentavelmente, na representação coletiva ainda permanece a representação do policial como combatente agressor, diante da histórica conduta selvagem e embrutecida cultivada pelos estrategistas da “defesa do território” advinda da tendência militarista.

Cotidianamente, deparamo-nos na Academia com um novo integrante das fileiras da Corporação, convivendo intensamente com o seguinte conflito: abraçar uma profissão que não inspira aplausos da comunidade, mas que diante de sua responsabilidade como profissional põe a vida em risco para defender a mesma sociedade que o rejeita.

Notamos que predomina a utilização de uma proposta pedagógica inteiramente desmotivadora para o aluno e divorciada de um currículo que possibilite a formação de um profissional seguro e humano. A tendência por resultados a curto prazo quase sempre veda os olhos do instrutor para o fato de que a prontidão do aluno iniciante para voluntariar-se às exigências propostas é um impulso natural, pois os cadetes são muito jovens. Cabe, porém, aos coordenadores do processo de formação racionalizar esse excesso de vontade, de forma a proporcionar um aprendizado sem traumas e também evitar que, em pouco tempo, o aluno seja tomado de forte apatia pelas atividades acadêmicas.

A seguir discutiremos o currículo da APM/GO e sua evolução até os dias atuais.

3.3 O CURRÍCULO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Vimos na análise da evolução histórica do ensino na APM/GO que, desde junho de 1940, a Polícia Militar do Estado de Goiás se preocupa com a formação e a preparação dos profissionais integrantes de seus quadros.

Inicialmente, constatamos que essa formação era bastante precária, pois refletia as próprias deficiências da educação daquela época em Goiás e no Brasil. Entretanto, a Polícia Militar inserida no contexto cultural, econômico, social e político acompanhou a evolução do

Estado de Goiás, que influenciou acentuadamente os currículos de seus cursos, nos diversos níveis de formação. Ressaltamos que a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás esteve e mantém-se sintonizada com as demais academias do Brasil e que também estimula o seu desenvolvimento.

Lembramos que nos anos de 1940, o Brasil vivia intensamente a era Vargas, com a implantação do Estado Novo. Lembramos ainda que se tratava de um regime ditatorial, mas o cunho populista decorrente da postura política de Vargas facilitou conquistas e promoveu o crescimento no campo social e trabalhista. Havia controle político por parte do Estado e o Aparelho Repressivo desse Estado, segundo Althusser, como vimos, são as Forças Armadas, entre elas a polícia. Em consequência, os currículos dos cursos ministrados pela PM/GO eram inspirados em disciplinas, com conteúdos “militarizados” e as práticas de formação primavam pela relação autoritária entre instrutores e alunos oficiais/cadetes.

Dessa época, podemos inferir, tomando por base os currículos pesquisados, uma tendência natural de privilegiar os conteúdos que conduziram à domesticação daqueles profissionais, no sentido da obediência cega e inquestionável.

Com as mudanças conjunturais da sociedade, os currículos, paulatina e às vezes quase que de forma imperceptível, foram sendo modificados. As disciplinas de cunho eminentemente militar²¹ foram substituídas por outras de caráter civil, baseadas em parte na formação cultural que pudesse atender aos anseios da sociedade em cada época histórica. Aos poucos, os currículos e práticas vão se transformando e o preparo do oficial na APM/GO também, pois observa-se certo abrandamento das rígidas formas de relacionamento hierárquico e das relações interpessoais, resultante das periódicas revisões e alterações curriculares.

²¹ Disciplinas Militares são aquelas profissionalizantes e de cunho específico, que pelas suas especificidades são ministradas somente nas Escolas Militares.

Apresentamos a seguir as disciplinas ministradas no 1º ano do primeiro currículo mais sistematizado da história da APM/GO, adotado em 1951, e o currículo aplicado a partir de 2002 para estabelecermos uma comparação entre essas matrizes curriculares²².

COMPARATIVO DAS MATRIZES CURRICULARES DO CFO – 1º ANO

| CFO – 1951 | | CFO – 2002 | |
|------------------|--|------------|---|
| DISCIPLINAS | | Nº | DISCIPLINAS |
| CIVIS | Português | 1 | Leitura e Redação |
| | Matemática | 2 | Introdução ao Estudo do Direito |
| | Física | 3 | Economia Política |
| | Química | 4 | Estatística |
| | Geografia Geral | 5 | Sociologia |
| | História Geral | 6 | Inglês |
| | Biologia (Anatomia e Fisiologia Humanas) | 7 | Metodologia Científica |
| MILITARES | Técnica Policial Básica Individual | 8 | Higiene e Socorros de Urgência |
| | Emprego Policial até o elemento comandado por cabo | 9 | Dinâmica de Grupo |
| | Instrução Geral | 10 | Comunicação Social |
| | Educação Moral, Social e Cívica | 11 | Educação Física Militar |
| | Noções de civilidade | 12 | Ordem Unida |
| | Noções de Higiene Militar e Socorro de urgência | 13 | Instrução Geral |
| | Ordem Unida | 14 | Comunicações |
| | Educação Física | 15 | Redação Oficial e Militar |
| | Armamento material e Tiro | 16 | Armamento e Equipamento |
| | Defesa Antiaérea, Gás e Carros | 17 | Tiro Policial |
| | Topografia | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM |
| | Fortificação Sumária (inclusive minas e armadilha) | 19 | Policiamento Ostensivo Geral |
| | Organização do Terreno | 20 | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário |
| | Transmissões, Observações e Informações | 21 | Informática |
| | Tática e Maneabilidade de Infantaria | 22 | Defesa Pessoal |
| | Exercício, Combate e Serviço de Infantaria até o elemento comandado por cabo | 23 | Direito Penal |
| | | 24 | Orientação Educacional |
| | | 25 | Palestras |
| | | 26 | Treinamento Desportivo |

1951 – 23 disciplinas:

2002 – 26 disciplinas:

²² Cf Viana e Louza. Matriz Curricular do CFO: uma pr

– 10 disciplinas militares = 38%

– 16 disciplinas civis = 62%

– 16 disciplinas militares = 70%

– 07 disciplinas civis = 30%

COMPARATIVO DAS MATRIZES CURRICULARES DO CFO - 2º ANO

| CFO – 1951 | | | CFO – 2002 | |
|-------------|--|--|--|-------------------------------|
| DISCIPLINAS | | Nº | DISCIPLINAS | |
| CIVIS | Português | 1 | Leitura e Redação | CIVIS |
| | Matemática | 2 | Inglês | |
| | Física | 3 | Direito Penal | |
| | Química | 4 | Treinamento Desportivo | |
| | Geografia Geral | 5 | Ciência da Comunicação | |
| | História Geral | 6 | Psicologia | |
| | Biologia (Anatomia e Fisiologia Humanas) | 7 | Criminalística | |
| MILITARES | Técnica Policial Básica Individual | 8 | Comunicação Social | MILITARES |
| | Emprego Policial até o elemento comandado por cabo | 9 | Educação Física Militar | |
| | Instrução Geral | 10 | Ordem Unida | |
| | Educação Moral, Social e Cívica | 11 | Instrução Geral | |
| | Noções de civilidade | 12 | Armamento e Equipamento | |
| | Noções de Higiene Militar e Socorro de urgência | 13 | Tiro Policial | |
| | Ordem Unida | 14 | Policciamento de Guardas Dignitários e Prisional | |
| | Educação Física | 15 | Trabalho de Comando | |
| | Armamento material e Tiro | 16 | Direito Penal Militar | |
| | Defesa Antiaérea, Gás e Carros | 17 | Direito Processual Penal Militar | |
| | Topografia | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM | |
| | Fortificação Sumária (inclusive minas e armadilha) | 19 | Policciamento Ambiental e Florestal | |
| | Organização do Terreno | 20 | Policciamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | |
| | CIVIS | Transmissões, Observações e Informações | 21 | Informática |
| | | Tática e Maneabilidade de Infantaria | 22 | Defesa Pessoal |
| | | Exercício, Combate e Serviço de Infantaria até o elemento comandado por cabo | 23 | Direito Constitucional |
| | CIVIS | | 24 | Orientação Educacional |
| | | | 25 | Teoria Geral da Administração |
| | | | 26 | Direito Processual Penal |
| | | | 27 | Chefia e Liderança |
| | | 28 | Administração de Material, Patrimonial e Pessoal | |
| | | 29 | Palestras | |

2002 – 29 disciplinas:

– 12 disciplinas militares = 41%

– 17 disciplinas civis = 59%

1951 – 23 disciplinas:

- 16 disciplinas militares = 70%
- 07 disciplinas civis = 30%

COMPARATIVO DAS MATRIZES CURRICULARES DO CFO - 3º ANO

| CFO – 1951 | | | CFO – 2002 | |
|--------------------|--|-----------|----------------------------------|------------------|
| DISCIPLINAS | | Nº | DISCIPLINAS | |
| CIVIS | Português | 1 | Inglês | CIVIS |
| | Matemática | 2 | Treinamento Desportivo | |
| | Física | 3 | Psicologia Social | |
| | Química | 4 | Oratória | |
| | Geografia Geral | 5 | Medicina Legal | |
| | História Geral | 6 | Direito Processual Penal | |
| | Biologia (Anatomia e Fisiologia Humanas) | 7 | Direito Civil | |
| MILITARES | Técnica Policial Básica Individual | 8 | Direito Administrativo | MILITARES |
| | Emprego Policial até o elemento comandado por cabo | 9 | Direito da Infância e Juventude | |
| | Instrução Geral | 10 | Direito do Cidadão | |
| | Educação Moral, Social e Cívica | 11 | Didática | |
| | Noções de civilidade | 12 | Palestras | |
| | Noções de Higiene Militar e Socorro de urgência | 13 | Educação Física Militar | |
| | Ordem Unida | 14 | Ordem Unida | |
| | Educação Física | 15 | Tiro Policial | |
| | Armamento material e Tiro | 16 | Defesa Pessoal | |
| | Defesa Antiaérea, Gás e Carros | 17 | Direito Processual Penal Militar | |
| | Topografia | 18 | Trabalho de Comando | |
| | Fortificação Sumária (inclusive minas e armadilha) | 19 | | |
| | Organização do Terreno | 20 | | |
| | Transmissões, Observações e Informações | 21 | | |
| | Tática e Maneabilidade de Infantaria | 22 | | |
| | Exercício, Combate e Serviço de Infantaria até o elemento comandado por cabo | 23 | | |

1951 – 23 disciplinas:

- 16 disciplinas militares = 70%

2002 – 18 disciplinas:

- 06 disciplinas militares = 33%
- 12 disciplinas civis = 67%

– 07 disciplinas civis = 30%

Ao analisarmos o currículo do primeiro curso de formação de oficiais, o de 1951, verificamos que das 23 (vinte e três) disciplinas previstas no 1º ano, 16 (dezesesseis) tinham cunho militar e 07 (sete) cunho civil, com um percentual de 70% (setenta por cento) para as matérias militares e de 30% (trinta por cento) para as matérias civis. Comparando-se com o currículo de 2002, encontramos: das 26 (vinte e seis) disciplinas oferecidas, 10 (dez) são de cunho militar e 16 (dezesesseis) de cunho civil, com um percentual de 38% (trinta e oito por cento) para as matérias militares e 62% (sessenta e dois por cento) para as matérias civis.

Confrontando o currículo do 2º ano de 2002 verificamos: das 29 (vinte e nove) disciplinas existentes, 12 (doze) são reconhecidas como militares e 17 (dezesete) como civis, perfazendo um percentual de 41% (quarenta e um por cento) para as disciplinas militares e 59% (cinquenta e nove por cento) para as disciplinas civis.

Comparando, finalmente, a matriz curricular do 3º ano de 2002 certificamo-nos que, das 18 (dezoito) disciplinas trabalhadas, 06 (seis) são classificadas como militares e 12 (doze) como civis, com um percentual de 33% (trinta e três por cento) para as disciplinas militares e 67% (sessenta e sete por cento) para as disciplinas civis.

Nessa comparação preliminar, podemos constatar que, ao longo desse meio século de formação de nossos oficiais na APM/GO, praticamente houve uma inversão do enfoque dado às disciplinas ministradas. No ano de 2002 o currículo mostra que o curso deve ser mais voltado para as questões humanas, da cidadania, dos direitos humanos, da cordialidade, do trato fraterno e solidário com o cidadão. Entretanto, ainda há uma forte tendência para se adotarem disciplinas que tratam do rigor disciplinar, dos reflexos, do treino para a defesa pessoal e estratégias de policiamento, evidentemente traduzindo a ideologia da ordem e da disciplina.

Para melhor compreender a evolução histórica do currículo da APM/GO, durante o período analisado (1951 a 2002), estabelecemos um paralelo, em cada década, com o

currículo base (2002), tomando como parâmetro as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. A seguir apresentamos as tabelas comparativas.

COMPARATIVO DAS MATRIZES CURRICULARES DO CFO - 1º ANO
DÉCADA DE 1960

| CFO – 1966 | | CFO – 2002 | | |
|------------------|---------------------------------------|---|---------------------------------|------------------|
| DISCIPLINAS | | Nº | DISCIPLINAS | |
| CIVIS | Português | 1 | Leitura e Redação | CIVIS |
| | Direito Const. Administrativo | 2 | Introdução ao Estudo do Direito | |
| | Direito Penal | 3 | Economia Política | |
| | Introdução à Ciência do Direito | 4 | Estatística | |
| | Tática de Infantaria | 5 | Sociologia | |
| | Topografia | 6 | Inglês | |
| | Comunicações | 7 | Metodologia Científica | |
| MILITARES | Maneabilidade | 8 | Higiene e Socorros de Urgência | MILITARES |
| | Instrução Policial e Prática Policial | 9 | Dinâmica de Grupo | |
| | Educação Física | 10 | Comunicação Social | |
| | Ordem Unida | 11 | Educação Física Militar | |
| | Educação Moral | 12 | Ordem Unida | |
| | Armamento Mat. Tiro | 13 | Instrução Geral | |
| | Higiene Socorro Urgência | 14 | Comunicações | |
| | Legislação Policial Militar | 15 | Redação Oficial e Militar | |
| | Instrução Geral | 16 | Armamento e Equipamento | |
| | Organização Prática de Bomba | 17 | Tiro Policial | |
| | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM | MILITARES | |
| | 19 | Policiamento Ostensivo Geral | | |
| | 20 | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | | |
| | 21 | Informática | CIVIS | |
| | 22 | Defesa Pessoal | | |
| | 23 | Direito Penal | | |
| | 24 | Orientação Educacional | | |
| | 25 | Palestras | | |
| | 26 | Treinamento Desportivo | | |

2002 – 26 disciplinas:

- 10 disciplinas militares = 38%
- 16 disciplinas civis = 62%

1966 – 17 disciplinas:

- 10 disciplinas militares = 59%
- 07 disciplinas civis = 41%

DÉCADA DE 1970

| CFO – 1975 | | CFO – 2002 | | |
|--------------------|---------------------------------|---|----------------------------------|------------------|
| DISCIPLINAS | | Nº | DISCIPLINAS | |
| CIVIS | Sociologia I | 1 | Leitura e Redação | CIVIS |
| | Introdução ao Estudo do Direito | 2 | Introdução ao Estudo do Direito | |
| | Psicologia Geral | 3 | Economia Política | |
| | Estatística I | 4 | Estatística | |
| | Economia Política | 5 | Sociologia | |
| MILITARES | Topografia | 6 | Inglês | MILITARES |
| | Maneabilidade | 7 | Metodologia Científica | |
| | Proteção Individual e Coletiva | 8 | Higiene e Socorros de Urgência | |
| | Armamento | 9 | Dinâmica de Grupo | |
| | Higiene Socorro Urgência | 10 | Comunicação Social | |
| | Comunicações | 11 | Educação Física Militar | |
| | Segurança Interna | 12 | Ordem Unida | |
| | Treinamento Físico Militar | 13 | Instrução Geral | |
| | Ordem Unida | 14 | Comunicações | |
| | IPPP | 15 | Redação Oficial e Militar | |
| | IBPM | 16 | Armamento e Equipamento | |
| | Operações | 17 | Tiro Policial | |
| | Defesa Pessoal | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM | |
| | Treinamento Desportivo | 19 | Policiamento Ostensivo Geral | |
| | 20 | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | CIVIS | |
| | 21 | Informática | | |
| | 22 | Defesa Pessoal | | |
| | 23 | Direito Penal | | |
| | 24 | Orientação Educacional | | |
| | 25 | Palestras | | |
| | 26 | Treinamento Desportivo | | |

1975 – 19 disciplinas:

- 14 disciplinas militares = 74%

- 05 disciplinas civis = 26%

2002 – 26 disciplinas:

– 10 disciplinas militares = 38%

– 16 disciplinas civis = 62%

DÉCADA DE 1980

| CFO – 1986 | | CFO – 2002 | | |
|------------------|---|---|---------------------------------|------------------|
| DISCIPLINAS | Nº | DISCIPLINAS | | |
| CIVIS | Estudos dos Problemas Brasileiros | 1 | Leitura e Redação | CIVIS |
| | Comunicação e Expressão | 2 | Introdução ao Estudo do Direito | |
| | Introdução ao Estudo do Direito | 3 | Economia Política | |
| | Economia Política | 4 | Estatística | |
| | Estatística | 5 | Sociologia | |
| | Sociologia | 6 | Inglês | |
| | Metodologia Científica | 7 | Metodologia Científica | |
| MILITARES | Educação Física Militar | 8 | Higiene e Socorros de Urgência | MILITARES |
| | Ordem Unida | 9 | Dinâmica de Grupo | |
| | Armamento e Tiro | 10 | Comunicação Social | |
| | Instrução Geral | 11 | Educação Física Militar | |
| | Higiene e Socorros de Urgência | 12 | Ordem Unida | |
| | Comunicações | 13 | Instrução Geral | |
| | Guerra Revolucionária | 14 | Comunicações | |
| | Correspondência Militar | 15 | Redação Oficial e Militar | |
| | Técnica Policial Militar | 16 | Armamento e Equipamento | |
| | Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial. | 17 | Tiro Policial | |
| | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM | CIVIS | |
| | 19 | Policiamento Ostensivo Geral | | |
| | 20 | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | | |
| | 21 | Informática | | |
| | 22 | Defesa Pessoal | | |
| | 23 | Direito Penal | | |
| | 24 | Orientação Educacional | | |
| | 25 | Palestras | | |
| | 26 | Treinamento Desportivo | | |

1986 – 17 disciplinas:

- 10 disciplinas militares = 59%
- 07 disciplinas civis = 41%

2002 – 26 disciplinas:

- 10 disciplinas militares = 38%
- 16 disciplinas civis = 62%

DÉCADA DE 1990

| CFO – 1996 | | CFO – 2002 | | |
|--------------------|---|------------------------|---|------------------|
| DISCIPLINAS | Nº | DISCIPLINAS | | |
| CIVIS | Leitura e Redação | 1 | Leitura e Redação | CIVIS |
| | Introdução ao Estudo do Direito | 2 | Introdução ao Estudo do Direito | |
| | Economia Política | 3 | Economia Política | |
| | Estatística | 4 | Estatística | |
| | Sociologia | 5 | Sociologia | |
| | Metodologia Científica | 6 | Inglês | |
| | Direito Penal I | 7 | Metodologia Científica | |
| MILITARES | Higiene e Socorros de Urgência | 8 | Higiene e Socorros de Urgência | MILITARES |
| | Comunicação Social | 9 | Dinâmica de Grupo | |
| | Educação Física Militar I | 10 | Comunicação Social | |
| | Ordem Unida I | 11 | Educação Física Militar | |
| | Instrução Geral I | 12 | Ordem Unida | |
| | Comunicações | 13 | Instrução Geral | |
| | Redação Oficial e Militar | 14 | Comunicações | |
| | Armamento e Equipamento I | 15 | Redação Oficial e Militar | |
| | Tiro Policial I | 16 | Armamento e Equipamento | |
| | Defesa Pessoal I | 17 | Tiro Policial | |
| | Distúrbios e Táticas de Ações PM | 18 | Distúrbios e Táticas de Ações PM | |
| | Policiamento Ostensivo Geral | 19 | Policiamento Ostensivo Geral | |
| | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | 20 | Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodoviário | |
| | Dinâmica de Grupo | 21 | Informática | |
| | 22 | Defesa Pessoal | CIVIS | |
| | 23 | Direito Penal | | |
| | 24 | Orientação Educacional | | |
| | 25 | Palestras | | |
| | 26 | Treinamento Desportivo | | |

1996 – 21 disciplinas:**2002 – 26 disciplinas:**

- 10 disciplinas militares = 38%
- 16 disciplinas civis = 62%

- 14 disciplinas militares = 67%

- 07 disciplinas civis = 33%

Interpretando as matrizes curriculares da APM/GO, nas quatro últimas décadas, constatamos que ocorreu uma inversão de matérias ministradas. Verificamos, ainda, maior preponderância das disciplinas militares, no início da década de 1950, ao passo que, em 2002, há maior incidência nas disciplinas civis. Essa mudança, todavia, não ocorreu paulatina e progressivamente, como imaginávamos ao iniciar esta pesquisa. Observando atentamente os dados coletados, constatamos que, até a década de 1990, manteve-se o completo domínio das disciplinas militares sobre as civis. O momento histórico do golpe militar, com a ideologia de segurança nacional e a manutenção da ordem interna da Nação, fica explicitamente expresso na concepção das disciplinas do currículo da APM/GO. Em 1970, o currículo configura-se com 74% (setenta e quatro por cento) das disciplinas com perfil militar, decorrência do recrudescimento do regime que, em 1968, levou às últimas conseqüências a perseguição política aos civis julgados, muitas vezes injustamente, como subversivos, portanto, indesejáveis em sua terra natal. Em 1968 foram decretados o Ato Institucional nº 5 e o Decreto Lei 477, legislação que acobertou toda a perversidade do regime contra os civis.

A análise do currículo permitiu constatar que as inovações mais significativas em cada época, principalmente aquelas mais visíveis, por exemplo durante a fase mais dura do regime militar, com prática obsessiva de combate ao comunismo, evidenciam que as disciplinas privilegiadas eram Guerra Revolucionária, Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial, Distúrbios Civis, Informações e Contra-informações, Ordem Unida, Guerra Química, Guerrilha e contra Guerrilha. Todas elas tinham o intuito de preparar os oficiais para “caçar comunistas”, contrapondo-se ao que propõe o Manual de Ensino para Instrutores, mencionado por Viana e Louza (2002, p. 41)

O desempenho correto e eficaz das organizações de aplicação da lei depende da qualidade e da capacidade de desempenho de cada um dos seus agentes. A aplicação da lei não é uma profissão em que se possam utilizar soluções padrões para problemas que ocorrem em intervalos regulares [...] Espera-se

que os encarregados da aplicação da lei tenham a capacidade de distinguir

entre as inúmeras tonalidades de cinza, ao invés de somente fazer a distinção entre o preto e o branco, certo ou errado [...] O fator humano na aplicação da lei não deve pôr em risco a necessidade da legalidade e a ausência da arbitrariedade. Neste sentido, os encarregados da aplicação da lei devem desenvolver atitudes e comportamentos pessoais que os façam desempenhar suas tarefas de uma maneira correta. Além dos encarregados terem de, individualmente, possuir tais características, também devem trabalhar coletivamente no sentido de cultivar e preservar uma imagem da aplicação da lei que incute confiança na sociedade à qual eles estejam servindo e protegendo.

Superada a fase de maior endurecimento dos conteúdos curriculares, com a abertura política e a anistia foi iniciado o período chamado “redemocratização”. O Brasil volta a conviver com certa normalidade democrática. A Polícia Militar do Estado de Goiás e a APM/GO, como não podia ser diferente, receberam influência dessas mudanças que são perceptíveis em virtude da introdução de disciplinas que foram, de modo gradual, invertendo a curva ascendente das matérias militares para as matérias civis. Por exemplo, foram acrescentadas disciplinas: Economia Política; vários ramos do Direito, como Introdução ao Estudo do Direito, Direito do Cidadão, Direito da Infância e Juventude; Metodologia Científica, Oratória; Comunicação Social; Psicologia Social; Sociologia; Língua Estrangeira; Leitura e Redação; Informática; Dinâmica de Grupo; Ciência da Comunicação; Didática; Medicina Legal etc.

Fica evidente que a grande mudança curricular, deu-se no ano letivo de 2002, quando foi se deslocando o eixo filosófico, acadêmico e pedagógico das disciplinas militares para as civis. O momento de reformulação do currículo promoveu profunda revisão e serviu para mostrar a resistência que ainda persiste nos dirigentes do ensino tipicamente militar. Muitos instrutores da APM/GO ainda contestam as inovações próprias de um mundo globalizado, de um Estado Democrático de Direito, em que as liberdades e os direitos civis a cada dia conquistam maior espaço, devendo as instituições de segurança, principalmente seus centros de ensino e formação, ajustarem-se a esses novos tempos.

Silva (2003, p. 2), reforça essa idéia ao discorrer sobre o papel do militar no Estado Democrático de Direito, ao dizer que ele é

[...] um cidadão que recebe uma delegação da sociedade civil para usar arma e um traje diferente, no que essa arma deve ser usada no estrito limite da lei.

Esse papel é difícil de ser desempenhado face às desigualdades sociais e

econômicas de nossa sociedade, em função de que a missão do policial militar, por ser muito árdua, deveria ele receber uma formação bastante consistente, passando pelos princípios das garantias individuais, deveres e poderes. Por isso precisa ser estimulado a cultivar os elevados valores existentes na polícia militar [...].

3.3.1 O Currículo nas outras Academias Policiais Militares

Com o objetivo de estabelecer um paralelo entre a evolução curricular do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás com as demais academias do país, o que verificamos foi uma tendência no sentido de todas elas terem percorrido a mesma trajetória, ressalvadas as peculiaridades próprias de cada uma. As Academias analisadas, especialmente as mais antigas e tradicionais como a da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram uma gestão curricular semelhante à APM/GO.

Outra constatação é a de que as academias militares, historicamente, mantêm intercâmbio curricular e didático-pedagógico, resultando a adoção de procedimentos, práticas pedagógicas e curriculares semelhantes. Observamos que existe uma certa unificação, segundo um modelo único na formação dos oficiais de polícia militar do Brasil, ao longo da existência de cada uma delas.

Outro fato interessante observado nessa comparação foi o de que a parceria curricular e de práticas pedagógicas estabeleceu, ao longo da existência e da trajetória dessas academias, uma confiança mútua, capaz de permitir o encaminhamento de alunos/cadetes de polícias militares que não possuíam escolas de formação para freqüentarem o curso de formação de oficiais nas escolas das polícias militares mencionadas. Também houve intercâmbio de cadetes entre aquelas que possuíam Academias. Embora haja muitos intercâmbios, o que se vê é que o *modus operandi* de cada polícia militar, ressalvadas poucas exceções próprias de cada uma, são os mesmos de norte a sul e de leste a oeste, no Território Nacional.

Concluimos, então, que há certa padronização nacional de currículos e práticas na formação dos oficiais nas academias policiais militares. Tanto a generalização ou a

padronização curricular como a especificidade do currículo e da prática da Polícia Militar do Estado de Goiás serão apontadas no próximo capítulo, uma vez que estaremos analisando os dados colhidos nas entrevistas.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA APM/GO: A REALIDADE ANALISADA

Conforme afirmamos na introdução deste trabalho, nossa pesquisa desenvolveu-se por meio de uma investigação qualitativa, na modalidade de estudo de caso.

A investigação qualitativa em educação propõe o conhecimento em profundidade baseado nas experiências cotidianas do grupo observado, assumindo, para tanto, diversas formas e podendo, por isso, ser interpretada por múltiplos conceitos e apresentar-se em diversas modalidades.

Quanto às modalidades da investigação qualitativa, ensinam Bogdan e Biklen (1994, p.16) que “[...] as estratégias mais representativas da investigação qualitativa [...] e aquelas que melhor ilustram as suas características, são a observação participante e a entrevista em profundidade”.

Por observação participante compreende-se aquela em que o investigador insere-se no mundo dos sujeitos objeto do seu estudo, tentando conhecê-los e se tornar conhecido. Neste procedimento, o investigador elabora um material no qual sistematiza tudo aquilo que viu e ouviu, complementando-o com dados colhidos em documentos ou outros registros.

A entrevista em profundidade, denominada também por Bogdan e Biklen (1940, p. 17)

“não estruturada ou aberta”, “não diretiva”, tem como característica principal a flexibilidade. Para sua realização, o entrevistador insere-se por um tempo considerável no contexto pesquisado, elaborando questões abertas, as quais permitem ao entrevistado expor suas experiências e perspectivas pessoais, ao invés de moldar respostas a perguntas fechadas, previamente elaboradas.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 14),

[...] o trabalho de campo deve durar pelo menos um ano escolar. [...] Wolcott, citado pelos referidos autores, discute a necessidade de uma longa e intensa imersão na realidade para entender as regras, os costumes e as convenções que governam a vida do grupo estudado.

De modo geral, a investigação qualitativa não recorre ao uso de questionários. O mais habitual é que o próprio investigador seja o único instrumento de coleta de dados, o que permite ao entrevistado expressar livremente os seus pensamentos.

Salientam Bogdan e Biklen (1994, p. 17) que

[...] dado o detalhe pretendido, a maioria dos estudos são conduzidos com pequenas amostras. Nalguns estudos o investigador limita-se a traçar uma caracterização minuciosa de um único sujeito. Nestes casos, onde o objetivo é o de captar a interpretação que determinada pessoa faz da sua própria vida, o estudo designa-se por história de vida.

Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa significando o conjunto de estratégias abertas de coleta de dados, nas quais a flexibilidade é característica marcante por objetivar o alcance da maior quantidade possível de dados componentes do objeto da investigação, com vistas a pensar o ensino policial militar e a aprendizagem que dele deriva, em um contexto organizacional educativo: a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. A observação participante se mostrou mais adequada para o desenvolvimento do presente estudo.

A respeito da observação participante, é pertinente informar que sua utilização se deu pela primeira vez no final do século XIX, por um cientista social chamado Frederick Leplay. Citado por Bogdan e Bliklen (1994, p. 20), esse estudioso buscava soluções para questões

sociais, valendo-se, para tanto, de um método de investigação por ele denominado “observação”. Segundo esse método, o investigador inseria-se no universo pesquisado convivendo com as famílias da classe trabalhadora que estudava, participando de sua vida, observando seu modo de ser e de agir frente ao trabalho, ao lazer, à vida religiosa e educacional. Tudo era observado e anotado.

Nesse século, vários foram os cientistas sociais que se dedicaram ao método da investigação de campo para a consecução dos seus estudos. Por isso grande foi a contribuição da Sociologia para o reconhecimento da investigação qualitativa. A incômoda situação de pobreza vivida por americanos e europeus no final do século XIX e início do século XX suscitou estudos, os mais variados possíveis, na busca de soluções que, dentre outros méritos, contribuíram para o reconhecimento da supremacia da coleta de dados de caráter qualitativo em detrimento dos quantitativos, como resposta aos problemas em questão.

A investigação qualitativa exige proximidade entre o pesquisador e o sujeito investigado e permite a coleta de uma riqueza de detalhes inigualável, posto que, como já foi dito, trata-se da experiência direta na vida do sujeito e do objeto do estudo.

Durante os anos 1950 o caminhar da investigação qualitativa, como vimos, desenvolveu-se com vagar. Todavia, a partir da década de 1960, esse método de pesquisa recebeu grande impulso e os investigadores educacionais se tornaram mais sensíveis a esse tipo de abordagem.

Até essa época, a maioria dos investigadores que utilizavam a abordagem qualitativa para esclarecer questões ligadas à área educacional era oriunda de outras disciplinas, como a Antropologia e a Sociologia. Contudo, a partir dos anos de 1960, os próprios investigadores educacionais debruçaram-se sob essa estratégia subsidiados por agências estatais.

Os anos 1960 foram, portanto, marcados por grandes mudanças sociais. Vários foram os tumultos ocorridos em escolas, notadamente naquelas que abrigavam minorias. Nelas o desempenho era deficiente e a maior queixa era a inadequação da prestação de serviços.

Diante desse quadro, os educadores queriam, e acima de tudo, precisavam discutir o tema. Vários foram os relatos e artigos a esse respeito, todos eles baseados em investigação qualitativa, na qual a vida cotidiana das crianças era verificada em sua essência.

Importante ressaltar que a investigação qualitativa não se vincula à importância dos níveis de poder dentro da escola. Isso quer dizer que todos os depoimentos são relevantes. Tanto os oriundos da direção quanto daqueles que estão em posição hierárquica menor. Sendo assim, no dizer de Bogdan e Biklen (1994, p. 38), “[...] os métodos de investigação qualitativa representam o espírito democrático em ascensão na década de sessenta”.

Ante o exposto, podemos afirmar que a década de 1970 foi realmente o momento da grande explosão de reconhecimento da investigação qualitativa em educação. Enquanto nos anos sessenta o processo se sedimentava, nos anos setenta, a supremacia dos métodos qualitativos sobre as figuras de vulto, antes defensoras do tradicional método quantitativo, reconheceram a deficiência deste face a alternativa da conquista de dados de maior abrangência e profundidade pela via do método qualitativo.

A crítica que ainda prevalecia era a de que a abordagem aberta exigia do investigador maior controle sob seus impulsos e sob sua percepção da realidade a fim de que não influenciasse, com suas opiniões, as respostas dadas pelo entrevistado. Outra crítica aventada era a de que muitas vezes os participantes não eram capazes de comunicar suficientemente a informação ao investigador.

Diante dessas críticas, vários investigadores qualitativos passaram a gravar ou filmar os depoimentos recebidos. Houve ainda discussões relativas à excessiva descrição nos relatos qualitativos, tema que povoou discussões pelas décadas de 1980 e 1990 afora.

Nesta perspectiva, nos anos 1980 e 1990 também ocorreram reflexões acerca das diferenças existentes entre os métodos quantitativo e qualitativo e se ambos poderiam ser ou não articulados. Entretanto, a tendência da supremacia dos métodos qualitativos sobre os quantitativos continuava a prevalecer.

Podemos citar como destaque inerente ao desenvolvimento da investigação qualitativa em educação, a partir dos anos 1980/1990, o uso do computador na análise dos dados

coletados. Outro aspecto de relevante preponderância foi o movimento feminista. A sua contribuição para a análise dos dados recolhidos pelos métodos qualitativos foi tão significativa que alguns autores chegaram a questionar se a denominação “qualitativa” deveria ser substituída por “feminista”. Vault, Bogdan e Blikem (1994, p. 45) informam que o uso da expressão feminista para a pesquisa qualitativa justifica-se porque “[...] as feministas se preocupavam mais com as relações que o entrevistador estabelece com seus sujeitos, bem como para o reconhecimento das implicações políticas da investigação”.

O terceiro aspecto de relevância no processo de desenvolvimento da investigação qualitativa em educação foi a designação dos autores de pós-modernismo ou pós-estruturalismo, o qual consiste na defesa de que só será possível levar a efeito o conhecimento com base em determinada perspectiva. Para tanto, é necessário projetar-se em um contexto histórico-social específico. Segundo seus defensores, o conhecimento calcado apenas na razão pode levar a resultados falhos, incompletos. É imprescindível que se lance mão de instrumentos como a escrita e interpretação na elaboração científica.

No que se refere às características de pesquisa qualitativa, a mais marcante é a flexibilidade da coleta dos dados e a abertura que o entrevistador deve dar ao entrevistado na formulação das respostas aos questionamentos efetuados. Outras características ainda são elencadas por Bogdan e Blikem (1994, p. 47-48). Por exemplo: “a fonte direta de dados é o ambiente natural”.

Nesta pesquisa foi possível fazer a observação no ambiente natural na APM/GO e também perceber durante as entrevistas a linguagem dos gestos, do silêncio, outros. É descritiva, dado o interesse do pesquisador mais no processo do que nos resultados. A análise dos dados foi feita de forma indutiva; o investigador esteve o tempo todo interessado no sentido que as pessoas dão às suas vidas; contou com a certeza de que é possível apreender as perspectivas que envolvem o caso. E mais: a finalidade das interpretações conferiu confiabilidade aos resultados.

Por essas razões, assenta-se a presente pesquisa no método da investigação qualitativa, mais especificamente o estudo de caso (de organização em perspectiva histórica). A respeito

desta modalidade de pesquisa qualitativa, algumas noções básicas são pertinentes, como apresentaremos a seguir.

4.4 O PROCESSO DE DECISÃO NO ÂMBITO DO ESTUDO DE CASO

Nessa opção pelo estudo de caso, embasamo-nos sobretudo na sua vasta utilização na área educacional e por julgarmos ser pertinente à presente investigação que envolve uma instituição escolar, o currículo e as práticas dos professores.

A técnica do estudo de caso, seja ela de que natureza for, reveste-se de um planejamento preliminar minucioso acerca do tema, do objeto e da forma de abordagem. No que concerne ao tema, é válido salientar que ele deve revestir-se de espírito prático, posto que essa característica facilitará todo o processo. Ao se escolher um tema é necessário verificar se a coleta de dados se dará de forma fácil e acessível. Se os sujeitos, objeto do estudo, permitem a aproximação do entrevistador, se a forma de abordagem escolhida, entrevista ou observação participante, por exemplo, é passível de ser efetivada.

Neste sentido, o planejamento de um estudo de caso envolve, obrigatoriamente, uma observação preliminar do contexto que se pretende estudar. Na presente pesquisa, fazemos parte integrante do contexto da APM/GO, porque fomos formado nesta escola e nos tornamos oficial instrutor/professor e comandante/coordenador.

Embora seja necessária segurança para o início dos trabalhos, é conveniente pontuar que no processo de investigação qualitativa, dadas as suas características, haverá um plano geral de estudos, com o estabelecimento de objetivos genéricos e específicos, os quais, à medida que o trabalho avança, vão ganhando importância, ou sendo substituídos por outros de maior propriedade, sendo assim, a segurança é limitada. Esse plano foi traçado desde o início desta pesquisa, em 2001.

Outra exigência do estudo de caso é a de que o investigador mantenha conduta de neutralidade frente ao grupo estudado. A mínima interferência é o que se espera do

profissional que se dedica a investigar de forma qualitativa. Os seus julgamentos de valor não podem, e não devem, interferir na coleta ou na análise dos dados obtidos.

Nessa mesma linha de entendimento, é oportuno citar Costa quando, interpretando o desenvolvimento da sociologia alemã, na contribuição de Max Weber (1993, p. 64), assim se expressa:

Existe certa parcialidade na análise sociológica, intrínseca à pesquisa, como a toda forma de conhecimento. As preocupações do cientista orientam a seleção e a relação entre os elementos da realidade a ser analisada. [...]. Entretanto, este deve se conduzir pela busca neutra da verdade possível dos acontecimentos. A realização da tarefa científica não deveria ser dificultada pela defesa das crenças e idéias pessoais do cientista.

Quando nos referimos à neutralidade nesta pesquisa, reconhecemos que ela não é absoluta, pois o objeto investigado e o pesquisador estão profundamente envolvidos. O interesse pelo assunto sob análise acaba interferindo na neutralidade pretendida, uma vez que não é a neutralidade que está em jogo na observação participante e, sim, o rigor desta pesquisa que “[...] repousa na coerência lógica empírica e política das interpretações propostas nos diferentes momentos da ação” (BARBIER, 2002, p. 60).

Nossas ações de pesquisador estão sendo cientificamente observadas. Estivemos sempre atentos para que eticamente, os resultados pudessem representar a realidade, independentemente do nosso agrado ou não que está imerso no contexto da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

Temos consciência de que a comunidade educacional militar da PM/GO vem manifestando expectativa positiva em relação aos resultados que advirão deste estudo. Acreditam mesmo que novos caminhos poderão ser trilhados, tomando-se por base as conclusões que poderão ser apresentadas, todavia, as críticas e as sugestões de mudanças serão oferecidas, sem temores e constrangimentos: o que se busca é um salto de qualidade do processo educacional desenvolvido pela APM/GO.

Devemos considerar que a educação militar de Goiás passa hoje por um rigoroso processo de mudanças relativas à sua estrutura administrativa, impostas pela Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002. Foram extintas as academias de polícia civil, militar e do corpo de

bombeiro, sendo todas essas estruturas fundidas na Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública. Não seria, então, a oportunidade histórica para repensar a formação de seus oficiais?

Nesse contexto, a Polícia Militar de Goiás, enquanto instituição prestadora de serviços de segurança pública, precisa envidar esforços a fim de propiciar à sociedade goiana um serviço de qualidade, com um grau de eficiência que atenda as aspirações de nossa comunidade.

Não pretendemos apresentar mudanças de tal ordem que exijam, neste momento, elaboração de nova matriz curricular, mas a realidade da APM/GO analisada, sem dúvida deverá apontar caminhos para uma futura transformação no currículo.

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que a APM/GO é uma escola que fez história junto à sociedade goiana e também junto à sociedade brasileira, posto que formou, e ainda forma, alunos/cadetes oriundos de quase todos os estados da federação.

Verificamos que a história da APM/GO, suas práticas pedagógicas e o próprio currículo por ela desenvolvido, sempre esteve atrelada às mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Esse processo evolutivo fica bem claro nas falas dos entrevistados, iniciando-se pela declaração do Cel Machado (2003, p. 01), quando afirma:

Ainda quando praça, observava que o ensino priorizava a parte militar, castrense, em detrimento dos demais ensinamentos [...] percebíamos que o principal era a parte militar [...] de certa forma isso foi mudando ao longo do tempo [...].

Durante a entrevista, o Cel Machado (2003, p. 01-02) faz um paralelo entre o CFO que viveu como cadete, há mais ou menos 35 anos, e o CFO de hoje. Salienta o entrevistado que na sua época de aluno da APM/GO, com o currículo de 1966, todo o processo ensino-aprendizagem se desenvolvia de maneira bastante improvisada:

[...] que me desculpem os professores, eram fraquíssimos, apenas se limitavam a ir à classe,

com o livro aberto, repassando o que ele lia e, de

certa forma, nos tratando como se não soubéssemos ler. Foi essa a realidade do CFO.

As disciplinas eram abordadas de forma superficial, posto que não era “interessante” formar alunos conscientes da realidade na qual se inseriam. O objetivo era a formação de indivíduos tidos como valentes, destemidos, sem nem ao menos saber porquê. Neste modelo, professores e alunos aceitam de forma passiva o papel de reprodutores do conhecimento, “[...] visível pela aprendizagem memorística e pelas atividades por repetição, papel esse de consumidor de um currículo planejado pela administração central [...]” (PACHECO, 1996, p. 139).

Assim se pronuncia o Cel Machado (2003, p. 01-02)

[...] Apesar de tudo, saíram dessas primeiras turmas bons profissionais, até a quarta turma o clima era de total desapego à ciência e muita preocupação em: tenho que ser um bom soldado, tenho que aguentar as intempéries, tenho que ser valente, mas, o que significava tudo isso passava ao largo. [...] a sensação que nós tivemos quando concluímos o curso é que não sabíamos nada, absolutamente nada, tudo era estranho [...].

Segundo o Cel Eurípedes Barsanulfo Lima (2003, p. 14):

Dentro deste contexto, o que se verificava era um procedimento educacional voltado para a reprodução dos conhecimentos já consolidados. Buscava-se formar um indivíduo que se moldasse ao sistema, inerte para desenvolver qualquer raciocínio crítico ou questionador. [...] (2003, p. 15) evidente que a liberdade era quase nenhuma no início onde o professor/instrutor recebia o programa (Plano de Unidade Didático) já com todos os programas que tinham que ser abordados e tinha a obrigação de seguir aquilo que estava previsto no programa da matéria [...].

Primeiramente é importante registrar que, sob a ideologia da segurança nacional da ditadura militar, seria estranho que se desse uma formação mais crítica, em que se permitisse ao cadete manifestar-se de acordo com seu interesse e suas preocupações com o que estudava: tratava-se de simples reprodução, como se expressa o Cel Machado (2003, p. 01)

[...] praticamente não se preocupava muito com essa questão de conhecimento, primeiro por que era uma decoreba total, quer dizer um aluno bom em decorar certamente seria um dos melhores alunos e isso atrapalhou muito a minha vida não só no sentido de crescimento intelectual, mas a vida de muita gente, da nossa turma que foi a primeira e viveu um caos programático, praticamente não havia nada que orientasse adequadamente ou pelo menos não havia um suporte técnico-profissional para desenvolver, então, percebemos que ficou muito mais em decorar a matéria.

À vista desta prática pedagógica de reprodução de conteúdos, o que falta como incentivo ao raciocínio e à criticidade sobra em relação às exigências pertinentes à forma. Assim, a excessiva preocupação com os rituais desviava o foco das atenções daquilo que realmente deveria ser observado – o conteúdo – criando a falsa idéia de rigor educacional, que muito exigia em termos de comportamento, disciplina e atividade física.

As informações obtidas na entrevista do Cel Machado (2003, p. 07) são esclarecedoras:

A escola era muito dura, muito exigente, muito rigorosa, mas o essencial que era reprovar quem não tinha a qualificação para se tornar um profissional, isso não acontecia.

Vale lembrar que o mais importante era a preservação do regime ditatorial, o qual se sustentava em dois *fronts*: o primeiro na formação de oficiais com perfil voltado para a obediência cega às ordens superiores, o segundo para a perpetuação da própria ideologia do privilégio das classes dominantes.

Retomando a discussão acerca das mudanças ocorridas na APM/GO (notadamente no curso de formação de oficiais realizado pelo Cel Barsanulfo Lima, de 1970 – 1972) as quais são fruto da influência social, no que concerne ao processo ensino-aprendizagem, observamos que essas transformações sempre giraram em torno do aluno, do maior ou menor valor a ele atribuído. De acordo com o Cel Machado (2003, p. 07) o progresso da Academia ocorreu quando “[...] a partir de 1982, nós começamos a trabalhar com currículos e planos de matérias que se atualizavam no próprio prosseguir do ano letivo”. Nesse sentido complementa o Cel Barsanulfo Lima

(2003, p. 14) “[...] Na medida em que velhos professores que adotavam aquele modelo tradicional estão diminuindo, nós temos tido um avanço melhor”.

Podemos notar que a mudança a que se refere o Cel Barsanulfo Lima ocorreu paulatinamente a partir do declínio da ditadura militar. Para tanto, convém observar o comparativo com o ano 2002, as matrizes curriculares dos cursos de formação de oficiais ministrados nas décadas de 1960 – 1990. À medida que o regime militar se enfraquecia, as disciplinas essencialmente militares davam lugar às chamadas matérias de cunho civil. Subsidiariamente às mudanças vividas pela Academia, e com o fim de implementá-las, houve a necessidade de lentamente substituir os professores, como já mencionado, seguidores de práticas pedagógicas conservadoras por outros de formação mais progressivista.

O testemunho do Cel Machado (2003, p. 07) confirma a dificuldade para implementar as mudanças, sobretudo no corpo docente.

Tive a coragem de assumir a luta e teve várias pessoas que entenderam que a luta valia a pena como o meu Comandante, que me deu todo apoio. Além da seleção de alunos tinha o aspecto dos professores, havia professores que não estavam agradando de forma alguma aos alunos, porque não estavam ajudando os alunos crescerem, procurei fazer inquéritos pedagógicos. Com todo o prestígio que o professor tinha com oficiais e o próprio comandante, consegui tirar alguns medalhões. A grande força é sensibilizar, é entrar em sintonia com a importância do que se está fazendo, com a função social que a sua vida vai alcançar, então isso não acontece por imposição e sim por inspiração, alguém precisa ser inspirado a entender que esses valores são imperecíveis e que não podem fugir do nosso dia a dia, da realidade da nossa vida, então outro ponto que nós vencemos e que conseguimos dar uma boa contribuição para a Academia foi isso, os professores tinham agora o crivo do Inquérito Pedagógico da opinião do aluno e se o aluno reincidentemente deixasse claro que o professor não servia ele seria dispensado, deixando o aluno acima de qualquer coisa, esse é um princípio que nenhuma escola vai vencer se não for observado.

Interessante é revelar que a mudança na própria prática do Cel Machado (2003, p. 06)

foi possível somente depois de sua designação para fazer um curso fora de Goiás e pôde constatar práticas mais flexíveis e embasadas na Psicologia e na Pedagogia:

[...] num determinado momento fui designado para fazer um curso no Exército, depois de realizar o curso de letras, fui então fazer o Curso Psicotécnico Militar no Exército, um curso de Psicologia condensado e eu pude perceber, aprender, sentir e verificar muito mais dos senões que estavam acontecendo no ensino aqui, diante do que eu conheci e do que eu observava, a psicologia orientando, não era exatamente o ponto da pedagogia mas ensino é por excelência psicologia e com esse aprendizado voltei para Goiânia no começo de 1981 [...]

Confirmamos, portanto, que mudanças precisam ser feitas com base científica e com observância do contexto no qual serão implantadas. Curiosa também é a relevância que o Cel Machado (2003, p. 08) deu à continuidade do processo garantido pelo cargo assumido por ele que permitiu consolidar o que havia proposto:

Depois de todas essas tentativas de mudança, assumi o comando da APM/GO e o antigo comandante da academia assumiu o comando geral da PMGO. Isso facilitou a preservação do que estava sendo feito como: seleções rigorosas; planejamento condizente com a pedagogia; melhores professores; abolição das práticas que impediam a ambiência apropriada ao ensino.

Outro entrevistado, Cel Adailton Vieira de Lima (2003, p. 18) confirma as mudanças substantivas no currículo e na prática dos professores, a partir de 1982, quando diz:

[...] Já em 1982 tivemos uma revisão curricular onde buscamos subsídios em outras academias de destaque no país, como a Academia de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, orientando nossos professores sobre a técnica e elaboração dos Planos de Matérias e as orientações a respeito do que nós queríamos do CFO, o perfil do oficial que nós buscávamos. Através dessas orientações e com esses subsídios das outras academias foi feita a revisão curricular. [...]

Do mesmo modo o Cel Vieira de Lima (2003, p. 20) enfatiza em sua declaração:

Nós temos observado que o ensino militar em todas

as escolas militares seja nas polícias militares ou nas forças armadas, onde quer que seja, eles pegam uma linha só. Classificar o ensino da polícia militar como pertencente a uma dessas escolas é difícil, pois nós pegamos um pouco de cada procurando a qualidade no final. Nós observamos é que o nosso ensino tem um controle muito em cima do professor com referência à administração do ensino e liberdade quanto à atuação dele no currículo, então o professor dentro da sala de aula tem toda liberdade para tratar da sua matéria. Mas ele tem todo aquele controle quanto a datas de prova, quanto a seguir o currículo, quanto a presença em sala de aula, então nós temos um controle do trabalho do professor mas não sobre o exercício da sua atividade quanto ao que ele vai falar ou o que ele vai ministrar em sala de aula.

Na atualidade a prática pedagógica da APM/GO centra sua atenção no aluno, buscando alternativas para facilitação da aprendizagem, inexistindo, segundo apuramos nas entrevistas, qualquer tipo de controle no que se refere à ideologia. O que restou claro foi que a escola militar, até mesmo por questão de estilo, prima pela organização, estabelecendo, portanto, uma espécie de cronograma de atividades a serem seguidas, com rigorosa observância por parte do corpo docente e discente. Assim, concluímos que o controle da administração superior sobre a atividade profissional do instrutor/professor dessa academia cinge-se à questões organizacionais e/ou administrativas. Com relação ao tema assim afirmou o Ten Sanches (2003, p. 50):

Quanto ao trabalho de docência em sala de aula nós observávamos que o mesmo não possuía nenhuma restrição quanto à transmissão de conhecimentos, a diferenciação em relação a instituição civil era [...] em prol do cumprimento do conteúdo determinado [...] o aspecto dessa fiscalização pedagógica se volta apenas para o cumprimento do conteúdo e não para restrições de apresentações ideológicas [...]

O professor Posterli (2003, p. 33), civil exercendo a docência na Academia de Polícia Militar de Goiás há mais de 30 anos, assim se manifestou, quando indagado acerca da liberdade de exercer o seu magistério junto a APM/GO:

[...] nunca recebi e nunca percebi, por menor que

seja, algo de patrulhamento querendo me dizer essa ou aquela possibilidade de ensino ou de conteúdo, sempre senti na academia plena liberdade de ação [...], de agir, nunca observei coisa contrária. E quanto ao aspecto didático, também estive sempre muito à vontade, se bem que meu estilo posterliano de ministrar o curso é clássico, é a expressão: aula magistral com situações de casos concretos e giz em uma distribuição bem elaborada, sem modéstia, do quadro.

Desta assertiva, o que observamos é que o professor é adepto da escola progressivista e que ao valer-se da exposição de casos concretos objetiva fixar o conteúdo programático, por intermédio das associações que faz entre o conhecimento já existente na mente do aluno e o novo conhecimento que se pretende transmitir. Assim, utiliza a experiência anterior trazida pelo discente, como base para preparar a assimilação do novo conteúdo, refletindo o método preconizado por Dewey.

Confirmam as observações anteriores a manifestação de Souza (2003, p. 57-58), Cadete, atualmente aluno do 3º ano do CFO: “Não há nenhum tipo de patrulhamento por parte dos oficiais da Academia [...] o professor tem a liberdade de passar a matéria como ela é [...]”. Esse Cadete também reafirma o propósito de os professores contextualizarem suas aulas respeitando a experiência e a diversidade cultural dos futuros oficiais. O depoimento a seguir é elucidativo:

Como o CFO é composto por diversas pessoas de várias partes da comunidade, nós temos exemplos de algumas pessoas que já eram policiais militares que é o meu caso. Temos pessoas que eram pedreiros, professores, universitários, pessoas que têm uma vida econômica razoável outras que passaram por bastante dificuldades, enfim, com as mais diversas camadas da sociedade. Quase a totalidade dos professores levam em conta esse conhecimento, geralmente o professor no CFO passa o conhecimento que ele tem. Ele entra em contato com as nossas experiências e fazem o confronto entre a teoria, ou o que eles sabem com um pouco da prática, com a prática que nós temos, que já aprendemos ou com a realidade que uma outra pessoa do CFO venha mostrar. [...] os professores da Academia já estão se adequando a essa tendência mais moderna, quando

o professor leva em conta o aprendizado do aluno,

se tem alguma dificuldade em certo tipo de matéria o professor procura trabalhar aquela dificuldade e o professor não detém a verdade absoluta sobre a matéria que ele leciona, ele admite quando ele erra em relação a algum assunto que nós provamos [...]

Nessa mesma linha de constatação, corroborando com a opinião do Cadete Souza, assim se manifestou o Capitão Viana (2003, p. 40-43) ao afirmar:

Com certeza nós observamos mudanças, desde a minha época de aluno para cá tem-se a cada dia chegado novas mudanças é claro que até as disciplinas adotadas que são voltadas mais para o lado humanístico ela colabora com isso, e o professor não é mais aquele que chega na frente da turma e que é o dono da verdade, ele é um facilitador da aprendizagem e o militarismo que é tido como aquele ensino tradicional, ele tem buscado trazer esse professor para a sala de aula e para junto do aluno, quer dizer, o professor permite a participação ativa daquele, discutindo democraticamente com ele. [...], hoje é o professor que conduz, da melhor maneira que lhe convier, a sua disciplina. A administração da APM/GO acompanha o trabalho realizado por intermédio de verificação feita nas provas e pela fiscalização da frequência.

Outra questão proposta para ser verificada entre os entrevistados refere-se à comparação do ensino oferecido pela APM/GO com o ministrado em instituições educacionais de natureza civil. A esse respeito os dados obtidos são unânimes em dar realce à diferença no aspecto da disciplina do aluno, na organização do conteúdo e no controle das atividades.

No ensino civil, o professor fica muito à vontade, a escola deixa totalmente para o professor o planejamento de suas atividades, provas [...] a administração escolar é um pouco apagada, diferente das escolas militares porque nelas a administração escolar é atuante [...] (CEL ADAILTON VIEIRA DE LIMA, 2003, p. 20).

Sobre esse assunto o Cap Guimarães (2003, p. 44) entende que

A diferença é bem visível e notória, nós temos no estabelecimento militar regras que são cumpridas à

risca e uma fiscalização mais intensa e pelo menos

na minha época nós tínhamos que realmente cumprir tudo aquilo que era proposto pelo CFO. [...]

A Ten Bruna Rúbia da Silva Lima (2003, p. 53) afirmou que

[...] A disciplina também era rigorosa na questão do horário, início das aulas e intervalos. Já a capacidade dos professores não há diferença, eram tão preparados quanto os professores das faculdades civis.

Da mesma forma expressou o Cadete Moraes Júnior (2003, p. 83) quando disse:

Alguns professores podem estar vinculados a essa idéia militar e por vez nós somos comunicados, mas a grande maioria de instrutores militares que nós temos tem procurado, na medida do possível, ouvir opiniões da turma, colocar em cheque alguns pontos de vista que nós temos, as vezes a gente chega até confrontar algumas idéias militares com algumas idéias que são expostas em discussões.

A disciplina é característica marcante da estrutura militar, fomentada com rigor pela cúpula gestora do seu ensino. A título de ilustração, citamos a posição do Cel Salgado (2003, p. 24): "entendo que a grande diferença é que as escolas militares buscam o civismo, o respeito à prática e ao cidadão [...]".

Outro depoimento interessante foi o pronunciado pelo Cadete Felício (2003, p. 69), que refere-se à questão disciplinar apontando seus aspectos positivos pois, segundo entende, possibilita um aproveitamento do ensino mais homogêneo em comparação com as universidades civis, assim se expressando:

Comparando a academia com outras instituições, o que fica bem claro é que a liberdade excessiva faz com que haja uma dispersão da turma e não se obtenha homogeneidade. Na academia o que ocorre é que pela questão da cobrança disciplinar há uma maior homogeneidade da turma, ou seja, o conhecimento fica menos distanciado entre os componentes de um determinado curso [...].

Concorrem nesta direção as palavras da Ten Bruna Lima (2003, p. 53):

A diferença do CFO para os demais cursos de ensino superior é, em especial, a disciplina militar, quanto à apresentação no início da aula, o respeito que os alunos devem obrigatoriamente ter para com o professor e o cumprimento rigoroso da grade curricular.

Sobre o mesmo assunto, o Cadete Moraes Júnior (2003, p. 83) acrescenta que

[...] a diferença existente entre o CFO e as demais universidades civis está no volume de conhecimento que é ministrado e a ausência de aulas de reforço, ou algo dessa natureza [...] em outras escolas que já cursei sempre havia algo nesse sentido [...].

Para o Cadete Oliveira (2003, p. 80) o núcleo da diferença entre o ensino militar e o civil refere-se à abrangência dos conteúdos ministrados, quando afirma:

A APM/GO tenta situar o futuro cadete numa visão holística, um visão do todo [...] na faculdade civil, à exceção das matérias genéricas ministradas no primeiro e no segundo semestre, ela visa fornecer aprendizado somente em determinada área, de maneira estrita [...].

O CFO de hoje, de acordo com o que apreendemos da narrativa dos entrevistados, é um curso cuja gestão curricular pode ser considerada democrática. A construção e gestão do currículo envolve alunos e professores sob a coordenação da administração da APM/GO. Vale salientar, que mesmo atendendo normas gerais com orientações curriculares, os professores do curso são os principais contrutores do currículo e responsáveis pelo seu desenvolvimento. Isso se observa nas palavras do Cel Barsanulfo Lima (2003, p. 14) “[...] o professor e o instrutor participam ativamente da reformulação dos conteúdos programáticos das matérias. A realidade é essa”.

Também o depoimento do Cadete Oliveira (2003, p. 78) reforça este entendimento:

[...] nós temos visto que o professor está sendo um facilitador do conhecimento, ele tem sempre nos ajudado a buscar a melhor forma de assimilar os conteúdos [...].

Tal prática acadêmica coincide com os ensinamentos de Pacheco (1996, p. 48), quando afirma que “[...] seja qual for o paradigma em que se situe, na prática, o professor é o principal protagonista do desenvolvimento do currículo, dependendo os resultados obtidos do seu empenho [...]”.

Atualmente, o que percebemos é que o desenvolvimento do currículo na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás busca a articulação teoria e prática. Ressaltam os entrevistados que o processo ensino-aprendizagem desenvolve-se sob a égide da formação de um profissional com habilidades diversas, que cultua um espírito humanitário e estimula o policial militar a reconhecer-se parceiro do cidadão civil. Para tanto, o percentual de disciplinas de cunho humanístico, aliadas a experiências práticas de contato pessoal com a comunidade, dão a tônica do curso.

As observações do Cadete Felício (2003, p. 68) podem confirmar o que vimos, ao longo deste trabalho, interpretando como investigador:

[...] os professores têm colocado muita matéria ligada a parte prática [...] visando à capacitação do profissional para lidar com o cidadão civil, com a sociedade [...].

As declarações dos comandantes e oficiais egressos também confirmaram essa interpretação. Todos, sem exceção, afirmaram que a teoria e a prática do ensino no CFO em muito contribuíram e têm contribuído para sua vida profissional, como podemos comprovar no registro completo das entrevistas que se encontram no Anexo V (CD ROOM).

Quando os agentes do ensino da APM/GO defendem com veemência o estandarte da disciplina como característica preponderante do ensino militar, argumentam ser ela fundamental para a formação de um bom profissional, principalmente no que se refere às privações físicas e emocionais que a atividade policial impõe ao seu executor. Assim, verificamos que essa prática coaduna com a teoria esposada por Dewey (apud SILVA, 1989, p. 9), para quem a

[...] educação enfatiza primordialmente o processo metodológico, a aquisição de meios, de formas de comportamento, através dos quais os alunos são preparados não só para a resolução dos problemas contidos nas situações atuais, como das que ainda estão por vir.

Coincide, também, com a teoria de Herbart, a qual entende que educar é instruir. É isso o que se constata das palavras do Cel Lira (2003, p. 29):

Nós não podemos colocar na rua um mau profissional de segurança pública [...] nós ajudamos a formar o caráter e a personalidade dos nossos policiais, os vícios de personalidade são eliminados durante o curso.

Enfatizando este entendimento, verificamos o que afirma o Cadete Felício (2003, p. 68):

[...] o que o CFO mais me modificou não foi nem a questão do conhecimento e sim a formação moral, os valores e princípios como lealdade e companheirismo, os quais me levam à valorização da vida em família, amigos e sociedade. Com certeza a gente modifica completamente os nossos atos.

Depoimento similar pode ser apreendido das palavras da Ten Bruna Lima (2003, p. 54):

Os conhecimentos repassados no CFO, como um todo, foram válidos em minha experiência prática; durante o curso foram repassadas noções de grande valia para as atividades operacional e administrativa. Na prática usamos um pouco de tudo que aprendemos durante os três anos integrais de instrução.

São palavras do Cap Viana (2003, p. 39):

[...] saímos daqui satisfeitos com o ensino que nos foi ministrado. É claro que havia algumas indagações entre os colegas sobre a aplicabilidade prática de determinadas disciplinas, mas posteriormente pudemos verificar que cada disciplina tem seu proveito fora do curso, ou seja, na vida profissional.

A esse respeito assim se manifestou o Cap Guimarães (2003, p. 44):

[...] do CFO eu tirei uma experiência tremenda, primeiro pela novidade de várias matérias do campo militar, das áreas de psicologia e direito. Das matérias militares tivemos uma experiência muito

farta no que se refere a noções de policiamento e técnicas policiais militares [...].

O Ten Sanches (2003, p. 49) assim se colocou:

O CFO que realizei há quase dez anos atendeu às minhas expectativas, uma vez que o seu conteúdo abarcava grande diversidade de disciplinas. Todas elas de muita importância para o desempenho da minha atividade como oficial PM.

Tendo em conta os dados coletados entendemos que a disciplina é aspecto de relevante importância para a identificação dos reflexos provocados pelas teorias da educação utilizadas pela APM/GO na formação de seus oficiais. Apontada como o grande diferencial, ela estabelece o principal objetivo que se pretende alcançar: a formação de um profissional que corresponda às necessidades da sociedade, dotado de habilidades e virtudes múltiplas, as quais o capacitem à plena interação com o meio e, principalmente, desenvolvam em seu caráter um forte senso de auto-controle.

Por tudo isso, é possível aferir que há, dentro da prática pedagógica adotada pela APM/GO, grande aproximação com o modelo de desenvolvimento curricular centrado nos objetivos, cujo entendimento, segundo Pacheco (1996, p. 138), é no sentido de que

pelas pressões que se exercem sobre a educação, concretamente da psicologia behaviorista que é encontrada como resposta às soluções que a sociedade requer à escola. **Esta referencia-se como uma distribuidora de bens e serviços a quem se exige eficiência e êxito**, isto é, que assume uma tarefa empresarial, comparando-se em termos de eficácia, a uma fábrica rentável (grifo nosso).

Sobre o seu contato com conteúdos mais humanísticos, o Cel Vieira de Lima asseverou: “[...] buscávamos a formação de um oficial apto a trabalhar a atividade policial com ênfase para a área jurídica, inclusive Direitos Humanos [...]” (2003, p. 18).

O atual Gerente da Gerência de Ensino da PMGO, Cel Salgado, declarou (2003, p. 23):

O Curso de Formação de Oficiais de 1979 a 1981, sem

sombra de dúvidas foi extremamente importante para a minha profissão e para a carreira que eu abracei. É evidente que a teoria apreendida nestes três anos serviu de base para o exercício prático da atividade de promoção da segurança pública.

Na mesma direção aponta a declaração do Superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública, Cel Lira (2003, p. 28): “[...] com relação ao CFO por mim cursado, afirmo que foi ele a base teórica, cultural e prática de toda minha carreira [...]”.

Nossas observações cotidianas na APM/GO levaram-nos a concluir que não é fácil para o cadete conciliar estudo e trabalho. Há um excesso de atividades que repercute negativamente no aprendizado. Salientamos aqui que o CFO exige dos seus alunos o cumprimento de uma jornada de trabalho, estabelecida pela administração que nada tem a ver com as questões pedagógicas. Na realidade é atividade complementar do currículo. Vários foram os depoimentos concernentes ao excesso do trabalho que prejudica a compreensão dos conteúdos, em virtude do cansaço. O Cadete Felício (2003, p. 68) afirmou:

[...] é o sistema que diz que você tem que tirar o seu serviço, ou seja, tem de exercer atividades de segurança de autoridades, fazer patrulhamento em eventos de grande monta, como jogos de futebol, shows, etc, e depois deve ir para a sala de aula, nesses dias há uma perda de aprendizado, com certeza [...].

No que é pertinente ao ambiente pedagógico, notamos muita preocupação por parte dos administradores da APM/GO em propiciar ao aluno uma atmosfera que favoreça o ensino. Sobre essa questão pronunciou-se assim o Cel Machado (2003, p. 03): “O que eu entendo é que a escola tem que ter um ambiente inspirativo [...] o aluno tem que sentir dentro da escola um clima que o estimule”.

O depoimento da Cadete Pinheiro (2003, p. 61) “[...] lá no CFO fala-se muito na questão de unir o útil ao agradável [...]” permite deduzir

que no curso de formação de oficiais a APM/GO se preocupa em atribuir ao aluno ‘atividades que lhe dêem prazer’. Este procedimento encontra ressonância na teoria herbartiana que entende que “[...] a vida psíquica está constituída essencialmente por um jogo de representações, as quais são modificações dos sentimentos e apenas isso” (LUZURIAGA, 1946, p. 11-12).

Finalmente as entrevistas abordaram o momento de mudança vivido pela APM/GO, no qual se processa uma fusão das instituições voltadas para o ensino do policial civil, militar e do corpo de bombeiros.

De todo o exposto nas entrevistas, o que deduzimos é a existência de certa apreensão quanto aos rumos que o tradicional ensino militar irá tomar. A união de estruturas tão diferenciadas implica uma gestão dessas diversas organizações com o fim de agrupá-las em um só módulo, em uma só direção. Na verdade é esse o maior receio de todos: o processo de mudança poderá não ser bem conduzido afetando negativamente o ensino militar, embora não sejam poucas as manifestações para colaborar com esse processo de integração. Os depoimentos que se seguem demonstram as apreensões.

Esclarece o Cel Salgado (2003, p. 25):

[...] a Lei 14.383, de 31/12/02, trouxe uma série de alterações para a estrutura do Estado, dentre elas também o organograma da Secretaria de Segurança Pública.

Em virtude da citada Lei, todo o sistema de ensino das forças que compõem a segurança pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil) fundiu-se em uma única estrutura, a Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública.

Explicita o Cel Salgado (2003, p. 25):

Dentro dessa estrutura de Superintendência recém-criada, foram colocadas as gerências de ensino, para a Polícia Militar, a Gerência de Ensino da Polícia Militar, para o Corpo de bombeiros, a Gerência de Ensino do Corpo de Bombeiros e, por último, para a Polícia Civil, a Gerência de Ensino da Polícia Civil.

Complementa ainda que (2003, p. 25)

[...] até agora nada mudou, nem na matriz

curricular e nem na formação propriamente dita, apenas deixaram de ser órgãos independentes e estão formando-se como órgãos colegiados, subordinados a uma única orientação de ensino, respeitando obviamente as especificidades de cada uma das forças [...].

O Cel Lira (2003, p. 30), quando indagado acerca dos objetivos e dos valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças, respondeu que

[...] são os valores que a democracia brasileira atual exige de profissionais da segurança pública, através de um comprometimento diferenciado, num Estado Democrático de Direito, onde o próprio cidadão passa a exigir mais e um mundo globalizado exige que o profissional tenha uma formação com valores referentes à preservação da vida humana, aos direitos humanos, valores referentes à capacidade de se compreender as necessidades do cidadão.

Questionado sobre a mudança na antiga Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, entende o entrevistado que ela é inovadora

[...] na medida em que se abriu um leque de possibilidades para que os fatos novos estejam acontecendo no ensino policial, por exemplo, há algum tempo foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública e ela tem repassado verba para os Estados, inclusive para a aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos e munições. Tem-se aplicado essa verba também na formação, reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal. Para investir maciçamente na segurança pública dos Estados, para isso é preciso que haja uma Academia única e um trabalho operacional unificado (LIRA, 2003, p. 31-32).

Sobre o assunto, esta é a opinião do Cadete Oliveira (2003, p. 81):

[...] vejo com apreensão, até pelo contexto histórico [...] não sabemos ao certo o que ocorrerá com a Academia e com o futuro dos cadetes [...] essas informações nós não tivemos [...] não sabemos se vamos sair oficiais ou agentes.

Desse modo também se manifestou o Cap Guimarães (2003, p. 47):

[...] Imagino que tanto eu, quanto toda a PM, hoje vive uma apreensão muito grande. A gente vê uma academia tão tradicional quanto a APM/GO tendo a sua estrutura modificada ao sabor de questões políticas [...] é necessário fazer-se um estudo aprofundado a respeito do assunto [...].

Analisando as posições dos entrevistados, concluímos que não houve mudanças profundas no ensino da atual Gerência de Ensino Policial Militar, inclusive com o currículo do curso de formação de oficiais e demais estruturas administrativo-didático-pedagógica e a filosofia de ensino da antiga APM/GO. Na verdade o que aconteceu foi a integração das atividades de ensino, assim como foi integrada a formação dos diferentes profissionais ligados à Segurança Pública do Estado de Goiás, em um único *locus*: o Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

A mudança mais visível propiciada pela Lei nº 14.383, no tocante ao Sistema de Segurança Pública do Estado, refere-se à centralização da formação dos profissionais desse setor de atividade pública, na Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado, disciplinando e unificando os princípios, os currículos, a filosofia, as práticas pedagógicas de todas as Gerências de Ensino (Policial Militar, Policial Civil, Bombeiro Militar e Agente Penitenciário) numa única direção.

Entendemos que a integração das atividades e a formação das polícias seja uma mudança relevante e coerente com os atuais tempos e anseios sociais, pois a sociedade não quer saber qual polícia ou qual órgão vai atender o seu problema, quer, na verdade, é ver o seu problema de segurança resolvido.

Ante o revelado nas entrevistas, deduzimos que há uma incerteza quanto aos rumos que o ensino militar irá tomar, visto que a união de estruturas tão diferenciadas implica gestão dessas diversas organizações com o fim de agrupá-las em um só módulo. Em verdade, o que está nas entrelinhas é o receio de que o processo de mudança não seja bem conduzido e traga irreparáveis prejuízos à qualidade do ensino policial militar. Entretanto, todos mantêm uma postura de colaboradores no processo de mudanças.

Assim, diante de todo o exposto e partidários de uma postura otimista, buscamos refletir sobre a importância da Academia de Polícia Militar de Goiás, imaginando que as mudanças propostas poderão tornar real o sonho de Vygotsky, citado por Rego (2001, p. 142), cuja proposta ensejava a existência da escola ideal, qual seja:

[...] uma escola em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Onde há espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma escola em que professores e alunos tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações. Uma escola em que o conhecimento já sistematizado não é tratado de forma dogmática e esvaziado de significado.

CONCLUSÃO

Estudar o complexo processo de formação do oficial de polícia militar, especificamente o da goiana, exige transpor dificuldades e obstáculos. No início tínhamos a convicção de que estávamos penetrando em uma área pouco conhecida pela comunidade acadêmica civil. Comprovamos esse desconhecimento com Ludwig (1998) que manifestou sua surpresa com a ausência de estudos sobre o ato educativo da corporação militar. Contudo, a ausência de literatura acerca do ensino militar em nosso país, antes de provocar um desestímulo ao desenvolvimento da pesquisa, teve um efeito inverso, constituindo, na verdade, em fonte fecunda de energia que a cada instante nos impulsionava para a busca de novos dados, sempre na tentativa de desvendar o que reveste o mundo quase impenetrável dos profissionais da segurança – os policiais militares.

Importante é ressaltar que, segundo inferimos da pesquisa realizada, a identidade do poder de polícia é determinada pelo regime político adotado pelo governo, configurando-se, ora como autoritária, e por vezes facilitadora do não – reconhecimento dos limites legais a que está submetida, ora como atividade centrada em princípios democráticos e humanísticos. Foi sob essa ótica que procuramos tecer as análises formuladas, buscando, em princípio, conhecer o universo que permeou a instituição policial militar desde a sua criação até os dias atuais, pois entendemos que somente com base no ponto de vista histórico se pode chegar a conclusões calcadas na verdade.

Não foram poucas as descobertas, embora estejamos envolvidos com a instituição militar de nosso Estado, há mais vinte anos, trazendo incorporada em nossa prática de pesquisador toda a concepção norteadora do *modus operandi* desta instituição.

A primeira descoberta foi a de constatarmos que a prática pedagógica da Academia de Polícia Militar de Goiás, principalmente a voltada para a formação do oficial, nas últimas décadas, passou de uma ênfase centrada na escola tradicional e comportamentalista para a adoção de práticas progressivistas, mudança que seria inconcebível até meados da década de 1980.

Outra constatação que merece destaque refere-se à mudança significativa do número de disciplinas civis e militares, contempladas na matriz curricular do CFO, cuja relação evidenciava preponderância de disciplinas militares até a década de 1980 e o acentuado enfoque em disciplinas civis no final da década de 1990, mostrando a prevalência do esforço dos gestores da APM/GO em acompanhar as transformações sociais que o mundo contemporâneo impõe.

Certificamo-nos, ainda, que as mudanças ocorridas na grade curricular do CFO deram ensejo à participação ativa de alunos e professores, admitindo novas teorias e novas práticas. Os gestores da escola foram incorporando essas inovações, resultando um processo de construção participada do saber, no qual os que nele se inserem são considerados sujeitos e não objetos.

Como já mencionado, ao longo de todo o período de realização desta pesquisa, verificamos que várias práticas pedagógicas tradicionais e conservadoras foram sendo abolidas ou mesmo substituídas por outras de cunho mais progressivista. Dentre aquelas que foram extintas destaca-se a Jornada de Instrução Militar (JIM) que, em razão da sua relevância, analisaremos de forma mais detida. Sobre esses assuntos os dados, tanto os de natureza bibliográfica, quanto os relativos à pesquisa de campo apresentam diversas contradições: alguns convergem para a exclusão da JIM do âmbito dos currículos ministrados pelas academias de polícia militar, porque sempre foi mal direcionada, com instrutores de comportamentos psicologicamente inadequados, ao exagerarem em crueldade e perversidade durante a realização de exercícios militares, outros, entendem ser a JIM um instrumento de compatibilização entre teoria e prática.

Concluimos que a Jornada de Instrução Militar, se redimensionada para uma prática pedagógica que contribua para a melhoria da formação por meio de exercício de campo, simulando situações que possivelmente serão vivenciadas na futura vida do profissional, trará a clareza de que o cadete saberá dimensionar os riscos a que se submeterá com uma verdadeira aproximação da realidade: a violência já institucionalizada na sociedade brasileira. Tal conclusão levou em conta o cotidiano desse profissional de segurança pública,

em que a situação de risco, contraditoriamente, é constante e inusitada de prontidão associada ao equilíbrio e à sensatez emocional.

A pesquisa empírica também possibilitou-nos constatar a existência de uma carga elevada de atividades extraclasse, como o emprego constante dos cadetes em policiamentos de naturezas diversas, tais como: representações de eventos, recepção e despedida de autoridades, manifestações de grevistas, diligências que quase sempre absorvem excessivamente as energias dos alunos, com prejuízos irremediáveis para a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, supervalorizar a atuação dos cadetes em atividades práticas compromete o desempenho do futuro oficial nas atividades de aulas (teóricas e práticas), incorrendo queda na qualidade do ensino e refletindo negativamente a produção acadêmica.

Deduzimos também pela observação participante e nas entrevistas que insistir na adoção de práticas pedagógicas de punição ao cadete diante de alguma imperfeição, supervalorizando o erro e menosprezando os acertos, provoca reflexos irreparáveis no equilíbrio emocional e, por conseqüência, na sua formação como oficial.

Os responsáveis pelo ensino policial militar devem voltar sua atenção para o fato de que o processo de condicionamento à vida policial deve ser um trabalho de paciência, determinação e pleno de cuidados, para se evitar desajuste de conduta no futuro profissional. A prática pedagógica e o currículo acentados em uma cultura didática humanitária favorecerão a construção de um policial que respeitará o ser humano no momento de sua atividade de assegurar proteção ao cidadão. Portanto, a rigidez que às vezes se observa no relacionamento dos instrutores com os cadetes é anti-pedagógica. O respeito ao superior deve ser baseado no bom relacionamento professor/aluno e não no *temor*. Aqueles formados com relações rígidas tenderão a ser também rígidos e inacessíveis, reproduzindo com o cidadão que cometeu qualquer infração socialmente condenável o ensinamento que recebeu na APM/GO.

Outra descoberta foi a mudança substantiva na prática da gestão da APM/GO e na docência, a partir de 1982, quando comprovamos a incorporação ao currículo do reconhecimento das experiências pessoais trazidas pelos alunos para o universo

acadêmico. O senso comum sinalizava que esses conhecimentos não eram levados em conta por professores e instrutores da APM/GO. Os depoimentos, em especial dos cadetes, revelaram que esses profissionais, nos dias de hoje, estão bastante sensíveis à participação discente.

Não nos surpreendeu, entretanto, que, mesmo com as mudanças no processo educativo da APM/GO, preservam-se inalterados valores e práticas, como: disciplina, hierarquia, cumprimento de ordens, organização, espírito de corpo e atendimento rigoroso à legislação.

Nossa cautela, ao descobrir inovações e tendências humanitárias na formação dos oficiais da PMGO, faz-nos afirmar que o currículo é ainda fortemente influenciado pelas teorias positivistas de Augusto Comte e Herbart, tendendo ao progressivismo deweyniano.

É importante registrar que em nenhum momento de nossas reflexões, tivemos por objetivo desfigurar ou mesmo desmitificar o caráter militar da organização policial, até mesmo porque, no nosso entendimento, é ele que também consegue validar o seu sucesso enquanto instituição. Nossa intenção foi mesmo a de analisar o processo de mudanças histórico-pedagógicas e seus reflexos na formação do oficial da PMGO, identificando os excessos porventura praticados, propondo algumas indicações para uma nova política de formação desses profissionais.

É forçoso reconhecer que a corporação militar de Goiás é parte integrante de um grande organismo estatal e como tal os processos de tomada de decisão configuram-se lentos e burocráticos, embora todo o empenho dos seus comandantes.

Nesse sentido, iniciar-se a discussão das questões aqui aventadas é necessidade que urge, sob pena de que a demora venha prejudicar a continuidade das práticas pedagógicas de caráter positivista/progressivista, pela simples falta de motivação.

Entendemos que a promoção de um amplo debate acerca da realidade pedagógica da atual Gerência de Ensino Policial Militar poderá incentivar os gestores a acentuarem as práticas que estimulam a participação discente, e ainda envolver toda a

comunidade acadêmica e policial militar na busca de soluções para os demais problemas aqui apontados. Temos clareza de que não será uma nova matriz curricular que provocará mudanças, o que se deve almejar é uma cultura mais humana e mais respeitosa nas relações entre gestores, docentes (instrutores e professores) e discentes/cadetes. Além disso, não podemos nos esquecer que mais importante do que o apego excessivo ao currículo formal, é tentar imprimir mudanças na mentalidade desses gestores do ensino para o cultivo dos valores acima citados, na tentativa de aperfeiçoamento das suas representações contidas no currículo real.

Quando uma instituição do porte da Polícia Militar de Goiás abre suas portas para a busca coletiva de soluções para as vicissitudes que enfrenta, possibilita o engajamento de todos os envolvidos no processo e, inclusive, da sociedade civil, que assume o papel de co-responsável pela segurança pública. Tudo isso pode criar condições para que o policial militar sinta satisfação e entusiasmo pelo trabalho que realiza, e que ainda pode realizar, bem como a sensação de mais segurança para a sociedade.

Com relação ao momento de mudanças por que passa todo o sistema de ensino vinculado à Segurança Pública de Goiás, o que foi possível concluir, tendo em vista as informações dos entrevistados foi que permanece um clima de apreensão e incerteza na comunidade policial militar, principalmente junto aos cadetes, que dependem da possibilidade de terminar o CFO, nos moldes atuais.

Sendo assim, seria necessária a realização de um amplo programa de informações e debates a respeito do tema, envolvendo gestores, professores e alunos, agentes principais desse processo, mostrando de forma clara os objetivos que, com a mudança se pretende alcançar.

Vale ressaltar que, quando propomos a realização tanto do programa de informações, quanto dos debates e discussões acerca das mudanças na estrutura da APM/GO, esses devem se realizar respeitando-se as especificidades e a cultura da instituição policial militar, cujas características preponderantes são a hierarquia e a disciplina.

As constatações aqui feitas nos dão subsídios para propor algumas indicações com vistas a uma nova política de formação de oficiais de polícia militar, na APM/GO, atual Gerência de Ensino Policial Militar. São elas:

1. Sensibilizar o alto comando da Polícia Militar do Estado de Goiás e de sua Academia para a importância de se definir e respeitar o emprego de uma carga horária extraclasse, capaz de possibilitar ao cadete/estudante razoável tempo/espaço para dedicação às suas atividades acadêmicas.

2. Reinsere no currículo da APM/GO o emprego das Jornadas de Instrução Militar, notadamente no CFO, as quais deverão ser desenvolvidas com acompanhamento de profissionais habilitados, sensatos e com formação pedagógica, capazes de propiciar o exercício do espírito de corpo, a auto-estima, o sentimento de servir a sociedade e a articulação teoria e prática.

3. Adotar medidas educativas que possam contribuir para a integral formação do oficial, abolindo o emprego de comportamentos punitivos exarcebados que, na verdade, não educam, pois configuram-se como um (de)serviço educacional e social.

4. Levar em conta a relação dialógica que deve existir em todos os níveis de participação escolar para a adoção de mecanismos de apoio aos gestores do ensino da APM/GO, que continuem estimulando professores/instrutores a aproveitarem ao máximo o conhecimento e as experiências acumuladas e trazidas pelos alunos.

5. Desenvolver um projeto de comunicação social que contemple informações a respeito do processo de mudança desenvolvido pelo sistema de ensino vinculado à área da segurança pública, o qual terá como público alvo toda a comunidade policial militar, e, especialmente, os alunos cadetes.

6. Promover um fórum de debates e discussões, com a participação dos gestores da segurança pública, dos administradores do ensino policial militar, dos professores/instrutores e alunos da APM/GO e de todos os membros da corporação, com o objetivo de desenvolver as práticas pedagógicas já aprovadas e o envolvimento geral no

processo de mudanças do ensino militar, atendendo calendário de atividades didático-pedagógicas pela Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública de Goiás.

7. Avaliar, periodicamente, as práticas pedagógicas utilizadas pela APM/GO, incorporando as inovações levadas a efeito por estudos na área da educação, na tentativa de desenvolver uma cultura de grupos de estudos que atendam esta proposição.

8. Desenvolver atividades periódicas de atualização curricular, com vistas a compatibilizá-la com a dinâmica imposta pelas mudanças pedagógicas, culturais e tecnológicas.

9. Propiciar a formação continuada dos docentes instrutores/professores.

As transformações propostas para as práticas pedagógicas implicam, na essência, mudanças substantivas nas concepções e valores em que se fundamentam essas práticas. Por conseguinte, tais transformações devem ser implantadas de forma processual e contínua, podendo otimisticamente colimar com o desprezo ao padrão pedagógico – das práticas ritualizadas e conservadoras, à matriz curricular baseada na pedagogia positivista e à relação autoritária professor/aluno.

Esperamos, finalmente, que este trabalho possa contribuir para novas pesquisas na área educacional. Essa contribuição pretende estimular novos estudos que tratem da formação de policiais militares, dotando-os de saberes e competências compatíveis com a função de garantir a proteção do cidadão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. **Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar**. Sociologias, Porto Alegre: ano 3, n. 5, jan/jun 2001.
- ALMEIDA, Crésio Pimenta; PAREDES, Jorge Antonio de Oliveira. **Integração das ações de polícia, em face da criação de complexos integrados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 2000.
- ALMEIDA, Klinger Sobreira de. **O Alferes**. Belo Horizonte: n. 3, Revista quadrimestral de assuntos doutrinários de polícia militar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Editora Presença-Portugal – Livraria Martins Fontes – Brasil, 1970.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BARBIER, René. **A Pesquisa - ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- BELLO, Ruy Ayres. **Pequena história da educação**. 5. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1965.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 1. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BOVA, Sérgio. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRANDÃO, Alaor Silva. **Ensaio sobre unificação policial: polícias militar e civil**. Belo Horizonte: Barvale Indústrias Gráficas, 1987.

BRASIL. Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1969.

BRASIL. Decreto-lei nº 66.862, de 08 de julho de 1970. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1970.

BRASIL. Normas para Elaboração e Revisão de Currículos para PM e CBM, de 29 de julho de 1977. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1977.

BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1983.

BRASIL. Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução PM e CBM, de 12 de junho de 1987. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1987.

BRASIL. Portaria nº 073, de 10 de dezembro de 1987. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1987.

BRASIL. Decreto nº 99.669, de 06 de novembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 1990.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Sistema Único de Segurança Pública**, Brasília: 06 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/RLS20403-susp.htm>> acesso em: 30.07.2003.

BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição (1988)**. Brasília: 2003.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da Polícia Militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia: 1991.

BRZEZINSKI, Iria. **A Formação do professor para início da escolarização**. Goiânia: Editora UCG/SE, 1987.

_____. Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática. **Revista da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: v.22, Jan/Jun, Revista Trimestral, Divisão Gráfica e Editorial da UCG, 1995.

_____. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2002.

_____. **Os professores enquanto sujeitos do conhecimento e os saberes da docência.** UFES Vitória: 2003. Impresso por meios eletrônicos.

CABRAL, Álvaro. **Dicionário técnico de psicologia.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

CASTORINA, José Antônio. **Piaget – Vygotsky: novas contribuições para o debate.** São Paulo: ABDR, 2000.

CAVALCANTE, Carlos Bezerra. **Traços históricos de uma corporação.** Recife: VBF Gráfica e Editora, 1995.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia – introdução à ciência da sociedade.** 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

COSTA, Jorge Adelino. **Imagens organizacionais da escola.** Lisboa: Edições Asa, 1996.

D'ANDREA, Flávio Fortes. **Desenvolvimento da personalidade.** 5. ed. São Paulo: DIFEL – Difusão Editorial SA, 1982.

DEWEY, John. **Democracia e educação.** São Paulo: Nacional Editora, 1979.

DOLL JR., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DURKHEIM, Emile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação.** São Paulo: Nacional, 1985.

FAGUNDES, João Batista. **A justiça do comandante.** Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil ano 60: o pacto do silêncio.** São Paulo: Loyola, 1985.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 2. ed. Cortez, 2000.

FILHO, José Vicente da Silva. **Arranhando o muro. Jornal da Tarde.** São Paulo: 16 ago. 2001.

Disponível em: <<http://www.josevicente.com.br/jt/jtart47.htm>> acesso em: 30.07.2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Editora Geral, 1984.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** 24. ed. Petrópoles: Vozes, 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985).** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIROUX, Henry. **Os Professores como Intelectuais.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOIÁS, Resolução Provincial de Goyaz n. 13, de 28 de julho de 1858. **Livro de Registros e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz.** Goyaz: 1858.

GOIÁS, Decreto–Lei nº 3.286, de 15 de junho de 1940. **Correio Oficial - atual Diário Oficial.** Poder Executivo, Goiânia: 1940.

GOIÁS, Escola de Recrutas da Polícia Militar. **Livro de Registro de Aulas.** Goiânia: 1940.

GOIÁS, **Constituição (1989).** Goiânia: Gráfica da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1994.

GOIÁS, Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999. **Diário Oficial do Estado de Goiás.** Goiânia: 1999.

GOIÁS, Lei nº 13.550, de 12 de novembro de 1999. **Diário Oficial do Estado de Goiás.** Goiânia: 1999.

GOIÁS, Decreto nº 5.683, de 21 de novembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Goiás.** Goiânia: 2002.

GOIÁS, Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Goiás.** Goiânia: 2002.

GOUVEIA, Jailson. **Insegurança pública, até quando?** [S.I.]: Art Direito Militar, 2001. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/legis/artdireitomilitar/2001/joilson/inpublicaatequando.htm>> acesso em: 30.07.2003.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

GRUNDY, Shirley. **Curriculum: product or praxis?** Londres: Ed. The Falmer Press, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío.** Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

HARGREAVES, Andy. **Os professores em tempo de mudança**. Lisboa: McGraw Hill, 1998.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

INFORMATIVO ADESG. **Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra**. São Paulo: n. 19, Ano IV, 2. semestre, 1986.

JESUS, Antônio Tavares. **Educação e hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

KELLY, Albert Victor. **O currículo: teoria e prática**. São Paulo: Harper e Row do Brasil Ltda, 1981.

KEMMIS, Stephen. **El curriculum: más allá de la teoría de la reproducción**. Madrid: Editora Morata, 1987.

KLIEBARD, Herbert. **The struggle for the American curriculum**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1986.

LARA, Tiago Adão. **Os caminhos da razão no ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LAZZARINI, Álvaro e outros. **Direito administrativo da ordem pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1974.

LIRA, Domingos Aragão. **Punições disciplinares: normas para aplicação e cumprimento**. Goiânia: Gráfica e Editora Mérito, 1994.

LEMES, João Batista de Freitas; RIBEIRO, Silvio Luiz. **Gestão de recursos humanos para a integração policial no Estado de Goiás**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Antologia de Herbart**. Buenos Aires: Editorial Losada SA, 1946.

MACHADO, José Nérís. **Unificação das polícias militares e civis: conjuntura, desmembramento, organização e articulação**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 1999.

MACHADO, Rubens de Oliveira. **Reflexões sobre o ensino policial militar**. (Monografia do Curso Superior de Polícia do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo) São Paulo: 1986.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARCOS, Almiro. Goiás integra sistema anticrime. **O Popular**, Goiânia: 07 ago. 2003. Cidades – Segurança Pública, p. 5.

MARTINS, Ricardo da Fonseca; LIMA, Waldir Pereira. **Estudo comparado da formação básica do policial militar: deficiências e adequação para atuação no contexto social**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

MESSICK, Rosemary Graves; PAIXÃO, Lyra; BASTOS, Lilia da Rocha. **Currículo: análise e debate**. Rio de Janeiro: Zahar Editores SA, 1980.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Estado Maior do Exército. **Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares**. Brasília: 1967.

_____ – Estado Maior do Exército. **Normas para Elaboração e Revisão de Currículos para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares**. Brasília: 1977.

_____ – Estado Maior do Exército **Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares**. Brasília: 1985.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Currículo, políticas educacionais e globalização**. Trabalho apresentado na Aula Inaugural do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás, Goiânia: 1999. (mimeo)

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

NÓVOA, Antônio. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ltda, 1999.

OLIVEIRA, Celso Feliciano de. **O Alferes**. Belo Horizonte: n. 7, Revista quadrimestral de assuntos doutrinários de polícia militar, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Constituinte, Forças Armadas e Autonomia Militar. In: **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo Editora, 1987.

PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e praxis**. Porto: Porto Editora, 1996.

PASSOS, Geraldo Rocha de; SANTOS, Genessi Cieldos. **A importância da integração das polícias civil e militar**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 2002.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. **Goiás de ontem: memórias militares e políticas**. Goiânia: Camargo Editora, 1987.

REIS, Uziel Nunes dos; PAZ, Marizeth de Fátima da. **Integração das polícias militar e civil do Estado de Goiás: possibilidades operacionais de viabilização**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 2002.

REGO, Tereza Cristina R. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Gestão curricular, fundamentos e práticas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Os professores e a gestão do currículo: perspectivas e práticas em análise**. Porto: Porto Editora, 1999.

SABINO, Warlem. Goiás adere ao modelo Susp. **Diário da Manhã**, Goiânia: 07 ago. 2003. Cidades – Segurança, p. 7.

SALLES, Pinheiro. **1964: golpe e ditadura**. Goiânia: Kelps, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A formação do educador: pressupostos filosóficos e implicações curriculares**. São Paulo: Revista ANDE, 1991.

_____. **Metodologia para o trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tereza Roserley N. da. **Influências teóricas no ensino e currículo no Brasil**. In: Caderno de Pesquisa 70, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, USP, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Jônathas. **Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Goiás**. Goiânia: SSPJ-GO, 2003.

_____. **O papel dos militares no estado democrático de direito**. Trabalho apresentado na Aula Inaugural do Curso de Especialização *Latu Sensu* em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás/Universidade Católica de Goiás, Goiânia: 2003. (mimeo)

SKIDIMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKINNER, B. F. João Cláudio Todorou e Rodolphoazzi (Trad.) **Ciências do comportamento humano**. 3. ed. São Paulo: Editora Edart, 1967.

SOTO, Mário Leyton. **Planejamento educacional, um modelo pedagógico**. Santiago: Biblioteca Latinoamericana de Educación, 1969.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **A prática pedagógica da Polícia Militar de Goiás**. (Monografia do Curso de Especialização em Metodologia do ensino Superior da Universidade Católica de Goiás) Goiânia: 1992.

SOUZA, Benedicto Celso de. **A polícia militar na constituição**. 1. ed. São Paulo: Livraria Editora Universitária, 1986.

SOUZA, Cibele de; CARNEIRO, Maria Esperança F. **Retrospectiva histórica de Goiás**. 1. ed. Goiânia: Editora Livraria Cultura Goiana, 1996.

SOUZA, Cibele de; SOUZA, Baltazar Donizete de. **O Anhanguera** – História da Polícia Militar de Goiás. Órgão Informativo Técnico científico da PMGO, Goiânia: n. 01, Ano I, Grafopel Gráfica e Editora LTDA, 1999.

SOUZA, Plácio da Silva e. **Vocabulário jurídico**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

STENHOUSE, Lawrence. **Investigación y desarrollo del curriculum**. Madrid: Ed. Morata, 1984.

STEVESON, Marco Anthony; PÓVOA, José Liberato. **Prisão temporária**. 1. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.]

VIANA, Jesus Nunes; LOUZA, Lindomar Mendes. **Matriz curricular do CFO: uma proposta de reestruturação**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás) Goiânia: 2002.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

VYGOTSKY, L. S. **Thought and language**. 2. ed. Cambridge: Mit Press, 1962.

WOLCOTT, H. W. **Making a study more ethnographic**. New York: Journal of Contemporary Ethnography, 1990.

ANEXO I

ENTREVISTAS REALIZADAS

1. Ex-Comandantes / Ex-Diretores da APM/GO

Coronel PM Rubens de Oliveira Machado

Graduado em Segurança Pública, Direito e Letras; especializado em Segurança Pública, Técnica de Ensino e Psicotécnico Militar. Atualmente encontra-se na reserva remunerada da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Comandante da APM/GO, Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa e Sub-Comandante Geral / Chefe do Estado Maior da PMGO.

Coronel PM Eurípedes Barsanulfo Lima

Graduado em Segurança Pública e Direito; especializado em Segurança Pública, Direito Penal, Processo Penal, Administrativo, Constitucional e Psicotécnico Militar. É mestrando em Gestão da Qualidade Total pela Universidade de Campinas. Atualmente é o Sub-Chefe do Estado Maior e Chefe de Gabinete do Comandante Geral da PMGO.

2. Atuais Comandantes / Diretores da APM/GO

Coronel PM Domingos Aragão Lira

Graduado em Segurança Pública e Direito; especializado em Segurança Pública, em Direito Constitucional, Administrativo e Processo Penal. Atualmente é o Superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Coronel PM Milson José Campos Salgado

Graduado em Segurança Pública e Direito; especializado em Segurança Pública, em Direito Penal e Processo Penal. Atualmente é o Gerente de Ensino Policial Militar (Cargo que equivale ao de Comandante/Diretor da antiga APM/GO).

Capitão PM Jesus Nunes Viana

Graduado em Segurança Pública e acadêmico de direito; especializado em Segurança Pública e Técnicas de Ensino; atualmente é Chefe da Seção Técnica de Ensino e Coordenador Técnico/Pedagógico da APM/GO.

3. Instrutores / Professores da APM/GO***Coronel PM Adailton Vieira de Lima***

Graduado em Segurança Pública e Direito; especializado em Segurança Pública e Técnicas de Ensino. Atualmente encontra-se na reserva remunerada da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Chefe da Divisão de Ensino e Sub-Comandante da APM/GO, Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMGO.

Professor Renato Posterli

Graduado em Medicina; especializado em Psiquiatria Clínica Forense e Filosofia Política. Atualmente é Médico Psiquiatra Clínico e Forense e professor de medicina legal.

4. Oficiais Egressos da APM/GO***Capitão PM Marco Antonio de Castro Guimarães***

Graduado em Segurança Pública e acadêmico de Direito. Atualmente é o Sub-chefe do Gabinete Militar da Prefeitura de Goiânia.

1º tenente PM Clives Pereira Sanches

Graduado em Segurança Pública e Direito; especializado em Técnicas de Ensino e Transportes Urbanos. Atualmente é Chefe da Seção de Ensino da APM/GO e professor da Universidade Estadual de Goiás.

2º Tenente PM Feminino Bruna Rúbia da Silva Lima

Graduada em Segurança Pública e acadêmica de Direito e de Pedagogia. Atualmente é oficial comandante de policiamento do 1º Batalhão de Polícia Militar com sede em Goiânia.

5. Alunos / Cadetes da APM/GO

Cadete PM Ronny Alves de Souza – Aluno do 3º ano

Acadêmico em Segurança Pública e Direito.

Cadete PM Neila de Castro Alves Pinheiro – Aluna do 3º ano

Graduada em Comunicação Social e acadêmica em Segurança Pública.

Cadete PM Murilo Rodrigues Felício – Aluno do 3º ano

Acadêmico em Segurança Pública, Matemática e Letras.

Cadete PM Edson Guardiano de Oliveira – Aluno do 2º ano

Acadêmico em Segurança Pública, História e Jornalismo.

Cadete PM Quéren Hapuque de Lelles – Aluna do 2º ano

Acadêmica em Segurança Pública,

Cadete PM Leonídio Alves de Moraes Junior – Aluno do 2º ano

Acadêmico em Segurança Pública e especializado em Técnica de Mecânica.

ANEXO II

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

(Conforme modelo apresentado por Meihy)

Segundo o autor: “havendo além da gravação, texto escrito, deve ficar claro que o que prevalece, inclusive para o caso da instituição ou projeto pessoal é este texto. Neste caso, a autorização para se ouvir a entrevista deve ter apenas a finalidade complementar, pois desde que feita a conferência, é sobre ela que incide a ‘oficialização’ do depoimento.” (p.69) Considerando os objetivos deste trabalho, selecionei como adequado o seguinte modelo:

(Local, data)

destinatário

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade) declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para leitura em (data) para (entidade e pessoas) ser usada integralmente ou em parte, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso de citações a terceiros, ficando vinculado o controle à (instituição) que tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

ANEXO III

FICHA DE REGISTRO E CONTROLE

(Elaborada para controle das entrevistas a partir da sugestão de Meihy)

a. Dados do depoente:

1. Nome completo
2. Local e data de nascimento
3. Endereço atual: Rua nº
bairro CEP cidade Estado
4. Documento de identidade local e órgão de emissão
5. Formação acadêmica
6. Profissão atual Instituição
7. Período em que trabalhou na APM/GO
Função exercida

b. Dados de contato:

1. indicação desse colaborador
2. data e forma do contato inicial
3. data e local da entrevista

c. Dados de andamento do trabalho com os depoimentos

1. Transcrição a
2. Textualização a
3. Conferência a

ANEXO V

CD COM ENTREVISTAS TRANSCRITAS

1. Coronel PM Rubens de Oliveira Machado

Ex-Comandante da Academia de Polícia Militar de Goiás

ENTREVISTADOR – *O sr. que há mais de 40 anos está envolvido com o ensino/aprendizagem da Polícia Militar do Estado de Goiás, como poderia nos relatar historicamente a sua trajetória e nos dizer quais foram as mudanças mais significativas nesse período, principalmente pensando mais na mudança curricular do CFO ao longo desse período?*

ENTREVISTADO – Ainda quando praça, observava que o ensino priorizava a parte militar, castrense de praticamente os demais ensinamentos. Embora o currículo de CB e SD fosse um tanto abrangente, tínhamos datiloscopia e algumas disciplinas interessantes, mas percebíamos que o principal era a parte militar e isso era capaz de tornar o aluno um profissional muito bem preparado militarmente mas com uma vaga lembrança do conhecimento geral, de certa forma isso foi mudando ao longo do tempo, mas, antes de eu começar a minha vida profissional como Cabo naquele ano, depois dessa formação que eu pude observar, nós fomos para o CFO e a experiência de Goiás é um pouco diferente talvez de todas as outras PM's, porque de uma hora para outra se decidiu desenvolver o Curso de Formação de Oficiais em Goiás e de uma forma bastante irrecômandavel foi entregue aos Aspirantes a missão de programar, de estabelecer o cronograma de ensino, planos, alguma coisa que desse orientação para desenvolver o Curso de Formação de Oficiais e esse foi um ponto mais delicado e que foi uma grande dificuldade para que o ensino na Academia alcançasse o mais rapidamente um andamento atualizado pedagogicamente que se ombreasse com todo esforço que a ciência estava colocando à disposição do ensino.

Então, foi dessa forma que o CFO começou, isto é aspirantes que tinham absorvido uma experiência acadêmica sem nenhum tipo de vivência prática muitas vezes trazendo para a realidade desse curso uma experiência mais dolorida. Praticamente não se preocupava muito com essa questão de conhecimento, primeiro porque era uma decoreba total, quer dizer um aluno bom em decorar certamente seria um dos melhores alunos e isso atrapalhou muito a minha vida não só no sentido de crescimento intelectual, mas, a vida de muita gente, da nossa turma que foi a primeira e viveu um caos programático praticamente não havia nada que orientasse adequadamente ou pelo menos não havia um suporte técnico profissional para desenvolver, então, percebemos que ficou muito mais em decorar a matéria.

A sensação que nós tivemos quando concluímos o curso é que não sabíamos nada, absolutamente nada, tudo era estranho, até fazer uma sindicância era uma coisa que atormentava a cabeça da gente e nós tivemos que ir a prática, pedindo opiniões daqui e outra lá e parecia que nada que teoricamente foi ensinado fazia sentido. Tivemos um curso

extremamente teórico, os próprios professores, que desculpem os professores, eram

professores fraquíssimos que apenas se limitavam a ir à classe com o livro aberto, repassando o que lia no livro de certa forma nos tratando como se não soubéssemos ler. Essa foi a realidade inicial.

Também no CFO não havia muita preocupação em se demorar nas matérias sociologia e as próprias matérias relativas ao direito. Apesar de tudo, saíram dessas primeiras turmas bons profissionais, até a 4ª turma o clima era de total desprego à ciência e muita preocupação em: tenho que ser um bom soldado, tenho que aguentar as intempéries, tenho que ser valente, mas, o que significava tudo isso passava a largo.

ENTREVISTADOR – *Nós estamos fazendo ciência, e a ciência é feita de fatos concretos, reais, e nesse sentido para robustecer a sua resposta e nossa dissertação seria importante que o sr. pudesse pontuar alguns momentos vividos durante a sua formação, quer de uma concepção positiva ou até negativa, uma vez que estamos também difundindo esse trabalho para o público externo.*

ENTREVISTADO – Uma coisa importante foi a questão do decorar, sem poder aprender verdadeiramente. Eu como era um bom decorador, isto é uma boa memória fotográfica, comecei a conhecer os professores e quero declarar que uma das primeiras coisas, desde aluno do 2º grau eu tinha sempre a preocupação em saber o que o professor queria e como ele desenvolvia o seu interesse, como ele deveria cobrar o que ele estava ensinando para depois eu me arremeter à matéria e dentro dessa linha, na Polícia Militar eu pude observar que quase todos eles em razão de serem oficiais/instrutores em maioria aspirantes, sem nenhuma experiência prática nem mesmo de vida para poder passar para gente, eu percebia na maioria deles que se eu decorasse o que eles estavam ensinando, eu ia tirar nota alta, e isso aconteceu quase sempre. O fato de eu entender que os professores iriam exigir decorado e que não adiantava eu tentar entender, “o aluno não tem muita chance de crescer se o professor estabelece um caminho só para ele, não deixa em aberto várias estradas”, eu como aluno da escola de oficial sentia isso que eu só tinha uma estrada, ou eu decorava ou eu seria reprovado. As vezes eu chegava a virar as noites para conseguir decorar. No outro dia, eu ficava o tempo todo com dores de cabeça terríveis.

Observamos a rigidez dentro da própria sala de aula com que os instrutores se conduziam, e eu me lembro uma certa feita de um instrutor (capitão) nosso, que chegava na aula e a preocupação maior dele era verificar havia algum aluno “cochilando” para passar giz na cabeça do aluno, quer dizer isso é uma experiência medieval. Eu tinha um medo traumático disso, porque eu não sabia qual seria a minha reação se fizesse isso comigo, então, eu nem almoçava no dia da aula desse professor para não correr o risco de eu cochilar, não era anormal alguém cochilar, pois nós tínhamos aula o dia todo e conforme o descuido do glutão durante almoço ele poderia estar facilmente dominado pelo sono no começo da tarde e principalmente esse professor talvez até por uma questão de sadismo preferisse as suas aulas logo após o almoço, que naturalmente diante até mesmo das orientações biológicas é possível ter momentos de ressonância, porque a vesícula que começava a trabalhar devagar. Agora imagina você se alguém vai prestar atenção numa aula dessa ou se alguém vai tirar proveito de um professor desse, então exemplos como esse havia outros.

Outro lado que a prática mostra que é extremamente desfavorável ao aprendizado é a

exigência principalmente na década de 1960 e num bom percurso da década de 1970, era o clima de sobressalto que havia nas turmas, o aluno sempre estava preocupado com a chegada do instrutor, de muitas formalidades que tinha que tomar como: ficar de pé, tomar posição de sentido e algumas outras, o aluno então ficava muito ligado em coisas que não tinham nada a ver com o ensino/aprendizagem.

Me lembro de um exemplo em Pernambuco, mas, que também na nossa Academia não cheguei a ver um exemplo tão rigoroso como esse. Estando visitando a Academia de Paudalho, nós entramos numa sala de aula e nesse tempo eu já era comandante da APM e em viagem de estudos, observei a saudação dos alunos, num ritual físico-militar, mostrando que o aluno não estava muito ligado no professor escrevendo no quadro, porque ele estava pensando em quem ia entrar naquela porta e depois daquele momento de quebra da sintonia com a aula, não acredito que haveria aula depois e nem tenho certeza se havia aula antes, uma coisa que é muito importante na educação é a questão da sintonia, tanto é que se ensina que o professor precisa primeiro criar um clima o chamado “rapó” com relação à psicologia, enquanto você não estiver em perfeita intimidade como o aluno, enquanto o aluno não tiver já te absorvendo num processo de empatia, não adianta começar a aula que dificilmente você vai tirar 10 na sua aula, depois que o aluno tiver totalmente descontraído, mesmo que você gaste para isso 15 ou 20 minutos, o tempo que você desenvolver ensinando 20 minutos que seja serão quase que 100% aproveitável, então esse exemplo vem contrariar esses fundamentos.

O próprio apóstolo Paulo em Romanos ensina bem isso, começa falando para tentar convencer os romanos, os crentes de Roma a entenderem a mensagem dele, ele não fica querendo dar aula, primeiro ele diz eu sou o mais humilde entre vocês, estava pensando em vocês, orando por vocês e não vim aqui para ensinar para vocês, vim, para aprender com vocês. Então essa passagem que está lá em Romanos logo no começo é uma aula como se introduz uma conversa pedagógica.

Na própria academia nossa mesmo houve além desse exemplo citado do professor, muitos outros tipos de agressões a pedagogia e a didática com relação a essa questão de ter que levantar para o professor, na hora que o professor está dando aula, se o aluno quer perguntar algo, tinha que se levantar, declinar o nome, ficar em posição de sentido, ora, dentro da pedagogia isso não vai dar de forma alguma condições desse aluno tirar um maior proveito do aprendizado, porque ele vai ter que quebrar uma sequência, uma sintonia que ele estava tendo para poder tomar uma atitude totalmente anômala ao processo e inconveniente para o momento e depois o professor vai continuar falando mas a energia gasta é muito maior do que o aspecto de aprender e fazer alguma pergunta.

O que eu entendo é que a escola tem que ser um ambiente inspirativo. Tem-se que colocar dentro da escola todos os ingredientes que favoreça àquele que está vocacionado a determinada profissão a se sentir inspirado. O aluno precisa sentir dentro do ambiente educacional um clima que o estimule.

Ao fazer o CAO, verifiquei uma possibilidade de desenvolver um tempo para o estudo um ambiente dotado de intenção de guiar. Um exemplo são os grandes artistas que precisavam estar inspirados. A escola tem que ser um ambiente o máximo possível dotado para criar inspiração, vontade, desejo próprio, fazer com que o aluno dentro desse contexto se sinta quase que obrigado a fazer melhor.

Essa experiência foi a mais bizôna. Agente termina um curso onde você não é levado a raciocinar, a pensar, a fazer ligações, aqueles esquemas ensinados de análise, compreensão, síntese, essas coisas que seriam naturalmente seriam obrigatórias na preocupação do professor em relação ao aluno. A impressão era de que ao terminar o curso, eu não sabia absolutamente nada, primeiro porque ninguém se preocupou em tentar na prática perceber se eu entendi alguma coisa. Cansamos de fazer alguns modelos de sindicância de inquérito tudo copiadas de outras. Agente usava muito a inteligência para tentar criar alguma coisa, eu lembro uma certa feita que major meu comandante, me pediu para ser escrivão do inquérito da sindicância, eu fui o escrivão e no final ele deixou por minha conta e eu usei toda minha criatividade para fazer a conclusão e ele adorou a conclusão, talvez aproveitando da minha facilidade naquela época de escrever, mas que de tecnicamente não tinha nada, mas como não havia nada de tipo algum, aquele nada significava alguma coisa.

A realidade de quem chega no corpo de tropa para trabalhar era horrível, não era tão horrível porque também, ninguém sabia lá fora, então se ninguém sabia lá fora agente então aos poucos ia ficando tão bons quanto os outros porque ninguém sabia nada também. Mas a verdade é que prática e teoria não se davam muito bem, nós tínhamos uma prática que nos fazia pensar assim: “não valeu porque que eu aprendi aquilo”, às vezes até no próprio ensino regular temos os questionamentos de para que estudar algumas disciplinas como matemática, física, a realidade prática nos colocava diante de uma situação indicava que nós não sabíamos nada e que também não tinha muita coisa a aprender porque os outros também quando agente consultava, pedia alguma orientação, praticamente não tinha, a não ser pegar um outro modelo, quando tinham esse cuidado de dar alguma coisa que já tinha sido feito. Eu me lembro de um oficial nosso muito importante, muito competente, ele que tinha um livreto de técnica de ensino e até aquele momento eu ainda não era muito letrado nas questões das técnicas, e eu me lembro que eu pedi para ele emprestado o livreto dele e nunca consegui ter acesso a essa apostila, ele jamais possibilitou esse acesso, para ficar talvez com o conhecimento só para si. “eu não aprendi nada e não tenho nada para “copiar”.

Sem querer se prender muito nessa questão do pânico diante da realidade prática, que não houve tanto pânico assim, porque até a realidade criminal na época era muito incipiente, então íamos fazer o policiamento, patrulhamento quase que numa prevenção suficiente para impedir que acontecessem os homicídios, os roubos, praticamente isso não existia nesses primeiros momentos. Isso diminuía um pouco o descaso da escola. Podemos concluir claramente que quando nós saíamos da escola se nós tivéssemos apenas aprendido a marchar e algo mais e garantindo ali o que o ensino médio tinha nos dado era suficiente para exercer a função e depois de um ano se tornar até um *expert* em polícia na realidade prática. Então, a escola, do jeito que vinha se desenvolvendo até então era melhor riscar do mapa para evitar despesas e gastos, investindo-se mais na realidade prática.

ENTREVISTADOR – *Quais foram os momentos mais significativos de mudanças curriculares na prática pedagógica da APM?*

ENTREVISTADO – A APM, antes ainda CFA, permaneceu muito tempo nessa realidade pouco técnica e pouco pedagógica, porque as coisas iam se repetindo, os alunos que se formavam repetiam as mesmas regras, porque na prática o corpo docente não havia avançado muito, parecia que era suficiente repetir o que tinha feito, então, perdurou muito tempo essa

realidade principalmente com relação a esse planejamento feito para 3, 4 ou 5 anos, colocava-se as matérias, os assuntos, os objetivos e parece que isso não tinha dinâmica nenhuma e que não ia se chegar a lugar nenhum, não tinha que fazer nenhuma mudança enquanto perdurasse aquele tipo de planejamento.

Durante muito tempo a escola viveu em total alheamento às técnicas, às orientações científicas a cerca de planejamento escolar, administrativo e assim por diante. Mas, teve o advento de uma lei que o exército intervinha com seus inspetores dando algumas instruções para o ensino, nesse momento houve algum avanço, porque o exército trazia seus planejamentos, orientando diretrizes sobre como fazer um plano geral de ensino, e nesse tempo houve um primeiro avanço e que não mudou muita coisa, porque, dentro ainda daquela filosofia de se copiar o que foi feito, pegando-se o manual que o exército mandava e adaptava-se razoavelmente alguma coisa que era da realidade da PM e ficava quase que integralmente voltado para as matérias de cunho militar e ainda permanecia nesse processo de passar 5 anos com o mesmo planejamento, que era minimizado pela inspetoria geral da IGPM mais ou menos em 1967.

A prática das inspeções só se desenvolver, talvez 5 ou 6 anos depois é que começaram a ser regulares e com algum tipo de qualidade, tipo: o inspetor conversar com a escola, ouvir um relato do comandante da escola, do instrutor da escola, começou-se a ter uma força prática mais ou menos em 1975, 1976 é que essa prática, embora extremamente incipiente porque era quase que, manda quem pode e obedece quem tem juízo. E assim funcionou-se por algum tempo. Então esse foi o primeiro avanço, mas, de um modo geral a realidade do ensino policial militar é bem diferente do ensino fora das Academias militares, porque os padrões são tão rigorosos, mesmo depois de um longo tempo estava arraigado nos instrutores a sistematização do ensino. Ficando insistindo nas mesmas atitudes. O próprio corpo docente era doutrinado a entender que aquilo era o máximo em matéria de educação.

Houve muita melhora antes mesmo de eu chegar ao comando da APM eu já percebia que o nível intelectual dos alunos era “excelente” havia alguns alunos que não eram tão bons assim, porque havia grande ingerência na seleção, às vezes 50% eram os mais capazes e 50% eram os que os Coronéis entendiam que deveriam ser os melhores, e isso foi deixando a escola ainda com muita confusão nesse aspecto, mas, há de se entender que havia grandes avanços, mesmo assim eu cheguei a encontrar ainda uma Academia bastante depauperada em termos de técnicas, em termos de planejamento, em termos de trabalhar com os princípios e os conceitos de coordenação, supervisão, controle, orientação pedagógica, praticamente isso ainda estava extremamente frágil, se havia alguma coisa era mais de professores que embora fossem bastante competentes a nível geral, particularmente eles não tinham ainda muita experiência, muito contato para poder orientar de forma excelente a própria escola a mudar alguns padrões.

ENTREVISTADOR – *Num sentido político, nós vivemos períodos bastante diferenciados ao longo dessas fases que o sr. está narrando, na sua concepção que influência as ideologia perpassadas por essa época, tiveram no nosso currículo e em nossa formação e ainda que tipo de critérios eram usados na escolha dos melhores professor/instrutor para ministrar aulas na nossa escola, principalmente no nosso CFO?*

ENTREVISTADO – 1º lugar com relação ao tempo em que ainda vivíamos sob o signo do comodismo, das preocupações com intencionalidades, isso sem dúvida nenhuma influenciava muito

o currículo. As matérias eram: informações, contra informações, guerrilha, contra guerrilha,

havia uma ênfase muito grande nesse tipo de matéria, isso de certa forma minava, e muito, os nossos currículos, os professores/instrutores acabavam se tornando deuses de uma realidade ensino que não deviam ser, e isso sem dúvida nenhuma interferia muito nos currículos e empobrecia muito a formação geral do oficial. Não havia preocupação no aprofundamento em disciplinas importantes.

Com relação a escolha de instrutores por muito tempo o instrutor era escolhido por ser o mais caxias, o mais rigoroso e às vezes até cruel na sua maneira de conduzir a instrução e esses eram vingados. O grave que eu percebia nisso mesmo antes de ser comandante da APM, talvez até atuando em outras áreas, eu percebia que “eram cegos, guiando cegos”, quer dizer, entravam todos os instrutores com nenhum padrão de conduta, é como se falasse bate e todo mundo matava.

Uma certa feita, em um policiamento em Trindade - GO, meu Comandante se irritou com alguém e trouxe essa pessoa mas sem muito aparato, estava tirando, os soldados que estavam patrulhando vieram e começaram a espancar o cidadão. Então era exatamente isso que agente percebia em relação aos instrutores e o grande valor que o instrutor tinha que ter era de ser caxias, rigoroso, até mesmo cruel, então a Academia sofreu muito também por esse critério que prevaleceu por muito tempo.

Foi muito difícil mudar esse critério. Uma coisa também fundamental é que além desses critérios concentrados numa virtude só, eu tinha a noção de que um instrutor da Academia deveria ser no mínimo capitão porque tinha experiência, já tinha outras noções de educação além das que a pedagogia passa tecnicamente, mas, isso não prevalecia, por muito tempo, até hoje talvez nós temos muitos instrutores lá que são tenentes, quer dizer em razão da demora para chegar ao posto de capitão um tenente conforme o tempo dele já tem uma boa experiência.

ENTREVISTADOR – *Depois dessa trajetória toda e desse tempo colocando em prática, segundo o sr. mesmo os pseudos conhecimentos adquiridos na escola, o sr. então se descobre um educador e começa a voltar o seu tempo e sua preparação voltada para as preocupações do nosso ensino e nos parece que o sr. vai buscar fora alguns conhecimentos e retorna para a escola com a intenção de intervir.*

ENTREVISTADO – Após ter falado muito sobre o tradicionalismo da educação na Academia ou na Polícia Militar em geral eu gostaria de dizer o seguinte, num determinado momento fui designado para fazer um curso no exército, depois de realizar o curso de letras, fui então fazer o Curso Psicotécnico Militar do exército, um curso de psicologia condensado, e eu pude perceber, aprender, sentir e verificar muito mais dos senões que estavam acontecendo no ensino aqui, diante do que eu conheci e do que eu observava a psicologia orientando não era exatamente o ponto da pedagogia mas ensino é por excelência psicologia e com esse aprendizado voltei para Goiânia no começo de 1981 já na condição de Major sem ter ainda um lugar definido para servir e produzi ao comandante geral para que me mandasse para a APM, em decorrência da experiência que eu tinha.

Estando já na APM me designaram como Chefe da Seção Técnica de Ensino, fui observando para trazer algum tipo de mudança. Ainda perdurava o Plano de Curso para 5 anos e fiquei

preocupado quando vi que ainda acontecia a falta de planejamento curricular, o que nos

causava uma certa estranheza porque nós convivemos num ambiente de ensino do exército onde o plano era dinâmico que durante o ano ia sendo alterado diante das observações negativas ou de procedimentos inócuos que eram percebidos no decorrer desse ano letivo.

Havia uma heterogeneidade nos alunos, alguns muito fracos, outros bons, e eu fiquei um pouco assustado de entender que nós teríamos que formar aqueles alunos tão fracos que estavam já no final do curso. Tentamos fazer algo para melhorar aqueles alunos, mas, certamente não íamos conseguir e conseguimos muito pouco. Conseguimos que eles estudassem mais do que eles estudaram nos 3 anos porque nós colocamos em evidência a possibilidade de reprovação, que praticamente não existia na escola, a escola era muito dura, muito exigente, muito rigorosa, mas o essencial que era reprovar quem não tinha a qualificação para se tornar um profissional, isso não acontecia.

Percebi que a seleção tinha que ser mudada, a seleção não podia lançar dentro da Academia alunos com tantas diferenças, pois os alguns alunos acompanhavam bem, outros mais ou menos e outros não acompanhavam nada, me deixando assustado com a situação, então uma das propostas foi mudar a questão da seleção, teria que entrar na Academia quem realmente tivesse o melhor perfil dentre aqueles que se apresentassem para a seleção. Criei dificuldade para minha própria carreira, pois dificultei a ascensão daqueles que não tivessem condições de serem aprovados.

Tive a coragem de assumir a luta e teve várias pessoas que entenderam que a luta valia a pena como o meu Comandante, que me deu todo apoio. Além da seleção tinha o aspecto dos professores, havia professores que não estavam agradando de forma alguma aos alunos, porque não estavam ajudando os alunos crescerem, procurei fazer inquéritos pedagógicos. Com todo o prestígio que o professor tinha com oficiais e o próprio comandante, consegui tirar alguns medalhões.

A grande força é sensibilizar, é entrar em sintonia com a importância do que se está fazendo, com a função social que a sua vida vai alcançar, então isso não acontece por imposição e sim por inspiração, alguém precisa ser inspirado a entender que esses valores são imperecíveis e que não podem fugir do nosso dia a dia, da realidade da nossa vida, então outro ponto que nós vencemos e que conseguimos dar uma boa contribuição para a Academia foi isso, os professores tinham agora o crivo do Inquérito Pedagógico da opinião do aluno e se o aluno reincidentemente deixasse claro que o professor não servia ele seria dispensado, deixando o aluno acima de qualquer coisa, esse é um princípio que nenhuma escola vai vencer se não for observado.

A partir de 1982 nós começamos a trabalhar com currículos e planos de matérias que se atualizavam no próprio progredir do ano letivo e isso sem dúvida nenhuma representa um excelente avanço no ensino porque a partir daí começou-se a prestigiar o profissional da pedagogia, aquele que trabalha com administração escolar, deixando-se definitivamente de fazer as coisas de forma empírica e improvisada. O ponto mais expressivo é o ponto da disciplina compatível com a necessidade do ensino.

Me lembro ainda, no 1º ano da APM como Chefe da Divisão de Ensino, que o instrutor de Educação Física fazia questão de dar aula com os alunos sem camiseta sobre o asfalto quente de 1 ou 2 horas da tarde, uma coisa totalmente absurda, então esse tipo de praxe que as

peessoas talvez nem imaginem que elas existiam, nós presenciamos e fomos coibindo,

coibindo, mas, continuamente merecendo reparos nos tradicionais (fariseus) que não queriam de forma alguma mudar aquela mentalidade, mas nós conseguimos pois estivemos 2 anos como Chefe da Divisão de Ensino e mais 2 anos como Comandante da Academia, isso nos deu um bom tempo para poder obstinadamente fazer com que as coisas tomassem novo rumo. Acreditamos que isso tenha acontecido até porque hoje nós vemos uma Polícia Militar com o ensino bem aprimorado.

Depois de todas essas tentativas de mudança, assumi o Comando da APM e o Comandante da APM assumiu o Comando Geral. Isso facilitou a preservação do que estava sendo feito como:

- Seleções rigorosas;
- Planejamento condizente com a pedagogia;
- Os melhores professores;
- Abolição das práticas que impediam a ambiência apropriada ao ensino.

E além do mais tudo isso nos facilitou a buscar nas Universidades profissionais da pedagogia, da psicologia para trabalharem conosco, a academia virou um centro cheio de estagiários e profissionais na área da educação o que facilitou e muito a implementação de nossas idéias e tornou-se comum verificar na academia o transitar livre de professores que também transitavam nas faculdades dando um colorido todo especial à qualidade do nosso ensino e o mais importante de tudo isso é que ouvíamos de alguns desses profissionais eram palavras de admiração pelo que estavam vendo na academia e significa que nesse pouco de transformação o retrato da academia que já era bom pelo lado que não é muito expressivo, da disciplina, da conformação, se tornou aparentemente excelente em função do cuidado pedagógico, da administração condizente com o sentido científico.

Como dizia SNIC “não há ventos favoráveis para quem não sabe para onde ir”, no momento que estabelecemos um rumo, nós podemos contar com muitos favores, na nossa vida profissional, no nosso apego ao ensino que é uma paixão, porque ensino hoje é paixão, em qualquer momento da minha história como homem, se alguém estivesse disposto a me ouvir sobre o ensino eu vou falar sempre com muito prazer, porque um dia eu me apaixonei por essa questão, talvez não tenha tido tantos favores das parcerias fora da academia, por exemplo, que talvez pudesse ter me dado um patamar bem expressivo como conhecedor do ensino.

Dentro dessa linha de raciocínio, me lembro que no Paraná a APM o ambiente era extremamente inspirativo e não era só a academia, os professores também eram inspirativos, eu dizia para mim mesmo, em alguns momentos, se eu ficasse numa polícia dessa, eu ia me tornar um profissional de polícia internacional, isso é só para destacar a importância do ambiente de formação e aprendizagem. É preciso ter muito modelo importante girando em redor dos pequenos papéis, tem que se explorar todas as possibilidades do aluno. Tudo que alguém dizia e que nós entendíamos que seria útil para facilitar esse fluxo ensino/aprendizagem nós adotávamos quase que de qualquer forma.

ENTREVISTADOR – *Cel Rubens é importante para nossa pesquisa identificar se ao longo desse período, em todas as fases que o Sr. conviveu com o ensino da Polícia Militar se o Sr. percebeu ou percebia esse patrulhamento ideológico e que influência isso teve, se é que teve,*

na autonomia do saber do professor enquanto planejava suas aulas, tinha um certo patrulhamento ou se esse professor/instrutor tinha uma certa autonomia embora toda ideologia que perpassava os currículos e os programas de matérias.

ENTREVISTADO – Quanto a isso é preciso lembrar que no âmbito da caserna ordem dada é ordem executada, então novamente as idéias que devem ser veiculadas já são naturalmente criados pela cúpula, independente de saber se houve essa preocupação de eliminar exíguos ideológicos, independentemente disso quando chegava na mão do instrutor um determinado assunto era para ele desenvolver, só não consegui perceber durante todo o meu tempo na Polícia Militar, de 1964 até 1995, que houvesse alguma coisa pré-estabelecida para impedir que oficiais falassem tal coisa, ou tomassem certas atitudes, isso eu nunca vi nem como oficial, nem como praça.

Mas o que se percebia era diferente, embora admita que possa ter havido uma filtragem naquilo que deveria chegar aos ouvidos do aluno de um modo geral. O professor tinha plena autonomia no que ele falava, ele não dependia inclusive de fontes bibliográficas orientadas pela escola, mais tarde talvez pelos anos de 1976, 77, 80, houve alguns assuntos que o exército andou distribuindo para a corporação para que servissem de doutrina para o pessoal, mas mesmo assim nossa corporação, posso dizer com certeza que não sofreu reflexos desse tipo de conduta, mas o básico é que o professor tinha total autonomia para dar sua aula, porque não tinham planos que determinavam o que ele tinha que dizer, o objetivo que iam alcançar. Ele tinha o assunto e desenvolvia com objetivos que ele mesmo entendia que deveria alcançar, então aparentemente paradoxal mas verdadeiro, nunca percebi como aluno nem como oficial essa tendência em impedir determinados tipos de praxe e de idéias serem veiculadas, embora devo declarar que no quartel a coisa já podia chegar filtrada e certamente chegava e nós simplesmente estávamos vivendo uma realidade, naquele tempo vivíamos uma vida muito segregada, não havendo risco de ideologias comprometerem o seio da tropa.

ENTREVISTADOR – *Como o Sr. hoje vê o nosso Curso de Formação de Oficiais, como está o seu desenvolvimento, qual é a qualidade, o CFO de hoje é o CFO dos sonhos do Maj Rubens, do Ten Cel Rubens, do Cel Rubens, do Comandante Rubens, quando ele passou a ter a intervenção direta e mudou a história do nosso ensino, ela chegaria nesse princípio de século da forma que ele imaginou. A nossa história hoje sofre mais uma modificação direta, ainda não sei se nos currículos, mas pelo menos na prática enquanto estrutura, instituição vinculada a certos órgãos, nós estamos hoje assistindo o nascimento de uma Superintendência Estadual de Segurança Pública, onde, sob sua égide estaria a nossa histórica Academia, a Academia da Polícia Civil e a Academia do Bombeiro, nesse sentido pelo menos a nível de direção setorial, de comando vinculado à Polícia Militar perde um pouco da sua identidade. Na sua concepção que reflexos o Sr. já vislumbra?*

ENTREVISTADO – Em 1º lugar eu quero dizer que avaliar a qualidade do oficial de hoje ela passa por um crivo muito sério, uma coisa é você ter na Academia os ensinamentos, orientações e recomendações adequadas, outra coisa é quando o oficial é lançado no trabalho, eu entendo que há muito tempo nós carecemos de compatibilizar o ambiente acadêmico ao ambiente da realidade operacional, e isso tentamos de várias formas algum tempo, tentando mandar o Aspirante para um lugar onde ele vai se adaptar mais para que no confronto com a realidade operacional não houvesse nenhum trauma muito sério, então isso sempre foi uma queixa que agente acompanhou quando Comandante da Academia e tentando minimizar

fazendo contatos, levantando entre os formandos onde desejaria servir até para facilitar a sua adaptação a nível profissional, então para dizer da qualificação, do rendimento, do desempenho do oficial atual tem esse aspecto.

Hoje eu vejo que o Asp. Of. está saindo melhor preparado, no entanto a realidade “lá fora” não mudou muito, mudou algumas coisas, com a tecnologia. Não dá para definir se as coisas estão perfeitas ou bastante razoáveis, nos demais aspectos, tenho uma experiência com o meu filho que é tenente e de outros oficiais, acho que eles não estão encontrando um ambiente que facilite a inspiração para que cada um ande de modo próprio, porque uma corporação quanto maior seja ela, quanto mais o homem for convicto do que ele tem que fazer, do papel que ele tem que desempenhar, quanto mais tranqüila será a organização, agora, pelo que eu percebo na corporação, pela questão de inversão de valores, então esse tipo de contra-senso que é nítido na corporação, isso não ajuda o ambiente para crescimento de ninguém, principalmente no desenvolvimento atual da realidade social onde todo mundo está carente de avançar, de ter um melhor salário, nesse ponto acho que os tenentes estão enfrentando uma realidade parecida com a que você, eu e outros receberam como legado depois da academia, então, não tenho dúvida que o Asp. Of. está saindo melhor preparado.

Mas, se é melhor o Aspirante, o ambiente na minha opinião é muito pior, é desastroso para o Aspirante e para o Tenente viver nesse ambiente, porque no meu tempo eu já sabia que daqui a dois eu seria 1º Tenente, daqui três anos vou ser Capitão, quer dizer eu programava a carreira. Hoje não se alguém tem algum tipo de simpatia de alguém fatalmente ele já tem que fazer um outro tipo de roteiro, então eu acho que nesse ponto para realidade de crescimento Aspirante do Oficial a PM hoje está frágil porque as leis que vieram e que foram ajustadas cada vez mais aos interesses de quem já alcançou sua notabilidade necessária, elas destruíram a possibilidade de criar o voto próprio que eu estou falando muito nisso, do homem aprender, ser doutrinado, treinar e de uma hora para outra falar, eu sou polícia e vou ser polícia independente de qualquer coisa, então, você solta o homem, não como soltava antigamente, pegava o soldado dava-se dois dias de instrução para ele punha um fuzil em suas mãos e mandava ele para longe, mais ou menos parecido com isso, com essa possibilidade de eu mandar para qualquer lugar e saber que ele vai cumprir o seu papel, porque ele não tem obrigação de estar sob o chicote da corporação, ele tem a obrigação e aprender a consciência de que ele tem que estar sob a compulsão do dever e isso dificilmente vai ser alcançado nessa geração de oficiais agora, embora eu devo declarar sem nenhuma dúvida que são muito melhores os Aspirantes hoje do que a sua turma foi, a minha turma foi e outras turmas foram.

ENTREVISTADOR – *Então eu posso concluir dessa 1ª intervenção do Sr. nessa pergunta que a escola tem cumprido seu papel, os currículos propostos, a organização, o planejamento tem cumprido seu papel, a instituição é que não tem fornecido um ambiente necessário para que esse profissional fruto desses currículos coloque em prática esses conhecimentos adquiridos.*

ENTREVISTADO – Eu não tenho a menor dúvida e acho que quem tem dúvida disso é um para a sorte da segurança pública, porque é como se agente tivesse trabalhado, aumentado o conhecimento do oficial, aberto um leque bem significativo de conhecimento para ele, humanísticos, sociológicos, etc., e daí um pouco você chega a uma escola que nós entendemos como quase ideal, pelo menos dentro da conjuntura nacional, dentro da realidade brasileira é uma escola sem muitos reparos, aí você faz a seguinte pergunta: pois é para que?

Eu pego todo esse pessoal que eu aprimorei, que eu delicadamente fui polindo, cuidadosamente fui tirando as arestas e o coloco num ambiente onde, ele está sem perspectiva, ele está vendo inversões de valores sendo estabelecidas e totalmente desmotivado, ao invés de se preceder um ambiente que o estimule. A Polícia Militar do Estado de Goiás não está dando nenhum incentivo para os Aspirantes, tenho pouca dúvida disso, porque eu tenho um filho que não tem o menor interesse mais pela Polícia, vai aguentar porque tem uns trocadilhos que ele está ganhando e não pode levar mais punição, mas ele não tem mais nenhum interesse em ser Capitão.

Então é esse ambiente que eu estou falando que é totalmente desfavorável. É como se eu estivesse preparando um grande banquete e chamo a tribo lá da Nova Guiné, ele não vai nem saber apreciar esse banquete, vai até abandonar a mesa e vai comer lá das suas raízes, então é mais ou menos isso que está acontecendo, o pessoal nosso está preparado para um banquete especial, nós lutamos tanto por isso, toda escola lutou tanto por isso, a PM é assim, nós somos apaixonados pelo que agente faz, quando nós nos apaixonamos nós levamos a coisa a sério em tudo. Então, hoje nós temos um aluno formado com qualidades excepcionais, com capacidade de se dar bem em qualquer empresa pelo que a escola tem feito, pelo ambiente que a escola acabou alcançando, agora, não adianta fazer um produto excelente e colocá-lo na prateleira onde quem vai comprar não tem condições de comprar e nem de apreciar o valor daquela mercadoria.

Com relação a essa história de união das academias que num determinado momento nós chegamos a lutar, fomos até o governo para impedir que isso acontecesse e na visão de muitos ainda hoje a nossa postura é mais postura tradicionalista, é uma postura de quem não quer ver as coisas se modernizar no que eu nego peremptoriamente e gostaria de debater com quem pensa dessa forma, eu tenho certeza que o destruiria a tese dele nesse aspecto, pela nossa história, pela nossa força, pelos cuidados que nós tivemos e pela mente aberta que nós temos de fazer evoluções, nós não temos nenhum tipo de dado histórico profissional, de vida profissional onde esteja assinalado que nós sejamos cerceadores de avanço, o que nós estamos percebendo é uma caminhada um pouco precipitada, coisa de adolescente, vamos dizer assim, tentando usar a Polícia Militar de Goiás como cobaia na unificação dessas forças, Polícia Militar e Polícia Civil e que eles precisam dar alguns passos e não estão querendo saber que passos vão dar e como decisão nesse sentido, está rodeado de quem aplaude com facilidade, de louvores fáceis, de capachos vamos dizer assim, fica fácil e também de gente que não entende da matéria e de gente da nossa área que não tem compromisso, além de não entender bem do assunto, não tem compromisso com essa história que você, eu e outras pessoas temos a muito tempo com essa história.

No final dessa história, isso vai acabar parecendo que não houve nada, porque não vai ter mudança nenhuma, não vai alterar nada porque todo mundo sabe que as mudanças que precisam ser feitas para que a Polícia seja mais eficiente não passam por esse tipo de bobagem. Eu vou quebrar toda estrutura que já vem se aprimorando, alcançando seu estágio ideal como a academia, agora vem a ingerência de quem não tem história, é tão difícil falar sobre isso porque a gente percebe que são pessoas que caíram de pára-quedas na história da PM isso é que é angustiante, agora intervêm entendendo que tem que colocar uma Superintendência para englobar tudo, ora gente esse povo que não é Polícia Militar, com todo respeito ao pessoal da Polícia Civil, esse povo nunca teve ensino que tivesse algum significado, eles mesmos falam isso, já cansei de escutar, agora, vem de uma hora para outra se juntar a um ensino que já está pronto, acabado e com um caminho mais ou menos

estabelecido para avançar para estágios mais favoráveis aí vem e mistura essas coisas, não acredito nunca que essa mistura vai dar alguma coisa boa.

Quando a PM começa a perceber que algo dá certo aí vem alguém e diz que quer ser parceiro, ora, conforme o parceiro estamos dispensando o parceiro. Outra coisa que está passando despercebido pela PM é que, do jeito que as coisas estão acontecendo vamos caminhar para uma polícia civil, o que não está percebendo é que a Polícia Militar se insurgirá naturalmente. Então, tudo isso vai passar para a Polícia Civil como a que deu certo, alguém que não foi descaracterizado como nós. Os mais importantes decidiram concordar com esse papel com leis que ignoram tempo de duração, o que se destaca disso tudo é que nós lutamos, tentamos melhorar, conseguimos alcançar um excelente estágio e agora não teremos nem mais o respaldo da nossa história e da nossa tradição. Nós vamos agora, ter absorver e engolir o sapo com girinos, tudo que empurrarem goela abaixo, para poder assistir uma tentativa de solução que não é a ideal.

O que está provado é que estamos numa guerra e estamos a cada dia tentando aprender com a guerra, uma guerra onde, bandidos estão lá fora e estão entrando em nosso meio também, porque é todo mundo feito no mesmo barro, e esses bandidos estão aí infiltrando, trazendo problemas e nós estamos corrigindo, corregedoria, punição, expulsão e tudo isso para que? Para chegar alguém e falar vamos unificar esse povo aí, esse negócio de polícia militar não existe isso mais não.

A gente fica muito empolgado com essa conversa, porque sabemos que se tiver uma voz dentre esse pessoal da ativa reagindo, uma voz que fosse realmente ativa, mas, a grande maioria que está aí não pensou em que a Polícia fosse grande um dia, “ele pensou em ser grande de qualquer jeito”, então lamentavelmente nós estamos caminhando para isso, mas não devemos nos render.

2. Coronel PM Eurípedes Barsanulfo Lima

Ex-Instrutor da Academia de Polícia Militar de Goiás

ENTREVISTADOR – *Qual foi a evolução histórica do CFO da PMGO ao longo da sua história em que o Sr. participa com enfoque centrado na evolução curricular desse curso. Na sua ótica o que foi o CFO ao longo de sua carreira e sobre ainda questões de documentos que V. Sa. tenha tomado conhecimento? O CFO vive ciclos que a meu ver, podem ser definidos em 4 etapas:*

ENTREVISTADO

- a. Quando o DIM – criou o curso de oficiais com modelo efetivamente militar que por sua estrutura frágil veio a encerrar suas atividades em poucos anos, de 1951 a 1956, se não me falha a memória, onde nós entendemos que sua estrutura era muito frágil e não atendia aos interesses da corporação, embora pudesse ser já um princípio de tudo que nós vimos hoje.
- b. Nós temos numa segunda fase que ele foi aquele curso reiniciado em 1966 onde ele tinha um aspecto técnico, tinha uma administração militar e era um curso de complementação em nível de 2º grau, onde se era exigido apenas o 1º grau e o aluno oficial quando concluí o curso tinha o diploma de 2º grau e ao mesmo tempo um curso técnico.
- c. Logo que iniciamos a partir de 1972 – o reconhecimento para o CFO à nível de 3º grau. Onde nós entendemos que foi uma das maiores evoluções. Reconhecido pelo antigo Conselho Federal de Educação. O reconhecimento estabeleceu melhoras para o oficial, onde o ensino policial foi colocado como atividade principal do curso, embasado em matérias do ensino fundamental, o que possibilitou um conhecimento ao futuro oficial dos assuntos que na realidade envolvem a atividade policial militar: a atividade administrativa, atividade humana, atividade jurídica, um curso que ainda hoje está sendo ministrado e que nós entendemos que ao longo desse processo desenvolveu bastante e que hoje dá uma melhor formação ao oficial, embora uma pesquisa que nós fizemos em 1995 junto com setor de psicologia da polícia militar, vimos que todos os cursos da corporação, inclusive CFO procura dar uma formação muito genérica ao policial militar e a grande necessidade de mudança que nós notamos é que ele precisa na atividade fim dar uma profundidade melhor ao curso, onde o oficial realmente possa entender com mais profundidade a sua missão. Precisamos nos aprofundar mais naquilo que é a atividade fim da corporação.
- d. E nós entendemos que a última fase, que está por iniciar, que a exigência de um Curso de nível superior para oficiais e o CFO ficaria como um curso técnico seqüencial. A dificuldade inicial seria abrir as possibilidades para Curso Superior, porém questionou-se dificuldades.

Essas quatro fases de forma sintética conseguem identificar toda trajetória do nosso Curso de Formação de Oficiais.

ENTREVISTADOR – *Que processos e procedimentos didáticos pedagógicos foram e são adotados no CFO e que o Sr. considera diferentes ou não de outros estabelecimentos de ensino superior e outros cursos?*

ENTREVISTADO – Os processos militares estão sendo conhecidos pelo CPMG's, onde nós tivemos o início dessa atividade com a sua pessoa, como primeiro comandante e que pôde colher esses dados mais de perto. A sociedade como um todo, não tinha noção do que é a disciplina e o que provoca em termos de rendimento dentro de qualquer formação.

O processo militar portanto, na nossa academia sempre possibilitou isso onde o aluno tem uma frequência não com o objetivo de conseguir o diploma mas ele frequenta com o objetivo de consolidar uma profissão, então nós temos para destacar nesse processo algumas atividades como o problema de formação e de exigência por exemplo, numa escola comum temos uma exigência nível 5,0, onde a APM exige como formação normal o nível 7,0. Os procedimentos didáticos pedagógicos adotados carece um pouco mais de uma uniformização, nós acreditamos que existem professores que adotam uma corrente pedagógica de ensino que é aquela corrente tradicional, onde o professor é o dono da matéria e ele procura conduzir com uma certa autocracia a matéria, outros, já procuram ser bem mais liberais, permitem uma participação maior do aluno e eu acredito que é nesse sentido que nós temos tido um maior progresso, na medida em que velhos professores que adotam aquele modelo tradicional estão diminuindo, nós temos tido um melhor avanço.

ENTREVISTADOR – *Qual a sua liberdade de trabalhar os conteúdos na PM?*

ENTREVISTADO – Nós tivemos uma grande evolução neste setor. Evidente que a liberdade era quase nenhuma no início onde o professor/instrutor recebia o programa (plano de unidade didático) já com todos os programas que tinham que ser abordados e tinha a obrigação de seguir aquilo que estava previsto no programa da matéria. Posteriormente professores e instrutores foram fazendo sugestões e a própria escola foi sentindo que os resultados a partir daí são bem melhores, trabalhos foram feitos a respeito disso, comissões de revisão foram também se debruçando sobre este assunto e hoje temos uma realidade diferente onde o professor e instrutor participam ativamente na reformulação dos conteúdos programáticos das matérias. A realidade atual é essa.

ENTREVISTADOR – *Na sua capacidade de percepção, qual foi a ênfase que esses currículos deram ao longo de sua história?*

ENTREVISTADO – Acredito também, que neste setor tivemos uma evolução, nós tínhamos no início da década de 1970 um conhecimento centrado tão somente nas experiências científicas, no conhecimento técnico a matéria era consolidada em termos de manuais, então os autores dos velhos manuais centravam aquele conhecimento que era passado para os alunos

como se fosse um conhecimento acabado, definitivo e que não pudesse ser melhorado. Ao

longo dos anos vimos que o sistema Behaviorista onde o aluno era moldado a um comportamento que a corporação exigia dele, uma prática que ao longo dos anos foi diminuindo até porque o que se conta muito hoje exatamente é a experiência do próprio aluno e hoje nós vimos que estamos praticamente num conhecimento misto onde se aproveita aquele conhecimento científico que já se conseguiu consolidar numa disciplina junto com a experiência do próprio aluno, eu acredito que nós temos exatamente o modelo misto.

ENTREVISTADOR – *Que perspectivas o Sr. percebe o que nós podemos esperar para o futuro Curso de Formação de Oficiais?*

As mudanças sempre sofrem resistências, o convênio com a FACH, o seu insucesso deveu-se basicamente a um modelo onde, o aluno tinha um modelo civil num determinado horário do dia e um modelo militar num outro horário e assim ele vivia em dois momentos diversos com orientação totalmente diversa e com um controle também que não era centralizado, um controle duplo. A organização na realidade não nenhum controle, a meu ver, esse foi o principal motivo do seu insucesso que provocou um retrocesso e naquela época nós já podíamos ter era exigido o 3º grau completo que talvez nós tínhamos caminhado para hoje um modelo mais aprimorado.

Essa situação da Academia Estadual de Segurança Pública, em lei já consolidada mas que na prática ainda não está estruturada porque depende de uma estrutura ainda a ser montada e que está sendo conquistada, ela tem possibilidades de melhorar, porque nós temos uma Academia de Polícia Civil que tem um contato com a Universidade em Curso de Pós-Graduação e nós temos um ensino na Academia de Polícia Militar que é um ensino que pode contribuir.

O Ensino do Bombeiro nós sabemos que eles formam os oficiais em outras Academias de outros Estados. Está iniciando uma experiência de convênios com a Universidades, praticamente é o início então não tem muita coisa a nos somar. Então eu entendo que essa Academia única ela pode perfeitamente se vinculada às nossas Universidades. Ela tem condições de modelar um ensino onde se possa aglutinar as vantagens de cada setor, o sucesso ou não desse novo empreendimento ele vai depender da forma como ele for conduzido, é evidente que existe por parte das corporações uma enorme resistência que foi de certa forma vencida com a modificação legal, portanto, acreditamos que a volta ao sistema anterior é muito difícil ocorrer.

O sucesso ou não, num primeiro momento, vai depender da forma como for conduzida, tem possibilidade de juntar as experiências de cada setor e nós termos um ensino onde, a integração seja uma constante. É evidente que se isso acontecer nós termos uma nova Academia com um resultado que promete ser bastante proveitoso, eficiente e que traga resultados concretos positivos para a sociedade.

ENTREVISTADOR – *O momento da divisão dos oficiais e praças, o Sr. foi um profissional que na prática criou o CFAP. Fale um pouco dessa divisão. Quais as conquistas positivas? A retroatividade da PM no campo do ensino. Esse novo modelo trará frutos positivos?*

ENTREVISTADO – Num primeiro momento entendemos que Instituições não se extinguem, se aperfeiçoam. Se nós olharmos nesse sentido foi uma volta ao passado e com prejuízos a extinção do CFAP que, aliás, não foi nem tratada nessa Lei de Reforma

Administrativa do Estado onde, se extinguiu a Academia de Polícia Militar, a Academia de Polícia Civil e com relação ao Centro de Ensino do Bombeiro não se fez menção muito menos ao CFAP.

Entendeu-se que a APM englobava tudo e desta forma como se tratava lá de toda atividade de ensino da corporação, de forma tácita entendeu-se também que o CFAP estaria incorporado a nova Academia, nós acreditamos que não tem sentido manter somente os praças desvinculados da corporação.

Por outro lado nós podemos entender que o processo pelo qual foi conduzido essa mudança para a nova Academia Estadual pode também ser fruto de evolução na medida em que os Cursos de Formação de Praças tiveram um tratamento diferenciado da época em que existia a Academia de Polícia Militar com a formação de Praças e Oficiais, hoje nós temos desde o Soldado o ingresso na corporação com o 2º grau completo, ora, num primeiro momento nós acreditamos que o CFAP ele deveria se transformar num Centro Tecnológico de Segurança Pública, onde, a formação do Soldado, do Cabo, do Sargento ela fosse tida da mesma forma como nos CEFET's ao longo do país.

É um Curso Tecnológico porque nós temos no país uma mão de obra de segurança privada enorme e não se tem notícia de nenhuma escola com nível para poder preparar esses profissionais e em última análise porta uma arma e que precisaria de uma formação melhor para promover essa segurança privada. Então se nessa nova Academia os Cursos de Formação de Praças tiveram um modelo semelhante ao de uma formação tecnológica, acredito eu que será um avanço.

Mas se tiver um tratamento em que se coloca esse ensino de praça, essa formação, esse aperfeiçoamento num 2º plano se tendo uma preocupação tão somente com a formação do oficial, nós teremos a certeza de que aquela previsão inicial, que foi uma regressão está totalmente consolidada, então se essa nova Academia der uma formação praça a nível universitário, de ambiente de 3º grau, nós teremos a certeza que foi uma evolução. A segurança pública lida é com a preservação de segurança das pessoas.

ENTREVISTADOR – *O Sr. está satisfeito com a sua Polícia Militar? Desde que se entende por gente, desde quando soube o que era Polícia Militar e nestes mais de trinta anos vivendo como Policial Militar?*

ENTREVISTADO – Inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade em participar dessa pesquisa. Mostrando uma preocupação, como pessoa humana, como pai, e principalmente como profissional da corporação, em sempre se aprimorar e sempre trazer para o convívio dessas suas novas experiências a oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Eu não estou completamente satisfeito, porque nós sabemos que a par de modelos que vem sendo discutido pelo Congresso Nacional de qual seria a polícia ideal para atender a nossa sociedade, entendemos que a par de tudo isso de modelos, de rótulos, nós precisamos da destinação de verbas que permitam à corporação realmente cumprir a sua finalidade e que possa promover uma segurança onde as pessoas possam trabalhar e progredir em paz.

Em 1999 foi aprovada uma modificação em nossa Constituição que procurou esclarecer as especulações que existiam dos princípios que norteiam a administração, incluindo o princípio da eficiência dentre os demais princípios que regem a administração como: legalidade, moralidade, publicidade, entre outros, acrescentando o princípio da eficiência.

E o que é princípio da eficiência? É que a iniciação pública possa exercer sua atividade provocando no nosso cliente que é a sociedade, a satisfação de receber um serviço de qualidade, onde ele se sinta satisfeito com aquela empresa que está prestando o serviço.

Dentro desses princípios a administração pública a partir do Governo Federal criou um Programa de Qualidade do Governo Federal e Estadual, mas isso vem sendo feito de uma forma muito tímida, na qual os investimentos que na realidade precisariam ser destinados para essa modernização ou a administração, não estão a disposição, ou não foram eleitos como prioridade. Por tudo isso nós estamos também trabalhando numa dissertação de mestrado onde nós procuramos propor uma forma de prestação de serviço com mais qualidade porque entendemos que a sociedade não está satisfeita, ela respeita o trabalho do policial, por tudo que ele faz, por arriscar a sua vida no cotidiano em prol dessa causa nobre.

Mas os resultados nos mostram que são resultados que podem provocar satisfação nessa mesma sociedade, e nós como sociedade não estamos satisfeitos, e como profissional, se a sociedade não está satisfeita, nós também não podemos estar totalmente satisfeitos. Nós sabemos que os esforços estão sendo feitos, mas que precisam ser ampliados. Precisamos ter uma formação mais científica, precisamos avançar, o ensino é de boa qualidade, mas ainda carece de melhorias e tenho certeza que essa sua pesquisa vai revelar caminhos que nós possamos avançar, vai nos indicar caminhos que nós podemos realmente acrescentar alguma coisa a mais para que possamos, a médio prazo, atender aos reclames da sociedade de uma Polícia que tenha melhores condições onde os nossos profissionais estejam melhor qualificados em todo o seguimento da corporação.

3. Coronel PM Adailton Vieira de Lima

Ex-Instrutor da Academia de Polícia Militar de Goiás

ENTREVISTADOR – *Que tipo de ensino nós tínhamos quando o Sr. era aluno, que tipo de currículo e pedagogia que se aplicava, quando o Sr. retorna em 1980 ao CFA teve alguma modificação, o Sr. percebia já aluga evolução ou uma estagnação em relação à currículos e práticas pedagógicas?*

ENTREVISTADO – Durante meu CFO, participei da 2ª turma que passou a exigir o 2º grau completo, experimentando um novo currículo, com matérias de Direito, mas observa-se que na época predominava as matérias Militares.

ENTREVISTADOR – *Em relação aos professores instrutores*

ENTREVISTADO – Observamos que na década de 1970, os professores já tinham bastante liberdade quanto ao currículo, quanto as questões ideológicas havia uma certa restrição a liberdade do professor para tratar de certos assuntos.

ENTREVISTADOR – *Em relação ao currículo durante os três anos de curso*

ENTREVISTADO – Durante esses três anos tinha um currículo indefinido, após isso houve uma mudança de currículo que eu não tomei conhecimento pois eu estava em atividade operacional em outras Unidades, depois que retornei à Academia em 1980 já encontrei um outro currículo, mais voltado para a realidade da Polícia Militar, de atividade de policiamento com ênfase para o Direito. Já em 1982 tivemos uma revisão curricular onde buscamos subsídios em outras Academias de destaque no país, como a Academia de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, orientando nossos professores sobre a técnica e elaboração dos Planos de Matérias e as orientações a respeito do que nós queríamos do CFO, o perfil do oficial que nós buscávamos. Através dessas orientações e com esses subsídios das outras Academias foi feita a revisão curricular. Esse currículo deve ter prevalecido até a década de 1992 mais ou menos, quando houve uma nova revisão.

ENTREVISTADOR – *O Sr. se lembra se na implantação desse currículo em 1992, além de absorver as realidades e experiências de outras Academias e outras Polícias, o Sr. se lembra se nós encontramos alguma resistência por parte de professores, instrutores e da própria administração da escola e da direção da polícia militar, que influenciou o aspecto político, ideológico e administrativo que interferiram nesses momentos ou se foi uma mudança pacífica, acadêmica sem nenhuma influência externa?*

ENTREVISTADO – O pudemos perceber é que foi uma mudança pacífica sem influências, nós orientávamos somente sobre o aspecto técnico, buscando uma formação do oficial para trabalhar dentro de uma realidade de policiamento com uma ênfase muito grande para a área de Direito, já com uma preocupação na área de Direitos Humanos pois já existia a matéria no currículo. Não havia essa orientação aos professores sobre como conduzir essa questão, nossa equipe de professores

era um pessoal já antigo de casa, então tinham liberdade para tratar desses assuntos.

ENTREVISTADOR – *Quais foram as motivações que levaram a busca de uma melhor qualidade em nível de 3º grau o nosso CFO e quais foram os resultados dessa tentativa?*

ENTREVISTADOR – A motivação maior foi a procura da melhoria de qualidade do ensino, para que todos alunos/oficiais após formados já teriam o Curso Superior de Direito que é a formação mais a fim à área policial.

E nós tivemos a experiência em 1989, quando se iniciou um Curso selecionando bacharéis em Direito, um CFO de apenas 02 (dois) anos, foi uma única turma que nós tivemos. Mas não foi bem sucedido, porque o universo de escolha foi pequeno, pois tinham poucos bacharéis interessados, então a seleção não ofereceu aquela qualidade que esperávamos. Ao mesmo tempo iniciou um CFO em conjunto com a FACH, tendo um período de 04 (quatro) anos, onde, o aluno faria o vestibular na FACH como foi feito, faria paralelo o Curso de Direito e o Curso de Formação de Oficiais. Ficando as matérias da área de direito por conta exclusiva da Universidade e a Academia de Polícia Militar ministrando as matérias militares e policiais militares e outras matérias necessárias para a formação do oficial.

Foi também uma iniciativa não bem sucedida, porque observamos que o aluno uma vez na Faculdade ele ficava sob o controle exclusivo da Faculdade e observamos que não a mesma qualidade quando ministrávamos o ensino de Direito na Academia, dado o acompanhamento e o controle dos alunos e dos professores, na Faculdade às vezes o aluno matava aula, não um bom aproveitamento, às vezes até nas provas o aluno não tinha um aproveitamento que não era o real. Então, observando tudo isso retornamos o CFO de três anos ministrado exclusivamente pela Academia de Polícia Militar.

ENTREVISTADOR – *Quais foram os momentos mais significativos ao longo de sua carreira, passando pela STE, Subcomando da APM e DEIP?*

Servi na APM de 1980 a 1993, primeiramente na STE, inicialmente como auxiliar depois como Chefe da STE, onde eram feitas mudanças no currículo, acompanhamento dos professores e controle de provas, fazíamos um trabalho de controle do ensino.

Sempre tiveram liberdade na condução da disciplina. Tanto é que nunca houve de ser chamado um professor para orientar o contrário, nenhum professor teve problemas nesse aspecto.

No Sub Comando da APM, nos afasta da questão pedagógica e aproxima da questão disciplinar.

Em 1997, estava na DEIP, coordenando todas as atividades de ensino da Polícia Militar, ficando mais na parte de Diretrizes e Planejamento do Ensino e algumas visitas às Unidades/Escola da Polícia Militar de Goiás, então um acompanhamento mais através de relatórios.

ENTREVISTADOR – *Como o Sr. poderia sintonizar ou classificar a nossa escola quanto a sua prática pedagógica?*

ENTREVISTADO – Nós temos observado que o ensino militar em todas as escolas militares seja nas polícias militares ou nas forças armadas, onde quer que seja, eles pegam uma linha só. Classificar o ensino da polícia militar como pertencente a uma dessas escolas é difícil, pois nós pegamos um pouco de cada procurando a qualidade no final. Nós observamos é que o nosso ensino tem um controle muito em cima do professor com referência à administração do ensino e liberdade quanto à atuação dele no currículo, então o professor dentro da sala de aula tem toda liberdade para tratar da sua matéria. Mas ele tem todo aquele controle quanto a datas de prova, quanto a seguir o currículo, quanto a presença em sala de aula, então nós temos um controle do trabalho do professor mas não sobre o exercício da sua atividade quanto ao que ele vai falar ou o que ele vai ministrar em sala de aula.

No ensino civil o professor fica muito à vontade, a escola deixa totalmente para o ele o planejamento de suas atividades, provas, então todo contexto escolar gira em torno do professor, a administração escolar é um pouco apagada, diferente das escolas militares porque a administração escolar ela é atuante; ela planeja, coordena, controla, acompanha e faz inclusive pesquisas para ver a qualidade. A diferença está na administração.

ENTREVISTADOR – *Essa prática diferenciada só traz resultados positivos para o resultado final da formação ou esse controle por parte da administração escolar não deixa o professor inibido, diminuindo a autonomia do professor deixando às vezes numa situação desconfortável?*

ENTREVISTADO – O professor sério e vocacionado não fica, só aquele que está passando pela escola, acredito que possa ficar um pouco restringido quanto ao sistema de controle da administração militar. Tanto é que nós tínhamos vários professores de Universidade que davam aula na Academia, então eles diziam ter prazer em dar aula na Academia em razão da disciplina, do interesse dos alunos, daquele controle que fazíamos, então lá havia seriedade, lá ele exercia a sua profissão com gosto e com prazer.

ENTREVISTADOR – *E em relação à autonomia do professor, a liberdade que ele tem em trabalhar os currículos, os programas de matérias, o conteúdo e se ele policiado ou se tem liberdade?*

ENTREVISTADO – Todas as mudanças curriculares feitas na APM, na verdade ela é trabalhada pelo professor, porque a administração da escola distribui a disciplina para o professor, passando a carga horária que é inclusive negociada e passando subsídios para ele trabalhar, a orientação da Academia é no tocante à técnica de elaboração de programas de matéria. Quanto ao conteúdo é de liberdade exclusiva do docente, tendo acompanhamento, análise e discussão conjunta da administração, mas prevalecia no final aquilo que foi discutido e que se chegou a um consenso com o professor.

Agora a respeito da qualidade do aluno/oficial e a qualidade de aluno de outra escola, nós observamos que o pessoal formado nas academias e nas escolas militares eles apresentam uma excelente qualidade porque existe o acompanhamento, existe uma cobrança durante o curso,

onde, o aluno tem que mostrar resultados. Há reprovações na nossa escola, o aluno que não

alcança o limite mínimo para aprovação fica reprovado e só se permite reprovação uma vez, na segunda é desligado do curso. Isso nos permite ter um controle de qualidade, nós temos observado que a maioria dos nossos alunos após concluir o Curso de Formação de Oficiais vai para o Curso de Direito ou Curso de Administração, onde, o aluno consegue bons resultados e bons conceitos junto aos professores porque já chegam com um preparo muito grande pelo que temos visto na Academia e consegue se sair muito bem nos cursos em outras escolas e faculdade ai fora.

ENTREVISTADOR – *Os nossos professores/instrutores, historicamente conseguiram se adaptar às novas realidades?*

ENTREVISTADO – A maioria se adaptava a nova realidade, alguns mais rapidamente outros menos, mas a participação deles nas mudanças de currículo favorecia esse trabalho e as constantes reuniões mostrando o objetivo, então o professor não era obrigado a mudar nada, sendo discutido com ele as mudanças e ele se sentia também engajado nesse processo de mudança e isso favorecia. Não deixava de acontecer de um ou outro às vezes engajar mais lentamente às mudanças ou às vezes até algum caso de professores, isso ocorreu mais com oficiais que ministravam matérias militares, às vezes não se ajustava perfeitamente e por iniciativa própria afastava-se da cadeira.

ENTREVISTADOR – *O que se ensinava naquela época era o que se precisava saber para colocar em prática, então, o que se aprendeu foi capaz de fazer um bom profissional na área operacional? Que aluno nós temos hoje e que profissional está sendo lançado na atividade fim?*

ENTREVISTADO – A atividade PM é muito ampla e diversifica, então nosso conteúdo das matérias não é suficiente para abranger todas as situações que o oficial vai encontrar na prática. Mas, ela dá base para exercer qualquer atividade que possa encontrar, não há nenhum choque. Nós sabemos que desde o 1º ano do CFO o aluno já começa a exercer atividades policiais e isso facilita a aprendizagem dele e quando ele passa a exercer a sua atividade de oficial já está preparado, pois ele já exerceu atividade do soldado ao oficial durante o CFO.

Eu particularmente, não tive dificuldades, embora agente não tenha recebido informações necessárias para todas as situações, mas, para a maioria delas estamos preparados, as outras são de preparação individual para solucionar os problemas que surgem.

E quanto à qualidade atual, eu vejo que só há um progresso ao longo do tempo, primeiro a seleção cada vez mais acurada, selecionando um pessoal cada vez mais preparado e mais intelectualizado, e o que nós observamos é que o CFO vem, a cada mudança de currículo, aumentando a sua carga horária, então, os nossos alunos estão cada vez recebendo uma gama maior de informações o que os deixa melhor preparados para suas atividades. O mundo está evoluindo e a escola está acompanhando essa evolução e ultimamente houve também a preocupação muito grande para as áreas sociais e de direitos humanos, então, o PM tem sido preparado para exercer a atividade de respeito ao cidadão, cada vez maior. Essas mudanças têm colocado o oficial em condição de estar enquadrado no contexto sócio/político atual.

ENTREVISTADOR – *Nós chegamos a mais uma mudança significativa e que já está em funcionamento, como o Sr. está vendo, uma vez que se cria uma Superintendência da Academia de Segurança Pública do Estado centralizando nesta Superintendência a formação dos quadros, não só da Polícia Militar, como da Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar?*

ENTREVISTADO – Nós observamos que há tempos vem tendo gestões no sentido de integrar as polícias, com um ensino sistematicamente unificado. A gente não deixa de ter uma certa preocupação pois toda mudança vem inicialmente um desarranjo para depois uma organização maior. O resultado dessas mudanças vai depender de quem está a frente para levar ao sucesso ou insucesso dessa unificação, eu acho que nunca pode ser deixado de lado essa experiência do ensino policial militar, onde, há um controle em busca da qualidade.

NOME: Cel Adailton Vieira de Lima

CARGO/ATIVIDADE:

- Coronel da Reserva da Polícia Militar de Goiás;
- Ex-Chefe da STE, Divisão de Ensino e Sub Cmt da APM;
- Ex-Diretor de Ensino da PMGO;
- Instrutor do Curso de Formação de Oficiais.

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Curso de Formação de Oficiais;
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- Curso Superior de Polícia;
- Curso de Especialização em Técnica de Ensino;
- Direito.

4. Coronel PM Milson José Campos Salgado

Gerente de Ensino da Ex-Academia de Polícia Militar de Goiás

O Cel Campos antes da atual mudança exercia o cargo de Comandante da Academia de Polícia Militar, antes porém era o Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMGO, que com a reforma administrativa extinguiu-se essa Diretoria de Ensino e Pesquisa, ele então assume o que era o Comando da Academia e que atualmente ao que tudo indica chama-se Gerência Executiva de Ensino da Polícia Militar do Estado do Goiás.

ENTREVISTADOR – *Como foi o seu Curso de Formação de Oficiais, que importância ele teve no conjunto da sua formação profissional a ponto de elevá-lo ao cargo de Coronel, isto é ocupando hoje o último cargo da carreira Policial Militar, então, que importância ele teve, na medida da trajetória da sua carreira e dos cargos que o Sr. escolheu?*

ENTREVISTADO – O Curso de Formação de Oficiais de 1979 a 1981, sem sombra de dúvidas foi extremamente importante para a minha profissão e para a carreira que eu abracei, evidentemente que no aspecto da teoria que foi vivenciada nesses três anos serviu de embasamento para que nós colocássemos em prática a atividade tão difícil que é a de fazer Segurança Pública, que não é só realizada pela PM, a PM executa uma das fases da Segurança Pública que é exatamente aquela mais apresentável, presente e visível, que é o policiamento ostensivo preventivo, em razão disso, nós entendemos que o curso em si serviu muito como subsídio para que nós pudéssemos aplicar na prática o que foi aprendido na escola.

Acompanhando o ensino na Polícia Militar a gente verifica que muitas mudanças existiram de lá para cá, naquela época nós tínhamos o ensino fundamentado na estrutura do Exército Brasileiro que tem como missão Institucional a atividade totalmente diferenciada da atividade de Polícia Militar, da atividade de preservação da ordem pública, da atividade de evitar que o crime ocorra, evidentemente que enquanto Polícia Militar a nossa atividade ela faz com que agente pegue um cidadão que desvirtuou ou que resolveu inserir-se no crime, levá-lo à justiça, fazê-lo se ver processado, se condenado pagar a pena e devolvendo-o ressocializado ao convívio da sociedade, essa é a missão da Polícia Militar.

Evidentemente que os ensinamentos que nós tivemos foram com base na doutrina do Exército que tem função exatamente contrária da missão de Polícia Militar. O Exército tem por missão aniquilar o inimigo, defender a pátria. Por isso é que a evolução veio com o tempo e hoje nós temos nas matrizes curriculares dos nossos cursos de formação de policiais militares, aproximadamente 97% de matérias diversificadas, entre: Polícia Ostensiva, Polícia Comunitária, Defesa do Cidadão, ficando apenas 3% de matérias básicas militares.

ENTREVISTADOR – *É possível o Sr. pontuar quais foram as mudanças mais significativas introduzidas no currículo do CFO, quais foram as mudanças em termos de ideologia e prática pedagógica, enfim que tipo de CFO que nós temos hoje em comparação ao que o Sr. fez quando aluno?*

ENTREVISTADO – A própria evolução natural da sociedade fez com que nós repensássemos o nosso ensino, evidentemente que a algum tempo atrás via-se no cidadão comum como se ele não entendesse nada de Segurança Pública e apenas nós que detínhamos

o conhecimento na área de Segurança Pública, chegava ao ponto absurdo de se dizer que o

soldado era superior ao tempo. Hoje agente tem percebido que há uma diferença muito grande em relação a isso, hoje é preciso discutir com a sociedade, saber o que a sociedade quer, o que ela espera realmente do segmento Polícia Militar dentro do contexto da segurança pública, para que nós possamos, junto com essa sociedade fazermos segurança pública. Na matriz curricular hoje traz uma série de matérias voltadas para o policiamento comunitário, trazendo a sociedade para junto das polícias. Aí agente busca um ensinamento maior na Constituição Federal no seu artigo 144, quando define segurança pública, e diz que, “**a segurança pública é um dever do Estado, mas diz também que é direito e responsabilidade de todos**”, nessa responsabilidade de todos é que nós buscamos realmente o apoio da sociedade para nos ajudar a fazer segurança pública que todo mundo quer.

ENTREVISTADOR – *Cel Campos, há sempre uma curiosidade do professor civil, das escolas civis em relação às escolas militares no aspecto dos currículos e da prática pedagógica do professor/instrutor, imaginado eles que nós somos uma escola fechada, uma escola que permitiu poucas alterações no currículo e da prática pedagógica, achando eles que há um patrulhamento ideológico. O Sr. desde quando foi aluno nessa escola, ao longo da sua carreira sabemos que também teve momentos de atividade pedagógica como instrutor da academia e hoje na Gerência Executiva desse complexo de ensino o Sr. acha que essas preocupações procedem?*

ENTREVISTADO – Acho até que é natural essa preocupação, advinda de pessoas que não conhecem o sistema de ensino adotado pela Polícia Militar. Nós temos há dois anos frente ao ensino da Polícia Militar buscado o que há de mais moderno na área pedagógica para ser aplicado nos nossos cursos. Com relação a prática pedagógica nós tivemos um convênio com uma Universidade aqui de Goiânia, recentemente e encaminhamos para lá um pessoal nosso que está ligado a área pedagógica, exatamente para poder medir o grau de evolução ou o grau de apatia que ainda existe dentro do nosso sistema pedagógico, e ficamos até surpresos porque, nós estamos exatamente dentro do conceito mais moderno possível do aspecto pedagógico. Até porque nós temos orientações metodológicas e pedagógicas que vem acompanhando não só o corpo docente, mas, também trazendo informações novas para a administração que às vezes nem sempre está em contato com os docentes.

Carga horária nossa hoje é de quase 5.000 horas aulas durante um curso de três anos, então, há uma diversificação voltada para aquilo que a sociedade nos cobra, para aquilo que a sociedade espera da segurança pública. A grade curricular está centrada principalmente no Direito e para o convívio da sociedade, dentro dos aspectos também de criminalística, balística, em fim, nós temos diversificado nossos conhecimentos dentro daquilo que a sociedade espera.

ENTREVISTADOR – *Cel Campos, o Sr. percebeu em algum momento da sua carreira se nas escolas militares, na nossa principalmente, se em algum momento houve um acompanhamento ideológico dos professores e dos currículos. Outra pergunta bem específica, qual é a grande diferença da nossa escola com as escolas civis?*

ENTREVISTADO – Entendo que a grande diferença é que as escolas militares buscam o civismo, o respeito à pátria e ao cidadão, em assim sendo parece que as aulas aqui

ministradas, 45 minutos de aula ministradas aqui valem muito mais do que os 45 minutos de

aula numa Universidade civil, isso em razão da disciplina que se prega aqui dentro e exatamente em razão do conceito que se tem do aprendizado aqui dentro. Aqui há necessidade sim dele aprender, enquanto lá não, lá ele não preocupa muito com isso.

O patrulhamento ideológico, eu não vejo por esse lado de patrulhamento, vejo que há sim a busca em demonstrar ao policial militar que ele é um servidor do povo e como servidor do povo ele tem que ter respeito aos direitos e garantias de cada um, então, se alguém conceituar isso como ideologia eu me calaria, mas eu não entendo isso como sendo ideologia, entendo sim, que a polícia militar especificamente na sua formação básica ela faz com que o policial militar por ter buscado aquilo como profissão precisa ter realmente respeito ao próximo, aos símbolos nacionais e à pátria, se isso for conceituado como ideologia, paciência.

Quanto aos professores não, as nossas aulas são tão abertas quanto são das Universidades civis, a pesquisa aqui é muito buscada, de que forma, hoje não se traz mais o trabalho pronto para a sala de aula, não se joga mais em cima do aluno essa ou aquela matéria, agente faz com que ele busque a pesquisa, através de livros, internet, enfim, dos meios necessários para que ele seja muito mais um questionador do que simplesmente um ouvinte em sala de aula. O aluno hoje questiona muito mais do que o professor transmite, ou seja, o professor deixa que ele questione as suas dificuldades e não traz o trabalho simplesmente para jogar em cima do aluno como um trabalho concluído.

ENTREVISTADOR – *Cel Campos, a minha pesquisa questiona o CFO em três vertentes, questiona a história da Academia, seus currículos e a prática pedagógica, na pesquisa apuramos que a nossa escola já passou por quatro modificações e nesse momento nossa Academia passa por mais uma modificação, deixando de ser chamada Academia de Polícia Militar para Gerência de Ensino Policial Militar. Na sua concepção o que motivou mais essa mudança, não só no nome, ao que tudo indica na sua estrutura e nos reflexos do ensino policial militar, mormente o que me interessa que é do CFO.*

ENTREVISTADO – Eu sou adepto às mudanças, entendo que há necessidade em razão das evoluções de se fazer mudanças, agora as mudanças precisam ser feitas com responsabilidade, e, sobretudo, com muita discussão para não mudar para pior.

A Lei nº 14.383 de 31 de dezembro de 2002 trouxe uma série de alterações no sistema organizacional do Estado, dentre elas mudou também o organograma da Secretaria de Segurança Pública, extinguindo uma série de órgãos, fundindo outros e criando outros. Nessa lei foi extinta a Polícia Militar, deixando de ser a Polícia Militar uma força independente e passando a ser um apêndice da Secretaria de Segurança Pública, de igual forma extinguiu o ensino das forças que compõem a segurança pública, extinguiram-se a Academia de Polícia Militar, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PM, o Centro Tecnológico de Ensino do Bombeiro e a Superintendência de Ensino da Academia de Polícia Civil, criando-se uma Superintendência da Academia de Ensino da Segurança Pública que agora se encarrega do ensino na segurança pública como um todo.

Dentro dessa estrutura de Superintendência recém criada foi colocado as Gerências de Ensino, a Polícia Militar ficou a Gerência de Ensino da Polícia Militar, a Polícia Civil com a Gerência de Ensino da Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros com a Gerência de Ensino do Corpo de

Bombeiros. Até agora nada mudou nem na matriz curricular e nem na formação propriamente dita, apenas deixou de ser órgãos independentes e estão formando-se como órgãos colegiados, subordinados agora sim a uma única orientação de ensino.

O que se quer na verdade é criar uma estrutura maior onde abrigaria essas três forças num só ensino e aquilo que for possível fazer de forma conjunta vai ser feito, evidentemente que a formação específica do policial militar será feita para o policial militar tão somente e assim sucessivamente. Então, até agora mudou apenas a estrutura física mas não mudou ainda a formação, o conteúdo do ensino de nenhuma dessas Instituições.

ENTREVISTADOR – *Com essa mudanças que estão sendo introduzidas que valores e que objetivos esse novo sistema de ensino do Estado de Goiás pretende alcançar com essa mudança, enfim, o que se pode esperar do futuro Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar nesse novo sistema?*

ENTREVISTADO – Parece que o que se quer realmente com essa fusão é ter mais ou menos os segmentos ligados ou responsáveis pela segurança pública falando a mesma linguagem ou pelo menos tendo um conhecimento mais ou menos equiparado, ou seja, o policial civil conhecendo a estrutura da polícia militar e vice-versa. É certo que não se faz segurança pública sozinho é preciso realmente unir forças e fazer com que o trabalho de segurança pública não seja visto à luz apenas de um único segmento que se mostra ostensivamente que é a polícia militar, é preciso que a segurança pública seja vista num contexto muito maior. Eu diria que a segurança pública não bastaria buscar soluções simplistas para os problemas surgidos hoje no Brasil e no mundo. Precisa se questionar porque que a polícia militar atende um número tão grande ocorrências e quando chega a julgamento menos de 0,05% dessas ocorrências atendidas chega a fase de julgamento, aí sim agente tem um trabalho científico buscando cada fase da segurança pública para saber depois se ela foi completa.

No final verificar se aquele que foi condenado realmente se ressocializou e veio para a sociedade, pois no período em que ele este confinado num centro penitenciário, se ele se readaptou, ou se o período em que ele esteve ali só serviu apenas como uma escola de aperfeiçoamento, pós-graduação, mestrado na área do crime, então, precisaria realmente fazer esse comparativo para saber se as nossas escolas estão formando para o futuro ou se as nossas escolas estão sempre dentro da mesmice.

O que se prevê do CFO, o CFO na minha concepção é um curso de formação de líderes, não tenho dúvida disso, é certo que você tem uma carreira pela frente que dependerá exclusivamente do seu trabalho profissional junto a instituição e no trabalho que você vai realizar dentro do contexto da sociedade, dizer que a polícia militar faz parte do contexto social na minha ótica é desconhecer por completo a atividade policial, porque eu entendo que a polícia militar não faz parte da sociedade, ela é a própria sociedade. Evidentemente que você não estando de serviço, você policial é obrigado a agir quando em flagrante em razão dos dispositivos legais

O CFO hoje que é reconhecido a nível de 3º grau pelo MEC, nós temos buscado uma melhoria na sua formação, inclusive com um estudo já bastante adiantado no sentido de torná-lo como exigência para o ingresso nesse curso, o Bacharelado possivelmente em Direito para que ele possa realizar um Curso de Formação de Oficiais já Bacharel em Direito, porque é um

curso básico é aquilo que você imagina que um policial militar precisa conhecer, respeitar os

direitos dos outros, saber até onde vai o direito de um e começa o do outro.

ENTREVISTADOR – *Que perspectivas a sociedade goiana pode cultivar em torno dessas mudanças que como vimos não é só na Academia, é no sistema de segurança pública, nesse sentido essas mudanças elas nos chegam como inovação, o Sr. crê que é uma inovação?*

ENTREVISTADO – Inicialmente entendo que não, agora o que a sociedade pode esperar dos futuros oficiais da PM, é o que terão oficiais brilhantes e capacitados como sempre teve. A PM ao longo dos últimos tempos tem buscado melhorar a sua formação profissional e a sua qualificação profissional, fazendo com que cada um daqueles que chegam às portas da Polícia Militar sintam-se realmente como é, um profissional de segurança pública, ele não pode maneira nenhuma continuar no empiricismo, ele tem que buscar realmente ser profissional naquilo que ele faz e é isso que a sociedade pode esperar dos profissionais que saem da Academia de Polícia Militar.

Até agora não temos denominação correta em razão do Decreto que vem regulamentar a Lei 14.383 definido ou denominando essa entidade de ensino, por isso que nós ainda a chamamos de Academia de Polícia Militar, pode ter certeza que na nossa visão não houve nenhuma evolução ou alteração no sistema de ensino, houve sim alteração na sua estrutura organizacional, mas, a sua metodologia, as matrizes curriculares, os cursos aqui realizados continuam os mesmos.

NOME: Cel PM Milson José Campos Salgado

CARGO/ATIVIDADE:

- Gerente de Ensino da Ex-Academia de Polícia Militar de Goiás

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Curso de Formação de Oficiais – 1978 a 1981;
- Bacharel em Direito pela UCG;
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pelo Centro de Aperfeiçoamento e Estudo Superior da PMSP;
- Curso de Especialização *Latu Sensu* em Segurança Pública pela PMMG e Fundação João Pinheiro;
- Curso de Especialização em Direito Penal e Processo Penal pela Academia de Polícia Civil;

5. Coronel PM Domingos Aragão Lira

Superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública

ENTREVISTADOR – *Como foi o Curso de Formação de Oficiais?*

ENTREVISTADO – Inicialmente quero agradecer as palavras elogiosas.

Relativamente ao CFO, para mim foi a base teórica, cultural e prática de toda minha carreira. Se não fosse o CFO feito da forma e na época que fizemos, se não tivesse aqueles valores que nós aprendemos a cultivar, se não víssemos as disciplinas que ali foram ministradas, nós não teríamos construído um patrimônio cultural específico da área de segurança pública e, por conseguinte nós não teríamos galgado com êxito que nós graças a Deus temos galgado na nossa carreira, então o nosso CFO foi um excelente CFO, foi um CFO calcado nos valores sociais, nos valores do cidadão, nos valores da pátria, então foi capaz de nos trazer até aqui, não só nós propriamente dito, mas como todos aqueles que fizeram o CFO na nossa época, poucos foram os que não conseguiram galgar postos mais elevados na sua carreira, até mesmo por inércia própria vamos dizer assim, então o nosso foi um CFO muito bom.

ENTREVISTADOR – *Que diferenças consegue perceber entre os procedimentos didáticos/pedagógicos aplicados na Academia de Polícia Militar em relação à outros Estabelecimentos de Ensino?*

ENTREVISTADO – Quero discordar de ti no que se refere a Escola Tradicional, depois do movimento da escola tradicional no final do século XIX iniciou-se um movimento novo chamado escola novíssima, e eu acredito que, aliás no movimento anterior da escola tradicional o professor era todo o detentor do conhecimento, e ele repassava o que lhe cabia repassar e o aluno aprender e era só. O movimento da Escola Nova faz exatamente o contrário, o professor não é mais o único detentor do conhecimento e, por conseguinte entra a questão da pesquisa, entra também o aluno como detentor do conhecimento, não do que o professor detém, mas o que ele adquire através da pesquisa, leva para sala de aula e complementa o conhecimento do professor e com isso há uma interação, eu vejo que a nossa escola é uma escola muito mais calcada na disciplina da escola novíssima, porquanto a possibilidade de pesquisa, a possibilidade de participação do aluno na sala de aula é muito boa, aliás, a nossa escola exige isso dele. Todo aquele que fez o Curso de Formação de Oficiais sabe disso, dele é exigido um aprendizado calcado numa pesquisa que ele faz, no trabalho extra classe que ele é obrigado a fazer e obrigado a apresentar resultados, e ele traz então um conhecimento novo que ele talvez não tenha visto em sala de aula, além do que da prática que é feita dentro do conceito de escola novismo, o que não ocorre na escola tradicional em que o aluno alia o conhecimento teórico à prática.

Vejo que as escolas civis estão no mesmo sentido da interação e pesquisa em sala de aula, a diferença nossa é uma questão mais ideológica, uma questão mais disciplinar. O aluno tem o comprometimento efetivo com aquilo que está sendo ministrado e com a carreira que ele tem uma perspectiva de galgar, e a característica militar, pois do militar são exigidas determinadas condutas que não se exige do civil, por exemplo se nós tomarmos aqui na sala de aula que o aluno civil pode deixar de fazer um trabalho, faz do jeito que quiser, como quiser e entrega se

quiser, e ele é responsável pela nota baixa que tiver e isso é problema dele, isso não acontece

na nossa escola. O aluno tem que fazer o trabalho, é obrigado a fazer o trabalho. Por que ele é obrigado a fazer o trabalho, porque ele é militar, ou ele faz o trabalho ou ele perde o ano.

Nós não podemos colocar na rua um mal profissional de segurança pública. O militar por natureza é formado assim. Nós ajudamos a formar o caráter e a personalidade dos nossos policiais, os vícios de personalidade são retirados durante o curso. O aluno aprende a obedecer e valorizar o professor, a pátria, os valores constitucionais, a cidadania e os valores.

ENTREVISTADOR – *Como se encontra o Curso de Formação de Oficiais?*

ENTREVISTADO – O CFO que eu fiz não é o mesmo que hoje é ministrado. Algumas disciplinas foram acrescidas e outras suprimidas. Os novos rumos democráticos nacionais exigiram que a grade curricular passasse por alguma reformulação, então algumas disciplinas devem ser incluídas, disciplinas como: gerenciamento de crise, direitos humanos, inteligência.

Quanto a Superintendência, ela não pode por si só modificar a grade curricular do CFO, salvo depois de reuniões, de se discutir a matéria, depois de propostas da própria Instituição. Porque a Academia ela é uma Instituição civil que congrega o ensino das Instituições Militares como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, assim a Instituição civil não pode excluir-se dos valores militares. Toda a estrutura militar continua, pode ter ocorrido uma nova nomenclatura das funções. A lei 14.383, que é a lei da reforma, tirou a preocupação do ensino das mãos do Comandante Geral da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e do Diretor da Polícia Civil e acometeu ao Superintendente o gerenciamento do apoio logístico, o gerenciamento de apoio humano continua sendo pela Instituição, de modo que os valores do CFO não vão se modificar, o que pode acontecer é aumentar ou subtrair algumas disciplinas da grade curricular. Foi acometida ao Superintendente uma responsabilidade em adequar o novo profissional de Segurança Pública que será entregue à sociedade.

ENTREVISTADOR – *O que motivou mais essa mudança, quais foram os motivos determinantes para que nós nesse princípio do ano de 2003 percebêssemos nossa escola com mais um nome e por que esse novo nome e por que essa mudança?*

ENTREVISTADO – Constata-se que desde que se instalou no Brasil o novo sistema político que veio substituir os currículo das escolas militares começou um processo político de unificação Polícias Militares e Polícias Cíveis. Nós tivemos várias emendas constitucionais tramitando no congresso umas com maior, outras com menor relevância; umas mais agressivas com relação às polícias militares, outras mais brandas. De modo que ainda se encontra no congresso uma emenda constitucional, salvo engano a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 151 englobando todas as demais, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota.

Aqui em Goiás, o governo saiu à frente juntamente com a Academia do Pará, Amapá e Rio Grande do Sul, esta última teve mudanças profundas na instituição da Brigada, como também o trabalho de unificação. Em Goiás ao invés de unificar, optou-se por integrar a parte operacional da Instituição que é a Polícia Militar trabalhando junto com a Polícia Civil. O que já estava acontecendo antes, agora passa a ser legal, de forma obrigatória com a formação do

Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), de igual modo, decidiu-se pela integração da formação dos policiais, pela necessidade de uma doutrina única que passava pela preparação desses profissionais. Daí a necessidade de criar-se uma Escola de Segurança Pública Estadual. Também era preciso observar que existiam outros profissionais de segurança pública, que não era nenhum desses citados, como os Peritos que passou a ser um órgão específico de Polícia Técnica Científica desmembrada da Polícia Civil, bem como os detentores de poder de polícia que trabalham na Agência Prisional, que são os agentes carcerários, com a formação técnica e os agentes carcerários, que estavam sendo formados precariamente, através de favores e acordos.

Nesse diapasão, a reforma administrativa foi implementada com base numa outra reforma que aconteceu em 1999, em que vários órgãos do Estado foram extintos e fundidos uns nos outros. Antes nós tínhamos apenas um núcleo formador de Policiais Militares, essa lei nº 14.383, criou algumas denominações civis, para efeito de incluir na folha de pagamento uma remuneração especial para aqueles que estivessem exercitando funções especiais no Estado, comumente nós chamamos de gratificação, instituiu-se a Gerência Executiva e também Gerência, se tratando a denominação exclusivamente pelo valor da gratificação, preocupando-se com a motivação do profissional.

A Gerência de Ensino Policial Militar foi aprovada, com sua gratificação equivalente, e desapareceu o Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, surgindo com o gerente de ensino total autonomia para trabalhar o currículo e propor mudanças na estrutura e reciclagem dos cursos.

ENTREVISTADOR – *Em função dessa Gerência de Ensino Policial Militar, com esse novo modelo de ensino agora centrado numa Academia Estadual de Segurança Pública, que valores e quais são os objetivos que a Academia pretende alcançar com a sua mudança?*

ENTREVISTADO – Os valores que a Academia pretende alcançar com essas mudanças, são os valores que a democracia brasileira atual exige de profissionais da segurança pública um comprometimento diferenciado, o Estado Democrático em que nós vivemos, o próprio cidadão exige mais, nós estamos no 3º Milênio e num mundo globalizado, exige que o profissional tenha uma formação com valores referentes à preservação da vida humana, aos direitos humanos, valores referentes à capacidade de se compreender as necessidades do cidadão que esteja em território nacional e que capacitem o profissional de segurança pública não cometer erros que na História da Polícia Militar todos conhecem e decorrente desses valores antigos. Percebeu-se também que o crime hoje é organizado, ele tem hoje uma rede de informática, uma rede de inteligência muito boa, ele se auto financia economicamente, assim exige que o estado também se prepare para enfrentar essa nova onda do crime organizado. Temos que preocupar não só com o criminoso goiano, mas com os criminosos de todo o Brasil, porque hoje o Brasil é uma mera província mundial, e pode ser atravessado em 1 dia, do Oiapoque ao Chui, do Recife até o Acre em um dia, os meios de transportes fizeram com que o Brasil se tomasse um País pequeno para efeito de disseminação das ações criminosas. Não importa para a sociedade (estado brasileiro) qual foi a polícia que prendeu o cidadão que cometeu o delito, esse é o pensamento da nação. A integração das policias é uma realidade que não tem como mais voltar atrás. O que se quer é formar um Oficial com um catedral de conhecimento muito abrangente, adequado ao enfrentamento dessas ações criminosas, como aconteceu em Posse, em que não eram criminosos de Goiás, então o que se quer é um

profissional com maior conhecimento à respeito, inclusive o Policial Civil também. Porque a

Academia já está fazendo é colocar policiais civis e militares numa mesma sala de aula, queremos que eles sejam amigos, que eles tenham uma nova mentalidade de trabalho, que eles não cheguem no local da ocorrência para disputarem espaço. O que se busca é a satisfação do cidadão. É isso que a reforma quer e é isso que Academia de Segurança Pública se propõem a fazer.

ENTREVISTADOR – *Dentro dessa mudança que a Academia se propõem e já está em efetiva implantação, é uma inovação? Podemos dizer que essas mudanças são novas propostas, são mudanças que na verdade chegará ao aluno, ao Cadete, e que são mudanças concretas da qualidade de sua formação pedagógica, técnica e profissional? O que podemos esperar do futuro Curso de Formação de Oficiais e o que a sociedade pode esperar do futuro profissional - Oficial da Polícia Militar?*

ENTREVISTADO – Creio que não só o Senhor, mas a sociedade goiana deva esperar o melhor. Seria inconcebível que o legislador fosse criar uma lei com intuito de implementar uma regressão na formação do policial militar, bem como do Oficial. Acredito que especificamente a Superintendência já encontrou uma processo de reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais, na Secretaria de Educação, e o Processo já está no Conselho Estadual de Educação, com a perspectiva de colocar o CFO como curso superior, o que temos hoje é um parecer de feito muito bem feito e intencionado a nosso favor, de 1993, retroativo a de 1972, dizendo que o Ministério da Educação poderia reconhecer o CFO como curso superior, buscamos a efetivação do CFO com a formação de Bacharel em Segurança Pública, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação e conseqüentemente com o MEC.

Estamos também iniciando com o Reitor da UCG e também com o Reitor da UEG. Hoje os Aspirantes do Corpo de Bombeiros já saem Bacharéis em Segurança Pública com Diploma também expedido pela UEG num projeto iniciado pela Polícia Militar.

Também temos a intenção de criar a regulamentação e o reconhecimento como Curso de Especialização o CAO, além disso nós estamos lá com um processo do CSP, nunca teve CSP em Goiás. Existe o CSP da Polícia Civil funcionando a muito tempo, nós pegamos a grade curricular do CSP que foi montado para funcionar o ano passado, não funcionou. Esse CSP está tramitando na UFG, estamos propondo a criação de uma especialização "Latu Sensu" a priori e a posteriori um "Estrito Sensu", deve ser Curso Superior de Polícia ou Curso Superior de Polícia Mestrado em Segurança Pública, quando nós conseguirmos o mestrado, acreditando que vamos conseguir, talvez eu não veja isso, mas o que interessa para mim é plantar a semente.

Creio que com essa nova roupagem que foi dada ao ensino militar, creio eu que a fusão de criação da Academia vai redundar em benefícios para a comunidade e também para os profissionais e a sociedade ganha porque recebe um policial militar, um oficial melhor formado, melhor especializado e um oficial que tem agora efetivamente um curso reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, tenho eu que isso irá mexer com a auto estima do policial, isso é bom para ele.

ENTREVISTADOR – *Na vossa ótica Cel Aragão essa mudança redundando em inovação?*

ENTREVISTADO – Creio eu que ela é inovação, na medida em que se abriu um leque de possibilidades para que fatos novos estejam acontecendo no ensino policial, por exemplo há algum tempo foi criado a Secretaria Nacional de Segurança Pública e ela tem repassado verba para os Estados, inclusive para a aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos e munições. Tem-se aplicado essa verba também na formação, reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal. Para investir maciçamente na segurança pública dos Estados é preciso que haja uma academia única, e um trabalho operacional unificado. A fusão das Academias é uma injunção Federal, uma necessidade para o trabalho em comum. Uma forma para o Estado receber uma verba para até mesmo construir a sede própria, para que possamos ir atrás da verba a nós destinada pela criação. Assim acredito que é uma novidade e uma inovação para que num futuro bem próximo possamos colher todo o benefício dessa unificação.

Nome: Cel PM Domingos Aragão Lira

Formação Acadêmica:

- Curso de Formação de Oficiais em 1982;
- Bacharel em Direito - Universidade Federal de Goiás;
- Especializado em Processo Penal pela Universidade Federal de Goiás;
- Especializado em Direito Constitucional e Administrativo pela Academia de Polícia Civil;
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em Goiás – 1991;
- Professor na UNIP e Faculdade Objetivo;
- Ex-professor da Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás (Campos avançado da cidade de Goiás Velho), Faculdade de Direito de Anicuns, Jataí, Rio Verde;
- Ex-instrutor na antiga Academia de Polícia Militar.

6. Professor Renato Posterli

Ex e atual professor da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás

ENTREVISTADOR – *Nós que somos um dos milhares de discípulos espalhados pelo Brasil afora principalmente em Goiânia-GO, nós sabemos que o Sr. hoje é em atividade o professor mais antigo da nossa Academia, é muito importante para nós sabermos com foi a sua atuação ao longo desses mais de 30 anos de magistério na APM, principalmente quais foram as condições de trabalho que o Sr. sempre recebeu, foram favoráveis, o Sr. teve ou não autonomia do saber no sentido de que os seus conteúdos podiam sempre ser colocados em prática sem intervenção?*

ENTREVISTADO – Sou o professor realmente mais antigo da APM, comecei em 1970, na verdade sou um professor civil militarizado, porque também fiz um curso de artilharia em São Paulo, me custou tanto e que fiz com muita dedicação e sempre gostei notadamente da artilharia.

A Academia sempre me recebeu bem nesses 33 anos de trabalho, nunca recebi e nunca percebi por alto que seja algo de patrulhamento querendo me dizer essa ou aquela possibilidade de ensino ou de conteúdo, sempre me senti na Academia plena liberdade de ação de conteúdo, de agir, nunca observei coisa contrária. E quanto ao aspecto didático, procedimento também estive sempre muito a vontade, se bem que meu estilo posterliano de ministrar o curso é clássico, é a expressão, aula magistral com situações de casos concretos e giz em uma distribuição bem elaborada sem modéstia do quadro. Afora isso os outros métodos para mim nunca despertaram tanto interesse e o que utilizo até hoje sempre foi com sucesso e sempre muito a vontade, principalmente em relação a conteúdo, claro que desde 1971 ou 1973 tivemos 2 CAO's, mas o que interessa aqui é o CFO, mas sempre cada ano que se passa lógico vem mais conhecimento nós vamos angariando mais experiências mais casos concretos na nossa disciplina que a medicina legal, então cada ano que passa mais casos para serem discutidos e realmente nutre muito e trazem a complexidade, trazem objetivos para o nosso curso.

ENTREVISTADOR – *O aspecto histórico para nós é muito importante, se o sr. pudesse lembrar, se pontuar nesse percurso alguns momentos que foram marcantes especificamente em relação aos currículos as modificações curriculares alguma coisa que o sr. pudesse ter percebido nessa trajetória alguns momentos que foram significativos, com professor e que sempre se ateu a vossa disciplina, sei que fica um pouco difícil ter essa visão de conjunto de mudanças históricas, tem alguns momentos que o sr. pudesse nos pontuar que foram significativos na sua ótica, na maneira de se conduzir a escola que teriam reflexos na sala de aula e depois reflexos na formação do futuro oficial e isso de alguma forma foi relevante?*

ENTREVISTADO – Na parte de minha disciplina não houve muita diferenciação, sempre a evolução que havia foi partindo de mim mesmo, claro que com uma orientação e observação da Academia porque nós tivemos uma visão bem distante do que poderia se oferecer ao aluno e nós trouxemos atualizações e a Academia sempre nos deixou muito a vontade em relação a esse aspecto.

Me que a APM me motivou muito até mais que a própria Faculdade de Medicina, pela

receptividade, pelo desenvolvimento dos alunos, pela sintonia com os alunos, pela motivação do ensino, que me fez inclusive escrever trabalhos, eu acho realmente que foi mais por causa da APM do Estado de Goiás que eu desenvolvi livros, o primeiro livro foi “O aspecto da Psicopatologia Forense Aplicada”, depois o segundo “A Periculosidade do Doente Mental”, o terceiro livro “Tóxicos e Comportamento Delituoso”, o quarto “Transtornos e Preferência Sexual”, o quinto livro “Violência Urbana: Abordagem Multifatorial da Crimogênese” e derradeiro “Termos de Criminologia”, que é um alentado trabalho de quatrocentas páginas mais ou menos, mas, que tem sido fruto da motivação que os alunos da própria Academia ofereceram, então, acho que esses livros também fazem parte da história do curso e do currículo da nossa Academia e cada trabalho desse que nós escrevemos são contribuições de atualização e de uma reciclagem muito precisa e de grande importância para os nossos alunos e para o desenvolvimento da própria Academia no seu currículo e na sua história.

ENTREVISTADOR – *Professor Renato Posterli, o sr. também ministra aulas na Faculdade de Medicina da UFG e outros cursos em outros lugares em diversas partes do Brasil, que diferenças o sr. percebe e percebeu ao longo dessa história, das condições didático pedagógicas oferecidas pela APM em comparação com outras escolas e outros Centros de Ensino Superior que o sr. tenha lecionado, qual a diferença?*

ENTREVISTADO – Eu sou professor também na APC, para Delegado e para pós-graduação, e professor da APM. Não percebemos diferença entre por exemplo a APM e a os recursos didáticos utilizados com a nossa Faculdade de Medicina, eu percebo que tem acompanhado a evolução das coisas, há um paralelismo bem nítido e que não deixa nada a desejar em relação a Faculdade de Medicina que é muito boa em seu instrumental e a nossa APM, nós percebemos, não de todos os recurso, meu recurso é mais clássico, um quadro bem apresentado, casos concretos, mas afora isso, eu tenho condições de observar como observador que sou que entre uma e outra não há diferença as duas caminham paralelamente e a nossa Faculdade de Medicina é muito bem aparelhada e nós fazemos lá com frequência pelo menos duas vezes por ano e a poucos dias nós acabamos de participar de uma excelente semana pedagógica em relação ao ensino médico, então, o que se aplica lá é o que se aplica na APM, não tenho percebido diferença, senão uma evolução cada vez melhor.

ENTREVISTADOR – *Em relação talvez não só a questão didático pedagógica o que diferencia uma APM como a nossa para uma UFG, o que é diferente, no dia a dia, o aluno é diferente, a forma de condução da direção é diferente, os conteúdos embora respeitando as suas especificidades, o que tem de diferente?*

ENTREVISTADO – Nesse aspecto há uma diferença muito curiosa, inteligente e lamentosa essa observação, a verdade é que há uma diferença nesse sentido e bem clara, o nosso Acadêmico de medicina por exemplo tem um Curso de Medicina Legal diferente do nosso, nós mesmos ministramos para o nosso aluno do CFO, no caso do CFO/3 a nossa Medicina Legal é puramente teórica e com expressões, aplicações, com explanações de casos concretos e mesmo que agente não queira citar o aluno solicita, porque os casos chegam a nós via televisiva, jornais, revistas, então seria um curso não teórico-prático, muito menos que isso, analisando casos concretos.

Quanto aos nossos alunos da Faculdade de Medicina eles tem aulas teóricas, e aulas práticas

no Instituto Médico Legal, mas efetivamente nas aulas teóricas tem professores específicos para isso, com a nossa coordenação e são grupos pequenos de 11 alunos, aulas de segunda a Sexta, das 16:30 às 18:30, esses alunos vão ao IML de 15 em 15 dias, então nesses rodízios aulas excepcionalmente dadas na prática, o aluno coloca a mão na massa e o lema que eu ensino lá é que o aluno só aprende a dançar samba, dançando samba e a nossa Faculdade de Medicina sem modéstia, é o melhor Curso de Medicina Legal do Brasil em termos de graduação que até recentemente num Congresso de Medicina Legal Brasileiro que aconteceu no Estado de Pernambuco, nos foi solicitado que encaminhasse para aquele congresso o modo como nós estamos ministrando nossa medicina legal na UFG, esse aspecto não há na nossa APM, mas já houve dois anos, um dos anos foi o de 1992, portanto a onze anos e o outro foi me parece que em 1993 que nós sugerimos que os nossos alunos do CFO daquela época tivessem aulas práticas no IML e tiveram aulas práticas por dois anos no IML e foi muito interessante, porque nós tínhamos os onze alunos de aula prática da nossa Faculdade de Medicina numa postura e enfrente a eles uns poucos alunos, uns 5 ou 6 mais ou menos do CFO e os dois se entrosavam sintonizado, uma estudante de medicina ficou muito empolgada com a presença do CFO por aqueles dois anos, eles ficavam empolgados com o conhecimento do nosso aluno do CFO daquela época mostrando o conhecimento jurídico, o respaldo penal, a repercussão civil da coisa também, mas isso não pode perdurar, houve depois algum oxi e tivemos que suspender a parte prática que realmente aconteceu por dois anos, foi uma experiência que me veio a cabeça e foi formidável .

ENTREVISTADOR – *Gostaria de insistir na mesma pergunta, o sr. foi abordado por colegas na Faculdade de Medicina e outras, como era a APM, o sr. nunca percebeu uma certa curiosidade desses professores ou mesmo alunos, no aspecto mais externo como a imagem da nossa APM chega até as pessoas, nessa resposta que comparação o sr. faria num aspecto mais externo, como as pessoas vêem a Academia?*

ENTREVISTADO – Interessante essa observação, e essas perguntas realmente acontecem, em algumas oportunidades nós observamos sim, e não só essa pergunta me foi feita como o contrário também como há poucos dias da parte de um aluno do CFO pretendendo saber como é dado o curso na Faculdade de Medicina e como eles nos interpretam também, então na cidade aí fora, nas conversas informais aconteceu novamente, as pessoas perguntam como é o curso na APM, o que pensa o Cadete, como é o rigor lá na Academia, qual o pulso que se usa. Então a minha observação é simples, a nossa APM é uma faculdade é uma estrutura de nível universitário, tanto é que os nossos Cadetes lá, alguns estão cursando faculdade de Direito e poderão depois cursar os que estiverem agora e inclusive aproveitar a nossa disciplina em outros cursos.

ENTREVISTADOR – *Gostaria de saber se o sr. teve e tem até hoje condições de perceber em relação ao currículo, a forma como ele é passado para o aluno, se mais centrado no conhecimento, ciência e pesquisa ou se observando a experiência já acumulada do aluno ou se a Academia sempre procurou utilizar isso de forma mista, isto é, aprofundando o conhecimento na ciência mas que nunca deixou aperceber os valores agregados e as experiências trazidas pelo aluno?*

ENTREVISTADO – Eu sempre tive e tenho o cuidado meu próprio de não levar a minha Disciplina de Medicina Legal para o CFO/3 rigorosamente a essência da matéria nós temos de pegar isso como um todo, o homem e a sua cultura é tridimensional, polivalente tantas vezes, então nós procuramos não só colocar no aluno, no cadete a essência curricular da matéria, só que terminaria cansativo e esboroaria o nosso objetivo maior que é ensinar e instruir, ensinar pelo exemplo e ter acima de tudo o sabor do saber, nós procuramos também a experiência de vida que esse cadete tem, um exemplo bem simples, há poucos dias todos eles estiveram envolvidos por força da Academia nos carnavais, ou Goiás Velho ou Caldas Novas, a minha preocupação logo na aula a seguir pós-carnaval foi esquecer praticamente a essência da minha matéria e colher de cada um que participou por exigência da Academia na prática o que eles viram e que fosse relacionado com a nossa disciplina. Os casos que nós colhemos na prática deles nos deixaram simplesmente surpreendente, então saiu-se da rotina, fomos pegar a prática e como iniciativa o modo de decidir, o modo de conduzir de cada um é comum nós aproveitarmos nossas aulas, nosso aspecto curricular não só a essência mas também a experiência, a vivência e respeitar também a idéia do nosso cadete.

ENTREVISTADOR – *Na sequência você percebeu ou ainda percebe nos dias de hoje essa preocupação também com outros professores/instrutores de aproveitar ao máximo o potencial do aluno e a sua experiência, o sr. teve oportunidade de observar isso ou essa observação e restrito a vossa disciplina?*

ENTREVISTADO – Está restrito a nossa disciplina com relação ao nosso modo de ser professor, em relação aos outros nós não temos tido esse contato com os demais colegas na APM, até é interessante essa observação esse sentido de conagração de troca de idéias em relação a uma interdisciplinaridade da coisa em relação portanto aos demais professores. Estou sabendo da minha disciplina como a conheço.

ENTREVISTADOR – *Ainda insistindo na questão do professor, na sua prática pedagógica, na sua autonomia, o que o sr. diria em relação a nossa Academia, ela adota no passado e adotou no presente na sua ótica uma pedagogia tradicional ou mais progressista ou ambas ou ela aproveita o que tem de melhor no aspecto tradicional ou ela embora adotando alguns aspectos dessa teoria conseguiu absorver alguns pontos da pedagogia progressista, moderna onde a interação professor e aluno é mais aproximada, como o comportamento da escola e do professor ao longo desse período?*

ENTREVISTADO – Percebemos que a Academia tem evoluído pelo menos esse período em que estou lá, pelo menos até fazer uma curva vital para a nossa Academia, num perfil interessante, o que nós percebemos foi isso, tanto o aspecto clássico como o progressista, ou seja, uma estrutura mista, mas o professor tem mais tendência progressista para a evolução dos dias atuais, porque especificamente na minha disciplina, mas percebo que os colegas também deixam transparecer assim, que se puramente o ensino tivesse ficado no aspecto clássico seria a mesma coisa que se apresentasse ciência repetida, então o aspecto progressista é importante porque é dinâmico e a ciência flui, cresce, evolui a cada mês, a cada semana que passa e nós temos que acompanhar isso, isso é progresso, é evolução, o ensino na nossa Academia não tem sido diferente, claro que com alguma raiz do que é clássico, do que já é formado porque não há como fugir das nossas concepções, se bem que atualizados e

reciclados em termos de progresso, em síntese parece-me um aspecto misto com tendência mais para o progressista.

ENTREVISTADOR – *Que paralelo o Sr. poderia fazer de nosso CFO desde a turma do ano de 1970, isto é passando então pelos cursos da década de 70, 80, 90 e esse princípio de década de 10 do terceiro milênio. O Sr. percebe alguma evolução nesse período de mais de três décadas, estagnação, regressão, que retrospecto poderia se fazer, que tipo de aluno e que tipo de curso nós temos hoje?*

ENTREVISTADO – Interessante a observação, dá um curva de vida da nossa Academia interessante essa questão feita, são três décadas e pouco que tenho a 33 anos coincidentemente a idade de Cristo. Imagine a evolução que o nosso cadete teve de 1970 a 2003, é muito tempo, dá um perfil espetacular. Hoje o aluno está mais evoluído, mais a vontade, mais disposto em sintonia no aspecto humanístico e nós vimos o nosso cadete de 1970, aquele rigor mais rígido simplesmente mais concretizado no aspecto militar, militarizado, no entanto nesse aspecto é quase que puramente isso.

Aí veio a década de 80 a diferença na evolução, o aspecto humanístico. 1990 é chegar ao nosso cadete hoje do terceiro milênio do século 21, há uma diferença espetacular e nítida, hoje o nosso cadete é muito mais aberto, mais a vontade, mais bem disposto no aspecto humanístico, então ele é uma globalização, uma totalização, uma somatória de conhecimentos mais bem aceito ao que deve ser em relação depois ao aspecto pragmático, da sua praxis como um prestador de serviço a comunidade e é uma coisa interessante, a nossa Academia é de um histórico e um perfil curioso, filhos meus alunos nossos, inclusive tenho um caso concreto, se permitir podemos citar, a Asp. Bruna que já é aluna nossa na terceira geração pode-se dizer, então é como eficiência Acadêmica, esse nosso cadete/aluno já fizesse uma pré-academia em casa, o seu pai foi o nosso aluno e são vários casos, é como se já tivessem em casa uma pré-academia bem mais atualizada, reciclada, humanizada, então isso ajuda.

E como são os nossos cadetes para os próximos anos, 2004, 2005 a seguir com certeza mais aperfeiçoados ainda no aspecto não inteiramente do militar mas percebendo eu na prestação de serviço quanto a um todo, humanístico acima de tudo.

ENTREVISTADOR – *Qual foi a contribuição que a escola deu ou que reflexos que ela propiciou nessa mudança desse aluno/cadete, qual foi a interferência da escola que o sr. pode perceber no conjunto da escola de formação de oficiais agora enquanto gerência do ensino?*

ENTREVISTADO – É uma sintonia em paralelo com os próprios Comandantes que nós tivemos nesse perfil todo que nós mencionamos, então são atualizações, são reciclagem dos próprios Comandantes, a personalidade deles em relação as Diretorias de Ensino que nós tivemos desde a atual e as pregressas trazendo essa evolução, e foram sempre muito bem assimiladas e não há como nós fugirmos do que é concretamente àquilo que é dinâmico no sentido diz o nosso filósofo Oráclito “tudo flui em relação ao tempo”, e sempre sobre a faculta de nossos Comandantes, por pensamentos deles também em relação as nossa Diretorias do Ensino.

ENTREVISTADOR – *Depois dessa trajetória histórica que nós vivemos, nossa Academia mais uma vez nesses seus momentos históricos passa por uma outra transformação, agora cria-se a nível de Estado uma Superintendência de Academia Estadual de Segurança Pública onde nasce com a incumbência de Gerenciar de Supervisionar as escolas ligadas ao Sistema de Segurança Pública, conseqüentemente há de se esperar reflexos importantes na nossa Academia, principalmente no nosso CFO, na sua ótica como o sr. está recebendo essas mudanças, são mudanças que na sua ótica estão vindo para agregar, melhorar o ensino, principalmente para melhorar o final desse produto que é o profissional que vai prestar um serviço e que se espera que de boa qualidade ou o sr. é temeroso com essas novas notícias, há alguma apreensão no ar ou o sr. está tranquilo?*

ENTREVISTADO – Eu vejo com bons olhos, porque isso é um desenvolvimento, um escrito natural da história, a história também evolui é como se estivéssemos começando a escrever uma nova página da história da Polícia, esse congrassamento tanto da Polícia Civil quanto da Militar é uma evolução natural e também do Bombeiro, quer dizer, é uma somatória, um corpo só, afinal de contas o homem existe como um todo, essa separação me parecia uma separação puramente metodológica, didática, e agora congregou-se tudo num só corpo incluindo o Bombeiro também. Quanto ao prognóstico, demanda algum tempo que seja para observarmos realmente a evolução, mas me parece ser benéfico e realmente importante isso, como tudo no início quando se começa causa ansiedade nós percebemos entre os componentes algum estado de animosidade ou de dúvida de segurança isso é psicologicamente compreensível, porque tudo quando se inicia, quando se nasce e se recria gera um estado de insegurança e o tempo incumbe de cristalizar as raízes, aí é que está em relação de um prognóstico e o que eu disse o prognóstico reflete num futurizar próximo e me parece que será promissor.

NOME: Renato Posterli

CARGO/ATIVIDADE:

- Médico Psiquiatra Clínico e Forense;
- Professor Universitário;
- Professor da APM e SAPC

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Medicina na UFG;
- Especialização em Psiquiatria Clínica Forense;
- Especialização em Filosofia Política.

7. Capitão PM Jesus Nunes Viana

Chefe da Seção Técnica de Ensino e Coordenador Pedagógico da APM/GO

ENTREVISTADOR – *Cap Viana, você vem também dando sua contribuição na área do ensino da PM, quer inicialmente como aluno do CFO, depois na fase do oficialato inicial numa coordenação de curso e em seções que aplicavam o ensino. Hoje como Chefe da Seção Técnica de Ensino e como Coordenador Pedagógico da APM, mas principalmente no seu curso de especialização você teve a grande idéia de produzir uma monografia com o tema “Grade Curricular do CFO”, então, com certeza você passou por esses conteúdos historicamente, levantou a história da APM e com certeza você pôde identificar momentos de transição e de mudanças nesses currículos, nessa história, na prática pedagógica que se aplicou ao longo desses períodos, seria possível você nos narrar os pontos mais relevantes na sua caminhada.*

ENTREVISTADO – Como aluno pudemos verificar quão grande era a diferença do ensino na APM e o ensino fora de uma unidade militar, nós pudemos verificar a rigidez e a responsabilidade de cada professor/instrutor, de cada oficial que estava à frente do ensino, então nós pudemos verificar a diferença do ensino praticado aqui na APM do ensino praticado no ensino civil. Vivenciamos isso durante o 3 anos que foi o nosso período de CFO, saímos daqui satisfeitos com o ensino que nos foi ministrado e claro que havia algumas indagações entre os colegas porque essa disciplina, porque aquela, mas, posteriormente pudemos verificar que cada disciplina tem seu aproveitamento, fora do curso, isso como aluno.

Depois quando já oficial nós tivemos algum tempo fora e retornando como 2º tenente nós pudemos vivenciar um outro lado do ensino não mais como aluno, mas sim como oficial e aquele que leva o ensino àqueles que aqui chegam. Aí que nós pudemos tomar contato com a grade curricular, com matriz curricular, com conteúdos programáticos, aí que nós pudemos entender o porque de muitas situações, de muitas disciplinas e ao longo do tempo nós pudemos vivenciar isso e lavar ao aluno.

Com relação ao CEGESP que nós fizemos o qual tem um trabalho monográfico, nós buscamos já devido a nossa vivência com ensino, trazer nosso trabalho monográfico para esse lado, nossa pesquisa abrangeu o ensino não só na academia de Goiás, mas a matriz curricular de todas as academias do Brasil, pudemos demonstrar isso no nosso trabalho e é claro que existe algumas diferenciações praticamente até mesmo pelas condições do território e diferenciações políticas de cada Estado e a diferenciação de cada disciplina reside basicamente nisso. Mas a nossa academia não deixa a desejar, nós temos uma diferenciação muito grande de matriz curricular da época de Departamento de Ensino, de CFA isso mostra que não ficamos parados no tempo, essa diferenciação foi acontecendo gradativamente de acordo com as necessidades, isso nós pudemos verificar em cada matriz curricular, de ano para ano chegando à matriz curricular que nós temos hoje.

Uma diferenciação mais brusca foi no ano de 1996 é que nós sofremos algumas alterações

com algumas inserções de matérias novas, como o Inglês que hoje já não faz parte da matriz curricular. Nesse ano letivo já sofreu algumas outras mudanças, nós temos matérias novas na grade curricular como, prevenção a drogas, gestão da qualidade, pronto socorrismo, então do ano passado para cá nós temos 4 ou 5 gerenciamento de crises que é uma matéria voltada para o policiamento ostensivo e tenho certeza que desse ano para o ano que vem, através de estudos vamos retirar ou acrescentar disciplinas na nossa matriz curricular de acordo com a nossa necessidade.

ENTREVISTADOR – *Cap Viana, seria importante para a nossa pesquisa que você nos informe o período temporal que você foi aluno do CFO para se ter uma idéia da dimensão histórica curricular.*

ENTREVISTADO – Meu CFO deu início no 2º semestre de 1987 e terminou no 2º semestre de 1990.

ENTREVISTADOR – *Ainda em relação a pergunta anterior e eu gostaria de insistir nela, com essas mudanças curriculares que você pontuou muito bem, você pôde perceber nesses momentos de mudanças reflexos delas na atuação, na autonomia, no saber do professor enquanto transmitia o conhecimento, se essas mudanças você percebeu desde quando aluno e nas fases seguintes, se elas tiveram influências, reflexos diretos na atuação do professor que chegava até a sala de aula?*

ENTREVISTADO – Com certeza nós observamos mudanças, desde a minha época de aluno para cá tem-se a cada dia chegado novas mudanças é claro que até as disciplinas adotadas que são voltadas mais para o lado humanístico ela colabora com isso, e o professor não é mais aquele que chega na frente da turma e que é o dono da verdade, ele é um facilitador da aprendizagem e o militarismo que tido como aquele ensino tradicional, ele tem buscado trazer esse professor para a sala de aula e para junto do aluno, quer dizer o professor permite a participação ativa do aluno, discutindo democraticamente com o aluno, sem aquela fiscalização que nós tínhamos no passado de ter um oficial atrás verificando o que o professor ia falar, o que ia responder e o que o aluno ia perguntar, hoje nós podemos dizer que o ensino na APM, na PM com certeza é mais democrático, o aluno busca o aprendizado e o professor trás o aprendizado, facilitando o intercâmbio professor e aluno.

ENTREVISTADOR – *Quer dizer que hoje o professor tem essa liberdade de trabalhar os conteúdos, de trabalhar nesses conhecimentos, de responder os questionamentos e ele não tinha tanta liberdade no passado, seria isso?*

ENTREVISTADO – Com certeza, agente tem essa mania de, na minha época, no meu tempo, mas eu vou repetir, na minha época nós não tínhamos essa liberdade, o professor era o professor, o aluno era o aluno, talvez até não com tanta frequência, porque um professor é diferente do outro, mas a própria estrutura da época não permitia que o professor permitisse essa elasticidade de perguntas e de participação do aluno e eu pessoalmente vejo isso de forma diferente hoje, se agente assiste uma aula hoje, até mesmo para avaliar o professor,

nota-se que o aluno participa mais, tendo mais condições de aprender devido a sua participação.

ENTREVISTADOR – *Mas você acha, ainda insistindo na mesma pergunta, que essa liberdade que o professor/instrutor hoje convive com ela é fruto de uma mudança da conjuntura, da estrutura da escola, fruto da mudança da estrutura da própria instituição PM ou isso é reflexo das mudanças curriculares?*

ENTREVISTADO – Eu acho que de ambas, até a própria estrutura política hoje exige isso, nós estamos trabalhando para servir a comunidade e para servir a comunidade nós temos que aprender as trabalhar com a comunidade e isso se inicia na sala de aula, então todas as estruturas tem contribuído para isso, nós estamos buscando facilitar o ensino, nós não estamos aqui buscando hoje que o aluno seja reprovado, permaneça na sala. Queremos que o aluno aprenda e saia daqui e coloque o aprendizado dele em prática.

ENTREVISTADOR – *Então você seria capaz de afirmar que os currículos da APM de nosso Estado tem conseguido acompanhar as mudanças conjunturais, político sociais do Estado, as mudanças da própria corporação PM, isto é os currículos estão refletindo esses modelos políticos, sociais, econômicos e que de alguma forma também chega até o ensino e na educação?*

ENTREVISTADO – As nossas autoridades envolvidas com o ensino elas tem buscado isso, se nós pegarmos o currículo de 1990 e fazer uma comparação com o de hoje, vamos verificar que a matriz curricular de hoje está voltada bem mais para o lado humanístico.

ENTREVISTADOR – *Você como poucos que teve a oportunidade de acompanhar a aplicação desses conteúdos, desses currículos, do ensino em nossa Instituição PM voltada para a formação de nossos quadros, você consegue pontuar nesse período desde aluno a questão das práticas pedagógicas, da didática, dos recursos didáticos, tudo isso na sua ótica, já que você fez outros cursos fora é possível você fazer um paralelo com que nós trabalhamos aqui, com que se trabalha aí fora, se você consegue identificar que tipo de pedagogia que a academia sempre desposou, se mais tradicionalista, tecnicista, progressista, mais evoluída, com mais liberdade para o professor e para o aluno.*

ENTREVISTADO – O ensino militar é tido como tradicionalista e ainda o é, só que agora deforma mais branda e esse pouquinho que ainda ficou de tradicionalismo talvez seja o fato que faça com os nossos professores admirem e gostem de dar aula na academia, porque ele é um ensino tradicionalista mais voltado para a disciplina do aluno em sala, o aluno não sai na hora que quer, não entra na hora que quer, não vai tomar água na hora que quer, então talvez o conservadorismo esteja nesse fato. Aos poucos ele está se tornando misto, porque nós temos buscado professores realmente capacitados e conhecedores do assunto, acostumado a ministrar aula aí fora.

ENTREVISTADOR – *De onde são esses professores, eles estão soltos no mercado, estão vinculados em algumas Instituições do Ensino Superior, você poderia nos pontuar a origem desses professores que trabalham na academia?*

ENTREVISTADO – Todos os nossos professores hoje na APM são no mínimo mestres, é exigência para o Curso de Formação de Oficial, são professores de diversas instituições de ensino superior: UCG, UFG, FACH e profissionais de alto gabarito como juizes, promotores de justiça, estando todos vinculados a um órgão de ensino superior, com isso nós temos melhorado o nosso ensino na PM.

Também tem o lado do aluno que está mais selecionado, vindo para o CFO com maior bagagem de conhecimento adquirida lá fora que facilita mais a aprendizagem dele.

ENTREVISTADOR – *Como a nossa pesquisa está centrada em grande parte nos currículos do CFO, eu gostaria de insistir na pergunta em relação a questão da ênfase dada nos currículos, se ainda é um currículo que não privilegia o conhecimento e a experiência adquirida pelo aluno ou se aquele currículo que transmite o conhecimento pronto e acabado indiferente a experiência acumulada pelo aluno, de que formas esses currículos são passados e de que forma são entendidos?*

ENTREVISTADO – Nós vivemos numa estrutura hierarquizada onde existe a disciplina e muitos detalhes está voltado para a disciplina, porém isso hoje não é mais com aquela rigidez onde o aluno não poderia se manifestar, hoje o aluno está melhor selecionado, mais crítico e tem o espaço para mostrar seu conhecimento, tendo a oportunidade de manifestar o seu ponto de vista e hoje nossa estrutura aceita isso, logicamente que isso colocado sempre de forma ponderada de maneira que não fira os nossos preceitos, nossa hierarquia e o nosso regulamento.

ENTREVISTADOR – *Você tem falado muito que o nosso currículo ainda é um currículo que reflete o espírito da instituição que é de privilegiar uma certa hierarquia e uma certa disciplina, você acha que esses valores ainda devem ser cultivados pela Corporação e em função disso esses valores ainda devem ser cultivados na escola, nos nossos currículos, que importância tem isso nos nossos cursos, no currículo e principalmente na atuação prática da instituição prestando serviços?*

ENTREVISTADO – Acho interessante a questão da disciplina, que hoje é de forma mais branda, eu pessoalmente acho que ela deve continuar, porque nós formamos um profissional não para soltá-lo no mercado e ele se virar para arrumar um serviço, nós estamos formando nossos futuros colegas para trabalhar com a segurança pública e historicamente dentro da nossa estrutura já existia a disciplina e nós sabemos que ela nunca trouxe prejuízos para a instituição. A instituição militar é vista hoje como uma instituição séria, onde se pratica um ensino de maneira séria.

ENTREVISTADOR – *Que CFO nós temos hoje, que aluno nós temos hoje, que comparação eu posso fazer desse CFO com os anteriores e principalmente com o seu CFO que você viveu intensamente durante três anos?*

ENTREVISTADO – Há diferenças na matriz curricular, temos diferença nos procedimentos dos alunos hoje tendo acesso a todos os setores da APM. Hoje não tem mais segredos dentro da nossa estrutura, tudo é passado para o aluno tentando colocá-lo o mais próximo da realidade. Não mais aquilo que tinha na nossa época onde o aluno só andava no pátio com as mãos para trás e com passos largos ou correndo, hoje já não existe mais isso, hoje o aluno tem livre acesso na academia, ele almoça onde quer, ao término do expediente ele sai quando quer, não tem mais aquele corre corre que tinha na academia, os alunos hoje tem uma sala separada só para eles onde eles tem acesso a computadores com internet, o aluno está ligado no mundo externo, ele não vive no mundinho dele daqui da academia que ele chegava no domingo à noite só saía na sexta-feira se saísse, ele perdia o contato com o mundo exterior, é claro ainda que participa das escalas de serviço.

O que podemos verificar são os procedimentos em sala de aula que foram totalmente modificados, os professores já não são como aqueles que recebiam orientação para sua conduta perante aos alunos. Hoje é passada a ementa e ele a conduz da melhor forma, e depois é acompanhada em especial pelas provas que passam por um crivo. Há também uma fiscalização da presença, mas não da conduta em sala, como ele estaria administrando o conteúdo e quais conteúdos ele realmente está trazendo para os alunos.

O simples fato de a academia exigir que os professores que compõem seus quadros nós já chegamos a conclusão de que o professor hoje tem mais conhecimento a nos trazer, então aquele policiamento que tinha para ver se o professor estava passando conhecimento em sala de aula, hoje praticamente não existe mais, o professor ele é fiscalizado mas com outros objetivos.

ENTREVISTADOR – *Você está assistindo a mais uma modificação histórica, cria-se a nível de Estado um Superintendência da Academia de Segurança Pública de Goiás, qual é a sua visão desse momento, quais são as suas expectativas para o CFO de amanhã, o que você acha que vai acontecer desse reflexos dessas mudanças?*

ENTREVISTADO – A apreensão não deixa de existir pois não sabemos o que pode acontecer, mas as mudanças tem que existir, se não existisse mudanças nós estaríamos vivendo ainda o antigo departamento de ensino, lá na década de 1940. Quanto às nossas expectativas são as melhores possíveis, temos os nossos oficiais conhecedores do ensino, o nosso Superintendente tem buscado trazer para essa nova estrutura o melhor do ensino, fala-se que para o próximo CFO irá exigir que o candidato seja Bacharel em Direito e com certeza isso vai trazer benefícios não para a Polícia Militar mas para a comunidade de maneira geral, porque se o oficial for conhecedor das leis com certeza ele vai levar um serviço melhor para a comunidade. Nós vamos ter que trabalhar muito no novo currículo desse CFO, pois os candidatos vão chegar com uma bagagem de conhecimento ainda maior, então vamos aguardar e espero que aconteça o melhor.

NOME: Cap PM Jesus Nunes Viana

CARGO/ATIVIDADE:

- Chefe da Seção Técnica de Ensino da APM e Coordenador

Técnico/Pedagógico da APM

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Curso de Formação de Oficiais;
- Curso de Especialização de Ensino;
- Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública;
- Acadêmico do Curso de Direito na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas.

8. Capitão Marco Antonio de Castro Guimarães

Sub-Chefe do Gabinete Militar da Prefeitura de Goiânia

ENTREVISTADOR – *Cap Castro, na sua concepção hoje, já passado praticamente 10 anos depois de formado, que avaliação você faz do seu Curso de Formação de Oficiais, que nível ele possuiu?*

ENTREVISTADO – Iniciei o CFO em 90, e nessa mesma época minha turma foi a segunda a fazer o CFO e cursar o curso de Direito à noite em um convênio que existia entre a PMGO e a FACH, sendo que primeiro deveria ser aprovado na FACH para depois se incluir na PM.

Do CFO eu tirei uma experiência tremenda, primeiro pela novidade de várias matérias que eu jamais imaginei fazer, matérias do campo militar, muita matéria na área de psicologia e várias matérias referentes ao curso de direito. Das matérias militares tivemos uma experiência muito farta na questão de noções de policiamento, técnicas policiais militares até então nunca havia visto ou ouvido falar e mesmo saindo de um mundo civil muito novo na época, nós não tivemos muita dificuldade em absorver essas matérias militares que nos foi ministradas.

O currículo era muito vasto, em mais de sessenta disciplinas na época, salvo engano pelo tempo, várias matérias de cunho militar e várias matérias de cunho civil ligadas a área de direito, mas, tudo para mim foi uma novidade muito boa, me abriu uma gama melhor de conhecimento tanto da área militar, quanto da área jurídica que até então não tinha conhecimento. Foram matérias inclusive muito rigorosas na questão de disciplina, de horário, coisas totalmente diferente do mundo civil eu vivia, realmente se cumpria a carga horária proposta, tendo que nos adaptar a nova realidade. Então para mim foi muito bom, muito proveitoso não somente para a vida profissional como também para a vida pessoal.

ENTREVISTADOR – *Em relação a APM que comparação você pode fazer com o CFO que você realizou na nossa APM com o Curso de Direito que você realiza hoje na FACH, que diferenças básicas você pode pontuar em relação a APM enquanto uma Universidade Militar para uma Universidade civil?*

ENTREVISTADO – A diferença é bem visível e notória, nós temos no estabelecimento militar regras que são cumpridas à risca e uma fiscalização mais intensa e pelo menos na minha época nós tínhamos que realmente cumprir tudo aquilo que era proposto pelo Curso de Oficiais. Na Faculdade, na época em que iniciei na mesma data, agente já percebia diferenças, na faculdade existe uma informalidade maior na questão do rigor que menos acentuado e na questão de procedimentos até mesmo de docentes se vê uma diferença muito grande, o professor/instrutor que ministra na APM têm que se adequar à realidade e o professor da Faculdade é uma pessoa mais informal, às vezes adstrito a tantas regras como é na APM.

Então, a diferença básica que eu percebo e percebi na época foram essas, questão de disciplina e de comportamento das pessoas que trabalham ali e trazem informações para nós.

ENTREVISTADOR – *Em relação às práticas pedagógicas, dá para perceber algumas diferenças em relação ao currículo, se é mais aberto, liberal em relação a prática do professor da APM em relação ao Faculdade civil, os conteúdos, a questão do tipo de pedagogia do ponto de vista de uma didática mais progressista ou mais conservadora?*

ENTREVISTADO – Pelo tempo, que já se passaram cerca de 10 (dez) anos, agente não consegue vislumbrar alguns aspectos da época, porque a prática didática vivia uma realidade diferente da de hoje, mesmo assim agente consegue perceber algumas mudanças. Na época a Academia adotava um currículo que hoje já mudou, que nós iniciamos naquela época o Curso de Direito e tivemos que interromper para trabalhar no interior, só retornando a frequentar a faculdade no ano passado e vimos também muita diferença na questão de currículo e na pedagogia empregada e acredito também que o CFO está vivendo isso hoje. A Faculdade já tinha o ensino voltado para a área jurídica com uma forma menos disciplinada.

Hoje acredito que o CFO está voltado com disciplinas na área do direito do que na época que eu estudava, porque na época agente fazia esse curso paralelo e a questão da prática pedagógica dos instrutores da época era voltada àquela direção do militarismo, tanto os professores civis que também eram pessoas bastante rigorosas que cumpriam aquelas peculiaridades da Instituição Militar e a Faculdade tinha um currículo voltado a área jurídica também na forma um pouco mais informal e hoje também segue os mesmos traços.

ENTREVISTADOR – *Uma outra questão interessante é em relação a liberdade dos professores/instrutores quando da transmissão dos conhecimentos, há uma concepção aí fora, talvez um tanto quanto leiga ou imaginária de que por ser um ensino militar às vezes a Academia exercia ou exerce um certo patrulhamento ideológico nos professores/instrutores, de tal forma que eles não tinham muita liberdade de trabalhar o conhecimento. Na sua visão de aluno naquela época, você percebia que esses professores/instrutores sentiam um tanto quanto limitados na sua capacidade de docente ou se eles tinham liberdade como tem os professores das faculdades civis.*

ENTREVISTADO – O sistema militar naquela época influenciava muito na questão dos professores/instrutores, o sistema militar é um sistema muito forte, muito arraigado na questão das tradições que nós percebíamos naquela época uma certa limitação, claro que um caso ou outro de instrutores às vezes colocados, mas agente percebia que o próprio sistema fazia uma fiscalização àquela instrução, a maioria dos professores eram militares e os civis se comportavam com certos limites que na faculdade não existe, existe mais na questão de matéria específica, mas ela é ministrada para o aluno na faculdade de uma forma bem diferente do que no sistema militar, então já percebia e percebo até hoje essas diferenças, da limitação do sistema militar para a informalidade, de uma forma mais aberta que repassado o conteúdo das matérias na faculdade.

ENTREVISTADOR – *Cap Castro, mudando o foco da discussão, eu gostaria de saber se na sua percepção enquanto aluno você acreditava que a escola através do currículo, dos conteúdos repassados para vocês, transmitido pelos professores/instrutores que permitiam que o aluno também interagisse com esse currículo de tal forma que as experiências e os conhecimentos que você enquanto aluno já trouxe do mundo civil, da sua vida para a escola,*

se eles eram aproveitados também e automaticamente interagido com os conhecimentos que

eram repassados ou se era uma escola, um currículo e um professor/instrutor que desprezava toda contribuição do aluno, isto é, você não sabe nada, eu que vou te ensinar, qual era a sua concepção como aluno em relação a esse enfoque?

ENTREVISTADO – Como para mim e a maioria dos colegas de turma na época era uma novidade, o CFO era a primeira experiência com militarismo. Nós vivemos numa época que estava havendo uma transformação muito grande na questão do militarismo, nós fomos uma experiência que houve para estar levando o aluno oficial da época também para a faculdade, fomos a segunda turma, então nós percebíamos que a própria constituição estava dando uma abertura a todas essas peculiaridades da época, essa transformação, fazendo com que o aluno também fosse aproveitado.

Em referência àquelas matérias militares propriamente ditas, as pessoas que estavam ali fazendo o curso que já vinham do mundo militar elas também podiam expressar seus conhecimentos e podiam também estar dando a sua contribuição, era aproveitada a experiência que ele já tinha e para nós, no meu caso específico que não tinha nenhum conhecimento, agente estava mais para aprender aquilo e quando tínhamos oportunidade também de falar sobre nossa vivência é claro que era percebido pelos professores/instrutores, mas como já foi dito, no meu entendimento em 1990 houve uma transformação do sistema militar da época, nós somos frutos disso, fomos experimentados como também os professores/instrutores.

ENTREVISTADOR – *Cap Castro, acho que a sua informação inicial dando conta de que o seu CFO foi um pouco híbrido, que sua seleção começa na Faculdade Anhanguera que estando aprovado para cursar o Direito naquela faculdade também estaria aprovado para fazer o CFO, o que mais de novidades você poderia pontuar nessa época, em função desse novo modelo de ingresso no curso, esse momento que a academia você percebeu outras mudanças significativas?*

ENTREVISTADO – Pude perceber que como a minha turma sofreu essa experiência, também se fez experiência com toda estrutura da academia na época, nós percebemos evidentemente que no 1º e 2º ano a Academia se comportava de uma forma, o CFO tinha diversas instruções no campo, instruções quase que diárias e já no 3º ano agente percebeu uma transformação muito grande, foi abolido algumas instruções de campo e voltou-se o aluno mais para a área acadêmica, para a área de conhecimentos, para a área de aperfeiçoamento, então, nós pudemos perceber que nessa época a Polícia Militar, a Instituição da Academia houve uma evolução nesse sentido, deixou um pouco aquele ranso do militarismo, daquela coisa muito formal, daquela coisa até de rala e passou mais a aperfeiçoar, dar conhecimento, estrutura técnica científica para os oficiais que dali saíam. Que foi percebido em meados de 1992, assim que passei para o terceiro ano na Academia.

ENTREVISTADOR – *Até que ponto na sua concepção o que você aprendeu, os ensinamentos, os conhecimentos e as experiências repassadas no CFO e na Academia como um todo, eles foram significativos para a sua atividade prática, isto é, para o seu emprego na atividade operacional e administrativa da Corporação, até que ponto que o que você aprendeu foi suficiente para determinar o seu sucesso ou não na atividade prática?*

ENTREVISTADO – Os conhecimentos apreendidos no CFO foram de grande valia para a vida prática operacional após formado, é claro que em algumas matérias nós percebemos que somente para um conhecimento, porque na prática pouco se utilizou, como ODITE (visa ensinar o combate no campo), quanto a matéria de tiro eu acho que deveríamos ter nos aprofundado e agente sabe que na época, como hoje, como também antes de ingressar no CFO a estrutura como sendo uma estrutura pública passava por algumas deficiências, tinha deficiência de material, de subsídios para se fornecer uma instrução totalmente adequada, agente via muita boa vontade mas ao mesmo tempo em algumas matérias como já foi citado, nós tivemos pouca instrução prática, mas a grande maioria das matérias militares ligadas a área de conhecimento geral nós tivemos uma gama muito boa.

ENTREVISTADOR – *Uma outra discussão que se trava sempre em qualquer escola é a compatibilização de teoria e prática, no seu caso, na sua formação específica, você entende que houve uma super valorização das teorias em detrimento da prática ou você acha que a teoria ministrada foi compatível com prática que o próprio curso ofereceu de tal forma que ao término deste você se sentiu seguro para atuar na prática como um profissional da Segurança Pública?*

ENTREVISTADO – A teoria ministrada foi importantíssima, é claro que talvez não tenha suprido toda necessidade mas ela atingiu o objetivo e só faltou uma leve adaptação que agente obviamente deve-se fazer, de tirar daqueles conhecimentos teóricos, daquele ensinamento, agente levar para a vida prática porque na APM agente aprende tudo que é correto, correto e devido, nós enfrentamos problemas na rua ou no serviço dentro do quartel, na parte operacional que as vezes é pouco ensinado na APM e que agente vai aprender na rua como é o caso de comunicação, de atendimento de ocorrência que lá só aprende o correto e na rua agente tem que estar se adaptando, fazendo o correto e enfrentando as deficiências que já mencionei, mas, o conhecimento teórico foi de suma importância.

ENTREVISTADOR – *Concluimos nossa entrevista abordando o momento político e histórico porque passa nossa academia com a criação de uma Superintendência, como você tem acompanhado essas mudanças, você tem visto essas mudanças com tranquilidade ou você tem acompanhado com uma certa apreensão, enfim, como essas mudanças chega para você, eu posso afirmar que é uma inovação e de que forma você tem recebido essas inovações?*

ENTREVISTADO – Imagino que tanto eu quanto toda PM hoje vive uma apreensão muito grande, agente vê uma academia, um centro de formação tão tradicional da PM sendo visto só com aspecto político, hoje estão tratando o ensino policial militar, um ensino que já vem de décadas ser visto de uma forma meramente política, agente vê que nem nós hoje oficial da polícia, falo por mim, não sabemos o que pode acontecer, estamos vendo a transformação que estão fazendo com a APM, mas, as perspectivas no meu ponto de vista não são boas, eles estão querendo simplesmente abrir essa academia, não sei ainda para que finalidade, porque não vi ainda nenhum benefício nisso, agente sabe que o mundo sofre uma transformação muito grande com a globalização de ensino e todas as áreas, mas a Polícia Militar tem que ter a sua referência como sempre teve a APM, que é um ponto que nós policiais militares temos em comum e que nós sabemos distinguir de outros tipos de ensino como é o exemplo do Colégio Militar que hoje é uma referência no nosso Estado é um ensino diferenciado que nós temos e hoje é buscado por toda comunidade, então nós percebemos que essa transformação é ainda embrionária mas, o cunho dela no meu ponto de vista é meramente político e que eu acho que a

Polícia Militar tem que se preocupar muito com isso, tem que entrar nessa discussão e não ficar só

aguardando as deliberações políticas, fazer um estudo aprofundado dessa transformação para analisar e mostrar quais serão as causas e as consequências dessas mudanças que nos estão colocando.

Percebo isso com muita apreensão e espero que nós oficiais da polícia, o grande comando possa perceber, se preocupar com isso, fazer um estudo e estar apresentando às pessoas que realmente querem essa mudança para que seja uma coisa colegiada e não uma coisa colocada, porque nós não começamos ontem ou anteontem nós temos muitos anos de tradição e não pode ser quebrada assim tão bruscamente.

NOME: Cap PM Marco Antonio de Castro Guimarães

CARGO/ATIVIDADE:

- Sub Chefe do Gabinete Militar da Prefeitura de Goiânia

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Curso de Formação de Oficiais – 1990 à 1992;
- Acadêmico do Curso de Direito na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas.

9. 1º Tenente PM Clives Pereira Sanches

Chefe da Seção de Ensino da APM/GO

ENTREVISTADOR – *Ten Sanches hoje já passado praticamente 10 anos depois de formado, que avaliação você faz do seu Curso de Formação de Oficiais, que nível ele possui?*

ENTREVISTADO – O CFO que realizei a quase dez anos atrás atendeu às minhas expectativas uma vez que teve dentro do seu conteúdo de disciplinas uma grande diversificação de áreas que envolviam a minha necessidade de conhecimento em relação ao desempenho da minha atividade como Oficial PM, um detalhe interessante a ser colocado em destaque é que o CFO não só se preocupou com a apresentação de conteúdo mas também com a formação de um perfil profissional em relação a esse futuro oficial da PM uma vez que quando lá dentro da APM nós observamos uma diferenciação comportamental em relação a Instituição bem como em relação a função a ser exercida e também com referência ao modo de se observar as missões que seriam atributo do futuro oficial PM.

ENTREVISTADOR – *Em relação a APM que comparação você pode fazer com o CFO que você realizou na nossa APM com o Curso de Direito que realizou na UCG, que diferenças básicas você pode pontuar em relação a APM enquanto uma Universidade Militar para uma Universidade Civil?*

ENTREVISTADO – Inicialmente a APM demonstrou ter como objetivo não só a formação acadêmica em relação a apresentação de conteúdos e disciplinas como também a formação moral voltada para um perfil ideal destinado a atuação do oficial PM, já a UCG em especial meu Curso de Direito tinha como objetivo apenas transmitir ao corpo discente os conteúdos atinentes a real necessidade para o Bacharelado em Direito e o futuro exercício daquela função, sem se preocupar com o perfil da formação desse profissional. Com relação a administração de docência a APM se demonstrou por demais eficiente haja vista que a qualificação do corpo docente sem sombra de dúvidas superou e muito a qualificação do corpo docente que eu encontrei na UCG, bem como o controle das atividades didáticas desde presença de docente em sala de aula, controle de discente com relação as faltas, controle de avaliações, então dentro dessa análise eu observo o CFO com uma administração pedagógica muito mais eficiente e voltada para o compromisso educacional do que a UCG que devido a sua grande quantidade de turmas não gerenciou de forma ideal o transcorrer do curso.

ENTREVISTADOR – *Em relação às práticas pedagógicas, dá para perceber algumas diferenças em relação ao currículo, se é mais aberto, liberal em relação a prática do professor da APM em relação ao da Faculdade Civil, os conteúdos, a questão do tipo de pedagogia do ponto de vista de uma didática mais progressista ou mais conservadora?*

ENTREVISTADO – No que se refere à prática pedagógica, nós observamos que a APM se preocupa em gerenciar de forma sistemática o processo pedagógico, acompanhando com maior proximidade o corpo docente afim de que ele realmente atenda a real necessidade daquela instituição de ensino. Com relação a diferenciação do ensino civil, o que nós pudemos observar é que, na Faculdade Civil o professor se sente mais livre para desenvolver qualquer tipo de atividade pedagógica, voltada a disciplina, não tendo um controle sistemático

por parte daquela instituição, sendo que em alguns casos o aluno observa um aspecto positivo

e outros o aspecto negativo. Quanto ao acompanhamento sistemático em relação a Academia voltada para o corpo docente ele não atinge o professor em sala de aula, existe aí apenas uma situação de uma obrigação com relação ao serviço prestado, ou seja, o professor tem que ir na sala de aula dar aula, o que as vezes não acontecia na instituição civil, por não haver esse controle sistemático em relação ao processo.

ENTREVISTADOR – *Uma outra questão interessante é em relação a liberdade dos professores/instrutores quando da transmissão dos conhecimentos, há uma concepção aí fora, talvez um tanto quanto leiga ou imaginária de que por ser um ensino militar às vezes a Academia exercia ou exerce um certo patrulhamento ideológico nos professores/instrutores, de tal forma que eles não tinham muita liberdade de trabalhar o conhecimento. Na sua visão de aluno naquela época, você percebia que esses professores/instrutores sentiam um tanto quanto limitados na sua capacidade de docente ou se eles tinham liberdade como tem os professores das faculdades civis?*

ENTREVISTADO – Quanto ao trabalho de docência em sala de aula nós observávamos que o mesmo não possuía nenhuma restrição quanto a transmissão de conhecimentos, a diferenciação em relação a instituição civil era uma fiscalização em prol do cumprimento do conteúdo determinado, sendo que esse conteúdo não era apenas voltado para uma visão antiquada, esse conteúdo era também exigido por parte do professor uma devida atualização, então, em momento algum do curso um professor deixou de transmitir algo novo que porventura não estivesse nem mencionado no conteúdo, afim de enriquecer a atualizar o corpo discente, então esse controle sempre teve mas porém nunca de forma ideológica, tanto é que os professores da APM dão aulas naquela instituição com prazer, eles se sentem satisfeitos profissionalmente, uma vez que eles possuem respaldo por parte da coordenação pedagógica bem como por parte do corpo discente, as vezes essa situação não ocorre numa instituição civil, então o aspecto dessa fiscalização pedagógica se volta apenas para o cumprimento do conteúdo e não para restrições de apresentação ideológica, uma vez que a Academia busca formar oficiais e logicamente formadores de opiniões e para se formar opiniões é necessário ter um conhecimento pleno do conteúdo ministrado.

ENTREVISTADOR – *Ten Sanches, mudando o foco da discussão, eu gostaria de saber se na sua percepção enquanto aluno você acreditava que a escola através do currículo, dos conteúdos repassados para vocês, transmitido pelos professores/instrutores que permitiam que o aluno também interagisse com esse currículo de tal forma que as experiências e os conhecimentos que você enquanto aluno já trouxe do mundo civil, da sua vida para a escola, se eles eram aproveitados também e automaticamente interagido com os conhecimentos que eram repassados ou se era uma escola, um currículo e um professor/instrutor que desprezava toda contribuição do aluno?*

ENTREVISTADO – Havia uma interação plena, uma vez que o corpo docente era altamente qualificado e tinha como objetivo ensinar o corpo discente e para se propor a situação do ensinamento é necessário que haja troca de experiência e essa troca sempre houve sem nenhuma restrição com referência ao sistema.

ENTREVISTADOR – *Até que ponto na sua concepção o que você aprendeu, os ensinamentos, os conhecimentos e as experiências repassadas no CFO e na Academia como um todo, eles foram significativos para a sua atividade prática, isto é, para o seu emprego na atividade operacional e administrativa da Corporação, até que ponto que o que você aprendeu foi suficiente para determinar o seu sucesso ou não na atividade prática?*

ENTREVISTADO – O CFO atendeu a todas as expectativas profissionais quanto ao aspecto da formação, uma vez que após formado nós observamos que todas as disciplinas ali ministradas tinham o objetivo de formar e preparar o profissional para exercer a sua função junto a instituição. Com referência a situação não só de conhecimentos teóricos, como também a situação comportamental em relação a sua função profissional bem como ao aspecto de compromisso em relação as atividades exercidas.

ENTREVISTADOR – *Uma outra discussão que se trava sempre em qualquer escola é a compatibilização de teoria e prática, no seu caso, na sua formação específica, você entende que houve uma super valorização das teorias em detrimento da prática ou você acha que a teoria ministrada foi compatível com prática que o próprio curso ofereceu de tal forma que ao término deste você se sentiu seguro para atuar na prática como um profissional da Segurança Pública?*

ENTREVISTADO – A teoria e prática ministradas no CFO atendeu a expectativa para a preparação da minha pessoa como oficial, a compatibilidade dessa aplicação da teoria e prática se dá num enfoque de que deve ser analisado o exercício da função como um todo, agora, é lógico que a teoria tem um papel importante na execução da sua atividade, ela jamais pode deixar de ser ministrada em detrimento da prática é lógico que um curso de formação vai ter muito mais teoria do que a prática propriamente dita, porém, o índice que foi trabalhado em relação a teoria e prática atenderam as minhas expectativas.

ENTREVISTADOR – *Estando no exercício de atividade de ensino, qual a avaliação feita como oficial egresso e hoje aplicador de ensino, que mudanças você percebe do CFO feito com o de hoje?*

ENTREVISTADO – Desde 1991 quando ingressei no CFO, várias alterações foram efetivadas nesse referido curso, alterações positivas com referência a atualização de disciplinas, substituições de práticas que hoje são vistas como desnecessárias, dentro dessas perspectivas o CFO vem sofrendo alterações de acordo com as necessidades da formação do profissional, tendo essas mudanças sempre o direcionamento para melhorar a formação do futuro oficial da PM.

ENTREVISTADOR – *O CFO que você fez em 1991 possibilitou colocar em prática o que foi aprendido ajudando na atividade policial e o CFO de hoje melhorou ou não as condições de informações repassadas ao aluno?*

ENTREVISTADO – O CFO de 91 atendeu às minhas expectativas e aquelas situações da

época, hoje com as alterações propostas e efetivadas junto a este curso esse grupo de informações ampliou ainda mais as possibilidades do desempenho da atividade policial que exigida para o portador do curso de oficial.

ENTREVISTADOR – *Concluimos nossa entrevista abordando o momento político e histórico porque passa nossa academia com a criação de uma Superintendência, o que efetivamente mudou na antiga APM com as atuais modificações realizadas?*

ENTREVISTADO – A APM ainda permanece no aspecto pedagógico mantendo os seus padrões de qualidade, porém, vem sofrendo um impacto negativo com referência a alteração do sistema educacional da segurança pública, uma vez que o Estado não tem uma formação acadêmica nem tampouco um planejamento adequado para implantar essas devidas alterações, então, o que nós observamos, é idealizado um projeto, esse projeto é colocado em prática sem qualquer planejamento, os órgãos de execução sofrem as duras penas dessas mudanças uma vez que não são planejadas e precisam ser adequadas na prática, inclusive com cursos em andamento colocando em cheque dos cursos ministrados na instituição, porém, dentro dessa perspectiva existem ainda pontos positivos uma vez que, dentro dessas mudanças não planejadas nós temos profissionais que procuram adequar essa falta de planejamento à situação de uma análise ponderada para que não haja uma ruptura do processo pedagógico e a perda de informações importantes para a formação do profissional, Policial Militar.

NOME: 1º Ten PM Clives Pereira Sanches

CARGO/ATIVIDADE:

- Chefe da Seção de Ensino do Centro de Ensino e Estudo Superior da PMGO
- Professor do CEESPMGO e UEG

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Curso de Formação de Oficiais – 1994;
- Curso de Direito (UCG – 98);
- Especialização em Transportes Urbanos (UNB – 2002);
- Curso Técnico de Ensino (97).

10. 2º Tenente PM Bruna Rúbia Da Silva Lima

Oficial Comandante de Policiamento do 1º Batalhão de Polícia Militar

ENTREVISTADOR – *Bruna, que avaliação você faz do seu Curso de Formação de Oficiais, que nível ele possui?*

ENTREVISTADA – O CFO que realizei de 1999 a 2001, foi uma experiência totalmente diferente, da qual eu estava acostumada; em 98 fazia duas faculdade, pela manhã o Curso de Pedagogia na UFG e à tarde o Curso de Educação Física na ESEFEGO. Em decorrência dos dois cursos não havia possibilidade de trabalhar, foi quando no final do ano de 1998, prestei o Concurso Público para oficial da Polícia Militar.

O Curso de Oficial foi realizado incluindo gradativamente os ensinamentos militares. Contudo, as disciplinas eram de várias áreas como: Administração, Direito, Educação Física, Magistério e Educação Militar.

ENTREVISTADOR – *Em relação a APM que comparação você pode fazer com o CFO que você realizou na nossa APM com os Cursos realizados na ESEFEGO e na UFG, que diferenças básicas você pode pontuar em relação a APM enquanto uma Universidade Militar para uma Universidade Civil?*

ENTREVISTADA – A diferença do CFO com os demais cursos de ensino superior, é em especial a disciplina militar, quanto à apresentação no início da aula, o respeito que os alunos devem obrigatoriamente ter para o professor e o cumprimento rigoroso da grade curricular.

Nos demais aspectos de ensino-aprendizagem, são similares. O aluno tinha liberdade em perguntar e tirar suas dúvidas com o professor. A disciplina também era rigorosa na questão do horário, início das aulas e intervalos. Já a capacidade dos professores não há diferenças, eram tão preparados quanto os professores das faculdades civis.

ENTREVISTADOR – *Em relação às práticas pedagógicas, dá para perceber algumas diferenças em relação ao currículo, se é mais aberto, liberal em relação a prática do professor da APM em relação ao da Faculdade Civil, os conteúdos, a questão do tipo de pedagogia do ponto de vista de uma didática mais progressista ou mais conservadora?*

ENTREVISTADA – As práticas pedagógicas são iguais, são realizados planejamentos, avaliação dos desempenho dos professores pelos alunos sem se identificar, reunião dos professores e tudo mais que se desenvolve em qualquer Escola de Ensino Superior.

ENTREVISTADOR – *Uma outra questão interessante é em relação a liberdade dos professores/instrutores quando da transmissão dos conhecimentos, há uma concepção aí fora, talvez um tanto quanto leiga ou imaginária de que por ser um ensino militar às vezes a Academia exercia ou exerce um certo patrulhamento ideológico nos professores/instrutores, de tal forma que eles não tinham muita liberdade de trabalhar o conhecimento. Na sua visão*

de aluno naquela época, você percebia que esses professores/instrutores sentiam um tanto quanto limitados na sua capacidade de docente ou se eles tinham liberdade como tem os professores das faculdades civis?

ENTREVISTADA – Como tem pouco tempo que fiz o CFO, já não existia nenhuma menção, se é que um dia houve de patrulhamento ideológico. O que percebo é a imagem que a sociedade possui de uma polícia repressora, que bate, mata e mal trata a população, até mesmo por uma necessidade psicológica que as pessoas têm de possuir limites impostos.

ENTREVISTADOR – *Bruna, mudando o foco da discussão, eu gostaria de saber se na sua percepção enquanto aluno você acreditava que a escola através do currículo, dos conteúdos repassados para vocês, transmitido pelos professores/instrutores que permitiam que o aluno também interagisse com esse currículo de tal forma que as experiências e os conhecimentos que você enquanto aluno já trouxe do mundo civil, da sua vida para a escola, se eles eram aproveitados também e automaticamente interagido com os conhecimentos que eram repassados ou se era uma escola, um currículo e um professor/instrutor que desprezava toda contribuição do aluno?*

ENTREVISTADA – Como já citei anteriormente a interação em ambas as escolas eram similares. Os conhecimentos repassados pelos professores, abria espaço para aproveitar toda e qualquer contribuição do aluno, até mesmo nas matérias militares em que se aproveitava o conhecimento dos cadetes que tinham sido praças e já passado por um Curso de Formação Militar.

ENTREVISTADOR – *Até que ponto na sua concepção o que você aprendeu, os ensinamentos, os conhecimentos e as experiências repassadas no CFO e na Academia como um todo, eles foram significativos para a sua atividade prática, isto é, para o seu emprego na atividade operacional e administrativa da Corporação, até que ponto que o que você aprendeu foi suficiente para determinar o seu sucesso ou não na atividade prática?*

ENTREVISTADA – Os conhecimentos repassados no CFO, como um todo foram válidos em toda a minha pouca experiência, até hoje vivida. Foram repassados noções durante o curso de valia para a atividade operacional e para a atividade administrativa. Na prática usamos um pouco de tudo que aprendemos durante os três anos integrais de instrução.

ENTREVISTADOR – *Uma outra discussão que se trava sempre em qualquer escola é a compatibilização de teoria e prática, no seu caso, na sua formação específica, você entende que houve uma super valorização das teorias em detrimento da prática ou você acha que a teoria ministrada foi compatível com prática que o próprio curso ofereceu de tal forma que ao término deste você se sentiu seguro para atuar na prática como um profissional da Segurança Pública?*

ENTREVISTADA – Quanto à compatibilização de teoria e prática, na minha formação, foram equivalentes e bem exploradas, disponibilizando-me ao término sentir segura para atuar nas diferentes frentes de serviço da Polícia Militar.

ENTREVISTADOR – *Concluimos nossa entrevista abordando o momento político e histórico porque passa nossa academia com a criação de uma Superintendência, o que efetivamente mudou na antiga APM com as atuais modificações realizadas?*

ENTREVISTADA – O momento atual me parece ser uma lenta e precária unificação com a criação da Superintendência da Academia de Segurança Pública. Isso me preocupa e me deixa completamente insegura quanto ao futuro de uma Instituição que me atraiu pela sua capacidade de estabilidade e de proporcionar uma carreira profissional.

Cada formação dos diversos profissionais da Segurança Pública necessita de especificações peculiares à atividade fim. Na verdade é uma incógnita o que vai e pode acontecer, mesmo porque tenho acompanhado por notícias internas na PM, o que um falou o que o outro ouviu dizer, e ainda o que já foi feito.

Por fim, se é ou não inovação só o tempo dirá, para mim pode ser uma regressão sequenciada de perdas conquistada pela PMGO.

NOME: 2º Ten PM Bruna Rúbia da Silva Lima

CARGO/ATIVIDADE:

- Chefe da Divisão Administrativa e Divisão de Segurança do Paço Municipal.

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Cursou o 1º ano do Curso de Educação Física – ESEFEGO – 1998;
- Cursou o 1º ano do Curso de Pedagogia – UFG – 1998;
- Curso de Formação de Oficiais – 1999 à 2001;
- Acadêmica de Direito – FACH – 2003.

11. Cadete PM Ronny Alves de Souza

Aluno/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 3º ano

ENTREVISTADOR – *O que está significando para você o Curso de Formação de Oficiais na APM*

ENTREVISTADO – O Curso de Formação de Oficiais era um sonho pois antes eu era Policial Militar e via com admiração o oficialato e o CFO está satisfazendo minhas expectativas para sair um bom profissional e com bons instrutores.

ENTREVISTADOR – *Que influência o CFO está tendo na sua formação pessoal, profissional e no futuro profissional chamado Cadete, Aspirante ou Tenente Ronny?*

ENTREVISTADO – Como eu já era PM a mais ou menos sete anos e já havia passado pela maioria das graduações, com os ensinamentos que temos aqui eu percebi que principalmente o policial militar a partir do momento que ele faz o CFO, além do aumento da responsabilidade que vem também com a maturidade maior do profissional, percebemos que podemos usar mais a inteligência, mais o que está previsto na lei do que a força. Geralmente o policial militar quando está em baixo ele tem pouco conhecimento, ele usa mais a força da violência que o Estado lhe confere do que o conhecimento, agente vê no CFO que o policial não precisa disso, de utilizar a violência, a força para conseguir o seu objetivo, ele precisa sim de conhecimento e esse conhecimento agente está tendo até porque os nossos policiamentos estão sendo mais solicitados, digamos assim que nós agimos mais de acordo com a lei, isto é, não tem abusos, arbitrariedades e tudo mais.

ENTREVISTADOR – *Em relação aos ensinamentos que são passados na APM, de que forma você recebe esses ensinamentos?*

ENTREVISTADO – Retificando quanto a pergunta anterior, foi gerado uma sintonia a respeito da violência como se o Estado autorizasse uma violência por parte da Polícia, retificando, ele autoriza a força necessária para o policial conter uma agressão.

Quanto a aprendizagem houve uma certa facilidade de aprendizagem quanto ao 1º e 2º ano, geralmente conta até a responsabilidade dos cadetes aqui da academia, agente tem tido um maior aprendizado, sendo muito bem passado pelos profissionais, tivemos um grande aprendizado durante esses dois primeiros anos. Já no 3º ano, devido a nossa grande responsabilidade porque o nosso policiamento é um policiamento especial convocado para várias frentes de serviço, nós estamos tendo um pouco de dificuldades quanto a trabalhos, quanto ao aprendizado, porque nós não dispomos de tanto tempo, pois qualquer acontecimento que há no Estado que precise da utilização da Polícia Militar geralmente os cadetes estão à frente, então nesse ano onde agente vai aprender a função do oficial, vai pegando a responsabilidade que o oficial tem que ter, nós estamos tendo prejuízo quanto ao tempo para estudo e para trabalho.

ENTREVISTADOR – *Em relação ao currículo da APM, de que forma que esses conhecimentos, essas experiências são passadas para vocês, desprezando totalmente o conhecimento já existente no aluno ou é um currículo que tanto contempla o novo conhecimento como também absorve o conhecimento que o aluno possui?*

ENTREVISTADO – Como o CFO é composto por diversas pessoas de várias partes da comunidade, nós temos exemplos de algumas pessoas que já eram policiais militares que é o meu caso, temos pessoas que eram pedreiros, professores, universitários, pessoas que tem uma vida econômica razoável outras que passaram por bastante dificuldades enfim, com as mais diversas camadas da sociedade. Quase a totalidade dos professores levam em conta esse conhecimento, geralmente o professor no CFO passa o conhecimento que ele tem. Ele entra em contato com as nossas experiências e fazem o confronto entre a teoria, ou que eles sabem com um pouco da prática com a prática que nós temos, que já aprendemos ou com a realidade que uma outra pessoa do CFO venha mostrar.

ENTREVISTADOR – *Ronny, agora nós deslocamos o eixo da discussão envolvendo a APM com a UFG onde você começou a fazer o Curso de Direito. Que diferenças básicas você pôde e pode perceber no tipo de ensino, no tipo de educação que é passado, tanto aqui na APM quanto na UFG, mais relacionado à prática pedagógica, sendo conservadora, tradicionalista ou progressivista, moderna; a prática do professor, a forma de passar o conhecimento, onde você encontra uma democracia maior, uma liberdade maior, na APM ou UFG?*

ENTREVISTADO – Como dito anteriormente, eu tinha o interesse em ser aprovado no CFO e também de cursar o Curso de Direito na Faculdade. Eu tive as duas experiências ao mesmo tempo, tive o conhecimento aqui da APM e o da Faculdade de Direito, o que pude perceber é que a decepção foi muito maior com o da faculdade, pois eu imaginava que sairia dali com bastante conhecimento e que os professores eram os mais capacitados e seria um conhecimento que eu guardaria para sempre e que marcaria sendo diferente do ensino médio e a Academia em uma grande parcela não me surpreendeu, o que eu esperava da academia ela me forneceu que era outro tipo de conhecimento e quando tive que optar por uma das duas eu preferi o CFO, porque agente viu quando chegou lá que o método de ensino dos professores que era de passar realmente a verdade, uma verdade absoluta. Verifiquei que na UFG o conhecimento era repassado de forma tradicional por parte da maioria dos cursos, também havia problemas com atendimento de celulares e se houvesse uma discussão fora da aula o professor não dava mais aula e ia conversar com os aluno. Na comparação vejo há uma participação maior dos professores, eles levam o conhecimento mas também levam em conta o nosso conhecimento aceitando questionamentos mesmo que estejam errados.

ENTREVISTADOR – *Os professores/instrutores da APM tem liberdade para trabalhar o conteúdo, isto é, são patrulhados, fiscalizados para que eles passem apenas um tipo de conhecimento que interessa a escola, que interessa a Polícia Militar ou eles tem uma autonomia, uma liberdade de trabalhar esse conhecimento na medida que ele entende ser mais correto?*

ENTREVISTADO – Não há nenhum tipo de patrulhamento por parte tanto dos oficiais da Academia que fazem esse controle e o professor tem a liberdade de passar a matéria como ela

é, a verdade, isto é, se tem alguma coisa que contraria em relação a qualquer coisa na Polícia

Militar ou na administração pública isso não é levado em conta, não é cobrado dos professores que dêem a matéria só até tal ponto, não mesmo se contrariar qualquer coisa, o professor tem a liberdade de passar, não tendo nem um tipo de retaliação ou fiscalização, passando a matéria para os alunos de uma forma bem à vontade.

ENTREVISTADOR – *Em relação a prática pedagógica dos professores/instrutores da APM, você acha que hoje eles estão se comportando mais dentro de uma teoria conservadora, tradicionalista ou estão absorvendo as tendências de uma pedagogia mais moderna?*

ENTREVISTADO – Os professores da Academia já estão se adequando a essa tendência mais moderna, quando o professor leva em conta o aprendizado do aluno, se tem alguma dificuldade em certo tipo de matéria o professor procura trabalhar aquela dificuldade e o professor não detém a verdade absoluta sobre a matéria que ele leciona, ele admite quando ele erra em relação a algum assunto que nós provamos, como diz um de nossos professores, o que agente pode estar dizendo hoje como verdade, daqui a dois minutos pode se criar uma nova teoria, então os professores da academia são todos adeptos a esse tipo de ensino.

O que eu posso fazer em comparação ao meu primeiro ano na faculdade é que isso não é colocado em prática, lá ao contrário daqui tem uma tendência conservadora, os professores são muito mais conservadores, eles estão ali, passam a matéria para o aluno e não abrem muita margem para discussão e quando há alguma discussão ele não leva em conta, então, algumas vezes o aluno pode estar dizendo uma verdade mas o professor não toma isso como válido.

ENTREVISTADOR – *Evidentemente que nós não poderíamos deixar de abordar as mudanças porque passa a academia vez que o nosso trabalho também contempla o aspecto histórico. Como os Cadetes, sua turma e como você recebeu a notícia de que haveria mais uma mudança, qual foi o impacto dessa notícia?*

ENTREVISTADO – Como toda mudança já traz consigo uma certa resistência e a presença do medo. Em primeiro lugar nós levamos em conta que a história da polícia estaria marcada pela APM, no momento em que extinguiu-se a APM entramos naquele famoso lema de que “um povo que não tem história pode não ter futuro”, mas como todo tipo de conhecimento novo que vem, assim que ele vai chegando as partes, como foi feito esse processo, como foi essa mudança, porque foi extinta, geralmente quando agente vai conhecendo o assunto nós vamos compreendendo o significado e esse significado era para um bem maior que é a sociedade, estamos acreditando que essa mudança venha a surtir o efeito esperado que é, que a Polícia Civil, Militar e Bombeiros possam prestar um serviço de melhor qualidade para o cidadão. A turma hoje está aceita essa mudança como algo já fixo.

ENTREVISTADOR – *Que perspectivas vocês esperam para o futuro CFO diante dessas mudanças, você acha que a nossa escola vai melhorar, vamos ter um futuro oficial melhor formado do que hoje diante do modelo existente?*

ENTREVISTADO – Levando-se em conta a realidade de cada polícia com essa junção das

academias e com a integração ou que saia uma unificação das polícias nós acreditamos que vai sair muito melhor formado porque nós vamos ter um conhecimento mais amplo, não vai mais só na área de polícia ostensiva e preventiva, com certeza a APM vai melhorar muito mais.

ENTREVISTADOR – *Quer dizer que hoje não persiste a tensão, o medo de que com essa mudança possa enfraquecer o nível da formação, há um otimismo entre os cadetes de que essa mudança vem para melhor?*

ENTREVISTADO – Como em várias empresas como as de telefonia que se juntaram, que, quando se juntam conseguem presta um serviço de melhor qualidade, acredito que será uma formação muito melhor e o ensino com três Instituições juntas vai ficar fortalecido, com certeza será mais forte, terá um ensino de melhor qualidade e prestará um serviço de boa qualidade para a população.

NOME: Cad Ronny Alves de Souza

- Cursa o CFO – último ano;
- Iniciou o 1 ano do Curso de Direito na UFG;
- Exerceu diversas atividades como segurança e serviços gerais;
- Curso de Formação de Soldados – 1994;
- Curso de Formação de Cabos – 96;
- Curso de Formação de Sargentos – 98.

12. Cadete PM Neila de Castro Alves Pinheiro

Aluna/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 3º ano

ENTREVISTADOR – *Eu gostaria de saber de você quais foram os motivos que a levou a ingressar na Polícia Militar, vez que você concluiu na UFG o Curso de Comunicação Social com especialização em rádio e televisão, então, o que leva uma mulher já com a carreira praticamente definida a iniciar uma nova carreira e completamente diferente da sua habilitação no curso superior?*

ENTREVISTADA – Primeiro, eu entrei no Curso de Soldado porque tinha sido reprovada no Curso de Sargento e eu pensei porque ficar por baixo, meu pai ainda me falou para eu tentar que não custava nada, e ainda pela dificuldade financeira. A influência familiar foi como um ponto determinante na escolha de ser Policial Militar, não continuei a carreira de Rádio e TV porque o mercado estava muito fechado e tinha que ter influência política para entrar no mercado, tentei, mas não deu e com a dificuldade financeira fui aprovada no curso de soldados e durante curso muitos influenciaram porque fui a 01 da turma, a questão de ser mulher não influenciou muito, porque eu pensava que o número de vagas era pouco, mas se tem que ser de alguém poderia ser minha, mas foi por grande influências que estou no CFO, até hoje eu me pergunto qual o papel da mulher no CFO e na polícia como um todo, porque já são dez por cento de vagas, constitucionalmente deveria ser o mesmo percentual, e a mulher vem conquistando o mercado de trabalho, como todos sabem despontando nas lideranças e porque não a mulher na polícia, se já existia a mulher na polícia, mais mulheres, inclusive influenciando para mudar a mentalidade com relação a própria sociedade que não vê a mulher como policial.

ENTREVISTADOR – *Em um momento você cita como motivos para buscar a polícia militar a vocação para a carreira, essa questão de uma certa simpatia pela polícia militar, em nenhum momento teve uma certa influência ou foi apenas em função do mercado de trabalho, da dificuldade financeira e a expectativa de um emprego imediato?*

ENTREVISTADA – Inicialmente não teve nenhuma influência com relação a aptidão para a profissão porque eu nem sabia direito o que a polícia fazia, como era, o que se estudava, se eu fazendo parte da sociedade e sendo polícia teria um determinado domínio, só que no CFO é que veio a questão de que eu sou importante, eu posso fazer parte da polícia e ajudar no desenvolvimento da polícia, não que tenha sido a influência maior, foi só depois que entrei no CFO após o segundo ano é que vim achar que eu posso ter aptidão.

Quando Soldado fui trabalhar na PM/5 (Assessoria de Comunicação Social), e no CFO lá fala-se muito na questão de reunir o útil ao agradável, uma profissão que tem na polícia militar que é comunicação social e eu formada na área poderia ajudar de alguma forma no desenvolvimento dessa área na PM, que é o contato da PM com os meios de comunicação.

ENTREVISTADOR – *E hoje você se mantém no curso, está prestes a concluí-lo, você ainda mantém os motivos iniciais de seu ingresso, isto é, apenas pelo mercado ou hoje já tem uma simpatia pela carreira, pela profissão, pela instituição, pelo trabalho que ela presta, pelo cunho social do trabalho de segurança pública, você já tem essa concepção, você já tem uma*

simpatia, um amor, uma dedicação, você acha que a sua vocação que antes não existia hoje

já se manifestou, isto é, você está saindo aspirante uma quase oficial ainda apenas pelo mercado?

ENTREVISTADA – Não o mercado já não é tão importante quanto eu via antes de entrar no CFO, depois do CFO eu simpatizei com a profissão porque antes eu via como soldado a Polícia Militar, agora estou vendo como uma futuro oficial, já cria-se uma simpatia e vê-se que você pode fazer alguma coisa pela sociedade e com a sociedade que é um exemplo do policiamento comunitário que agente pode muito bem exemplificar, simpatia tem demais mesmo, tem excepcionais profissionais na polícia militar, a Polícia mostra que se tiver incentivo ela pode realizar um trabalho magnífico.

ENTREVISTADOR – *Neila, olhando pela sua formação acadêmica, vemos que você antes de vir para o CFO já tinha cursado o Curso de Comunicação Social na UFG, então você tem capacidade de fazer uma comparação entre a Universidade Civil com a nossa Universidade Policial Militar, nossa Academia, que grandes diferenças ou não, se você pôde observar ou se observa até hoje no que se pratica aqui na Academia com o que se pratica na UFG, que tipo de ensino, que tipo de formação você percebe as diferenças e as semelhanças positivas ou negativas?*

ENTREVISTADA – A principal semelhança está que são ministradas matérias direcionadas para cada atividade, agora a grande diferença que tem entre a Academia e a Faculdade é que na Faculdade de Comunicação eram 06 matérias por ano, já aqui na Academia temos cerca de 22 matérias por ano que é uma gama de conhecimento que temos que adquirir em pouco tempo que faz com que agente trabalhe com mais pressão sobre as matérias, o aprendizado você tem que adquirir com mais facilidade, porque aqui sendo considerado uma faculdade agente estuda e trabalha ao mesmo tempo, hoje eu posso ter um tempo para estudar, mas amanhã já não posso ter porque posso estar de serviço e amanhã eu tenho uma prova, um trabalho, já na faculdade o prazo para você fazer as atividades são bem maiores tendo meios de desenvolver aquele trabalho de forma mais abrangente e procurar os meios mais adequados. A questão da disciplina na APM é benéfica porque você não leva as coisas do jeito que você quer.

ENTREVISTADOR – *Ainda comparando a nossa Academia com a UFG que diferença você pode perceber entre os procedimentos didáticos pedagógicos da UFG com a Academia se há diferenças, em havendo quais são essas diferenças, se para melhor ou para pior?*

ENTREVISTADA – Na minha concepção não existe diferença entre a prática pedagógica da UFG e da Academia, porque a forma de transmitir o conhecimento é a mesma, transmitindo o conhecimento da melhor forma para que o aluno absorva o que está sendo transmitido, a Academia pela diversidade de matérias transmitidas os professores tentam passar o que sabem da melhor forma, para o aluno absorva o conhecimento para toda vida e não aquele conhecimento que agente esqueça. Existem aqueles que insistem naquela forma tradicional, de querer que o aluno absorva o que ele acha que é certo e não tem uma visão crítica da realidade.

ENTREVISTADOR – *Já quase a metade do último ano do curso, acredito que é possível que você tenha condições de fazer uma análise e um apanhado para que você possa nos dizer o que é o CFO, o que significa o CFO para os futuros oficiais?*

ENTREVISTADA – Significa a mudança de atitudes, porque vai formar o oficial, se você faz o CFO e não sai daqui com a formação definida já pode sair da polícia porque é no CFO que vai ser definido o que o policial é e como ele será no futuro, a pessoa que entra no CFO ela se modifica, ela se adapta, ela cria novos conceitos e por aí ela vai sair uma nova pessoa diferentemente da que entrou na Academia, porque você entra pensando uma coisa e com certeza vai sair com os seus conceitos completamente diferente, porque é impossível uma pessoa fazer um Curso de Formação de Oficial e sair daqui pensando da mesma forma que entrou. Então, para mim o CFO é isso, uma formação não só de oficial, mas como pessoa.

ENTREVISTADOR – *Você refere-se a mudança de comportamento, de atitudes, e eu pergunto, para você especificamente que importância o CFO está tendo, até mesmo em comparação ao Curso de Formação de Soldado, esse curso está conseguindo mudar seu comportamento as suas atitudes, que reflexos esse curso está tendo para você, como você se vê um futuro oficial a mercê dos ensinamentos e da formação que você está recebendo?*

ENTREVISTADA – As atitudes mudaram, o comportamento mudou, a forma de pensar a realidade estão completamente diferentes, no curso de soldados já houve uma certa mudança, mas, o CFO para mim mudou completamente o que eu pensava antes, principalmente com relação à Polícia, inverteu completamente, não sei se é porque mudei de lado porque antes eu estava do lado dos paisanos agora estou do dos policiais. Vejo que agente sofre muita influência política e a adaptação é completamente diferente, o CFO muda a pessoa mesmo, minhas atitudes antes de entrar na PM e não só no CFO eram de uma forma e agora são completamente diferentes. Mudei para melhor, visto pelo lado que adquirimos diversas informações.

ENTREVISTADOR – *Em relação agora ao currículo que se aplica na Academia, que diferenças mais acentuadas você pode perceber entre esse currículo e o currículo com disciplinas em média de 22 por ano, esse currículo apenas é há uma preocupação da escola através de professores/instrutores em passar esses conhecimentos indiferente ao conhecimento já existe no aluno ou o professor/instrutor já passa o conhecimento aproveitando, agregando a caminhada feita pelo aluno?*

ENTREVISTADA – Isso é relativo porque tem professores/instrutores que utilizam mais da teoria que seria da escola progressivista e outros da escola tradicional, mas no geral aproveitam o conhecimento do aluno na disciplina tanto prática quanto teórica porque se existem debates em sala de aula é porque existe diversidade de pensamento, então isso é relativo.

A carga horária na Academia é tempo integral, o que faz com que o aluno esteja mais tempo em contato com a disciplina e na UFG especificamente comunicação tem-se um período matutino e a maioria vai para casa a tarde, muito democrático, deixa os alunos bem a vontade,

faz o que quer e o que não quer, e a média no final é conseguida com recuperações, na

Academia já é bem diferente que só pode ficar de recuperação em duas disciplinas das 22 que você tem, é mais cobrado do aluno, a disciplina e a média é 7 sendo tudo obrigatório.

A atividade física nem é exigido na Faculdade e na Academia é bastante exigido, é um preparo que você tem que ter independente se é uma atividade policial ou não o ser humano tem que ter uma capacidade física para realizar as profissões.

A questão da carga horária ser o período integral, o que faz com que o aluno realmente tenha aquilo como obrigação e não sendo radical na minha opinião é correto exigir do aluno porque de nada adiante você estudar o ano inteiro e o seu colega do lado levar tudo na brincadeira e no fim do ano ser aprovado, porque é o que acontece geralmente na Faculdade, ele faz o que quer, coloca o nome no trabalho de alunos que realmente levam a sério. Já na Academia não temos essa facilidade, porque são muitas disciplinas e a maioria tem prova e você tem que estudar dificultando bastante a questão de levar na brincadeira o aprendizado.

ENTREVISTADOR – *Quando você disse que nós temos professores na Academia mais conservadores, mais progressista, isso também não acontece na Universidade?*

ENTREVISTADA – Acontece mas a quantidade de professores é bem menor que você tem contato e isso é visto em menor frequência porque são poucos professores de Universidade que utilizam o método tradicional, geralmente para entrar na Faculdade o professor tem que ter um método padrão, que eu me lembre, nos 4 anos de faculdade apenas um era tradicional os demais eram progressivistas, então, a diversidade é bem menor do que na Academia.

ENTREVISTADOR – *Embora você já tenha mais ou menos comentado na resposta anterior, eu gostaria que você nos situasse até em termos de percentuais evidentemente aproximado, se os professores/instrutores que ministram aulas na Academia, eles tem uma preponderância em utilizarem de práticas pedagógicas mais progressivistas ou conservadoras?*

ENTREVISTADA – Creio que se for feita uma análise entre os que são progressivistas e os que são conservadores dará uma média de 50% de professores/instrutores de ambos os lados, mesmo no meio militar tem aqueles que preferem conservar a tradição e aqueles que levam para o lado mais democrático de pensamento e os professores da mesma forma.

ENTREVISTADOR – *Neila, eu sei que é uma pergunta um pouco desconfortável, mas eu preciso fazê-la, hoje conhecendo a realidade da nossa Academia, conhecendo a realidade do curso que você fez na UFG, se você tivesse uma oportunidade de escolher entre iniciar o CFO que você sabe que após concluído o curso você terá uma carreira regular, permanente e estável, se você tivesse a mesma certeza que lá no Curso de Comunicação Social ao término dele você tivesse também as mesmas garantias que tivesse uma carreira bem definida, sólida e permanente, qual dos dois cursos você faria?*

ENTREVISTADA – Realmente é uma pergunta muito difícil de responder, porque eu penso que o muito me ajudou na PM foi o Curso de Comunicação Social, se eu tivesse entrado

direto no CFO talvez seria diferente, mas já lá na faculdade entrei direto e consegui fazer o

curso, mas pelos profissionais que eu conheci lá, há aqueles excelente e também a maioria são pessoas que são individualistas, eu faria o CFO porque pelo menos agente tem aquela garantia de que se você estiver frente a frente com um bandido, você terá um companheiro para te ajudar, lá não se você estivesse frente a frente com o bandido o profissional de comunicação poderia ficar do lado do bandido se isso desse mais audiência. Então eu escolheria fazer o CFO e depois, talvez faria Comunicação, nada impediria, nessas proporções como pessoa escolheria fazer o CFO justamente pelos profissionais que aqui existem.

O CFO para é uma vitória, barreira foram rompidas e meu limite é muito além do que eu imaginava.

ENTREVISTADOR – *Nós sabemos que a nossa academia, mais uma vez, porque historicamente, você já deve ter estudado a história da Academia ela passou por uma série de transformações. Como você enquanto aluna recebeu a notícia da mudança da Academia, isto é, uma unificação das Academias do Sistema de Segurança Pública do Estado de Goiás, unificando a formação do Policial Militar, do Policial Civil e do Bombeiro Militar, como você recebeu essa notícia?*

ENTREVISTADA – Inicialmente recebemos com euforia achando que seria uma coisa boa para a Polícia Militar que, de qualquer forma nossa formação é mais minuciosa e cheia de detalhes do que a da Polícia Civil e do Bombeiro, mas depois com o tempo e as notícias chegando e nunca chegavam de forma concreta e até hoje não sabemos ao certo o que vai mudar, de que forma vai mudar e para onde estão nos encaminhando, seremos Policiais Civis fardados? O que está acontecendo agente não sabe, mas de início foi com uma perspectiva de melhora.

ENTREVISTADOR – *Passado o momento de euforia do impasse inicial da notícia, como que os cadetes hoje estão vendo essas mudanças, principalmente você, o seu sentimento hoje ainda é de euforia, é de uma expectativa de melhoras ou você é um pouco séptica, um pouco preocupada com essas mudanças?*

ENTREVISTADA – Preocupação existe, e o momento que estamos vivendo é que o jeito que está não dá para ficar, se melhorar ótimo e se piorar não sabemos a reação. A expectativa é que agente fique só um ano como Aspirante e consiga ir a 2º tenente, no mais agente não sabe de nada. Quanto a promoções estamos sem perspectiva nenhuma.

ENTREVISTADOR – *Como assim, o que essas mudanças na Academia estão refletindo na carreira futura, porque há esse temor na sequência da carreira, o que a mudança na Academia tem haver com a sequência natural da carreira, que informações vocês tem que possa refletir o possa ter impacto na carreira, onde está esse reflexo que particularmente não estou percebendo?*

ENTREVISTADA – O reflexo está por esse ano não ter havido ainda concurso para o CFO, já não tem primeiro ano na Academia, já passou para cá o que era do CFAP, o Cmdo da APM está sob a gerência de um Coronel e estão submetidos a Secretaria de Segurança Pública, vem

essas mudanças que agente não sabe, o que a Polícia Civil tem haver com a Polícia Militar,

não sabemos mais quais são as nossas funções, constitucionalmente elas ainda, essa unificação não especifica se o Policial Militar vai ter determinadas funções, o civil outras e vem ainda a questão das promoções, o que será do CFO, ele vai continuar existindo, ficamos nessa insegurança com relação as promoções justamente por causa disso, por não haver o primeiro ano do CFO e dessas mudanças radicais na questão do Comando da Polícia, não só na APM, a APM não sabemos nem mesmo o que é, se não sabemos que é a Instituição que estamos estudando como saberemos o que será de nós daqui dois anos.

ENTREVISTADOR – *Que perspectivas pode-se esperar para um futuro CFO diante das atuais mudanças, o que na sua ótica o futuro candidato ao CFO pode esperar?*

ENTREVISTADA – Eu acho que está difícil até de ter expectativas, o fato de não o CFO/1, até para aqueles que elaboram o edital está difícil, a expectativa do futuro CFO se tiver resolvido todos esses problemas com relação a unificação ou integração das polícia que seja ele poderá ter uma expectativa, agora, se ele entrar esse ano, a expectativa que ele tem é de que pode chegar a concluir o CFO e ser um oficial mais do que isso não sei, se é um oficial fardado, um oficial sem farda, um oficial dentro de uma delegacia, um oficial dentro de um quartel, não sei, essa pergunta sinceramente não sei responder.

NOME: Cad Neila de Castro Alves Pinheiro

ESTADO CIVIL: Casada

END.: Rua do Trabalho, nº 440 – Cond. Palmares Bl. “B” - Aptº. 202 - St. Rodoviário

- Curso Superior de Comunicação Social – UFG (Rádio/TV)
- Cursa o CFO/3 – APM/GO;
- Curso de Formação de Soldados em Anápolis
- Curso de Formação de Cabos
- Curso de Formação de Sargentos

13. Cadete PM Murilo Rodrigues Felício

Aluno/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 3º ano

ENTREVISTADOR – *Gostaria de saber de você o que foi e o que está sendo o CFO para você, vindo do mundo civil, não era militar antes do CFO, que expectativas você tinha em relação ao curso, isto é, qual a percepção que você teve do curso e qual é a percepção que você tem hoje?*

ENTREVISTADO – Vindo do mundo civil, tudo aqui é diferente, tratamento questão de disciplina e hierarquia militar a princípio agente tem um choque que causa um certo assombro, mas que posteriormente agente vai se abituando às rotinas do dia a dia. A principal característica, o que está sendo o CFO é o que eu estava dizendo sobre modificações chegamos aqui no 1º ano que uma maneira que era mais militarizada, uma disciplina e hierarquia muito mais rígida em todos os seus detalhes.

No 2º ano devido aquele episódio que aconteceu no início com a colega de turma que foi atingida por estilhaços de granada, houve uma modificação sensível em questão de práticas dentro da Academia, então nossa turma teve essa vivência, nesse segundo ano foi totalmente o inverso do que foi o primeiro ano, direcionando para o ensino mais rigoroso.

No 3º ano, mais compromisso ainda com essa área, o que eu tenho visto é que a medida que tem passado o tempo no CFO, a preocupação em transformar o CFO em um Curso Superior mais próximo da realidade de uma Universidade tem sido maior e aos poucos tem tirado no lado militar que eu acho importante porque hoje eu vejo como a única escola onde todos assistem todas as aulas, nunca tem faltas a não ser que seja um problema de saúde estritamente importante, então tem perdido esse lado militar mas tem ganhado em outros aspectos que é a parte da profissionalização do ensino, profissionais melhor preparados com formação mais equilibrada, mais voltada para a área do ensino, tem que se colocar uma coisa, deixa a desejar porque nós não temos uma atividade simplesmente de passagem de conhecimento para a tropa, nós temos a área operacional que tem deixado a desejar, acho que deveria ser ministrado mais cursos na parte operacional.

Uma crítica que faço é que o CFO tinha que definir direções de acordo com a característica pessoal de cada aluno já que as turmas são pequenas, como assim? Por exemplo, se eu tenho característica para a área operacional é trabalhar mais aquele aluno nessa área, porque tem facilidade de absorção, trabalha com maior qualidade naquela área e eu vejo que o CFO quer generalizar, não existe, todo ser humano com uma característica única ou universal que vai saber todos os setores, acredito que todos vão conseguir desempenhar missões mas os que tem peculiaridades deveriam ser melhor vistos e deveriam ser colocados naquele sentido.

ENTREVISTADOR – *Diante do que você encontrou nesse curso e tem encontrado que importância você entende que ele tem sido para você, para a sua formação enquanto cidadão, enquanto pessoa e um futuro profissional da Segurança Pública, você acha que esse curso tem conseguido atender às suas expectativas, você acha que o conjunto dos conhecimentos que você tem obtido no CFO irão possibilitar a você ser um profissional da segurança pública completo, capaz de desempenhar bem suas atividades futuras?*

ENTREVISTADO – Perfeição é uma coisa que agente sempre busca mas é difícil de ser alcançada. O que o CFO mais me modificou não foi nem questão de conhecimento e sim a questão da formação moral, valores e princípios morais, como lealdade e companheirismo me leva a valorização da vida em família, amigos e na sociedade, uma experiência de vida difícil porém muito gratificante, com certeza agente modifica completamente os nossos atos.

ENTREVISTADOR – *Em relação aos ensinamentos que vocês recebem na escola, aos conteúdos passados pelos professores/instrutores da Academia de que forma o cadete tem recebido esses conhecimentos, de uma forma democrática, liberal de tal forma que a aprendizagem final tem sido satisfatória?*

ENTREVISTADO – Tem ocorrido uma evolução muito grande na questão do nível dos professores isso tem ajudado bastante e tem havido uma compreensão maior por parte da STE em questão de tempos de aula, porque existem disciplinas que necessitam de um tempo maior, porque as vezes matéria que você gasta seis meses numa Faculdade aqui agente vê em poucos tempos que acho que não é suficiente para ter um conhecimento total e que agente deveria possuir para ser profissional de segurança pública. Mas em contra partida a isso que é uma atualidade grande e que facilita a nossa vida que é, os professores tem colocado muito a matéria ligada a parte prática e isso tem ajudado a superar essa distância, os conteúdos são absorvidos e há dificuldade, que é o sistema que diz que você tem que tirar o seu serviço, tem que ir para a sala mesmo estando cansado, nesses dias há uma perda de aprendizado com certeza, vindo de um recesso, de repente vai trabalhar no feriado e ao retorno há uma perda grande da capacidade física, então em consequência disso há uma perda na absorção da matéria, agora os conteúdos estão sendo melhor administrado, foi o que eu disse, com o tempo tem havido uma profissionalização e tem melhorado em função de atingir um nível superior desejado e que os profissionais de segurança pública querem que a sociedade exija deles e eu acredito que o recado tem sido dado e bem dado.

ENTREVISTADOR – *O currículo entendido como a dimensão maior de qualquer escola, não o rol de disciplinas, conteúdos, mas tudo que se cerca o espaço físico, como você o currículo do CFO na nossa APM, é um currículo atualizado ou é um currículo arcaico e tradicional ou é misto ou se os professores passam esses conhecimentos como verdade absoluta e não aproveita em nenhum momento a contribuição do aluno ou se é um pouco de cada um passa um conhecimento novo e também absorve esses conhecimentos do aluno?*

ENTREVISTADO – Hoje temos encaminhado para uma evolução muito grande porque nós vemos um tempo de transformação no mundo em todos os setores onde o conhecimento dobra praticamente um ano dois anos no máximo e a polícia militar descobriu que não pode ficar fora desse processo, quando agente fala em termos de ensino na PM tem havido uma evolução muito grande por parte de que os professores civis trazem sempre técnicas diferentes e não passam como verdade real, passam com o momento que nós estamos vivendo e esses conhecimentos são discutidos em sala de aula, isso para os instrutores militares com o advento dessa modificação mundial não só dessa globalização até mesmo do ensino os instrutores militares mesmo nas matérias de regulamentos tem procurado mudar o gerenciamento da aula promovendo debates, discussões sobre determinadas coisas que tem que acompanhar a evolução e haver uma modificação. Então o que tem acontecido é que o processo de evolução

chegou para nós e há liberdade para o aluno mesmo com instrutores militares ou civis ele tem espaço para debater, para discutir para levar a sua idéia, sua experiência anterior que ele viveu, tem havido um progresso.

ENTREVISTADOR – *Na continuidade da pergunta e resposta anterior, em relação aos professores/instrutores e principalmente a prática pedagógica utilizada por eles você entende que é uma prática utilizada de forma democrática, evoluída ou você acha que são professores/instrutores que ainda insistem em utilizarem pedagogia arcaica do ponto de vista da pedagogia?*

ENTREVISTADO – Os instrutores são militares mas muitos desses instrutores militares hoje ministram aulas nas Faculdades ou alguns instrutores que são civis já foram militares como o Cap Bomtempo e ministra aula aí fora, há um equilíbrio quando existe esse tipo de convívio nos dois lados os professores tem uma certa abertura e ao mesmo tempo são mais conservadores em determinada área. Nenhum professor tem mantido uma linha pedagógica fixa, tem-se apegado a uma escola ou outra, acho que se fizessem isso estariam cometendo um erro e tem colocado de acordo com a situação nenhuma aula é totalmente fechada ou totalmente aberta, há uma sequência lógica. Em relação a comparar o nível a Academia tem ganhado porque tem buscado profissionais melhor qualificado lá fora e tem buscado dar importância aos que aqui dentro estão que são militares e que tem buscado essa qualificação fora também.

ENTREVISTADOR – *Em relação a uma comparação da nossa Instituição de Ensino Superior a nossa APM com outras Instituições de Ensino Superior que você conviveu, você é capaz de traçar um paralelo abordando todos esses aspectos que nós temos discutido, em relação a currículos, prática pedagógica dos professores/instrutores e até mesmo se aqui na Academia você percebe a questão do patrulhamento ideológico, isto é, a direção da escola acompanha e fiscaliza o professor para que ele não passe um conhecimento que não seja aceito pela escola?*

ENTREVISTADO – Eu creio que não, creio que as diferenças negativas em questão nossa é o compromisso com o trabalho que agente tem que ter, que faz com o aluno chegue cansado no outro dia em sala de aula e prejudica um pouco a aprendizagem, os professores como dito antes eles ministram aulas tanto aqui quanto fora, um ponto positivo, a disciplina aqui ajuda na aprendizagem, onde até completa um pouco a questão da carga horária que nossos tempos são menores. O professor aqui com um professor fora eu acho que permanece num mesmo nível cultural, o nível de ensino é o mesmo, o que dificulta para nós é a questão de tempo de aula, a maneira dele dar aula tem que ser mais corrida e mais puxada pela questão do tempo, mas a qualidade do ensino tem sido da mesma maneira como ele passa lá fora, então o nível cultural é bom, não há esse patrulhamento ideológico do professor para que ele fique preso àquele conteúdo, ele tem a liberdade para ligar outros assuntos ou seminários por onde ele passou com a nossa atualidade e fazer com que haja uma discussão.

Comparando a Academia com outras Instituições o que fica bem claro é que fora a liberdade excessiva faça com tenha uma dispersão da turma e não haja uma homogeneidade, na Academia o que ocorre é que pela questão de cobrança disciplinar há uma maior homogeneidade da turma, ou seja, o conhecimento fica menos distanciado entre os

componentes de um determinado curso porque vivenciam em mais tempo aquela matéria,

então acredito que esse sistema nosso seja mais positivo por esse aspecto, deixando a desejar só na questão de muito trabalho e as vezes no cansaço do aluno prejudicando.

ENTREVISTADOR – *Em algum momento você tem percebido comentários de algum professor que dá aula aqui na APM e dá aula em outra Universidade quanto ao grau de satisfação dele, ele tem preferência pela Universidade do que aqui na Academia ou aqui do que lá e porque?*

ENTREVISTADO – Os que tem se manifestado dizem o que não concordam aqui e o que não concordam lá fora, mas todos quando dizem alguma coisa optam e preferem dar aula aqui porque a cultura dentro da Polícia Militar gera um compromisso maior em todas as situações da sua vida, porque você sempre mais cobrado, aquela coisa de que o policial não pode errar e você como líder, como Comandante não pode cometer falhas, então os professores se sentem melhor para dar aula aqui porque ele marca um trabalho e é entregue no dia, a não ser que aconteça algo que atrapalhe muito o aluno, provas são cumpridas, horários são cumpridos, os alunos seguem uma disciplina que facilita a vida dele, então ele se sente mais realizado aqui do que lá fora, porque nas Universidade não há esse compromisso tão grande com a aula, uma sala que teoricamente teria cinquenta as vezes vinte assiste aula.

ENTREVISTADOR – *Abordando agora o momento porque passa a nossa escola, ela que ao longo dos seus sessenta e poucos anos sofreu várias modificações e nesse momento passa por mais um modificação, eu queria saber de inicialmente como que você e seus colegas receberam a notícia dessa mudança, foi uma notícia recebida com apreensão, alegria, naturalidade etc?*

ENTREVISTADO – Em princípio todos não gostaram, porque achamos que unir atividades totalmente diferenciadas por questões de regulamentos e horários de trabalho, compromisso, número vai gerar uma dificuldade muito grande e outra situação é de que nós aqui temos um regulamento muito rígido que faz com que agente tenha uma sequência de ações policiadas não só pela sociedade quanto por nós mesmos e esse regulamento mantendo uma disciplina e uma hierarquia.

Como seria conviver com outros que não tem essa mesma disciplina, essa mesma hierarquia, compromisso, porque não é fácil manter essa rotina de estudo, de trabalho ou mesmo dentro da Polícia Militar a questão de cumprir horários e normas que são diferenciadas lá, eu acredito que não tem como unir água com óleo, acho muito difícil que se fale em unificação dessa maneira tão simples como está sendo falado, como se fosse água com açúcar e não é assim, é uma coisa muito difícil, tem que ser muito bem estudado, tem ser elaborado uma série de fatores que gerencie isso, em princípio acredito que todos tenha um descontentamento com isso.

ENTREVISTADOR – *O que você acha que essas mudanças poderão influenciar na sua formação e mais o que você acha que poderá influenciar na formação dos futuros oficiais, daqueles que ainda vão ingressar na escola, você vê essas mudanças com apreensão ou pode*

dar certo ou a curto médio e longo prazo são proposta que ao seu ver não tem condições de dar certo?

ENTREVISTADO – Tenho recebido com muita apreensão, o que tenho visto é que tem-se falado muito e colocado pouco em prática em questão de andamento desse processo. Toda mudança gera uma certa insatisfação, mas temos que ter o seguinte princípio, que nós vivemos um tempo de maiores transformações no mundo, então não vai ser diferente com a Polícia Militar, mas se não levarmos a sério agora, e daí a indagação que faço, nós temos um governo hoje, daqui a pouco teremos outro, será que não vamos ficar nos debatendo o tempo todo discutindo, falando, tentando argumentar e vamos continuar no mesmo lugar, será quando que vai chegar essa unificação, ela vai ser realmente positiva para a sociedade em termos práticos, se não vai ficar só no papel, por essa série de fatores essas distâncias de regulamentos, entre escalas de serviço, funções, a própria distância entre civil e militar, a diferença de cultura em termos práticos de trabalho a vivência, será que isso não vai atrapalhar tanto, que a sociedade mesmo está criando uma confusão que ela mesma não vai dar conta de dissipar, por essa série de fatores há apreensão sim, fico pensando nos que vão entrar, talvez se houver essa modificação hoje eles não sintam nenhum reflexo. Nós temos que estar abertos às mudanças mas as mudanças tem que ser levadas mais a sério, acho que não está tendo a seriedade e o compromisso que elas merecem Se não levarmos a sério agora, teremos um período de desperdício funcional. A sociedade mesmo está criando dificuldades para si.

NOME: Cad Murilo Rodrigues Felício

ESTADO CIVIL: Solteiro

END.:

- Cursa o CFO/3 – APM/GO;
- Executou a atividade de Fiscal de Tributos da Prefeitura de Pires do Rio-GO;
- Cursou 2 anos do Curso de Matemática pela UEG – Pires do Rio-GO;
- Cursou 1 ano e meio do Curso de Letras pela UFG – Catalão-GO;
- Executou a atividade de professor para o Ensino Médio em Matemática – Pires do Rio-GO.

14. Cadete PM Quéren Hapuque de Leles

Aluna/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 2º ano

ENTREVISTADOR – *Que opinião você tem formada sobre o nosso CFO, que importância ele está tendo na sua carreira, na sua formação?*

ENTREVISTADA – O CFO como forma quase todos os oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás e de outros Estados, com certeza é de fundamental importância, tem como melhorar, já melhorou nos anos que vem passando em termos de conhecimento como era e como está sendo e queremos melhorar ainda, e muito esse curso porque há muita possibilidade de melhora. Então, é de fundamental importância, desde os conceitos básicos até, como nós temos aqui instrução de gerenciamento de crises, coisas prática, teóricas como administração e que se o oficial souber usar muitas das coisas que estão ensinando aqui com certeza ele será um bom oficial, contando que ele goste e que ele esteja satisfeito com aquilo que escolheu.

ENTREVISTADOR – *Quéren, até que ponto os ensinamentos, os conteúdos ministrados no CFO estão sendo bem recebidos você? Isto é, você concorda com essa grade curricular, esse currículo, com essas matérias que estão sendo colocadas ou se você já no segundo ano tem uma compreensão suficiente que possa perceber que algumas matérias poderiam ser substituídas ou você acha que a distribuição das disciplinas que você já viu ou está vendo, elas são bem distribuídas, bem colocadas ou você discorda e teria alguma sugestão?*

ENTREVISTADA – Eu discordo, o nosso curso é em tempo integral, agente chega às 7:30 da manhã e não tem horário para terminar, mas geralmente em torno das 17:30 ou 18:00 horas, ou seja, um curso de três anos e esse longo período de tempo, dá para aproveitar muito mais o tempo, com coisas mais aproveitáveis no nosso dia a dia, na missão policial militar.

Por exemplo: são gastas muitas horas aulas com a disciplina Sociologia 60 tempos, seria bom se outras mais importante se não ficasse em déficit, tiro por exemplo, 40 tempos de tiro é pouco, porque a missão fim da Polícia Militar é o serviço operacional e requer do policial uma ótima instrução de tiro, porque se for necessário fazer uso da arma que ele possa atingir seu objetivo. Outra matéria que poderia ser aumentada na carga horária é Gerenciamento de Crise, Manutenção de Armamento e equipamentos, as matérias práticas da atividade fim da Polícia Militar, não tanto teórica, aqui nós vemos muitas matérias teóricas, não tem simulação de coisas práticas, não tem treinamento como vemos na PM de São Paulo, vemos em reportagens específicas, a Academia é um complexo, um grande espaço que não é aproveitado, então, se nós aproveitássemos esse espaço para simulações de situações reais e aulas nesse sentido seria muito mais competente o oficial. Algumas matérias poderiam ser mais aprofundadas e melhor exploradas, as matérias são bastante decorativas, então, nesse sentido eu acho que o curso poderia melhorar.

ENTREVISTADOR – *Já que você faz sugestões no sentido de modificar em partes a colocação de certas disciplinas e você acha que tem um excesso de teoria e pouca prática, você acha que, na sua concepção a teoria é desnecessária, nós podemos sobreviver com a prática sem a teoria?*

ENTREVISTADA – Não, a teoria é de extrema importância, só que a forma como é colocada sendo a extrema importância só os conceitos atrapalha. A Sociologia é importante para saber conhecer a sociedade, associando as teorias dos cientistas à sociedade de hoje. Então porque não deixar a base, a teoria de uma forma simples, menos conceitual, menos decorativa e passar a associá-los com a sociedade atual. Enfim, colocar o aluno do CFO a saber o porque disso ou daquilo e usar os conhecimentos colocando-os na prática, associando os livros à sociedade de hoje.

ENTREVISTADOR – *Agora, em relação ao currículo da APM e este agora numa compreensão mais Latu, mais ampla, você acha que seus conteúdos são lançados pelo professor/instrutor desprezando o conhecimento já existente no aluno ou ele trás um conhecimento novo e consegue compará-lo com o conhecimento do aluno e daí a conduzir o aluno ao aprendizado novo ou é os dois?*

ENTREVISTADA – Alguns professores conseguem fazer essa junção unir o pensamento do aluno e inculir nele os conhecimentos e chegar a um consenso levando em consideração as duas partes. Alguns não conseguem, alguns não tem esse dom, vamos dizer assim, só inculir a matéria e não interessa a opinião do aluno, então, por ser uma escola militar acaba que privilegia mais o conhecimento que é inculido não o que o aluno pensa, coisas como: práticas militares no serviço, tipo assim, sempre foi assim porque que agora vai mudar, ainda tem isso de forma clara.

ENTREVISTADOR – *Posso entender com a sua afirmativa, que a nossa escola ainda é uma escola conservadora, ela tem uma forma de passar o conhecimento para o aluno de forma antiga, conservadora, não permitindo as mudanças, as evoluções pedagógicas?*

ENTREVISTADA – Ainda tem sim, na sala de aula é menos visível esse resquício de imposição de conservadorismo, com professores civis principalmente, que da mesma forma de dá aula em outras universidade dá aula aqui, que é uma faculdade também, um curso superior, então esses agente tem mais liberdade de dar opiniões e é levado em conta, só que a prática inclusive dessas matérias não são levadas em consideração, por exemplo a matéria de Teoria Geral de Administração (TGA) que fala sobre: motivação, planejamento, organização que toda empresa deve ter, todos esses requisitos e outros mais para que ela funcione e que o funcionário tenha prazer de trabalhar e que a produção aumente com menos cansaço, com mais alegria do funcionário e conseqüentemente ter mais eficiência do que se ficasse infeliz. Na aula a teoria é passada, há interação, há trabalhos de grupo com campo de pesquisa inclusive fora da Academia, com outras empresas, um trabalho muito bom, uma matéria ministrada com muito sucesso, com muita receptividade pelos alunos, mas na prática agente não vê acontecer na polícia, inclusive na academia, por exemplo quando vai ter algum serviço externo não há muito planejamento é feito às pressas, lógico que há serviços que acontece

sem a previsão, mas a maioria tem previsão: show, jogo ou até mesmo prontidão, dá para ter

um planejamento, por exemplo a greve do transporte alternativo, dá para fazer uma previsão e passar para tropa a situação real e prever as ações necessárias então tudo isso é a prática. Nesse sentido eu vejo que não há aplicabilidade da matéria que agente vê, motivação da polícia em geral, como por exemplo a promoção, não uma questão da Academia é uma questão do Estado, mas que interfere na motivação do policial.

A aplicação da administração de todas as matérias que agente vê acaba que só há uma interação dentro da sala. O Comandante Geral muitas vezes não tem a liberdade de chegar no governador do Estado de transmitir a opinião dele, porque ele pode ser deposto do cargo. Da mesma forma agente, o Cadete não falar para o Comandante de Companhia ou para o Comandante da Academia ou o praça para o oficial, enfim, em todos os níveis da Polícia Militar, ainda há hierarquia, ainda há militarismo e acho que não vai acabar, pelo contrário sou a favor do militarismo e gosto do militarismo.

ENTREVISTADOR – *Em relação à prática pedagógica você acha que nossa Academia, através de nossos professores/instrutores estaria enquadrando em que tipo de prática pedagogia embora nossa escola seja ainda um pouco conservadora segundo a sua opinião, você acha que os professores/instrutores estão tentando modernizar essas práticas, permitindo que o aluno seja um agente do ensino ativo e não passivo, que só receba a informação ou ele permite que aluno também exponha suas verdades?*

ENTREVISTADA – Permite sim, gradativamente tem acontecido essa mudança até mesmo com os instrutores militares, há mais participação, mais interação e isso tem melhorado sim, significativamente. Ainda existe alguns professores que preferem impor sua opinião e cada professor tem um estilo de dar aula, sua metodologia, sua prática pedagógica, então há sim aqueles que não permitem debates e preferem impor as vezes por falta de conhecimento, esquivar-se da resposta, prepara uma aula metódica tem ser só aquilo que foi preparado, não podendo pegar um gancho em outra matéria. E hoje está tudo vinculado, nenhum conhecimento está desvinculado ao outro, assim como a Engenharia está associada a Sociologia, a Polícia à Engenharia e assim por diante, todas as matérias estão vinculadas umas as outras. Então, há sim, aqueles que são mais conservadores, não permite a participação ou se permite esquivar-se. Mas tem havido uma mudança, com muito esforço e tentativa dos professores/instrutores.

ENTREVISTADOR – *Faça um paralelo entre a nossa escola como uma Instituição de Ensino Superior com a que você conhece e que cursou o primeiro ano do Curso de Direito na Faculdade Objetivo. Que diferenças significativas você consegue perceber em ambas as Instituições de Ensino Superior ou você não as percebe?*

ENTREVISTADA – Os professores na Faculdade Objetivo possuem as vezes mais qualificação do que aqui na APM, aqui tem condições de ter vários professores, como tem, as vezes de faculdade, mas muitas vezes é preferível pegar o militar mesmo que as vezes não tem muita qualificação, então, a diferença essencial que eu acho é essa, nem sempre é escolhido os melhores professores, até mesmo por questões políticas, as vezes o professor dá aula aqui a muito anos e vai continuar dando aulas muitos anos, não querer mudar, não querer melhorar, porque não é uma Instituição com objetivo financeiro como as outras, elas uma

preocupação em melhorar o conhecimento, a didática, porque se o aluno não gostar daquilo

ele vai para outro. Aqui se o aluno não gostar ele vai continuar, se ele não está aprendendo, ele que se esforce para aprender, mesmo que seja na prática, mesmo que seja na base do jeitinho brasileiro, do “se vira” como tem muito aqui, aqui não é priorizado muitas vezes o ensino, e sendo mais o serviço, como por exemplo agente não tem muito tempo para estudar, aqui por ser integral e ter muito serviço extra a maioria das vezes não dá tempo de estudar, de fazer trabalhos como deveria ser feito, então a principal diferença é essa, a preocupação com o ensino, aqui não tem privilegiado o ensino.

Na Faculdade Objetivo e aqui possuem professores bons e ruins, há professores lá que eu não entendia nada da matéria e me sentia desmotivada de assistir a aula daquela determinada matéria, então eu simplesmente saia da sala, em questão de professor isso independe da universidade, mas no Objetivo se tinham esses professores era mais fácil chegar à diretoria da faculdade e falar que tal professor não está atendendo as expectativas da faculdade e mesmo que não trocasse ele ficava em observação ou trocava-se imediatamente, então tínhamos essa facilidade de acesso à Secretaria da Universidade.

Aqui não há tanta liberdade, abriu sim, podemos chegar no coordenador do curso e falar que tal professor não está bom, mas muitas vezes ele falava: “eu acho melhor vocês não mexerem com esse professor porque ele está aqui há muitos anos e ele não vai sair e a turma vai ficar marcada, acaba que ele vai desgostar mais da turma e vai ficar pior, em vez de melhorar vai piorar”, então acho que nesse sentido que é diferente, lá na faculdade também tem professores ruins, muitos inclusive, só que há mais preocupação em melhorar o ensino.

ENTREVISTADOR – *Você acha que essa dificuldade que a Direção da APM tem, em relação a Direção Faculdade Objetivo, é o fator militar que pesa na decisão de substituir esse professor. Você tem algum caso concreto na APM em que um aluno ou a turma foi prejudicada por ter se manifestado contra a prática desse professor?*

ENTREVISTADA – Não, não tem algum caso concreto, agente as vezes achou algum professor ruim e agente conversa com o nosso coordenador e na medida do possível tentamos sanar esse problema. No ano passado tivemos um professor civil, inclusive ele tinha acabado de entrar na APM e que houve um grande número de notas baixas, em uma turma de 47 alunos, nenhum tinha ficado de recuperação em nenhuma matéria, mas a matéria dele mais de 40% da turma tirou nota menor que 5,0, e dez pessoas ficaram de recuperação no final do ano, então nesse ano fizemos uma solicitação e por enquanto não está lecionando para nós. Nesse ponto está abrindo, mas alguns que não mudam, então é melhor fazer a prova e eliminar a matéria logo.

ENTREVISTADOR – *A dificuldade de mudança desse professor mais antigo é em função do aspecto militar que as vezes dificultam tomar as medidas corretas?*

ENTREVISTADA – Dificulta, de certa forma dificulta, porque não vai ficar só na sala, não vai ficar só no ensino, e depois o que vai acontecer, como a turma vai ficar vista no Comando, tem muito isso aqui, a turma é bem vista no Comando? Se for, é tratada de uma maneira; se não, é tratada de outra maneira. Se os alunos do CFO começarem a falar que tal instrutor, que tal matéria e que a Academia está assim, e começar a querer mudar essa Instituição que é

ainda militar, que tem um padrão a ser seguido desde que foi fundada, vai falar o Comando de

lá não está dando conta nem de segurar a Academia ou de controlar a Academia, não vê de uma forma positiva as vezes é porque quer manter os padrões antigos, então, uma forma de imposição é passado desde o governador do Estado até o Comando da Academia e até nós alunos.

ENTREVISTADOR – *Finalizando nossa entrevista, você com certeza deve estar sabendo que houve uma modificação no ensino policial do Estado de Goiás, na sua estrutura maior, como o CFO recebeu essas notícias de modificações, são notícias que tranquilizam, que vem de encontro aos anseios de vocês ou estão recebendo de forma apreensiva essas mudanças?*

ENTREVISTADA – Quando surgiu a notícia que a Academia seria extinta e ia ser criado no lugar a Gerência de Ensino da Academia de Polícia Militar, Civil e Bombeiros, que foram unificadas os componentes do CFO ficaram bastante apreensivos, ninguém sabia o que iria acontecer, quem viria para cá ou para onde iríamos. Depois da explicação do Superintendente de Ensino vimos que não há inovação, o CFO não iria mudar nada, muda apenas o nome e continua a mesma coisa. A curto prazo não vai mudar, à longo prazo não há como se prevê.

NOME: Cad Quéren Hapuque de Leles - 20 anos

ESTADO CIVIL: Solteira

END.: Av. Anhanguera, nº 5.386, Aptº. 301

- Iniciou o Curso de Direito na Faculdade Objetivo – 1º ano;
- Cursa o CFO/2 – APM/GO.

15. Cadete PM Edson Guardiano de Oliveira

Aluno/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 2º ano

ENTREVISTADOR – *Você que cursou o NPOR nas Forças Armadas, cursou História e foi professor do Colégio Militar do Exército em Campo Grande. Nessa comparação, hoje, o que está sendo o CFO, como você chegou, foi recebido, as expectativas, o que você pode dizer desse CFO que você está cursando?*

ENTREVISTADO – As expectativas que nós tivemos quando viemos para cá, foi dos oficiais formados aqui de Campo Grande, foi o contato que nós tivemos e que é uma escola rígida, bem ao padrão do Exército, seguia mesmo o padrão militar do Exército em termos de conduta e de doutrina, aplicação do próprio processo pedagógico ao ensinamento. Por outro lado, o Exército também valoriza muito que é a questão do PM na rua, onde a Academia está mostrando o lado prático coisa que em outros lugares agente vê pouco, por eu ter vivenciado isso quando fiz o curso de oficial porque lá era prática constante enquanto durava o curso, lá se aprendia a teoria e logo partia-se para a prática, então está podendo vivenciar a teoria com a prática no que é confronto e no que ela vem a realmente ajudar, está sendo muito bom nesse ponto. Num outro ponto eu vejo que tem muitas matérias que poderiam ser fundidas ou melhor colocadas dentro do CFO para gente e não copiar das outras faculdades, a peculiaridade da Polícia Militar necessita que você monte a base, não baseado em outras escolas como agente vê em algumas matérias, mas montar dentro da própria Academia uma grade curricular de matérias com assuntos podendo ser fundidos, por exemplo nós temos três matérias que são praticamente o mesmo assunto que é Administração de Recursos Humanos, Teoria Geral de Administração e Gestão da Qualidade, poderia muito bem fundir as três em uma abrangendo os assuntos que são necessários, pois você acaba não vendo todas na amplitude, você acaba vendo alguns assuntos delas que poderiam ser compensados em uma matéria melhor aplicada.

ENTREVISTADOR – *Agora num aspecto mais pessoal, que importância esse CFO está tendo para você, na sua carreira, na sua formação particular, o que você acha que esse curso está fornecendo a você, está fornecendo os dados necessários para que quando você voltar para o seu estado de origem você possa aplicar esses conhecimentos e essas experiências lá como oficial, você acha que esse curso está sendo capaz de formar o futuro oficial da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul?*

ENTREVISTADO – Acredito que sim, principalmente a parte prática, a técnica ensinada na APM tem sido bem empregada nos policiamentos externos, o que tenho conhecimentos de outros colegas que estão em outras Academias não tem, isto é, tem a teoria mas não tem aplicado na prática, será aplicado futuramente um estágio que não vai contemplar igual nós temos contemplado, Serra Dourada, Pecuária, policiamentos mais específicos que vão me dar experiência para trabalhar no meu Estado, sendo que eu não conheço a PM, não tenho conhecimento das atividades próprias da PM, são atividades bem diferentes das que tenho conhecimento, então na parte técnica está me enriquecendo muito, a parte pessoal em termos de formação de caráter já tenho uma visão, uma forma de atuar e uma forma de ser, uma personalidade de comandante e quero aliar isso que tenho com o que eu estou aprendendo tecnicamente aqui na APM para poder empregar isso da melhor forma possível dentro do meu

Estado, agente vê muita diferenciação do oficial teórico com o que tem a prática, o que tem a prática vai dominar a aplicação da prática.

ENTREVISTADOR – *De que forma você tem recebido e tem percebido que seus colegas tem recebido o conhecimento passado, na transmissão desses conhecimentos, dessas experiências, dos conteúdos novos, é de uma forma tranquila, democrática, liberal, espontânea ou impera a questão do militarismo, a imposição do militar, de que o militar tem que obedecer e não pode questionar, de que forma vocês tem recebido essas ensinamentos?*

ENTREVISTADO – O ensinamento tem sido recebido muito bem pela turma. Nós temos visto que o professor está sendo um facilitador do conhecimento, tem nos ajudado a buscar a melhor ótica desse conhecimento na nossa vida prática, quando está no início da matéria, automaticamente já traz para a nossa realidade PM, a discussão realmente acontece com o professor, a não ser naquelas matérias que agente não tenha como discutir, Ordem Unida já é rigoroso, o manual falou e agente não tem como modificar, mas as matérias na área de Gestão de Pessoal até a própria área de Direito temos discutidos bastante a interpretação na questão da aplicação no nosso dia a dia quanto PM, até enquanto seres humanos que compõem a sociedade, está tendo realmente essa reciprocidade entre aluno e professor facilitando uma melhor absorção, melhorou bastante.

ENTREVISTADOR – *Em relação a prática pedagógica na sua ótica e na ótica de seus colegas você entende que esses professores/instrutores ainda cultivam uma prática pedagógica conservadora, tradicionalista tipo aquela que o professor é o detentor do conhecimento pronto e acabado e indiscutível ou o professor já consegue permitir uma abertura para a participação do aluno que as suas verdades não são absolutas e que aceita as críticas e as contestações dos alunos, como vocês estão vendo isso?*

ENTREVISTADO – A maioria dos professores já tem uma experiência larga dentro do ensino aqui da Academia, nós temos observado que ainda está imperando a parte conservadora, mas agente vê a aplicação de algumas técnicas de aprendizagem como formação de grupos para discussão, apresentação de seminários a partir do nosso ponto de vista, baseados ainda naquele conhecimento pronto que o professor traz para nós, mas já podendo sofrer alguma interferência do nosso conhecimento, então está começando a acontecer uma via de duas mãos. Então o que está acontecendo é isso, o professor traz o conhecimento mas isso não é mais a expressão da verdade única, pura e acabada, agente começa a contestar até pela própria turma, ela tem esse espírito de o famoso “porque isso, porque aquilo”, agente acaba levando o professor a refletir sobre determinado assunto.

ENTREVISTADOR – *O currículo entendido como a dimensão maior de qualquer escola, não o rol de disciplinas, conteúdos, mas tudo que se cerca o espaço físico, como você o currículo do CFO na nossa APM, é um currículo atualizado ou é um currículo arcaico e tradicional ou é misto?*

ENTREVISTADO – A partir da minha turma nós temos visto que algumas matérias foram inseridas visando justamente a filosofia maior da escola que é formar o oficial PM em condições de comandar e bem atuar para a sociedade, o que é isso, eu vejo da seguinte forma,

a escola tem uma filosofia, qual que é, é militarismo, é uma Polícia Militar é baseada na

hierarquia e disciplina, os professores são orientados são fiscalizados tanto na apresentação do currículo quanto da formação e o que vão ministrar em sala de aula, quanto ao próprio resultado das provas, o que você está pedido naquela classe, o que você apresentou naquela disciplina, agente vê que a Academia tem visado isso e nosso Diretor de Ensino colocou isso em várias oportunidades de reter isso na prática de trazer para o CFO aquelas matérias que vão contribuir mais ainda com a nossa formação, por exemplo nós não tínhamos Gestão de Qualidade, nós não tínhamos noção do que era qualidade, eu tenho uma noção de qualidade total, então tem mostrado na prática que há possibilidade mesmo mantendo a filosofia longe do militarismo da APM. Tendo essa disciplina dentro do rol de conhecimento tem-se o máximo de aproveitamento, principalmente na área de pessoal porque agente lida basicamente é com pessoas, agente está precisando muito dessa matéria.

ENTREVISTADOR – *Em relação ao patrulhamento ideológico, você percebe isso, que o professor é fiscalizado, impedido de expor as suas idéias?*

ENTREVISTADO – Não, não percebi isso em momento algum, já estou no segundo ano aqui, nunca percebi isso, pelo contrário os professores tem mudado, de acordo com seus atos, trazendo o aluno para que ele passe a buscar o conhecimento, não simplesmente absorver aquele conhecimento daquele momento e deixar que ele realmente entenda o porque das coisas.

ENTREVISTADOR – *Aproveitando o seu universo de conhecimento e experiência em outra escola militar Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva, Faculdade de Jornalismo e História, comparando com a nossa APM, que comparações você consegue traçar em relação a APM e a escola que você cursou no Exército, depois a diferença entre a nossa Academia e a escola civil, quais são os pontos mais divergentes e convergentes?*

ENTREVISTADO – Comparando com o NPOR até a própria situação vivenciada naquele momento é militarismo realmente não tinha contestação, era um conhecimento distante, o professor não tinha a liberdade de discutir, passava-se o conteúdo alguns assimilavam e empregava-se não tinha discussão até mesmo porque a doutrina, a parte técnica não cabia discussão, hoje aqui a APM até pela própria finalidade que é atender a sociedade que não é como no Exército que aniquilar o inimigo da sociedade.

ENTREVISTADOR – *Qual a diferença dos objetivos a serem atingidos com a formação de um oficial de polícia militar, com a formação de um oficial do exército, melhor ainda ouvindo uma informação de alguém que viveu a formação dos dois lados?*

ENTREVISTADO – O objetivo do Exército é aniquilar o inimigo, seja interno ou externo é aniquilação, alguém que esteja pondo em perigo a sociedade brasileira, todo conjunto brasileiro, daí o objetivo da escola militar quando apresenta as disciplinas, o próprio conteúdo da técnica não cabe mais discussão, até o próprio emprego é em conjunto, o que difere da Polícia Militar, pois a função da polícia militar é assessorar a sociedade, ajudar a sociedade a coibir ações que não estão em consonância com a maioria e tirar da sociedade aqueles que não aceitam, seja marginalização, seja atitudes que eles não conheçam uma sociedade organizada,

então o objetivo da polícia é ostensivamente mostrar que está presente e que a sociedade tem

um braço que vai realmente atuar, mas não aniquilar, pelo contrário, tanto é que vai para o sistema judiciário tem todo um processo diferente, quanto no Exército não o objetivo nosso é aniquilar realmente.

Então agente vê que na APM de Goiás particularmente a valorização da prática, porque no exército não é um grupo, uma companhia, um batalhão é um conjunto atuando, aqui não agente vê é um Tenente com seu grupamento, com seu pelotão dirigindo viaturas, cada um isolado, atuando pela cidade, junto a sociedade, diretamente com a sociedade, no meio da sociedade e o bandido não anda com crachá de bandido, eu ainda tenho que identificar o bandido entre o bom cidadão, então esse objetivo maior da polícia está sendo abordado na APM, a partir da filosofia de humanas, melhorar a formação humana do policial para que ele saiba que não é porque ele está armado que ele vai sacar a arma para qualquer um, ele tem que ter a percepção de qual que é o seu objetivo, antes de tudo ele é um membro da sociedade e ele está atuando por essa sociedade. Enquanto que, continuando o paralelo com as escolas civis agente vê hoje que no ensino militar você vem, você percebe uma remuneração para estudar e aprender com uma carreira já pronta, você vai ter essa aplicação junto com o curso você já está aplicando seus conhecimentos, você já está atuando junto com a sociedade. Enquanto que na Faculdade você paga para receber o ensino que você pode ou bem receber ou mal receber o problema é seu, se você sair um bom profissional ou mal profissional o problema será seu porque você vai brigar no mercado de trabalho, então você não tem aquela responsabilidade com o ensino, enquanto que na APM você já está atuando, se você não recebe bem aquele conhecimento, com certeza você não será um bom profissional e isso vai aparecer e vai ser ruim para você, constantemente por esse objetivo nós temos que estar atento, quando na Faculdade você falta dois três dias, pega a matéria depois, não pega tão bem, pega uma pega outra, então há uma liberdade em excesso até posso dizer no ensino civil que acaba culminando em má formação. O ensino militar quer e busca essa excelência para que o profissional possa dar no mínimo o melhor para a sociedade.

ENTREVISTADOR – *E a grande diferença entre esse ensino militar e o civil?*

ENTREVISTADO – A APM tenta situar o futuro cadete numa visão holística, uma visão do todo, enquanto que nós vemos na Faculdade a exceção das matéria que são gerais no primeiro e no máximo segundo semestre, ele visa só aquela determinada área tendo uma visão “*strictu sensu*”, não tem uma visão “*latu sensu*” que é uma visão mais abrangente, então se você vai ser um advogado você vai ver leis muitas vezes, no meu curso de história, fui estudar basicamente história, só que para mim eu tinha que ver outras coisa, na área de física, vai ver só física, quanto aqui dentro do CFO você tem uma gama de conhecimentos tanto exatas quanto humanas até biológicas como criminalística, com a parte de medicina lega que vai te dar uma visão do todo porque agente vai pregar esse todo lá, então a filosofia o objetivo aqui da APM é que o oficial saia sabendo muito ou pelo menos um pouco de tudo.

ENTREVISTADOR – *Evidentemente que esse momento histórico que passa nossa Academia haveria de ser questionado em nessa entrevista. Quais são as expectativas geradas com as notícias das mudanças na estrutura da Academia, hoje o que vocês estão achando do anúncio das mudanças que estão por vir, estão tranquilos ou apreensivos, que será o futuro oficial, o que podemos esperar disso?*

ENTREVISTADO – Vejo uma apreensão, até pela questão do contexto histórico, a própria situação hoje de criminalidade alta falasse muito a palavra unificação, quando nós chegamos de férias já no segundo ano recebemos a notícia que a Academia estava extinta e não sabíamos o que estava no local, se acabou a Academia o que aconteceu com os cadetes, a que nós estamos ligados, essas informações nós não tivemos, ficamos algum tempo sem essas informações, até que o Superintendente esteve na Academia para nos orientar o que estava acontecendo e pelo menos o que foi percebido pela turma é que não houve uma consulta meio que imposto de cima para baixo, agente vê que a extinta Academia está caminhando para um ensino mais amplo, mais voltado para o oficial, só que esse oficial precisa de informações e essas informações nos faltaram nesse momento, infelizmente nós não estamos tendo informações nesse sentido. Não sabemos o que vai ser no futuro, se vamos sair oficiais ou agentes.

NOME: Cad Edson Guardiano de Oliveira

ESTADO CIVIL: Casado

END.: Rua 227-A, Qd.37, Lt.02 - Setor Universitário

- Bacharel em História pela Universidade Católica Dom Bosco / Campo Grande-MS;
- R-2 – foi oficial do EB de 1993 a 2002;
- Cursou 02 anos do Curso de Jornalismo – UFMS;
- Foi professor no Colégio Militar do Exército de Campo Grande (durante 6 meses);
- Cursa o CFO/2 – APM/GO.

16. Cadete PM Leonidio Alves de Moraes Júnior

Aluno/Cadete do Curso de Formação de Oficiais – 2º ano

ENTREVISTADOR – *O que tem significado o CFO? Que importância esse curso está exercendo na sua formação?*

ENTREVISTADO – Estar aqui no CFO para mim foi uma grande conquista e permitiu que eu tivesse acesso ao estudo e à profissão, permitindo que eu conciliasse o trabalho com o estudo e também realizar um sonho que já me acompanhava há algum tempo, que seria o de fazer parte de alguma organização grande onde eu pudesse atuar em vários locais e o que eu tenho feito diariamente aqui é justamente isso, tentar me adaptar aos padrões da Corporação e que hoje já superei algumas dificuldades e estamos conseguindo nos enquadrar no padrão militar.

ENTREVISTADOR – *Leonídio, em relação aos conhecimentos, aos ensinamentos que são ministrados, repassados na Academia, você tem conseguido recebê-los bem, isto é, você tem conseguido aprender, tem havido aprendizagem ou esses conhecimentos tem sido repassado de uma forma que você não os estão compreendendo, não tem havido aprendizagem?*

ENTREVISTADO – A quantidade de informações que nós recebemos é muito grande e existe um agravante, que nós somos sempre escalados para trabalhar em horários fora do período que agente estuda, gerando um cansaço e stress muito grande, que por vez grande parte das matérias que são ótimas, e poderiam ter um grande aproveitamento para a nossa vida toda, agente deixa de ter um bom rendimento justamente pelo fato de estar cansado, estressado, devido a carga excessiva que é passada e também a quantidade de trabalho que nós temos fora do horário que também é excessiva.

ENTREVISTADOR – *Em relação aos currículos da Academia especificamente ao currículo do CFO, você acha que os conteúdos nele previstos repassados pelos professores/instrutores, são repassados de forma tranquila, coerente, democrática de tal forma que eles privilegiam o seu conhecimento que você trouxe de casa, a sua experiência ou se eles passam esse currículo e os seus conteúdos em forma de verdade pronta e acabada e não leva em conta o seu conhecimento e a sua experiência?*

ENTREVISTADO – Se for no caso as disciplinas militares as outras demais disciplinas os professores tem procurado sempre verificar o nível da turma e adequar a didática de modo que sempre o que agente aprendeu em outros cursos seja aproveitado, seja construído um novo conhecimento sem desprezar o anterior.

ENTREVISTADOR – *Ai você diz que certos instrutores militares esses não respeitam, não acreditam no seu conhecimento, na sua trajetória de experiência e apenas traz um conhecimento novo e não valoriza o seu conhecimento?*

ENTREVISTADO – Algumas disciplinas tipo Ordem Unida, aquela parte de regulamento do

meio militar isso ai acaba sendo definido o que é em regulamento, mas algumas disciplinas como policiamento ostensivo acaba sendo imposta uma nova doutrina e é passada daquela maneira, as vezes opiniões que agente tenha de informações anterior pode até ser questionado mas por fim acaba sendo o que está sendo passado pelo instrutor.

ENTREVISTADOR – *Leonidio, agora trazendo para o campo mais específico dos professores/instrutores e na prática pedagógica que eles adotam e utilizam no dia a dia em sala de aula, você acha que eles estão utilizando uma prática pedagógica mais moderna, mais evoluída, mais crítica ou os professores/instrutores tem liberdade de colocar a sua maneira específica ou eles ficam vinculados a uma ideologia militar que os dificultam e os impede de serem autênticos como gostariam de serem?*

ENTREVISTADO – Alguns professores podem estar vinculados a essa idéia militar e por vez nós somos comunicados, mas a grande maioria de instrutores militares que nós temos tem procurado na medida do possível ouvir opiniões da turma, colocar em cheque alguns pontos de vista que nós temos, as vezes agente chega até confrontar algumas idéias militares com algumas idéias que são expostas em discussões.

O fato de estarmos tendo bom rendimento ou não, não estaria relacionado ao fato de o nossos instrutores serem ou não militares, mas ao fato da didática por eles utilizada.

ENTREVISTADOR – *Já que você teve a oportunidade de cursar outras escolas como a Escola Técnica Federal, que paralelo você pode fazer entre a nossa Academia com essas escolas, nos aspectos acadêmicos, pedagógicos, currículo, prática pedagógica, enfim, a maneira de gerenciar e de colocar o conhecimento na nossa escola com essas demais?*

ENTREVISTADO – O aspecto que eu queria destacar aqui seria quantidade excessiva de conhecimento que é passado e o fato de não haver um acompanhamento, uma aula de ajuda, aulas de reforço, algo dessa natureza para que o aluno pudesse ter um bom rendimento, as vezes o aluno que não está tendo um bom rendimento, não tem um acompanhamento e aquele aprendizado que ele é obrigado a ter ele tem que adquirir por condições próprias. Então, em outras escolas que já cursei sempre havia algo nesse sentido, a própria Escola Técnica tem monitores que auxiliam os alunos que tem mais dificuldade, coisa que aqui na Academia nós não temos acesso.

ENTREVISTADOR – *Você acha que as mudanças que dizem respeito à Academia de Polícia Militar anunciadas é inovação ou não?*

ENTREVISTADO – Acredito que na prática essas modificações propostas, talvez nunca sejam implementadas, então, existe uma certa tendência a continuar as coisas como estão.

ENTREVISTADOR – *Você acha que essas tendências se baseiam em que, que dado concreto você tem hoje para ser capaz de afirmar que essas mudanças vão ficar apenas na teoria e não serão implementadas, que base concreta você tem?*

ENTREVISTADO – Talvez base concreta eu não tenha, mas o próprio fato de haver uma certa demora em divulgar e expor essas mudanças para os Cadetes, estão impondo em nós uma certa desconfiança em todo esse processo. Somente o tempo para poder dar mais informações para nós.

NOME: Cad Leonidio Alves de Moraes Junior - 28 anos

ESTADO CIVIL:

END.: Rua Esperança, Qd. 24, Lt. 10, - Centro - Senador Canedo

- Cursos Técnicos na Área de Informática;
- Curso Técnico até 3º ano de Mecânica.;
- Cursa o CFO/2 – APM/GO.